

## RECURSO ADMINISTRATIVO

À

*Comissão de Licitação*

*SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná*

*Rua Marechal Deodoro, 450 - 2º andar (Auditório) Curitiba – PR*

### **Ref.: Recurso Administrativo - Licitação nº 002/2025**

A impetrante KLEYBER JORGE DA SILVEIRA, inscrita no CNPJ nº 18.264.177/0001-60, com sede na Rua Dos Advogados, 111, Bairro Belo Horizonte, Passos-MG, CEP: 37.900-014, por seu proprietário e titular Sr. Kleyber Jorge da Silveira, portador da Carteira de Identidade sob o nº MG-12.448.434 SSP/MG e devidamente registrado no CPF nº 076.615.386-01, e representada presencialmente pelo Sr. ADRIANO FRANCISCO DE SOUZA SILVA, brasileiro, casado, advogado, OAB/PR nº 126456/PR, com endereço comercial à Rua Agostinho Brusamolín, 333, Condomínio Barcelona, Cidade Industrial – CURITIBA/PR, vem, respeitosamente, à presença de Vossas Senhorias, interpor o presente *RECURSO ADMINISTRATIVO* em face da decisão que impediu a participação da empresa no certame em epígrafe, pelos motivos a seguir expostos:

### **I. DOS FATOS**

1. O representante da empresa, Dr. Adriano, chegou ao local da licitação (Rua Marechal Deodoro, 450 - 2º andar, Auditório, Edifício Maurício Caillet - Curitiba/PR) no dia 19/02/2025, **EXATAMENTE às 08:59 horas**, conforme horário de Brasília, e dentro do prazo estipulado no edital do Pregão Presencial em epígrafe.

2. Ao chegar, foi submetido a um cadastro na portaria do prédio, para acessar o edifício, senão o mesmo não poderia adentrar à edificação, **procedimento que não estava previsto no edital**, o que ocasionou um atraso na sua chegada à sala de licitação.

3. O que o atrasou perante o horário que o edital marcava o início do certame, mas que, em menos de 10 (dez) minutos ele estava presente na sala de licitação, e mesmo assim de fato, presencialmente, não credenciaram para participar do processo licitatório. Onde que neste horário que nosso representante legal chegou à sala de licitação às 09:10 (nove horas e dez minutos), a Sr. Pregoeira Caroline Borges, informou que já estavam com todos envelopes da proposta abertos, conforme consta na ata da sessão, um pouco suspeito dizer que o credenciamento dos demais proponentes tenha acontecido em menos de 10 minutos e já tinham-se abertos os envelopes de propostas, e a mesma Sr. Pregoeira informou que devido à este atraso para chegar na sala de licitação, não iria permitir que nossa empresa participasse do processo licitatório, onde informamos que chegamos às 08:59 no prédio, e mesmo assim não foi aceito nossa participação, sendo ignorado nossa narrativa do ocorrido.



4. Outrora, pedimos as filmagens das câmeras de acesso ao prédio para provar que **CHEGAMOS às 08:59 (OITO HORAS E CINQUENTA E NOVE MINUTOS)** no endereço do edital e no horário previsto, para provar que não estávamos sendo omissões ao dizer que chegamos dentro do horário previsto no instrumento de edital. Mas as imagens não nos foram disponibilizadas e onde pedimos para constar isso em Ata que fizemos essa solicitação às imagens das câmeras para provar que chegamos às 08:59 (OITO HORAS E CINQUENTA E NOVE MINUTOS) e a excelentíssima Sra. Pregoeira se negou à constar no documento da sessão (ATA).

## II. DO EXCESSO DE FORMALISMO

5. A decisão de não permitir a participação da empresa no certame, com base em um atraso de apenas 10 minutos, devido ao cadastro para adentrar ao edifício, **QUE NÃO CONSTAVA EM EDITAL**, configura um excesso exacerbado de formalismo que afronta o princípio da razoabilidade. Diversas jurisprudências corroboram essa posição, como:

• Agravo de Instrumento nº 19487/2011: O Tribunal reconheceu que a eliminação de um participante por atraso de 1 minuto é desproporcional e caracteriza excesso de formalismo, vejamos:

***Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA - ATRASO DE 1 (UM) MINUTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS - ELIMINAÇÃO DO PARTICIPANTE - EXCESSO DE FORMALISMO E AFRONTA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - LIMINAR DEFERIDA - RECURSO PROVIDO.***

***A administração pública não deve eliminar empresa do processo de licitação por ter atrasado em 1 (um) minuto o prazo fatal para a entrega da documentação, ficando caracterizado na espécie um excesso exacerbado de formalismo que afronta o princípio da razoabilidade. Recurso provido para deferir a liminar perquirida em primeiro grau.***

***(AI 19487/2011, DR. ANTÔNIO HORÁCIO DA SILVA NETO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/04/2012, Publicado no DJE 19/04/2012).***



- Além desta acima citada, temos várias outras jurisprudências e julgados que também por excesso exacerbado de formalismo, todos julgados procedentes, como vejamos também no TJ-RN - Remessa Necessária: 55401 RN: O Tribunal decidiu que a recusa de recebimento de envelopes por atraso de 7 minutos é um excesso de rigor que viola o princípio da razoabilidade.

***Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte TJ-RN -  
Remessa Necessária: 55401 RN XXXXX-1  
ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL.***

***REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE  
SEGURANÇA. LICITAÇÃO . TOMADA DE PREÇOS.  
RECUSA DE RECEBIMENTO DE ENVELOPES.  
COMPARECIMENTO DA LICITANTE À SESSÃO COM  
ATRASO DE 7 (SETE) MINUTOS. EXCESSO DE RIGOR  
. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. (TJ-  
RN - Remessa Necessária: 55401 RN XXXXX-1,  
Relator.: Des. Vivaldo Pinheiro, Data de Julgamento:  
20/01/2009, 1ª Câmara Cível.***

- TJ-DF - Apelação Cível: O Tribunal considerou que o atraso de apenas 8 minutos na entrega da proposta não justifica a nulidade da licitação, nem a desconsideração da proponente.

***TJ-DF - XXXXX20198070001 DF XXXXX-  
44.2019.8.07.0001 Jurisprudência • Acórdão - Mostrar  
data de publicação***

***Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ANULAÇÃO DE  
CERTAME LICITATORIO. ATRASO NA ENTREGA DA  
CARTA PROPOSTA. DESCLASSIFICAÇÃO DA  
VENCEDORA.***

***EXCESSO DE FORMALISMO. O atraso de apenas oito  
minutos na entrega da carta proposta - mais vantajosa  
para a Administração Pública - não justifica a nulidade  
da licitação, nem, tampouco, a desclassificação da  
vencedora***

6. A jurisprudência é clara ao afirmar que a Administração Pública não deve eliminar empresas do processo licitatório por atrasos mínimos, especialmente quando não há prejuízo à lisura do certame.



### III. DA IGNORAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE

7. E em outro nosso enredo, além deste excesso de formalismo e à este cadastro indevido, para acessar o prédio, que não constavam em edital, também gostaríamos de ressaltar a desamparação do princípio da competitividade, pois o valor de referência do edital da licitação, está SUPER acima dos valores de mercado, e que o valor arrematado no certame em que somente a empresa INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS deu lance, pois a outra empresa enviou sua documentação e proposta por correios a empresa MANACÁ AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM LTDA o lance de arremate foi de **R\$365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais)**, onde fica claro um valor excessivo em relação ao preço de mercado, onde mesmo o valor estimado também encontra-se **SUPER** acima dos preços de mercado, para um serviço de tão fácil complexidade e execução como desta licitação em epígrafe.

8. Sendo assim, hodiernamente, o que preconiza o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO é a contratação da proposta MAIS VANTAJOSA, e neste certame fica evidenciado esta incúria, o que não atende a esse princípio, conforme relatado acima e neste diapasão, a inviabilidade da proposta vencedora pelo preço estar acima de mercado. E ressaltamos que em um valor bem menor, conforme consta em nossa **PROPOSTA INICIAL** de R\$198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais) que não foi aceita pelo excesso de formalismo e conforme comprovado nos autos deste recurso administrativo, contudo, neste desfecho, seguindo as orientações do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, pela contratação da proposta mais vantajosa, por um valor bem menor dava para se sagrar vencedor deste certame, ou seja, ficando evidenciado um valor exagerado da proposta vencedora, e um valor super acima dos valores de mercado. E levando em consideração a expertise de nossa empresa que presta serviços de pesquisa de avaliação, de satisfação, de opinião desde 2013 em atuação no mercado, fica claro que o valor arrematado está acima dos valores de mercado e gostaríamos de deixar registrado que se futuramente venha a ser instaurado um mandado de segurança e o TCU e demais autoridades competentes vir a investigar com uma pesquisa de mercado ficará evidenciado que o valor da contratação **ESTÁ ACIMA** do preço de mercado. A contratação de proposta com valor super faturado pode ser considerada irregular, conforme demonstram as seguintes jurisprudências:

- TJ-SP - Agravo de Instrumento: AI XXXXX-46.2013: O Tribunal determinou a anulação de licitação em razão de proposta vencedora com preço acima do mercado, ressaltando a necessidade de observância dos princípios da legalidade e da competitividade.

***Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - Agravo de Instrumento: AI XXXXX-46.2013.8.26.0000 SP XXXXX-46.2013.8.26.0000***

***Agravo de instrumento. Execução de sentença anulatória de licitação em ação popular. Liquidação determinada na forma do art. 14 da LAP . Acórdão que indica a possibilidade de preço acima do mercado. Decisão judicial que determina a observância dos arts. 475-E e 475-F do CPC. Posterior decisão que fixa o dano no valor do contrato antes da produção de qualquer prova . Impossibilidade. Violação da coisa julgada e do devido processo legal. Recurso provido.***

***(TJ-SP - AI: XXXXX20138260000 SP XXXXX-46 .2013.8.26.0000, Relator.: Luis Fernando Camargo de Barros Vidal, Data de Julgamento: 26/05/2014, 4ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 28/05/2014)***





- TJ-RS - Apelação Cível: AC XXXXX: O Tribunal decidiu que a prática de conluio para fraudar o certame e garantir preço acima do mercado configura ato de improbidade administrativa.

**TJ-RS - Apelação Cível: AC XXXXX RS Jurisprudência • Acórdão •  
Mostrar data de publicação Ementa: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.  
LICITAÇÃO. CONVITE. FRAUDE. AJUSTE. CONTRATO  
ADMINISTRATIVO. PREÇO SUPERFATURADO. 1.**

**Os licitantes que participam do processo de licitação em conluio para fraudar o certame e garantir preço acima do mercado praticam ato de improbidade administrativa. 2. Se, a despeito das irregularidades administrativas, não há prova de quais agentes públicos contribuíram para o ilícito, deve ser julgada improcedente o pedido de condenação dos integrantes da comissão de licitação. Hipótese em que, apesar de se tratar de convite, não se expediu nenhuma carta e a proposta vencedora era em muito superior ao valor que havia sido estimado pela Administração Pública. 3. Na aplicação das sanções pela prática de ato de improbidade, devem ser consideradas as circunstâncias concretas, os danos, a reprovabilidade das condutas e as condições pessoais do agente improbo. Hipótese em que o ato improbo se reveste de certa gravidade que leva à aplicação conjunta das sanções do art. 12 ,III, da LIA Agravado retido não conhecido. Recursos providos em parte.**

9. Em juízo, teremos como comprovar que este valor arrematado está acima do valor de mercado e adicionalmente, é importante ressaltar que a proposta vencedora do certame em questão, no valor de R\$ 365.000,00, está significativamente acima dos valores praticados no mercado para serviços similares ao objeto da licitação, que é a contratação de empresa especializada para a realização de avaliação externa do Programa Herdeiros do Campo.

10. A nossa empresa KLEYBER JORGE DA SILVEIRA possui vasta experiência na prestação de serviços similares de pesquisa de avaliação, opinião e satisfação, tendo celebrado contratos com diversos órgãos públicos. Esses contratos demonstram que, para serviços de complexidade e abrangência superiores aos exigidos neste pregão, os valores contratados foram consideravelmente inferiores ao valor arrematado nesta licitação.

11. Por exemplo, em contratos firmados com a AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR, os valores para serviços de pesquisa e avaliação contratados foram de R\$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais), os quais gostaríamos de ressaltar que os serviços que presamos para a GRAMADOTUR foram de complexidade superior à deste Pregão Presencial, e que os serviços foram prestados com qualidade e experiência, conforme comprova o atestado de capacidade técnica emitido pela GRAMADOTUR (Planilha de Composição de Custos deste certame, Contratos que temos com demais órgão com serviços similares à desta licitação em anexo também neste Recurso Administrativo, a fim de comprovar que o valor arrematado está acima dos preços de mercado). Esses valores são representativos do mercado e evidenciam que a proposta vencedora está superdimensionada em relação ao que é praticado.



12. Além disso, a natureza dos serviços que nossa empresa já prestou a esses órgãos públicos é mais complexa do que a requerida neste certame, o que reforça a nossa capacidade de oferecer um serviço de qualidade a um custo mais acessível. A experiência acumulada em projetos anteriores, que envolvem metodologias rigorosas e análises detalhadas, nos permite afirmar que poderíamos atender às necessidades do SENAR com um valor muito menor, sem comprometer a qualidade e a eficácia dos serviços.

13. Dessa forma, solicitamos que a Comissão de Licitação considere essas informações e a documentação que podemos apresentar, a fim de garantir a legalidade e a competitividade do certame, respeitando o princípio da contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Estamos à disposição para apresentar os contratos e demais evidências que comprovam a disparidade entre o valor arrematado e os valores de mercado.

#### IV. DOS PEDIDOS

14. Diante do exposto, requer-se:

- A) Que este Recurso Administrativo seja recebido, analisado e julgado procedente;
- B) Que a Comissão de Licitações reveja sua decisão e permita a participação da empresa KLEYBER JORGE DA SILVEIRA no certame;
- C) Caso a decisão não seja revista, que o recurso seja encaminhado à autoridade superior, conforme o § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93;
- D) Que a Administração Pública considere a legalidade e a razoabilidade em suas decisões, respeitando os princípios que regem a licitação.

15. Por fim, informamos que, caso a Administração opte por manter a não consideração da proposta da empresa, serão enviadas cópias deste Recurso Administrativo à Promotoria de Justiça do Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando uma análise dos fatos narrados.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Passos-MG, 20 de fevereiro de 2025.

KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:18264177000  
160

Assinado de forma digital por  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:18264177000160  
Dados: 2025.02.20 23:21:39 -03'00'

---

KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
(KS CONSULTORIA)  
18.264.177/0001-60  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
PROPRIETÁRIO e TITULAR  
076.615.386-01



---

Dr. Adriano Francisco de Souza Silva  
Advogado  
OAB/PR nº 126456/PR



Documento assinado digitalmente  
**MICHEL FABIANO CARRENHO**  
Data: 21/02/2025 05:25:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Dr. Michel Fabiano Carrenho  
Advogado  
AOB/MG nº 83.017  
CPF/MF nº 916.251.656-68

• **ANEXOS DESTE RECURSO ADMINISTRATIVO:**

- 1) Proposta Inicial da empresa KLEYBER JORGE DA SILVEIRA, que não foi aceita no processo licitatório, conforme relatado acima.
- 2) Planilha de Composição de Custos com valor mínimo para possível contratação deste objeto do certame em epígrafe.
- 3) Contrato de serviços similares à deste Pregão Presencial com a AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR.
- 4) Contrato de serviços similares à deste Pregão Presencial com o CITMAR: Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar de Itajaí/SC.
- 5) Contrato de serviços similares à deste Pregão Presencial com a (CDTIV) COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA/ES
- 6) Contrato de serviços similares à deste Pregão Presencial com a Prefeitura Municipal de Alvinópolis/MG.
- 7) Contrato de serviços similares à deste Pregão Presencial com a Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
- 8) Empenho de Prestação de serviços similares à deste Pregão Presencial com a FUNDACAO CULTURAL PALMARES de Brasília/DF.
- 9) Contrato de serviços similares à deste Pregão Presencial com a EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO de Porto Alegre/RS.
- 10) Contrato de serviços similares à deste Pregão Presencial com o ESTADO DE SANTA CATARINA através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE.



**PROPOSTA COMERCIAL**

Ao  
SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná

LICITAÇÃO Nº 002/2025

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA HERDEIROS DO CAMPO.

**PROPONENTE:**

**RAZÃO SOCIAL:** KLEYBER JORGE DA SILVEIRA

**CNPJ:** 18.264.177/0001-60

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** ISENTO

**ENDEREÇO:** RUA ELDORADO, 739

**BAIRRO:** PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO

**CIDADE:** PASSOS

**UF:** MINAS GERAIS

**TELEFONE:** (35)9.9993-3901

**E-MAIL:** kleybersilveira@hotmail.com

**DADOS BANCÁRIOS**

**Banco Sicoob:** 756

**Agência/Cooperativa:** 3172

**Conta:** 49.443-7 **Tipo:** Conta corrente

**REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:**

**NOME COMPLETO:** KLEYBER JORGE DA SILVEIRA

**IDENTIDADE:** 12.448.434

**ÓRGÃO EXPEDIDOR:** SSP – MG

**CPF:** 076.615.386-01

**ESTADO CIVIL:** CASADO

**ENDEREÇO:** RUA ELDORADO, 739, PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO, PASSOS/MG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA HERDEIROS DO CAMPO.

KLEYBER JORGE  
DA SILVEIRA  
07661538601:18  
264177000160  
Assinado de forma digital por  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:182641770001  
60  
Dados: 2025.02.18 16:08:09  
-03'00"

**1. PREÇOS:**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo discriminados, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe; e declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA HERDEIROS DO CAMPO	Etapas	1	R\$198.000,00	R\$198.000,00



contato@ksturis.com.br



ksturis.com.br



(35) 9 9993-3901

**IMPORTANTE:**

Declarados os arrematantes de cada lote, será verificada a redução em percentual, se ocorreu, comparativamente entre o valor inicialmente proposto e o de efetiva arrematação. Obtido este percentual de redução para cada lote, o mesmo será aplicado para cada item do respectivo lote, sendo que os valores serão reduzidos linearmente (%), ou seja, de forma equitativa de seu valor inicial, para o valor final arrematado na fase de lances. Com este procedimento, serão obtidos os valores definitivos para os lotes e seus itens constantes desta licitação.

**2. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

**2.1** Serão realizadas entrevistas presenciais em pelo menos 1 (um) município de cada uma das 11 regionais do SENAR-PR (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Mandaguáçu, Matelândia, Guarapuava, Irati, Pato Branco e Santo Antônio da Platina). A região oeste do estado contará com mais entrevistas devido à concentração de participantes do programa na região. A definição final dos locais será realizada em conjunto entre a equipe da contratada e o SENAR-PR.

**3. PRAZO PARA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

**3.1** Fica estabelecido o prazo de execução de até **06 (seis) meses a contar da data de assinatura do contrato**. A **vigência contratual será de 09 (nove) meses** a contar da data de assinatura do início da assinatura, sem interrupção e prorrogação.

**4. PAGAMENTO:**

O pagamento do valor devido poderá ser realizado em até 20 (vinte) dias corridos, contados da data de apresentação do documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura) integrante da Ordem de Compra, devidamente atestado pelo SENAR/PR em vista a execução dos serviços conforme cronograma abaixo:

CRONOGRAMA FINANCEIRO		
Descrição Etapa/Atividade	Evento financeiro	
%	Valor	
<b>A. PERGUNTAS AVALIATIVAS, CRITÉRIOS AVALIATIVOS E INSTRUMENTOS DE COLETA</b> Alinhamento inicial e revisão de documentos; Construção das perguntas avaliativas e critérios avaliativos; Elaboração dos instrumentos de coleta de dados; Definição da amostra/limpeza do banco de dados.	20%	R\$ 39.600,00
<b>B. COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS</b> 100 entrevistas (geral) e 1 grupo focal (por regional); Sistematização de entrevistas e grupos focais.	30%	R\$ 59.400,00
<b>C. ANÁLISE E RELATÓRIO LINHA DE BASE</b> Análise dos dados; Relatório preliminar em PPT; Workshop para discussão do relatório e envio da VF do Relatório Avaliativo em PPT.	50%	R\$ 99.000,00
<b>TOTAL:</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 198.000,00</b>

O contratante deverá discriminar, obrigatoriamente, na Nota Fiscal, toda relação de itens do **contrato** e encaminhar XML e PDF no e-mail [nota@senarpr.org.br](mailto:nota@senarpr.org.br)

KLEYBER JORGE  
DA SILVEIRA  
07661538601:18  
264177000160

Assinado de forma digital por  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:1826417700016  
0  
Dados: 2025.02.18 16:08:39  
-03'00'



[contato@ksturis.com.br](mailto:contato@ksturis.com.br)



[ksturis.com.br](http://ksturis.com.br)



(35) 9 9993-3901

O contratante deverá apresentar, obrigatoriamente, com cada nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal do F.G.T.S. (Certidão de Regularidade de Situação) e Contribuições Previdenciárias e Tributos Federais, válidas.

Não será permitida, em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos, pagamento de serviços e materiais não executados e não entregues ou executados e entregues de forma incompleta.

O pagamento poderá ser efetuado por meio de depósito bancário, no banco, agência e conta corrente abaixo indicados, obedecidas as disposições legais vigentes:

<b>Código e nome do Banco:</b> Agência/Cooperativa: 3172
<b>Código e nome da Agência:</b> Banco Sicoob: 756
<b>Nº da conta corrente:</b> Conta: 49.443-7    Tipo: Conta corrente

## 5. DECLARAÇÕES:

- Ao participar da presente licitação, declaramos que:**

*Os preços dos lotes que estamos participando são os acima propostos.*

*As especificações dos bens a serem fornecidos estão de acordo com o exigido no Edital.*

*Estamos de acordo com os prazos de entrega e, também, com a forma de pagamento exposta no Edital.*

*Todas as despesas referentes a fretes, embalagens, encargos, tributos etc., que possam incidir sobre os produtos licitados estão incluídos nos preços, sem possibilidade de outras inclusões de custos posteriores à proposta.*

*Tomamos conhecimento e estamos de acordo com os termos do Edital e do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR/PR. Estamos cientes de que receberemos as comunicações e intimações por intermédio do e-mail adiante indicado, devendo informar eventual mudança desse endereço eletrônico.*

*O prazo mínimo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao de sua apresentação.*

KLEYBER JORGE  
DA SILVEIRA  
07661538601:18  
264177000160

Assinado de forma digital por  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:18264177000160  
Dados: 2025.02.18 16:09:03  
-03'00'



contato@ksturis.com.br



ksturis.com.br



(35) 9 9993-3901



## INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Validade da proposta: 90 dias.

Prazo de entrega do objeto: De acordo com o presente Edital.

Declaro, sob as penas da lei, que o prazo de entrega obedecerá rigorosamente ao exigido no edital, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo e, que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Declaramos ainda, sob as penas das leis, que:

- 1) concorda com as condições de entregar os itens que foram propostos;
- 2) os preços propostos, já estão incluídos todas as despesas, que estejam direta ou indiretamente relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;
- 3) que concorda com o Contratante, por ocasião da entrega do objeto, se necessário, executar, com pessoal próprio ou por terceiros, teste de qualidade, que não sendo satisfatórios, ensejarão a devolução de todo o lote entregue, sem qualquer tipo de indenização, e a Contratada deverá substituí-lo por outro lote, sem qualquer custo, que também estará sujeito os mesmos testes;

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 198.000,00 (Cento e noventa e oito mil reais).

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (Noventa) dias.

PRAZO DE ENTREGA: CONFORME EDITAL.

CONDIÇÃO DE ENTREGA DO PRODUTO OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

CONFORME ESTIPULADO NO EDITAL.

GARANTIA LEGAL: SEGURO-GARANTIA conforme Art. 96 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Por ser verdade, firmo a presente.

Passos, 18 de fevereiro de 2025.

KLEYBER JORGE  
DA SILVEIRA  
07661538601:182  
64177000160

Assinado de forma digital por  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:1826417700016  
0  
Dados: 2025.02.18 16:07:43  
-03'00'

KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
(KS CONSULTORIA)  
18.264.177/0001-60  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
PROPRIETÁRIO e TITULAR  
TURISMOLOGO  
076.615.386-01



À

*Comissão de Licitação*

*SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná*

*Rua Marechal Deodoro, 450 - 2º andar (Auditório) Curitiba – PR*

**Ref.: Planilha de Composição de Custos - Licitação nº 002/2025**

**PROPONENTE:**

**RAZÃO SOCIAL: KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**

**CNPJ: 18.264.177/0001-60**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO**

**ENDEREÇO: RUA ELDORADO, 739**

**BAIRRO: PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO**

**CIDADE: PASSOS UF: MINAS GERAIS**

**TELEFONE: (35)9.9993-3901**

**E-MAIL: kleybersilveira@hotmail.com**

**DADOS BANCÁRIOS**

**Banco Sicoob: 756 Agência/Cooperativa: 3172**

**Conta: 49.443-7 Tipo: Conta corrente**

**REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:**

**NOME COMPLETO: KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**

**IDENTIDADE: 12.448.434 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP – MG**

**CPF: 076.615.386-01**

**ESTADO CIVIL: CASADO**

**ENDEREÇO: RUA ELDORADO, 739, PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO, PASSOS/MG**



contato@ksturis.com.br



ksturis.com.br



(35) 9 9993-3901

## PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

*A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA HERDEIROS DO CAMPO.*

PRODUTO / SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	MEDIÇÃO	VALOR GLOBAL	VALOR FINAL
ESTATATÍSTICO	01	R\$10.000,00	UNIDADE	R\$10.000,00	R\$10.000,00
PESQUISAS DE CAMPO	100	R\$50,00	UNIDADE	R\$5.000,00	R\$5.000,00
GRUPO FOCAL	01	R\$19.000,00	UNIDADE	R\$19.000,00	R\$19.000,00
RELATÓRIO E ANÁLISE / WORKSHOP	01	R\$25.000,00	UNIDADE	R\$25.000,00	R\$25.000,00
TÉCNICO DE GABINETE	01	R\$6.000,00	UNIDADE	R\$6.000,00	R\$6.000,00
LOGÍSTICA	01	R\$30.000,00	UNIDADE	R\$30.000,00	R\$30.000,00
MATERIAS DE PESQUISA	01	R\$10.000,00	UNIDADE	R\$10.000,00	R\$10.000,00
DESIGNER	01	R\$6.000,00	UNIDADE	R\$6.000,00	R\$6.000,00
IMPOSTOS	01	R\$11.450,00	UNIDADE	R\$11.450,00	R\$15.000,00
<b>LUCRO</b>	<b>-</b>	<b>R\$72.000,00</b>	<b>-</b>	<b>R\$72.000,00</b>	<b>R\$72.000,00</b>
<b>TOTAL</b>					<b>R\$198.000,00</b>

Por ser verdade, firmo a presente.

Passos, 20 de Fevereiro de 2025.

KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:182641770001  
60

Assinado de forma digital por  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
07661538601:18264177000160  
Dados: 2025.02.20 23:28:19 -03'00'

KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
18.264.177/0001-60  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
PROPRIETÁRIO e TITULAR  
076.615.386-01



contato@ksturis.com.br



ksturis.com.br



(35) 9 9993-3901

ACT N.º 028/2024

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO - GRAMADOTUR**  
**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**CONTRATO N.º 189/2022**

Pelo presente instrumento, a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO - GRAMADOTUR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Borges de Medeiros n.º 4111, Gramado – RS, inscrito no CNPJ sob n.º 18.137.082/0001-86, neste ato representada por sua **PRESIDENTE, ROSA HELENA PEREIRA VOLK**, vem através do presente **ATESTAR** que a empresa **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.264.177/0001-60, com sede na Rua Eldorado, n.º 739, Bairro Parque Residencial Eldorado, cidade de Passos/MG, CEP 37.902-104, prestou serviços de forma satisfatória, não existindo em nossos registros até a presente data fatos que desabonem sua conduta e responsabilidades com as obrigações assumidas perante a Autarquia. A empresa cumpriu integralmente o objeto para a prestação de serviços de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado que ocorreu de 27 de outubro de 2022 até 29 de janeiro de 2023, realizando 2 mil pesquisas. Os serviços prestados possuem base nos termos do Contrato n.º 189/2022 e autos do Pregão Eletrônico nº 088/2022.


Gramado (RS), 01 de agosto de 2024.

ROSA HELENA  
PEREIRA

VOLK:31665187034

Assinado de forma digital por  
ROSA HELENA PEREIRA  
VOLK:31665187034  
Dados: 2024.08.02 08:31:12 -03'00'

**ROSA HELENA PEREIRA VOLK**  
**PRESIDENTE**

Documento assinado digitalmente  
 **TATIANA FERREIRA DA SILVA**  
Data: 01/08/2024 22:09:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**TATIANA FERREIRA DA SILVA**  
**FISCAL DO CONTRATO(GESTORA)**

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**CONTRATO N.º 189/2022**

**EMPENHO N.º 603/2022**

Pelo presente instrumento, a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Borges de Medeiros n.º 4.111, Gramado/RS, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.137.082/0001-86, representado por sua **PRESIDENTE, Sra. ROSA HELENA PEREIRA VOLK**, e por seu **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, Sr. MARCOS VINICIUS SOARES SERRA FREIRE**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.264.177/0001-60, com sede na Rua Eldorado, n.º 739, Bairro Parque Residencial Eldorado, cidade de Passos/MG, CEP 37.902-104, neste ato representada pelo **Sr. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do **Pregão Eletrônico n.º 088/2022**, e de conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, firmam o presente contrato mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado que ocorrerá de 27 de outubro de 2022 até 29 de janeiro de 2023, em conformidade com as especificações descritas no Projeto Básico em anexo ao Edital.

**Parágrafo Único:** É parte integrante deste termo contratual o Projeto Básico, bem como todas as descrições e especificações nele contidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais)**, para prestação dos serviços objeto deste termo contratual, o qual será pago mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada da cópia do comprovante de envio do arquivo SEFIP e do comprovante de recolhimento ao FGTS dos funcionários contratados para a prestação dos serviços, devidamente quitada e aprovada pelo fiscal do contrato, conforme cronograma:

- Primeira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de novembro de 2022;
- Segunda parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de dezembro de 2022.
- Terceira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de janeiro de 2023;
- Quarta parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de fevereiro de 2023.

**Parágrafo Primeiro:** O envio da nota fiscal deve ser realizado a partir da data de adimplemento total da obrigação ou de etapa ou parcela do contrato a que se refere, desde que essa seja a forma de pagamento prevista no edital de licitação ou no contrato, respeitando o cronograma de execução e o cronograma financeiro ajustado, bem como os prazos para recebimento do objeto, em conformidade com o art. 73 da Lei n.º 8.666/1993. Em nenhuma hipótese a nota fiscal pode ser tirada antes de finalizada a etapa do serviço a ser paga.

**Parágrafo Segundo:** É obrigatória a apresentação do número do empenho e o número da conta bancária da empresa no corpo da Nota Fiscal em todas as parcelas do serviço contratado. As notas emitidas sem os dados acima poderão ficar retidas aguardando regularização por parte da contratada.

**Parágrafo Terceiro:** As notas fiscais deverão ser entregues ao fiscal do contrato, acompanhadas dos demais documentos exigidos no edital de licitação e no contrato administrativo para fins de pagamento, que deverá efetivar as medidas necessárias para liquidação e envio para o setor competente para pagamento em até 5 (cinco) dias consecutivos, contados da data de seu recebimento.

**Parágrafo Quarto:** A nota fiscal recebida na tesouraria será incluída em lista de credores por ordem cronológica de recebimento, devidamente aprovada e liquidada, com o atendimento de todas obrigações previstas, sendo o pagamento efetuado em 4 (quatro) dias após esta data.

**Parágrafo Quinto:** Havendo necessidade de maior prazo para a observação ou



realização de vistoria que comprove a adequação do objeto, para fins de recebimento definitivo e liquidação da despesa, atendendo ao disposto no art. 73, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, tal prazo deverá ser devidamente justificado pelo fiscal do contrato e comunicado à contratada.

**Parágrafo Sexto:** O credor será excluído da respectiva lista classificatória nas seguintes hipóteses:

- I - Quando o contratado for notificado para sanar ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
- II - Quando ocorrer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação.

**Parágrafo Sétimo:** A reinclusão do credor nas listas classificatórias será realizada após a regularização das falhas e da emissão do novo documento fiscal, se necessário, reiniciando-se os prazos previstos acima.

**CLÁUSULA TERCEIRA –** Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico em anexo ao Edital, o qual também faz parte do presente termo, dentro dos prazos, locais e cargas horárias estipuladas.

**CLÁUSULA QUARTA –** A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, objeto do presente Edital, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da prestação dos serviços, isentando integralmente a Gramadotur.

**Parágrafo Único:** São de responsabilidade da CONTRATADA eventuais danos causados diretamente à Gramadotur ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou ineficiência na execução dos serviços contratados, sendo vedado à empresa o chamamento ao processo ou a denúncia à lide da Autarquia.

**CLÁUSULA QUINTA –** Os valores dos itens adjudicados só poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, na forma do art. 65, II “d” da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações.

**Parágrafo Único:** Eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de

consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos dos materiais.

**CLÁUSULA SEXTA** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, salvo justificativa aceita pela GRAMADOTUR, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) Executar o contrato com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- b) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: advertência e multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- c) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- d) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- e) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

**Parágrafo Primeiro:** A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal n.º 10.520/02 e na Lei Federal n.º 8.666/93, inclusive a responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Autarquia.

**Parágrafo Segundo:** A multa deverá ser recolhida diretamente à Gramadotur, segundo procedimentos da Tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Autarquia Municipal de Turismo Gramadotur.

**Parágrafo Terceiro:** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Presidente da Autarquia, devidamente justificado.

**Parágrafo Quarto:** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentá-la falsa ou

adulterada; ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação; não manter a proposta, falhar ou fraudar a execução do pedido; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Autarquia e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores deste órgão, caso já seja credenciado, pelo período de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e nas demais cominações legais.

**Parágrafo Quinto:** As sanções previstas nesta cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Parágrafo Sexto:** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA SÉTIMA –** A despesa com a execução do presente contrato está prevista na seguinte dotação orçamentária do exercício de 2022:

**Código Reduzido:** 34

**Unidade:** Gramadotur

**Projeto atividade:** 2.039 – Natal Luz

**Categoria econômica:** 3.3.90.39.05.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais

**CLÁUSULA OITAVA –** O presente instrumento terá vigência durante o exercício de 2022/2023, encerrando-se após a execução e o pagamento total dos serviços, o qual posteriormente será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA NONA –** Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie, quando:

- I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
- III - Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93;
- IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA –** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**Parágrafo Único:** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Os responsáveis pela execução deste Contrato: pela contratante, serão designados por portaria desta Autarquia; pela contratada, o Sr. Kleyber Jorge Da Silveira.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – O presente contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 088/2022, à Lei n.º 10.520/2002 e à Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, mesmo nos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Fica eleito o foro da comarca de Gramado/RS, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Gramado/RS, 19 de setembro de 2022.

**ROSA HELENA PEREIRA VOLK**

**Presidente  
Contratante**

**MARCOS VINICIUS SOARES SERRA FREIRE**

**Diretor Administrativo e Financeiro**

**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 – ME**

**Contratada**

# TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Autarquia Municipal de Turismo - GRAMADOTUR  
Setor de Compras e Licitações  
Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico 088/2022

## Resultado da Adjudicação

Lote: 0001 - Pesquisa - Natal Luz - Quantidade: 1 - Valor Referência: 41.780,42

Item	Produto	Fornecedor	CNPJ/CPF	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd	Valor Final	Valor Total	Situação
0001	Empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado	N/C	N/C	N/C	N/C	1	28.300,00	28.300,00	N/C
N/C	Vencedor	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	N/C	N/C	N/C	N/C	28.300,00	Adjudicado em: 16/09/2022 - 11:57:42 - Por: José Alberto Pereira da Silva Júnior

José Alberto Pereira da Silva Júnior

Pregoeiro



# ATA FINAL

Autarquia Municipal de Turismo - GRAMADOTUR  
Setor de Compras e Licitações  
Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico 088/2022

## Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
05/09/2022 17:28	06/09/2022 08:00	13/09/2022 17:45	16/09/2022 08:29	16/09/2022 08:30

## Alterações de Prazos / Republicações

Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão	Alterado em	Alterado Por
06/09/2022 08:00	14/09/2022 17:45	19/09/2022 08:29	19/09/2022 08:30	05/09/2022 17:49	José Alberto Pereira da Silva Júnior

## Lotes Licitados

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação	Julgamento
0001		PESQUISA - NATAL LUZ					
	0001	EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE PÚBLICO PARA O 37º NATAL LUZ DE GRAMADO	41.780,42	1	SVÇ	Homologado	Menor Preço
		VALOR TOTAL ESTIMADO	41.780,42				

## Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
05/09/2022 - 17:25	<a href="#">PE 088 - Pesquisa Natal Luz - Licitação Exclusiva.pdf</a>
05/09/2022 - 17:49	<a href="#">solicitação.gramadotur.pdf</a>

## Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
16/09/2022 - 09:03	Documentos solicitados para o processo Pregão Eletrônico 088/2022	Foram solicitadas diligências no lote 0001 do processo Pregão Eletrônico 088/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

## Vencedores

**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 18.264.177/0001-60 - Endereço: Avenida Eldorado. - CEP: 37902104 - UF: MG - Município: Passos - Telefone: (35) 99993-3901**

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001		Pesquisa - Natal Luz					
	0001	Empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado	N/C	N/C	1 SVÇ	R\$ 28.300,00	R\$ R\$ 28.300,00
		TOTAL DO LOTE					R\$ 28.300,00
					TOTAL DO VENCEDOR		R\$ 28.300,00

## Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.





Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Declaração de não parentesco	Declaração que NENHUM dos sócios, administradores, diretores e gerentes é cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º grau de servidor, de dirigente ou conselheiro da Gramadotur.
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

## Propostas Enviadas

### LOTE 0001 - ITEM 0001 - Empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	12/09/2022 - 20:25:27	N/C	N/C	1	R\$40.000,00	R\$ 40.000,00	Sim
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	14/09/2022 - 09:46:01	N/C	N/C	1	R\$41.780,42	R\$ 41.780,42	Sim
VERUM PESQUISAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	37.229.464/0001-84	14/09/2022 - 19:26:12	N/C	N/C	1	R\$41.500,00	R\$ 41.500,00	Sim
VR CONSULTORIA LTDA	17.278.191/0001-50	15/09/2022 - 20:23:16	N/C	N/C	1	R\$41.780,42	R\$ 41.780,42	Sim
OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	18.697.679/0001-85	16/09/2022 - 08:21:56	N/C	N/C	1	R\$41.780,00	R\$ 41.780,00	Sim

## Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
VR CONSULTORIA LTDA	17.278.191/0001-50	60 dias
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	60 dias
VERUM PESQUISAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	37.229.464/0001-84	60 dias
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	60 dias
OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	18.697.679/0001-85	60 dias

## Lances Enviados

### LOTE 0001 - ITEM 0001 - Empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado

Data	Valor	CNPJ	Situação
12/09/2022 - 20:25:27	40.000,00 (proposta)	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
14/09/2022 - 09:46:01	41.780,42 (proposta)	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
14/09/2022 - 19:26:12	41.500,00 (proposta)	37.229.464/0001-84 - VERUM PESQUISAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	Válido
15/09/2022 - 20:23:16	41.780,42 (proposta)	17.278.191/0001-50 - VR CONSULTORIA LTDA	Válido
16/09/2022 - 08:21:56	41.780,00 (proposta)	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:32:58	39.998,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:33:27	39.900,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:37:54	39.800,00	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:38:11	39.700,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:38:58	39.600,00	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:39:08	39.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:39:48	39.450,00	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido



16/09/2022 - 08:40:04	39.400,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:40:20	39.390,00	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:40:38	39.300,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:41:05	39.299,99	37.229.464/0001-84 - VERUM PESQUISAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	Válido
16/09/2022 - 08:41:09	39.000,00	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:41:31	38.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:41:52	38.459,99	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:42:04	38.250,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:42:18	38.240,00	17.278.191/0001-50 - VR CONSULTORIA LTDA	Válido
16/09/2022 - 08:42:38	38.200,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:42:51	38.199,00	17.278.191/0001-50 - VR CONSULTORIA LTDA	Válido
16/09/2022 - 08:43:02	38.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:43:05	37.600,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:43:25	37.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:43:33	37.900,00	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:43:34	37.450,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:43:46	37.400,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:43:57	37.350,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:44:06	37.200,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:44:16	37.100,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:44:26	37.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:44:48	36.999,99	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:45:01	36.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:45:22	36.250,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:45:31	36.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:45:42	35.900,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:45:55	35.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:46:14	35.300,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:46:32	35.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:46:54	34.999,99	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:47:05	34.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:47:15	34.200,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:47:29	34.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:47:52	33.990,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:48:02	33.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:48:05	36.000,01	18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	Válido



16/09/2022 - 08:48:19	33.250,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:48:33	33.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:48:51	32.999,92	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:49:04	32.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:49:33	32.200,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:49:50	32.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:50:08	31.500,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:50:21	31.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:50:43	30.500,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:50:52	30.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:51:03	29.999,99	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:51:21	29.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:53:20	28.999,99	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
16/09/2022 - 08:53:34	28.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
16/09/2022 - 08:58:10	28.300,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido

## Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Lote	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001a	16/09/2022 - 09:08:31	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">Proposta.Final.pdf</a>

## Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Dt. de Validade	Arquivo
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 19:53	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	202200056506866	Secretaria Estadual Fazenda Minas Gerais	03/08/2022	01/11/2022	<a href="#">Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 19:55	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	39611	Prefeitura Municipal de Passos	05/08/2022	05/11/2022	<a href="#">Certidão Negativa de Débitos junto ao Município sede do licitante</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 19:59	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	24602985/2022	Justiça do Trabalho	03/08/2022	30/01/2023	<a href="#">Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 20:05	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	22080310421002570537	2ª Vara de Justiça de Minas Gerais	03/08/2022	03/11/2022	<a href="#">Certidão Negativa de Falências e concordatas emitida pelo Poder Judiciário da sede do licitante</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 20:14	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	RECEITA FEDERAL	07/09/2022	-	<a href="#">Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas</a>



KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 20:17	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	RECEITA FEDERAL	03/08/2022	30/01/2023	<a href="#">Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 20:20	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	-	08/07/2015	-	<a href="#">Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 20:25	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	2022090401531048405692	Carteira de Identificação Federal	07/09/2022	03/10/2022	<a href="#">Certificado de Regularidade junto ao FGTS</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 20:45	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	-	07/09/2022	-	<a href="#">Declaração de Não-Parentesco</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	07/09/2022 - 20:45	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	-	07/09/2022	-	<a href="#">Declaração de Enquadramento na Lei Complementar n.º 123/2006</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	08/09/2022 - 10:24	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	-	07/09/2022	-	<a href="#">Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	08/09/2022 - 10:31	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	-	07/09/2022	-	<a href="#">Declaração Art. 7.º, Inciso XXXIII da Constituição Federal</a>
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	12/09/2022 - 20:20	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA	-	Eficaz	21/08/2022	-	<a href="#">Atestado de Capacidade Técnico-Operacional</a>

## Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
16/09/2022 - 11:40	--	--

## 0001 - Pesquisa - Natal Luz

### Intenções de Recurso

CNPJ	Data de Envio	Intenção	Julgamento
19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	16/09/2022 - 11:27:43	Temos Intenção de recurso, Solicitaremos diligência no Atestado Técnico	Indeferido
<p>Justificativa: A licitante não apresentou fundamentação à intenção de recurso, limitando-se apenas a alegar que solicitaria diligência no Atestado Técnico sem indicar em quais pontos o atestado apresentado não estaria atendendo ao exigido no edital. A motivação tem que ser fundamentada, não bastando apenas a motivação. As licitantes devem motivar e fundamentar seus recursos conforme preconiza o item 7 do instrumento convocatório. A licitante não apresentou fundamentação à intenção de recurso, limitando-se apenas a manifestar interesse em impetrar recurso. Sobre o tema, disciplina o edital que:</p> <p>7.1.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.</p> <p>7.1.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.</p> <p>7.1.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente. Destaca-se que foram analisados os dados do emissor, tais como CNPJ e responsável pela assinatura do atestado, a data e o local do evento, dentre outros, não havendo indícios que desabonem o documento apresentado. Reitera-se que não foi apontado pela empresa ÁGORA PESQUISA EIRELI – ME nenhum elemento que pudesse indicar que o atestado não atende ao exigido no edital. Sendo assim, por inobservância das exigências editalícias, fica afastada a intenção de recurso. Desta forma, considera-se improcedente a intenção de recurso pretendida.</p>			
18.697.679/0001-85 - OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	16/09/2022 - 11:34:44	Preço inexequível	Indeferido
<p>Justificativa: Conforme ensinamentos do ilustíssimo Marçal Justen Filho, no que tange à inexequibilidade da proposta no pregão, assim se expressa: "A licitação destina-se – especialmente no caso do pregão – a selecionar a proposta que acarrete o menor desembolso possível para os cofres públicos. Logo, não há sentido em desclassificar proposta sob o fundamento de ser muito reduzida. Ao ver do autor, a inexequibilidade deve ser arcada pelo licitante, que deverá executar a prestação nos exatos termos de sua oferta. A ausência de adimplemento à prestação conduzirá à resolução do contrato, com o sancionamento adequado." (PREGÃO, Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico, Ed. Dialética, 5ª ed., 2009, pág. 182).</p> <p>1. Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário). 2. A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário). Destaca-se que no presente processo licitatório há outra empresa com apenas 2% acima do valor ofertado pela licitante vencedora. Diante do exposto, entendemos que a proposta é exequível e que a empresa está ciente que terá que arcar com todas as despesas necessárias à perfeita execução dos serviços. Sendo assim, fica afastada a alegação trazida na intenção de recurso. Desta forma, considera-se improcedente a intenção de recurso pretendido.</p>			



## Classificação Parcial

### LOTE 0001

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação <sup>1</sup>	Valor Global
1º	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	Arrematante	28.300,00
2º	ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	Classificado	28.999,99
3º	OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	18.697.679/0001-85	Classificado	36.000,01
4º	VR CONSULTORIA LTDA	17.278.191/0001-50	Classificado	38.199,00
5º	VERUM PESQUISAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	37.229.464/0001-84	Classificado	39.299,99

<sup>1</sup> Arrematante; Desclassificado; Inabilitado, Classificado e Rejeitado.

## Chat

Data	Apelido	Frase
05/09/2022 - 17:49:00	Sistema	Atendendo à solicitação do Órgão, os prazos do processo foram alterados. Os dados originais estão preservados na tabela de republicações.
16/09/2022 - 08:32:06	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
16/09/2022 - 08:32:37	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
16/09/2022 - 08:32:37	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019, de que trata o inciso I do caput do art. 31. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
16/09/2022 - 08:32:37	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R\$ 0,01. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
16/09/2022 - 08:32:37	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
16/09/2022 - 08:32:39	Sistema	O lote 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
16/09/2022 - 08:32:42	Pregoeiro	Bom dia! Sessão pública aberta para lances por parte das licitantes.
16/09/2022 - 08:55:35	Sistema	O lote 0001 foi encerrado.
16/09/2022 - 08:55:41	Sistema	O lote 0001 teve como arrematante KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - ME com lance de R\$ 28.500,00.
16/09/2022 - 08:56:22	Sistema	Foi aberta negociação para o lote 0001. O prazo é até às 09:01 do dia 16/09/2022.
16/09/2022 - 08:56:22	Sistema	Motivo: Empresa KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - ME, consegue melhorar o valor ofertado? Podemos fechar em R\$ 28.000,00?
16/09/2022 - 08:58:10	Sistema	O lote 0001 recebeu um lance negociado no valor de R\$ 28.300,00.
16/09/2022 - 09:03:02	Sistema	Foram solicitadas diligências para o lote 0001. O prazo de envio é até às 11:03 do dia 16/09/2022.
16/09/2022 - 09:03:02	Sistema	Motivo: Em atendimento ao item 5.17.2. do edital, fica aberto o prazo de 02 (duas) horas para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
16/09/2022 - 09:08:31	Sistema	A diligência do lote 0001 foi anexada ao processo.
16/09/2022 - 11:10:15	Sistema	Para o lote 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601.
16/09/2022 - 11:10:20	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 16/09/2022 às 11:40.
16/09/2022 - 11:10:34	Pregoeiro	As empresas terão 30 minutos para manifestar intenção de recurso. Caso não haja manifestação, o processo será encaminhado para homologação.
16/09/2022 - 11:27:43	Sistema	O fornecedor ÁGORA PESQUISA EIRELI - ME declarou intenção de recurso para o lote 0001.
16/09/2022 - 11:34:44	Sistema	O fornecedor OPINIAO ESTATISTICA EIRELI - ME declarou intenção de recurso para o lote 0001.
16/09/2022 - 11:55:25	Sistema	Intenção de recurso foi indeferida para o lote 0001.
16/09/2022 - 11:55:25	Sistema	Intenção: Preço inexequível
16/09/2022 - 11:55:25	Sistema	Justificativa: Conforme ensinamentos do ilustríssimo Marçal Justen Filho, no que tange à inexequibilidade da proposta no pregão, assim se expressa: "A licitação destina-se – especialmente no caso do pregão – a selecionar a proposta que acarrete o menor desembolso possível para os cofres públicos. Logo, não há sentido em desclassificar proposta sob o fundamento de ser muito reduzida. Ao ver do autor, a inexequibilidade deve ser arcada pelo licitante, que deverá executar a prestação nos exatos termos de sua oferta. A ausência de adimplemento à prestação conduzirá à resolução do contrato, com o sancionamento adequado." (PREGÃO, Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico, Ed. Dialética, 5ª ed., 2009, pág. 182). 1. Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à... (CONTINUA)
16/09/2022 - 11:55:25	Sistema	(CONT. 1) inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário). 2. A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário). Destaca-se que no presente processo licitatório há outra empresa com apenas 2% acima do valor ofertado pela licitante vencedora. Diante do exposto, entendemos que a proposta é exequível e que a empresa está ciente que terá que arcar com todas as despesas necessárias à perfeita execução dos serviços. Sendo assim, fica afastada a alegação trazida na intenção de recurso. Desta forma, considera-se improcedente a intenção de recurso pretendido.
16/09/2022 - 11:57:26	Sistema	Intenção de recurso foi indeferida para o lote 0001.



16/09/2022 - 11:57:26	Sistema	Intenção: Temos Intenção de recurso, Solicitaremos diligência no Atestado Técnico
16/09/2022 - 11:57:26	Sistema	Justificativa: A licitante não apresentou fundamentação à intenção de recurso, limitando-se apenas a alegar que solicitaria diligência no Atestado Técnico sem indicar em quais pontos o atestado apresentado não estaria atendendo ao exigido no edital. A motivação tem que ser fundamentada, não bastando apenas a motivação. As licitantes devem motivar e fundamentar seus recursos conforme preconiza o item 7 do instrumento convocatório. A licitante não apresentou fundamentação à intenção de recurso, limitando-se apenas a manifestar interesse em impetrar recurso. Sobre o tema, disciplina o edital que: 7.1.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro. 7.1.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor. 7.1.4. Não... (CONTINUA)
16/09/2022 - 11:57:26	Sistema	(CONT. 1) será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente. Destaca-se que foram analisados os dados do emissor, tais como CNPJ e responsável pela assinatura do atestado, a data e o local do evento, dentre outros, não havendo indícios que desabonem o documento apresentado. Reitera-se que não foi apontado pela empresa ÁGORA PESQUISA EIRELI – ME nenhum elemento que pudesse indicar que o atestado não atende ao exigido no edital. Sendo assim, por inobservância das exigências editalícias, fica afastada a intenção de recurso. Desta forma, considera-se improcedente a intenção de recurso pretendida.
16/09/2022 - 11:57:30	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
16/09/2022 - 11:57:42	Sistema	O lote 0001 foi adjudicado por José Alberto Pereira da Silva Júnior.
16/09/2022 - 16:23:51	Sistema	O lote 0001 foi homologado por Rosa Helena Pereira Volk.

---

José Alberto Pereira da Silva Júnior  
Pregoeiro

---

Paula Fernanda Schuck  
Apoio

---

Vanessa Bubolz de Lima  
Apoio





**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR**  
**Setor de Compras e Licitações**  
**Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico 088/2022**

**Resultado da Homologação**

**Lote 0001 - Pesquisa - Natal Luz- Valor Referência: 41.780,42**

Fornecedor	Valor Total	Situação
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	28.300,00	Homologado em 16/09/2022 16:23:51 Por: Rosa Helena Pereira Volk

\_\_\_\_\_  
Rosa Helena Pereira Volk  
Autoridade Competente



**RANKING DO PROCESSO**  
**AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR**  
**Setor de Compras e Licitações**  
**Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico 088/2022**

**LOTE 0001 - Pesquisa - Natal Luz | Valor de Referência: R\$ 41.780,42**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Total	Tipo	LC 123/2006
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	R\$ 28.300,00	ME	Sim
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	R\$ 28.999,99	ME	Sim
OPINIAO ESTATISTICA EIRELI	18.697.679/0001-85	R\$ 36.000,01	ME	Sim
VR CONSULTORIA LTDA	17.278.191/0001-50	R\$ 38.199,00	EPP/SS	Sim
VERUM PESQUISAS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA	37.229.464/0001-84	R\$ 39.299,99	ME	Sim



**VENCEDORES DO PROCESSO**  
Autarquia Municipal de Turismo - GRAMADOTUR  
Setor de Compras e Licitações  
Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico 088/2022

**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 18.264.177/0001-60 - Endereço: Avenida Eldorado. - CEP: 37902104 - UF: MG - Município: Passos - Telefone: (35) 99993-3901**

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001		Pesquisa - Natal Luz					
	0001	Empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado	N/C	N/C	1 SVÇ	R\$ 28.300,00	R\$ R\$ 28.300,00
TOTAL DO LOTE							R\$ 28.300,00
TOTAL DO VENCEDOR						R\$ 28.300,00	

**Valor Total: R\$ 28.300,00**



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022

**A AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR**, em conformidade com as Leis n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações e n.º 10.520/2002 de 17 de julho de 2002, através do Setor de Compras e Licitações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Federal n.º 10.024/19, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Decretos Municipais n.º 088/2003 de 02 de dezembro de 2003 e 129/2007 de 18 de outubro de 2007, e, no que couber, da Lei complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e demais regras deste Edital.

Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras Públicas: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

### 1. DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado que ocorrerá de 27 de outubro de 2022 até 29 de janeiro de 2023, conforme serviços descritos neste Projeto Básico, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei.
- 1.2.** A licitação será do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como critério de julgamento o valor **global**, observadas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

### 2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1.** A presente licitação será **EXCLUSIVA** às beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar n.º 147/2014.
- 2.1.1.** São beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006 as microempresas, as

empresas de pequeno porte, o microempreendedor individual, as cooperativas que se enquadrem na receita de ME ou EPP, conforme o disposto no art. 34, da Lei nº 11.488/2007.

**2.2.** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

**2.3.** Não poderão participar da presente licitação:

- 2.3.1.** Empresas declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 2.3.2.** Empresas suspensas de licitar e contratar com órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta do Município de Gramado;
- 2.3.3.** Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, sejam servidores, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Gramadotur;
- 2.3.4.** Empresas que se enquadrem em alguma das situações enumeradas no art. 9º da Lei 8.666 e alterações.

### 3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**3.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

**3.2.** O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo os trabalhos conduzidos pelo Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

**3.3.** Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que

seguem:

**3.3.1. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA:** das **08h00 do dia 06/09/2022** às **08h29 do dia 16/09/2022**.

3.3.1.1. A empresa somente conseguirá enviar a proposta após realizar o download do Edital no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**3.3.2. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às **08h30 do dia 16/09/2022**, após a realização da aceitabilidade das propostas apresentadas.

**3.4.** Referência de tempo: para todas as referências de data e hora, será considerado o horário oficial de Brasília-DF.

#### **4. ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

**4.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), devendo efetuar seu cadastro e estar habilitado junto ao Portal de Compras Públicas.

**4.1.1.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.1.2.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**4.2.1.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir

a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

- 4.2.2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.2.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.2.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.3. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico.
  - 4.3.1. **É vedado à empresa se identificar no momento do preenchimento da proposta no Portal de Compras Públicas, em especial nos campos Modelo e Marca/ Fabricante, sob pena de sua desclassificação.**
  - 4.3.2. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para sua entrega.
  - 4.3.3. O preço proposto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, deverá ser completo, abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), prestação do serviço, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro pessoal do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.
- 4.4. Será utilizado como critério de aceitabilidade das propostas o valor de referência constante da planilha orçamentária (**Anexo 07**).



- 4.4.1. A aceitabilidade das propostas será verificada sob análise da adequabilidade dos valores unitários, podendo haver supressão de algum item se estiver em desacordo com o preço de mercado.
- 4.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando a Autarquia isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

## 5. ABERTURA, ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS, DISPUTA DE LANCE E FORMALIZAÇÃO DO PREÇO FINAL

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.
- 5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.
- 5.2.1. Também serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que identifiquem o licitante; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4.1. Os lances ofertados serão avaliados pelo **valor global**, cotados em reais, com 02 (duas) casas decimais;

- 5.4.2.** Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 5.5.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 5.6.** Os casos de solicitação de cancelamento de lances através de sistema eletrônico somente serão analisados se o lance ofertado for, no máximo, 10% (dez por cento) do valor do item no termo de referência.
- 5.7.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- 5.7.1.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.9.1.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.14.** Ocorrendo o empate entre as licitantes a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 5.15.** Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.
- 5.16.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 5.17.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.17.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.17.2.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo 02, devidamente assinada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.17.2.1.** O não envio do documento de proposta adequada ao último lance ofertado ensejará a desclassificação do licitante, passando a Autarquia a convocação dos demais licitantes em ordem de classificação.
- 5.18.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições deste Edital.

- 5.18.1.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 5.18.2.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 5.18.3.** Em caso de dúvidas quanto a exequibilidade dos valores ofertados, poderá a Administração exigir que o licitante vencedor apresente proposta detalhada de custos que garanta a exequibilidade da proposta, como condição para a adjudicação do objeto e assinatura do contrato.
- 5.19.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá à habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro negociará com a licitante para que seja obtido preço menor;
- 5.20.** É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93 e no item 11 - Das Penalidades deste Edital;
- 5.21.** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## 6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão encaminhados via sistema eletrônico, devendo o licitante:

- 6.1.1.** Realizar o envio digitalizado dos documentos através do portal de compras públicas anteriormente ao horário de início da sessão pública, sob pena de desclassificação da proposta.
- 6.1.1.1. O não envio do arquivo de habilitação dentro do prazo e condições descritas no instrumento convocatório implicará a licitante nas penalidades previstas no item 11 e na lei.
- 6.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.2.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 6.2.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 6.2.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 6.2.4.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.5.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3.** Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos habilitatórios:
- 6.3.1. Habilitação jurídica**
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**b)** Registro comercial, no caso de empresa individual, cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de Sociedade Anônima ou Associação Civil, estatuto da empresa, acompanhada da ata de eleição dos atuais diretores. Para empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**b.1)** Caso a empresa esteja representada por procurador, para que possua validade neste processo licitatório, a procuração deverá ser enviada junto do ato constitutivo, estatuto ou contrato social.

**Obs.:** O objeto social da empresa deverá ser compatível com a parcela de maior relevância do objeto licitado.

#### **6.3.2. Regularidade fiscal**

- a)** Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b)** Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Estadual;
- c)** Certidão Negativa de Débitos junto ao município sede do licitante;
- d)** Certificado de Regularidade junto ao FGTS.

#### **6.3.3. Regularidade trabalhista**

- a)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- b)** Declaração de que não está descumprindo o disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante.

#### **6.3.4. Qualificação Econômico-Financeira**

- a)** Certidão Negativa de Falências e concordatas emitida pelo Poder Judiciário da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

#### **6.3.5. Declarações**

- a)** Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação, conforme **Anexo 03**.

b) Declaração de Enquadramento na Lei Complementar n.º 123/2006, conforme **Anexo 04**, firmada pelo sócio administrador da empresa, em conformidade com o § 2º do art. 13 do Decreto 8.538/2015, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias **OU** Certidão Simplificada da Junta Comercial com mesmo prazo.

c) Declaração de Não-Parentesco, conforme **Anexo 05**.

#### 6.3.6. Qualificação Técnica

a) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, serviços de pesquisa de público com mínimo de 1.000 (mil) pessoas. O atestado deverá conter o endereço, o período e o nome do evento/serviço.

a.1) Os atestados apresentados deverão conter os seguintes dados da empresa emitente: razão social, CNPJ, endereço, telefone de contato e e-mail. Os dados exigidos são necessários para possibilitar a realização de eventuais diligências.

6.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

6.5. A licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que ela apresente alguma restrição.

6.5.1. À licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 6.5, deste Edital, é assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

6.5.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



- 6.5.3.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 6.5.1, implicará decadência do direito à contratação, passando-se à convocação das licitantes remanescentes seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 11.1, alínea “a”, deste Edital.
- 6.6.** Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
- 6.6.1.** A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.
- 6.7.** A Sessão Pública poderá ser suspensa a qualquer tempo pelo Pregoeiro, desde que devidamente justificado e com prazo definido para o prosseguimento do processo.
- 6.8.** Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.
- 6.9.** Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.
- 6.10.** Na ausência de apresentação de declarações já atestadas via sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas, os documentos poderão ser aceitos em substituição dos solicitados no momento de apreciação da habilitação.

## 7. DOS RECURSOS

- 7.1.** Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, e no Decreto Federal n.º 10.024/19, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, hipótese em que o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.
- 7.1.1.** Ficará aberto prazo de 30 (trinta) minutos para que as licitantes possam manifestar a intenção de recursos.
- 7.1.2.** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os

fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

- 7.1.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 7.1.4.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 7.2.** Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.
- 7.3.** A proponente que manifestar a intenção de recurso que tenha sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual número de dias, contados da data final do prazo do recorrente.
- 7.3.1.** Somente serão aceitos recursos e contrarrazões enviados através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 7.3.2.** Recursos entregues na sede da Gramadotur não serão considerados.
- 7.4.** Decorrido o prazo, sem a juntada do recurso pelo licitante que manifestou interesse em recorrer, importará na decadência do direito de recorrer, e o prosseguimento imediato do processo pelo Pregoeiro, adjudicando-se o objeto desta licitação ao licitante declarado vencedor e encaminhando-se o processo à homologação do Presidente da Autarquia.
- 7.5.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do Pregão.
- 7.6.** Os recursos contra a decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

7.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.8. Decididos os possíveis recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o respectivo item para a licitante vencedora do certame.

## 8. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

8.1. As impugnações ou solicitações de esclarecimentos ao Edital devem ser apresentadas EXCLUSIVAMENTE no portal <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, em até 03 (três) dias úteis antes da hora e data fixada para a abertura da sessão pública.

8.2. As impugnações/esclarecimentos serão respondidas pelo Pregoeiro no prazo de 02 (dois) dias úteis após seu recebimento. Se a decisão for pelo provimento, o Edital deverá ser retificado, na forma do art. 21, §4º, da Lei 8.666/93, ou cancelado, conforme o caso.

8.3. Não será reconhecida a impugnação apresentada fora do prazo legal, e/ou subscrita por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente ou, ainda, que não atenda às condições estabelecidas neste Edital.

8.4. Não sendo formulados até este prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das Propostas e dos Documentos de Habilitação, não cabendo, portanto, às licitantes, direito a qualquer reclamação posterior.

8.5. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos do Edital, o licitante que tenha aceitado sem objeção ou deixe de apontar falhas ou irregularidades até o prazo acima definido, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## 9. DO RECEBIMENTO E DO FORNECIMENTO

9.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período,

quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

- 9.2.** O licitante vencedor deverá executar todos os serviços em conformidade com as especificações do Projeto Básico em anexo ao Edital, o qual será parte integrante do termo contratual formulado.
- 9.3.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 9.4.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.5.** O licitante vencedor deverá apresentar, **até o momento da assinatura do contrato**, a seguinte documentação, de forma impressa:
- 9.5.1.** Planilha de proposta, discriminando o valor de cada item, bem como o valor global da última proposta ofertada, ficando a apresentação da planilha vinculada a assinatura do termo contratual.
- 9.5.2.** Documentação de habilitação, de acordo com a enviada pelo sistema eletrônico, conforme itens 6. e 12.4 do edital.
- 9.5.3.** A não entrega dos documentos implicará nas penalidades previstas no item 11 do edital, sendo o vencedor **desclassificado** e promovendo a Autarquia a convocação do próximo colocado.
- 9.6.** O licitante vencedor deverá apresentar em até 10 (dez) dias antes do início da prestação de serviços:
- 9.6.1.** Relação com o nome dos funcionários contratados para o cumprimento do objeto, acompanhado da cópia do comprovante do vínculo com a empresa por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de

Prestação de Serviços. Caso o funcionário pertença ao quadro societário da empresa, a comprovação será feita mediante declaração por escrito de que este irá fazer parte da equipe que irá prestar os serviços contratados.

- 9.6.2.** A não entrega dos documentos implicará nas penalidades previstas no item 11 do edital, provocando a rescisão unilateral do contrato e promovendo a Autarquia a convocação do próximo colocado.
- 9.7.** Sempre que houver alteração no quadro de funcionários contratados para a prestação de serviços objeto do presente edital, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação atualizada, estando sujeito às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.
- 9.8.** O Município, por meio da Gramadotur, é o titular dos Direitos Autorais de todo trabalho realizado, que fica inserido no patrimônio cultural do evento, nada podendo exigir o contratado além do ajustado, com base na Lei Federal nº 9.610/98, Constituição Estadual, art. 7º, XI e Lei Orgânica do Município, art. 101.
- 9.9.** O licitante vencedor é responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, objeto do presente Edital, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da prestação dos serviços, isentando integralmente a Gramadotur.
- 9.10.** Caso a Autarquia seja acionada em decorrência das obrigações do item 9.9, a empresa que deu causa deverá ressarcir a Administração se, por ventura, vier a ser condenada ao pagamento em sentença condenatória.
- 9.11.** O contrato a ser firmado com o licitante vencedor, terá vigência durante o exercício de 2022/2023, encerrando-se após a execução e o pagamento total dos serviços, o qual posteriormente será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial.
- 9.12.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico em anexo ao Edital, dentro dos prazos, locais e cargas horárias estipuladas.

**9.13.** Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

**9.13.1.** Em se tratando de obras e serviços:

9.13.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado;

9.13.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**9.14.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**9.15.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

## 10. DO PAGAMENTO

**10.1.** O pagamento será efetuado mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada da cópia do comprovante de envio do arquivo SEFIP e do comprovante de recolhimento ao FGTS dos funcionários contratados para a prestação dos serviços, devidamente quitada e aprovada pelo fiscal do contrato, conforme cronograma:

**10.1.1.** Primeira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, a ser pago na data de 15 (quinze) de novembro de 2022;

**10.1.2.** Segunda parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, a ser pago na data de 15 (quinze) de dezembro de 2022.

**10.1.3.** Terceira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, a ser pago na data de 15 (quinze) de janeiro de 2023;

**10.1.4.** Quarta parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, a ser pago na data de 15 (quinze) de fevereiro de 2023.

**10.2.** O envio da nota fiscal deve ser realizado a partir da data de adimplemento total da obrigação ou de etapa ou parcela do contrato a que se refere, desde que

essa seja a forma de pagamento prevista no Edital de licitação ou no contrato, respeitando o cronograma de execução e o cronograma financeiro ajustado, bem como os prazos para recebimento do objeto, em conformidade com o art. 73 da Lei n.º 8.666/1993. Em nenhuma hipótese a nota fiscal pode ser tirada antes de finalizada a etapa do serviço a ser paga.

- 10.3.** É obrigatória a apresentação do número do empenho e o número da conta bancária da empresa no corpo da Nota Fiscal em todas as parcelas do serviço contratado. As notas emitidas sem os dados acima poderão ficar retidas aguardando regularização por parte da contratada.
- 10.4.** As notas fiscais deverão ser entregues ao fiscal do contrato, acompanhadas dos demais documentos exigidos no Edital de licitação e no contrato administrativo para fins de pagamento, que deverá efetivar as medidas necessárias para liquidação e envio para o setor competente para pagamento em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data de seu recebimento.
- 10.5.** A nota fiscal recebida na tesouraria será incluída em lista de credores por ordem cronológica de recebimento, devidamente aprovada e liquidada, com o atendimento de todas obrigações previstas, sendo o pagamento efetuado em 04 (quatro) dias após esta data.
- 10.6.** Havendo necessidade de maior prazo para a observação ou realização de vistoria que comprove a adequação do objeto, para fins de recebimento definitivo e liquidação da despesa, atendendo ao disposto no art. 73, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, tal prazo deverá ser devidamente justificado pelo fiscal do contrato e comunicado à contratada.
- 10.7.** O credor será excluído da respectiva lista classificatória nas seguintes hipóteses:
- 10.7.1.** Quando o contratado for notificado para sanar ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
  - 10.7.2.** Quando ocorrer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação.



**10.8.** A reinclusão do credor nas listas classificatórias será realizada após a regularização das falhas e da emissão do novo documento fiscal, se necessário, reiniciando-se os prazos previstos acima.

**10.9.** A despesa com a aquisição do serviço contratado, objeto do presente Edital, correrá pela seguinte dotação orçamentária do exercício de 2022:

**Código Reduzido:** 34

**Unidade:** Gramadotur

**Projeto atividade:** 2.039 – Natal Luz

**Categoria econômica:** 3.3.90.39.05.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais

## 11. DAS PENALIDADES

**11.1.** Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações, seja na condição de participante do certame ou de licitante vencedor, os licitantes, conforme a infração, salvo justificativa aceita pela Gramadotur, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a)** Deixar de apresentar a documentação exigida no certame na fase de habilitação ou em momento posterior quando necessário: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;*
- b)** Manter comportamento inadequado durante o Pregão: *afastamento do certame, advertência e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;*
- c)** Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;*
- d)** Executar o contrato com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e)** Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual:

*advertência e multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do contrato;*

- f)** *Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g)** *Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato;*
- h)** *Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato.*

**11.2.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal n.º 10.520/02 e na Lei Federal n.º 8.666/93, inclusive a responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Autarquia.

**11.3.** A multa deverá ser recolhida diretamente à Gramadotur, segundo procedimentos da Tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Autarquia Municipal de Turismo Gramadotur.

**11.4.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Presidente da Autarquia, devidamente justificado.

**11.5.** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentá-la falsa ou adulterada; ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação; não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do pedido; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Autarquia e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores deste órgão, caso já seja credenciado, pelo período de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das

multas previstas neste Edital, no contrato e nas demais cominações legais.

- 11.6.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 11.7.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 12.2.** Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados.
- 12.3.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação endereço, telefone e e-mail.
- 12.4.** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em cópia autenticada, por tabelião ou por servidor desta Autarquia, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. As cópias extraídas da internet dos documentos de habilitação serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.
- 12.4.1.** A autenticação de documentos realizada por servidor desta Autarquia para participação neste certame deverá ser realizada até um dia antes da abertura da sessão.
- 12.5.** O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da GRAMADOTUR, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8666/93, sobre o valor inicial contratado.
- 12.6.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

- 12.7.** A GRAMADOTUR poderá revogar a licitação por interesse público, bem como anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93 e art. 50 do Decreto Federal nº 10.024/2019).
- 12.8.** Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação exigida e não apresentada no prazo de recebimento.
- 12.9.** Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Gramado/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- 12.10.** O presente Edital poderá ser acessado na internet, no site [www.gramadotur.rs.gov.br](http://www.gramadotur.rs.gov.br) e site do Portal de Compras Públicas: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)
- 12.11.** São anexos deste Edital:
- Anexo 01 – Minuta do Contrato;
  - Anexo 02 – Modelo de Proposta;
  - Anexo 03 – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação;
  - Anexo 04 – Declaração de Beneficiário da Lei Complementar n.º 123/2006;
  - Anexo 05 – Declaração de Não-Parentesco;
  - Anexo 06 – Projeto Básico;
  - Anexo 07 – Planilha Orçamentária.

**Gramado/RS, 05 de setembro de 2022.**

**ROSA HELENA PEREIRA VOLK**

**Presidente**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022**  
**ANEXO 01**  
**MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**CONTRATO N.º xxx/2022**  
**EMPENHO N.º xxx/2022**

Pelo presente instrumento, a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Borges de Medeiros n.º 4.111, Gramado/RS, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.137.082/0001-86, representado por sua **PRESIDENTE, Sra. ROSA HELENA PEREIRA VOLK**, e por seu **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, Sr. MARCOS VINICIUS SOARES SERRA FREIRE**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo **Sr. (a)**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do **Pregão Eletrônico n.º 088/2022**, e de conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, firmam o presente contrato mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado que ocorrerá de 27 de outubro de 2022 até 29 de janeiro de 2023, em conformidade com as especificações descritas no Projeto Básico em anexo ao Edital.

**Parágrafo Único:** É parte integrante deste termo contratual o Projeto Básico, bem como todas as descrições e especificações nele contidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ \_\_\_\_\_ (reais)**, para prestação dos serviços objeto deste termo contratual, o qual será pago mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada da cópia do comprovante de envio do arquivo SEFIP e do comprovante de recolhimento ao FGTS dos funcionários contratados para a

prestação dos serviços, devidamente quitada e aprovada pelo fiscal do contrato, conforme cronograma:

- Primeira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ \_\_\_\_ (reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de novembro de 2022;
- Segunda parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ \_\_\_\_ (reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de dezembro de 2022.
- Terceira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ \_\_\_\_ (reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de janeiro de 2023;
- Quarta parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ \_\_\_\_ (reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de fevereiro de 2023.

**Parágrafo Primeiro:** O envio da nota fiscal deve ser realizado a partir da data de adimplemento total da obrigação ou de etapa ou parcela do contrato a que se refere, desde que essa seja a forma de pagamento prevista no edital de licitação ou no contrato, respeitando o cronograma de execução e o cronograma financeiro ajustado, bem como os prazos para recebimento do objeto, em conformidade com o art. 73 da Lei n.º 8.666/1993. Em nenhuma hipótese a nota fiscal pode ser tirada antes de finalizada a etapa do serviço a ser paga.

**Parágrafo Segundo:** É obrigatória a apresentação do número do empenho e o número da conta bancária da empresa no corpo da Nota Fiscal em todas as parcelas do serviço contratado. As notas emitidas sem os dados acima poderão ficar retidas aguardando regularização por parte da contratada.

**Parágrafo Terceiro:** As notas fiscais deverão ser entregues ao fiscal do contrato, acompanhadas dos demais documentos exigidos no edital de licitação e no contrato administrativo para fins de pagamento, que deverá efetivar as medidas necessárias para liquidação e envio para o setor competente para pagamento em até 5 (cinco) dias consecutivos, contados da data de seu recebimento.

**Parágrafo Quarto:** A nota fiscal recebida na tesouraria será incluída em lista de

credores por ordem cronológica de recebimento, devidamente aprovada e liquidada, com o atendimento de todas obrigações previstas, sendo o pagamento efetuado em 4 (quatro) dias após esta data.

**Parágrafo Quinto:** Havendo necessidade de maior prazo para a observação ou realização de vistoria que comprove a adequação do objeto, para fins de recebimento definitivo e liquidação da despesa, atendendo ao disposto no art. 73, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, tal prazo deverá ser devidamente justificado pelo fiscal do contrato e comunicado à contratada.

**Parágrafo Sexto:** O credor será excluído da respectiva lista classificatória nas seguintes hipóteses:

- I - Quando o contratado for notificado para sanar ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
- II - Quando ocorrer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação.

**Parágrafo Sétimo:** A reinclusão do credor nas listas classificatórias será realizada após a regularização das falhas e da emissão do novo documento fiscal, se necessário, reiniciando-se os prazos previstos acima.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico em anexo ao Edital, o qual também faz parte do presente termo, dentro dos prazos, locais e cargas horárias estipuladas.

**CLÁUSULA QUARTA** – A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, objeto do presente Edital, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da prestação dos serviços, isentando integralmente a Gramadotur.

**Parágrafo Único:** São de responsabilidade da CONTRATADA eventuais danos



causados diretamente à Gramadotur ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou ineficiência na execução dos serviços contratados, sendo vedado à empresa o chamamento ao processo ou a denúncia à lide da Autarquia.

**CLÁUSULA QUINTA** – Os valores dos itens adjudicados só poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, na forma do art. 65, II “d” da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações.

**Parágrafo Único:** Eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos dos materiais.

**CLÁUSULA SEXTA** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, salvo justificativa aceita pela GRAMADOTUR, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) Executar o contrato com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- b) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: advertência e multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- c) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- d) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- e) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

**Parágrafo Primeiro:** A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal n.º 10.520/02 e na Lei Federal n.º 8.666/93, inclusive a responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Autarquia.

**Parágrafo Segundo:** A multa deverá ser recolhida diretamente à Gramadotur, segundo procedimentos da Tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Autarquia Municipal de Turismo Gramadotur.

**Parágrafo Terceiro:** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Presidente da Autarquia, devidamente justificado.

**Parágrafo Quarto:** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentá-la falsa ou adulterada; ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação; não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do pedido; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Autarquia e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores deste órgão, caso já seja credenciado, pelo período de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e nas demais cominações legais.

**Parágrafo Quinto:** As sanções previstas nesta cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Parágrafo Sexto:** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – A despesa com a execução do presente contrato está prevista na seguinte dotação orçamentária do exercício de 2022:

**Código Reduzido:** 34

**Unidade:** Gramadotur

**Projeto atividade:** 2.039 – Natal Luz

**Categoria econômica:** 3.3.90.39.05.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais

**CLÁUSULA OITAVA** – O presente instrumento terá vigência durante o exercício de 2022/2023, encerrando-se após a execução e o pagamento total dos serviços, o qual posteriormente será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA NONA** – Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie, quando:

**I** - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;

**II** - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;

**III** - Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93;

**IV** - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**Parágrafo Único:** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Os responsáveis pela execução deste Contrato: pela contratante, serão designados por portaria desta Autarquia; pela contratada, o Sr. (a) \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – O presente contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 088/2022, à Lei n.º 10.520/2002 e à Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, mesmo nos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Fica eleito o foro da comarca de Gramado/RS, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente



contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Gramado/RS, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**ROSA HELENA PEREIRA VOLK**

**Presidente**

**Contratante**

**MARCOS VINICIUS SOARES SERRA FREIRE**

**Diretor Administrativo e Financeiro**

**LTDA**

**Contratada**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022**

**ANEXO 02**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Gramadotur

Av. Borges de Medeiros, 4111 – Gramado -RS

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022**

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

\_\_\_\_\_ (nome da empresa), CNPJ-MF n.º \_\_\_\_, sediada \_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_, telefone (xx) xxxx-xxxx, email: xxxxxxxxxxxx@xxxxxx.com.br, tendo examinado o presente Edital, vem apresentar a proposta para execução dos serviços nele referidos, no **valor global** de R\$...(…), conforme discriminado pelo somatório dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado	Serviço	1	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>

**Constatada divergência entre o valor da soma da planilha da proposta apresentada e o valor global informado, será válido o menor valor.**

Outrossim, declara que:

a) esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais) materiais, transportes, equipamentos de proteção individual, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços;



b) concorda em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias;

c) que está CIENTE DE TODAS ESPECIFICAÇÕES DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS e que sua proposta comercial atende ao exigido.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso da empresa supracitada, observadas as condições do Edital.

\_\_\_\_ (localidade) \_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ . \_\_\_\_

\_\_\_\_\_(assinatura)

\_\_\_\_\_(nome por extenso)

\_\_\_\_\_(cargo)



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022**

**ANEXO 03**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

À

Autarquia Municipal de Turismo Gramadotur

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022

A Empresa (Razão Social do Licitante), através da presente, declara para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do processo licitatório em epígrafe, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da Declarante)

(Razão Social da empresa licitante)



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022**

**ANEXO 04**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006**

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Representante legal

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022

### ANEXO 05

### DECLARAÇÃO DE NÃO-PARENTESCO

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara que NENHUM de seus sócios, administradores, diretores e gerentes é cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º grau de servidor, dirigente ou conselheiro da Gramadotur.

Local e data.

---

Representante legal

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022**

### **ANEXO 06**

### **PROJETO BÁSICO**

#### **1. OBJETO**

1.1. O presente Projeto Básico consiste na contratação de empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado que ocorrerá de 27 de outubro de 2022 até 29 de janeiro de 2023.

#### **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A Gramadotur é responsável pela realização do Natal Luz de Gramado, um dos principais eventos da cidade, que esse ano estará na sua 37ª edição. Para tanto, se faz necessária a realização de pesquisa de satisfação do público, conforme todo os anos anteriores, a fim de conhecer nosso público e entender as demandas que desejam e esperam dos nossos eventos e da cidade como um todo. Isto é, a necessidade central da contratação é adquirir informações necessárias para avaliação do evento de forma ampla, o objetivo será medir o grau de satisfação do público sob diversos critérios objetivos, sendo assim, através dessa importante ferramenta a instituição poderá entender e compreender as necessidades do público interessado no evento e a Autarquia através desse feedback poderá evoluir na racionalização e eficiência de todos recursos públicos envolvidos.

#### **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 Contratação de empresa para pesquisa com público do Natal Luz, que se encontra nesse ano na sua 37ª edição. A contratação se faz necessária para que se entenda as demandas do público e quais as expectativas a serem atendidas e demandas a serem supridas;

3.2 A pesquisa terá caráter quantitativo e qualitativo, com aplicação de questionário, que será desenvolvido a partir da reunião de briefing com a contratada para entendimento da estratégia de pesquisa. A pesquisa vai se desdobrar nas partes quantitativa e qualitativa a ser definida nesta reunião;

3.3 A pesquisa deverá atender todo o período do evento, incluindo datas comemorativas e feriados em que o maior público está concentrado na cidade em razão do evento Natal Luz de Gramado, como por exemplo véspera de Natal, Natal, véspera de Réveillon, Réveillon. A empresa deverá executar a pesquisa nestas datas também;

3.4 A pesquisa deverá ser totalmente documentada em meio impresso e/ou digital;

3.5 Ao final, a contratada deverá entregar em meio físico e digital, o resultado geral da pesquisa com todos os pontos esclarecidos na reunião de briefing;

3.6 É necessário apresentação mensal ao fiscal do contrato, do andamento das pesquisas;

3.7 A amostragem deve contemplar os meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023. No total é necessária uma entrega de no mínimo 2 (duas) mil pesquisas;

3.8 O evento Natal Luz de Gramado tem um período de 95 (noventa e cinco) dias de atrações, sendo que a maior concentração de público se compreende no final de novembro e todo dezembro, sendo este o período em que se faz necessária a maior parte das pesquisas. Qualquer ajuste da periodicidade será feito de acordo com a Contratante, mediante comunicação prévia à contratada.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Fornecer à empresa a ser contratada as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas;

4.2. Solicitar o acesso ao espaço contratado para execução dos serviços necessários proporcionando todas as facilidades para que possa desempenhar suas funções;

4.3. Fornecer as informações necessárias para organização do trabalho;

4.4. Fornecer credenciamento para a equipe de trabalho com identificação como pesquisa oficial.

4.5. Realizar reunião de trabalho com a Contratada, para apresentar a programação oficial da 37ª edição do Natal Luz de Gramado para atender nossa demanda.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. Realizar pesquisa junto ao público do evento Natal Luz de Gramado;
- 5.2. Apresentar cronograma de trabalho e posições (mapa de localização das atuações) da equipe que irá desenvolver a pesquisa;
- 5.3. Contratar pessoal suficiente para prestação do serviço ao qual se destina esse projeto básico, bem como apresentar a relação dos contratados e cronograma de realização;
- 5.4. A aplicação da pesquisa envolverá os todos os locais abertos de atrativos do Natal Luz de Gramado bem como, os locais fechados onde ocorrerão os grandes espetáculos, para assim abranger o público específico e visitante em geral;
- 5.5. Apresentação dos resultados finais até o dia 15/02/2023, através de relatório digital e impresso;
- 5.6. Responsabilizar-se por possíveis erros causados, realizando a devida correção sem ônus para a Autarquia;
- 5.7. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente a Gramadotur ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 5.8. Comunicar por escrito e verbalmente a Gramadotur todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a apresentar risco e/ou prejudicar o desenvolvimento do evento;
- 5.9. Emitir nota fiscal dos serviços prestados efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos;
- 5.10. Responsabilizar-se pelas obrigações sociais de proteção aos profissionais por ela contratados, bem como todas as obrigações da execução contratual, incluindo salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Projeto Básico;

## **6. ETAPAS DOS SERVIÇOS**

- 6.1. A prestação de serviços iniciará na data de assinatura do termo contratual e encerrando-se no período de termino das atividades previstas.



6.2. Toda organização do espaço deverá ser acompanhada pela contratada, bem como por fiscal da contratante selecionado e instituído por portaria específica.

**Responsável pela elaboração deste Projeto Básico:** Kenia Jaeger

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2022**

**ANEXO 07**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – VALORES DE REFERÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Empresa para realização de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado	Serviço	1	R\$ 41.780,42	R\$ 41.780,42
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 41.780,42</b>

**Gramado/RS, 05 de setembro de 2022.**



## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**CONTRATO N.º 189/2022**


**EMPENHO N.º 603/2022**

Pelo presente instrumento, a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE TURISMO GRAMADOTUR**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Borges de Medeiros n.º 4.111, Gramado/RS, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.137.082/0001-86, representado por sua **PRESIDENTE, Sra. ROSA HELENA PEREIRA VOLK**, e por seu **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, Sr. MARCOS VINICIUS SOARES SERRA FREIRE**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.264.177/0001-60, com sede na Rua Eldorado, n.º 739, Bairro Parque Residencial Eldorado, cidade de Passos/MG, CEP 37.902-104, neste ato representada pelo **Sr. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do **Pregão Eletrônico n.º 088/2022**, e de conformidade com a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, firmam o presente contrato mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de pesquisa de satisfação de público para o 37º Natal Luz de Gramado que ocorrerá de 27 de outubro de 2022 até 29 de janeiro de 2023, em conformidade com as especificações descritas no Projeto Básico em anexo ao Edital.

**Parágrafo Único:** É parte integrante deste termo contratual o Projeto Básico, bem como todas as descrições e especificações nele contidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais)**, para prestação dos serviços objeto deste termo contratual, o qual será pago mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada da cópia do comprovante de envio do arquivo SEFIP e do comprovante de recolhimento ao FGTS dos funcionários contratados para a prestação dos serviços, devidamente quitada e aprovada pelo fiscal do contrato, conforme cronograma:



- Primeira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de novembro de 2022;
- Segunda parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de dezembro de 2022.
- Terceira parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de janeiro de 2023;
- Quarta parcela: 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, correspondente a R\$ 7.075,00 (sete mil e setenta e cinco reais), a ser pago na data de 15 (quinze) de fevereiro de 2023.

**Parágrafo Primeiro:** O envio da nota fiscal deve ser realizado a partir da data de adimplemento total da obrigação ou de etapa ou parcela do contrato a que se refere, desde que essa seja a forma de pagamento prevista no edital de licitação ou no contrato, respeitando o cronograma de execução e o cronograma financeiro ajustado, bem como os prazos para recebimento do objeto, em conformidade com o art. 73 da Lei n.º 8.666/1993. Em nenhuma hipótese a nota fiscal pode ser tirada antes de finalizada a etapa do serviço a ser paga.

**Parágrafo Segundo:** É obrigatória a apresentação do número do empenho e o número da conta bancária da empresa no corpo da Nota Fiscal em todas as parcelas do serviço contratado. As notas emitidas sem os dados acima poderão ficar retidas aguardando regularização por parte da contratada.

**Parágrafo Terceiro:** As notas fiscais deverão ser entregues ao fiscal do contrato, acompanhadas dos demais documentos exigidos no edital de licitação e no contrato administrativo para fins de pagamento, que deverá efetivar as medidas necessárias para liquidação e envio para o setor competente para pagamento em até 5 (cinco) dias consecutivos, contados da data de seu recebimento.

**Parágrafo Quarto:** A nota fiscal recebida na tesouraria será incluída em lista de credores por ordem cronológica de recebimento, devidamente aprovada e liquidada, com o atendimento de todas obrigações previstas, sendo o pagamento efetuado em 4 (quatro) dias após esta data.

**Parágrafo Quinto:** Havendo necessidade de maior prazo para a observação ou

realização de vistoria que comprove a adequação do objeto, para fins de recebimento definitivo e liquidação da despesa, atendendo ao disposto no art. 73, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, tal prazo deverá ser devidamente justificado pelo fiscal do contrato e comunicado à contratada.

**Parágrafo Sexto:** O credor será excluído da respectiva lista classificatória nas seguintes hipóteses:

- I - Quando o contratado for notificado para sanar ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;
- II - Quando ocorrer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação.

**Parágrafo Sétimo:** A reinclusão do credor nas listas classificatórias será realizada após a regularização das falhas e da emissão do novo documento fiscal, se necessário, reiniciando-se os prazos previstos acima.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico em anexo ao Edital, o qual também faz parte do presente termo, dentro dos prazos, locais e cargas horárias estipuladas.

**CLÁUSULA QUARTA** – A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços, objeto do presente Edital, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da prestação dos serviços, isentando integralmente a Gramadotur.

**Parágrafo Único:** São de responsabilidade da CONTRATADA eventuais danos causados diretamente à Gramadotur ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou ineficiência na execução dos serviços contratados, sendo vedado à empresa o chamamento ao processo ou a denúncia à lide da Autarquia.

**CLÁUSULA QUINTA** – Os valores dos itens adjudicados só poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, na forma do art. 65, II “d” da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações.

**Parágrafo Único:** Eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de

consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos dos materiais.

**CLÁUSULA SEXTA** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, salvo justificativa aceita pela GRAMADOTUR, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) Executar o contrato com irregularidades passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- b) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: advertência e multa diária de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- c) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- d) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato;
- e) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos e multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

**Parágrafo Primeiro:** A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal n.º 10.520/02 e na Lei Federal n.º 8.666/93, inclusive a responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Autarquia.

**Parágrafo Segundo:** A multa deverá ser recolhida diretamente à Gramadotur, segundo procedimentos da Tesouraria, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Autarquia Municipal de Turismo Gramadotur.

**Parágrafo Terceiro:** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Presidente da Autarquia, devidamente justificado.

**Parágrafo Quarto:** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentá-la falsa ou



adulterada; ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação; não manter a proposta, falhar ou fraudar a execução do pedido; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Autarquia e será descredenciado do Cadastro de Fornecedores deste órgão, caso já seja credenciado, pelo período de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e nas demais cominações legais.

**Parágrafo Quinto:** As sanções previstas nesta cláusula são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Parágrafo Sexto:** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – A despesa com a execução do presente contrato está prevista na seguinte dotação orçamentária do exercício de 2022:

**Código Reduzido:** 34

**Unidade:** Gramadotur

**Projeto atividade:** 2.039 – Natal Luz

**Categoria econômica:** 3.3.90.39.05.00.00.00 Serviços Técnicos Profissionais

**CLÁUSULA OITAVA** – O presente instrumento terá vigência durante o exercício de 2022/2023, encerrando-se após a execução e o pagamento total dos serviços, o qual posteriormente será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA NONA** – Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie, quando:

- I - Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
- II - A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
- III - Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93;
- IV - Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA** – As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**Parágrafo Único:** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.


**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Os responsáveis pela execução deste Contrato: pela contratante, serão designados por portaria desta Autarquia; pela contratada, o Sr. Kleyber Jorge Da Silveira.


**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – O presente contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 088/2022, à Lei n.º 10.520/2002 e à Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações, mesmo nos casos omissos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Fica eleito o foro da comarca de Gramado/RS, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

Gramado/RS, 19 de setembro de 2022.

  
**ROSA HELENA PEREIRA VOLK**  
Presidente  
Contratante

  
**MARCOS VINICIUS SOARES SERRA FREIRE**  
Diretor Administrativo e Financeiro

  
**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 – ME**  
Contratada



## Atestado de Capacidade Técnica

Atesto para os devidos fins que a Empresa, KLEYBER JORGE DA SILVEIRA – KS CONSULTORIA, 07661538601 ME, inscrita no CNPJ nº 18.264.177/0001-60, com sede na Avenida Eldorado, 739, Jardim Eldorado, CEP: 37.902-104, Passos, Minas Gerais, prestou serviços abaixo descritos, para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR, em plenas condições entre os meses de novembro de 2019 a maio de 2020.

### Descrições das Atividades:

- Realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/ Cálculo da População Flutuante, na alta temporada de verão de 2020 (janeiro, fevereiro e março) nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

**Questionários Aplicados: 3.562**

Itajaí 07 de Maio de 2021.

*Vivian M. Floriani*  
VIVIAN MENGARDA FLORIANI  
Diretora Executiva – CITMAR

Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde & Mar  
Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - sala 02  
Bairro: São Vicente - ITAJAÍ - SC  
CEP 88309-421





**CONTRATO Nº 19/2019 FIRMADO COM A  
EMPRESA KLEYBER JORGE DA  
SILVEIRA 07661538601 (KS  
CONSULTORIA) PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇO PARA PRESQUISA DE  
DEMANDA TURÍSTICA E FLUXO  
TURÍSTICO PARA O CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA  
VERDE E MAR – CITMAR, CONFORME  
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO  
PRESENCIAL N. 05/2019.**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 09.267.291/0001-53, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 2, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí/SC, CEP 88.309-421, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor **CÉLIO JOSÉ BERNARDINO**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa

1

**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.264.177/0001-60, com sede na Rua Eldorado, nº 737, bairro Parque Residencial Eldorado, na cidade de Passos/MG, CEP. 37902-104, neste ato representada pelo senhor(a), **Kleyber Jorge da Silveira**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 12.448.434 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 076.615.386-01, residente e domiciliado na Rua Eldorado, nº 517, bairro Parque Residencial, na cidade de Passos/MG, CEP. 37902-104 doravante denominada de **CONTRATADA**, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras,



**Costa  
Verde & Mar**  
REGIÃO TURÍSTICA



Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

**Parágrafo Primeiro** - O objeto deste Contrato deverá ser prestado em estrita observância ao **EDITAL** do **PREGÃO PRESENCIAL** n. 05/2019 e seus **ANEXOS**.

**Parágrafo Segundo** – A **CONTRATADA** declara que dispõe da qualificação técnica necessária à adequada execução do objeto, de forma a observar a excelência em relação ao padrão de qualidade.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO**

Este contrato foi precedido de **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** nº 05/2019, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, do Contrato de Consórcio Público e de seu Estatuto Social, conforme autorização da autoridade competente, Diretor Executivo Célio José Bernardino.

**Parágrafo Único** - Para eficácia do presente instrumento, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico, conforme Lei n. 8666/93.

2

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) **EDITAL** de **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 05/2019 e seus Anexos;
- b) **PROPOSTA** de Preços da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Único** - Os documentos referidos no *caput*, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E PRAZOS DE ENTREGA**

A **CONTRATADA** deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias **CORRIDOS**, após a assinatura do presente contrato, conforme cronograma abaixo:







**Parágrafo Primeiro** - Todos os questionários aplicados (preenchidos) por município a cada final de mês;

**Parágrafo Segundo** - Planilhas, tabelas e outros documentos em formato aberto, editável e tratável;

**Parágrafo Terceiro** - Apresentação final dos resultados conforme segue:

- a) Relatório 1 – Plano estratégico da pesquisa de demanda.

**Prazo:** até 15/12/2019

**Desembolso:** 5% (cinco por cento)

- b) Relatório 2 – Resultados parciais das pesquisas de janeiro 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 07/02/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- c) Relatório 3 – Resultados parciais das pesquisas de fevereiro 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 06/03/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- d) Relatório 4 – Resultados parciais das pesquisas de março 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 06/04/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- e) Relatório 5 – Entrega dos resultados das pesquisas de demanda.

**Prazo:** até 30/04/2020

**Desembolso:** 20% (vinte por cento)

- f) Relatório 6 – Entrega do resultado do estudo da população flutuante.

**Prazo:** até 25/05/2020





**Desembolso: 45% (quarente e cinco por cento)**

**Parágrafo Quarto** - O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja, justificativa da **CONTRATADA** e concordância entre as **PARTES**.

**Parágrafo Quinto** - O material deverá ser entregue de formal parcial, conforme cronograma, em local determinado pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

O **PRAZO DE VIGÊNCIA** do contrato será de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

O **PRAZO DE EXECUÇÃO** dos **SERVIÇOS** é de 6 (seis) meses, conforme **CRONOGRAMA**, colacionado na Cláusula Quarta.

**Parágrafo Primeiro** - O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Segundo** - O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da **CONTRATADA**, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior.

**Parágrafo Terceiro** - A critério do **CONTRATANTE**, o prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA** e aceito pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** - Constituem motivos para o **EXTINÇÃO** do contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PREÇO E REAJUSTE**

O preço para execução do presente contrato é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

**Parágrafo Primeiro** - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente poderá ocorrer para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-







financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária, devidamente comprovados e mediante requerimento da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Segundo** - Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

**Parágrafo Terceiro** - O preço consignado no contrato poderá ser reajustado, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, e, caso o referido índice venha a se tornar inaplicável em virtude de disposição legal ou, por qualquer outro motivo, seja impossível a sua utilização, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – IPC-FIPE.

**Parágrafo Quarto** - Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o **CONTRATANTE** solicitará a **CONTRATADA**, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

**Parágrafo Quinto** - Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

Fica aqui estabelecido que os materiais objeto deste contrato serão recebidos pela **CONTRATANTE**:

- a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do **MATERIAL** com a especificação contida neste contrato e seus anexos;
- b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do **MATERIAL** e a consequente aceitação.

**Parágrafo Primeiro** - Os **MATERIAIS** que forem recusados (tanto no recebimento provisório quanto no recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias **corridos**, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.





**Parágrafo Segundo** - Se a substituição dos itens cotados não for realizada no prazo estipulado, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Terceiro** - Caso seja comprovado que o **MATERIAL** entregue não está de acordo com as especificações do contrato, a **CONTRATADA** deverá ressarcir todos os custos com perícia ao **CONTRATANTE**, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados ao **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** - O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal/fatura e entrega dos **MATERIAIS** conforme descritos na Cláusula Quarta, com o devido aceite da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quinto** - Não será aceito boleto bancário para pagamento.

**Parágrafo Sexto** - A Nota Fiscal/Fatura somente deverá ser encaminhada a **CONTRATANTE** após o recebimento definitivo do **MATERIAL**, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

**Parágrafo Sétimo** - Se forem constatados erros no documento fiscal/fatura, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

**Parágrafo Oitavo** - Deverá constar no documento fiscal/fatura o número da licitação, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

**Parágrafo Nono** - O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à **CONTRATADA**, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste contrato.

**Parágrafo Décimo** - Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA**, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste contrato ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades decorrentes do contrato, obriga-se a:

- I. Executar os serviços conforme especificações do **EDITAL**, termo de referência, de sua **PROPOSTA** e do **CONTRATO**, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais na qualidade e quantidade especificadas.







- II. Cumprir e fazer cumprir integralmente este contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares e, ainda, as determinações da **CONTRATANTE**, especialmente a execução dos **SERVIÇOS**;
- III. Dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais necessários à prestação dos **SERVIÇOS**;
- IV. Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência, especialmente, por eventuais desidias e faltas quanto a obrigações decorrentes do contrato;
- V. Manter a **CONTRATANTE** informada sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a prestação dos serviços;
- VI. Auxiliar a **CONTRATANTE** na preservação do meio ambiente, zelando pela proteção dos recursos naturais;
- VII. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e de terceiros contratados, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições em que forem exigidos, bem como o porte de crachá indicativo das funções exercidas;
- VIII. Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados;
- IX. Cumprir as determinações legais pertinentes à prestação dos serviços;
- X. Responder, nos termos da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos causados, por si, por seus prepostos ou por terceiros contratados, à **CONTRATANTE**, no exercício da execução das atividades do contrato, não sendo imputável à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade direta ou indireta;
- XI. Prever, nos contratos celebrados com terceiros, cujo objeto encontra-se integrado às atividades deste contrato, que sejam observadas rigorosamente as regras do contrato e seus **ANEXOS** e demais disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis;
- XII. Comunicar às autoridades públicas competentes quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento no âmbito das atividades objeto do contrato;
- XIII. Manter durante toda a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para a continuidade da prestação do serviço concedido;
- XIV. Informar o CITMAR a ocorrência de qualquer fato ou condições que possam atrasar ou impedir o fornecimento dos materiais solicitados, no todo ou em parte, observados







os prazos fixados, inclusive quanto às medidas a serem tomadas visando à imediata correção da situação;

- XV. Emitir atestado de cumprimento das especificidades do material entregue;
- XVI. Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XVII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação;
- XVIII. Indicar preposto, formalmente, visando estabelecer contatos com representante do **CONTRATANTE**, durante a execução dos serviços contratados;
- XIX. Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei; e
- XX. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

8

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A **CONTRATANTE**, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste contrato ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades, obriga-se a:

- I. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços do contrato através de preposto devidamente designado, na forma prevista na lei nº 8.666/93;
- II. Cumprir e fazer cumprir as condições deste contrato;
- III. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- IV. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- V. Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento do produto objeto desta licitação;
- VI. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- VII. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades, quando for o caso;



- VIII. Proceder aos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, observadas as exigências legais e as constantes deste edital;
- IX. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- X. Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços;
- XI. Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93; e
- XII. Rejeitar, no todo ou em parte materiais entregues, se estiverem em desacordo com a especificações do edital e seus anexos, assim como da proposta de preços da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES**

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada dos serviços objeto deste contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta às partes, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência por falta leve, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- b) Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial;
- d) Multa compensatória de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução total.

**Parágrafo Primeiro** – A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

**Parágrafo Segundo** - Caso a **CONTRATADA** deixe de entregar documentação exigida no certame ou apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução de seu objeto, não mantenha a proposta, falhe ou fraude na execução do compromisso, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a **CONTRATANTE** e com os municípios da Região da AMFRI, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.







**Parágrafo Terceiro** - As sanções de que tratam o Parágrafo Segundo, serão aplicadas na forma abaixo:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta ficará impedido de licitar com esta Administração por até 01 (um) ano, concomitante com aplicação de multa de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta;
- b) Falhar ou fraudar na **prestação de serviço** ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos, concomitante com aplicação de multa de 15% (quinze por cento) calculado sobre o valor total da proposta;
- c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 02 (dois) até 05 (cinco) anos, concomitante com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor total da proposta.

**Parágrafo Quarto** - Se a **CONTRATADA** se recusar a assinar o contrato ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela **CONTRATANTE** ou recusar-se a cumprir o objeto, injustificadamente, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Quinto** - Quaisquer dos descumprimentos previstos no Parágrafo Quarto, implicará em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, a ser cobrado diretamente ou na forma da lei, sem prejuízo nas sanções aludidas no Parágrafo Terceiro.

**Parágrafo Sexto** - Se a **CONTRATADA** não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, serão aplicadas as regras previstas nos Parágrafos Terceiro e Quinto.

**Parágrafo Sétimo** - Além das sanções estabelecidas, a **CONTRATANTE** poderá recusar a **prestação de serviço** se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a seu critério, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital.

**Parágrafo Oitavo** - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e a critério da **CONTRATANTE**, os





profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo Nono** - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da administração.

**Parágrafo Décimo** - Nos casos de emissão de declaração falsa, a **CONTRATADA** estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente contrato.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

**Parágrafo Décimo Segundo** - É facultado a **CONTRATADA** apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - As multas sempre que possível serão descontadas diretamente dos valores devidos a **CONTRATADA**. Caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a emissão da guia.

**Parágrafo Décimo Quarto** - Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, a **CONTRATADA** será inscrita em dívida ativa, sendo o valor executado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital e neste Contrato;
- b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;
- d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**Parágrafo Primeiro** - Ocorrendo a rescisão contratual, a **CONTRATADA** será informada







por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário dos Municípios, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

**Parágrafo Terceiro** - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da **CONTRATADA**, relativas ao serviço prestado.

**Parágrafo Quarto** - Caso o **CONTRATANTE** não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**Parágrafo Quinto** - No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do **CONTRATANTE** ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Sétimo** - Ocorrendo a rescisão por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, esta ensejará em multa no importe de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato.

12

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO**

Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se o presente, de caráter personalíssimo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais serão realizadas por Termo Aditivo e serão regidas pelo art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONFIDENCIALIDADE**

Se, em decorrência deste Contrato, qualquer das partes tomar conhecimento ou tiver acesso a informações estratégicas ou confidenciais da outra parte, assim considerado, inclusive, o conteúdo do presente Contrato, obriga-se aquela, por si, seus representantes, prepostos, empregados ou contratados, sob as penas da lei, a não divulgá-las, nem delas dar conhecimento a ninguém, sem prévia e expressa autorização da outra parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO COMPLIANCE**





As partes se comprometem que, no que diz respeito a este Contrato, que nem elas nem qualquer membro dos seus grupos, nem qualquer agente, consultor ou outro intermediário que atua em seu nome ou dos seus grupos, irão, direta ou indiretamente dar, prometer, oferecer, aprovar ou autorizar a oferta de algo de valor a:

- a) Qualquer empregado, oficial ou diretor, ou qualquer pessoa que represente de empresas públicas ou privadas ou companhia afiliada do mesmo, que estejam e venham a se relacionar em razão do objeto contratual;
- b) Qualquer outra pessoa, incluindo qualquer Funcionário Público;
- c) Partidos políticos ou sindicatos controlados pelo Governo ou por qualquer partido político; ou,
- d) Organizações de caridade ou administradores, diretores ou empregados das mesmas, ou qualquer pessoa que atue direta ou indiretamente em nome das mesmas, com a finalidade de: (a) garantir qualquer vantagem indevida para qualquer funcionário das partes CONTRAENTES E/OU DE QUALQUER EMPRESA com quem se relacionem em razão do objeto contratual ou empresa afiliada da mesma; (b) induzir ou influenciar indevidamente Funcionários Públicos para que tomem medidas ou abstenham-se de tomá-las para benefício de qualquer das partes, ou para assegurar a direção dos negócios a qualquer das Partes.

13

**Parágrafo Primeiro** - As partes garantem ainda que:

- a) Segundo seu melhor conhecimento, nem elas nem qualquer de seus afiliados, diretores, acionistas, empregados, agentes, outros intermediários, ou qualquer outra pessoa que atue direta ou indiretamente da sua parte, executarão qualquer das ações descritas nos itens acima;
- b) As pessoas descritas acima, cumprirão com as disposições desta cláusula;
- c) Asseguram e garantem que elas e os seus afiliados, oficiais, diretores, acionistas, empregados, agentes ou outros intermediários, ou qualquer outra pessoa que atue direta ou indiretamente de sua parte, cumprirão totalmente com as Diretrizes de Anticorrupção em vigor no Brasil (Lei Federal 12.846/2013);
- d) Certificam e garantem que manterão registros adequados de forma a possibilitar verificação do cumprimento dos dispositivos da presente Cláusula, e, sem prejuízo das demais disposições do presente Contrato relativas a auditorias.

**Parágrafo Segundo** - Das obrigações para não adoção de práticas de trabalho ilegal:



**Costa Verde & Mar**  
REGIÃO TURÍSTICA





- a) A **CONTRATADA** se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;
- b) A **CONTRATADA** se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097, de 19.12.2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) A **CONTRATADA** se compromete a não empregar adolescentes até 18 (dezoito) anos de idade, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como, em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerado este o período compreendido entre as 22h às 05h.

**Parágrafo Terceiro - Das obrigações para proteção e preservação do meio ambiente:**

- a) A **CONTRATADA** se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não limitando ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a conjugar esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, em suas respectivas relações comerciais.

14

**Parágrafo Quarto -** É facultado à **CONTRATANTE** verificar o cumprimento das disposições contidas nesta Cláusula, cujo descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, ensejará justo motivo para a rescisão do presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento Contratual é regido pelas disposições expressas nas Lei nº 10.520/2002, nº 123/2006 e alterações e subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação:



**Costa Verde & Mar**  
REGIÃO TURÍSTICA



Dotação: 03 – 3.3.90

Órgão: 01 – Consorcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar

Unidade: 01 – Consorcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

O **CONTRATADO** declara que está regular com os órgãos da Justiça do Trabalho, bem como com os compromissos com seus funcionários, tais como: salários, benefícios previdenciários, férias, décimo terceiro salário, FGTS, e demais direitos constantes da Constituição da República Federativa do Brasil e da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O presente contrato não gera vínculo de emprego entre o **CONTRATADO**, seus sócios, empregados e/ou prepostos e a **CONTRATANTE**, declarando o **CONTRATADO** que todos os seus empregados e prepostos estão perfeitamente qualificados, treinados e familiarizados com as condições em que os trabalhos devam ser executados.

**Parágrafo Primeiro** – Toda e qualquer tolerância de qualquer das partes quanto às condições estabelecidas no presente contrato em relação a eventuais infrações não significará alteração das disposições pactuadas, mas mera liberalidade, sem nenhuma consequência jurídica e desta forma não importará em modificação, novação ou renúncia de direitos aqui assegurados.

**Parágrafo Quarto** – Este contrato obriga as partes, seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

**Parágrafo Sexto** – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e alterações posteriores, e demais disposições aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de seu inadimplemento ou descumprimento, total ou parcial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cada parte arcará com seus respectivos encargos e obrigações fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, acidentários ou quaisquer outros ônus inerentes às suas respectivas atividades ou operações com pessoal próprio ou de terceiros contratados, inclusive no que diz respeito à responsabilidade civil perante este contrato.

**Parágrafo Primeiro** - As partes declaram que o presente contrato é de natureza estritamente civil, não se originando deste instrumento, quaisquer vinculações tributárias, trabalhistas,







previdenciárias ou de infortúnica, entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e/ou seus representantes, prepostos ou empregados, comprometendo-se a **CONTRATADA**, em decorrência deste preceito, a promover, por sua exclusiva conta e responsabilidade, quaisquer recolhimentos compulsórios derivados dos serviços que se obrigaram a realizar

**Parágrafo Segundo** - Eventual tolerância quanto a exigibilidade no cumprimento de qualquer obrigação ora convencionada se constituirá em mera liberalidade e, sob nenhuma hipótese poderá ser interpretada como renúncia de direito, nem, tampouco, poderá ser invocada como precedente para novas e idênticas concessões, de parte a parte.

**Parágrafo Terceiro** - As partes neste ato obrigam-se a envidar seus melhores esforços no sentido de conduzir seu relacionamento no mais alto padrão ético e moral, tudo fazendo para o bom e fiel desempenho do presente contrato.

**Parágrafo Quarto** - A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao **CONTRATANTE** ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

**Parágrafo Quinto** - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

16

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO**

As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) para todos os legais e jurídicos efeitos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Itajaí/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante 02 (duas) testemunhas.

Itajaí (SC), 29 de novembro de 2019.





R. Luiz Lopes Gonzaga, 1655 - Bairro São Vicente - 88309-421 - ITAJAÍ/SC  
(47) 3404-8000  
citmar@amfri.org.br  
www.cpvverdemar.com.br



Consórcio Intermunicipal de Turismo  
Costa Verde e Mar - CITMAR  
CONTRATANTE

Kleyber Jorge da Silveira 07661538601  
CONTRATADA

Testemunhas:

1 - [Signature]  
Nome: Josiana Fico Relcho  
CPF: 000.131.545-86

2 - Vivian M. Floriani  
Nome: Vivian M. Floriani  
CPF: 899200.569120



**Edital de Pregão Presencial Nº 5**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**  
**ATA Nº 1 - 2019**

Reuniram-se no dia 26/11/2019, as 10:42:51, na CONSORCIO INTERM.DE TURISMO COSTA VERDE E MAR, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 3/2018 com o objetivo de Emitir, analisar e julgar processos litigiosos tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 5 destinado a Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR. .

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

378 KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601

CNPJ: 18.264.177/0001-60

**ITEM 1 - Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.**

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Valor da Proposta (R\$)	
378	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Sim	92.879,0000	
Nº do Lance	Fornecedor	Desconto(%)	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)

O licitante KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do item 1 deste Pregão Presencial o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 pelo valor de R\$ 90.000,0000 (noventa mil reais).

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 10:45 horas do dia 26 de Novembro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

Jean Carlos Coelho - ..... Pregoeiro

Vivian Mengarda Floriani - ..... Membro

Jean Carlos Coelho - ..... Membro

Célio José Bernardino - ..... Presidente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

CARLOS ANTONIO DE CASTRO - ..... Representante



## **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019**

**OBJETO:** Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

### **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**DATA:** 26/11/2019

**HORÁRIO:** 09h00 (horário de Brasília – DF)

**LOCAL:** Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, sala 02, bairro São Vicente, na cidade de Itajaí/SC, CEP. 88309-421

**PREGOEIRO:** Jean Carlos Coelho

1

### **LOCAL PARA INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES

Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 – Sala 02 – Itajaí/SC

Tel.: (47) 3404-8000

e-mail: [compras@citmar.sc.gov.br](mailto:compras@citmar.sc.gov.br)

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019**





## Processo Administrativo nº 18/2019

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 09.267.291/0001-53, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 2, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí/SC, CEP 88.309-421, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor **CÉLIO JOSÉ BERNARDINO**, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme Processo Administrativo nº04/2019, para **Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR**, nos termos deste EDITAL e seus anexos.

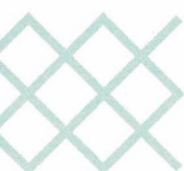
A **LICITAÇÃO** será processada nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, do Contrato de Consórcio Público e de seu Estatuto Social.

2

A sessão pública será realizada nas dependências do CITMAR, na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, sala 02, Bairro São Vicente, na cidade de Itajaí - Santa Catarina, no dia **26 de novembro de 2019, às 09h30min**, e será conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 01 de 15 de fevereiro de 2019.

A **ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES – CREDENCIAMENTO, PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO** deverá ocorrer até o dia **26/11/2019 às 09h00**, no setor de compras do **CITMAR**.

A abertura da **PROPOSTA DE PREÇO** será às 09h30 do dia 26 de novembro de 2019.







Os envelopes de nº 1 (proposta comercial) e nº 2 (documentos de habilitação) deverão ser entregues **até as 09h00 do dia da sessão pública**, podendo o licitante enviar via correio para o endereço mencionado acima ou entregar pessoalmente no departamento de licitações.

As declarações dos Anexos II, III e V deverão ser apresentadas no ato do credenciamento ou assim que aberta a sessão, antes da abertura no envelope nº 01 (Proposta Comercial).

**Observação:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário e local, salvo se houver comunicação em contrário por parte do **CITMAR**.

São partes integrantes deste **EDITAL**:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de não utilização do trabalho do menor;

ANEXO V – Modelo de Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

ANEXO VI – Modelo da Proposta de Preço;

ANEXO VII – Minuta do Termo de Contrato.

## 1. DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES





1.1. O **EDITAL** poderá ser adquirido na sede do **CITMAR**, no endereço acima mencionado, de **12/11/2019 a 26/11/2019**, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, devendo a empresa interessada fornecer a razão social, endereço da sede, CNPJ, telefone, e-mail e nome do representante para contato. Demais elementos, informações e documentos referentes à **LICITAÇÃO** estarão à disposição para exame e obtenção de cópia reprográfica por parte das **LICITANTES**, no mesmo endereço e horário.

1.2. Será fornecida cópia deste **EDITAL** e seus **ANEXOS** em meio digital no mesmo endereço e horário citado no subitem 1.1, mediante a entrega de mídia digital para gravação.

1.3. O acesso ao **EDITAL** e todos os seus **ANEXOS** também poderá ser feito pelo seguinte endereço eletrônico:  
<https://www.amfri.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/9028>, MENU: Transparência – Licitações.

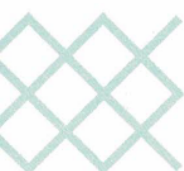
1.4. O **CITMAR** não se responsabilizará pelo **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como suas planilhas, formulários e demais informações, estudos e projetos disponíveis sobre o **OBJETO** da presente **LICITAÇÃO** obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do especificado neste **EDITAL**.

1.5. Os pedidos de informações complementares ou esclarecimentos deverão ser solicitados formalmente pelo e-mail: [compras@citmar.sc.gov.br](mailto:compras@citmar.sc.gov.br) até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da **LICITAÇÃO**. As respostas formalizadas serão disponibilizadas via e-mail e no endereço eletrônico do item 1.3, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados, sendo que estes esclarecimentos adicionais não serão considerados, como regra, motivo para qualquer prorrogação de data estabelecida neste **EDITAL**. Os esclarecimentos e aditamentos passarão a fazer parte integrante deste **EDITAL**.

1.6. Todos os avisos pertinentes a presente **LICITAÇÃO** serão publicados no **D.O.M**, órgão da Imprensa Oficial do CONSÓRCIO e no portal de compras do Consórcio, no endereço eletrônico: <https://www.amfri.org.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/9028>, MENU: Transparência – Licitações.

## 2. DA ALTERAÇÃO DO EDITAL

2.1. O presente **EDITAL** e seus **ANEXOS** poderão ser modificados até a data fixada no para o recebimento dos envelopes desde que observados os seguintes procedimentos:





2.1.1. Divulgação da modificação pela mesma forma que se deu a divulgação deste **EDITAL** e reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não afetar o recebimento dos Envelopes.

### 3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este **EDITAL** por irregularidade na aplicação da legislação que o rege, devendo protocolar o pedido na sede do **CITMAR**, no endereço indicado no Preâmbulo, à atenção do **PREGOEIRO**, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos Envelopes.

3.2. Se feita por **INTERESSADO** em participar desta **LICITAÇÃO**, a impugnação poderá ser protocolada até 02 (dois) dias úteis antes da data de recebimento dos Envelopes.

3.3. Decairá do direito de impugnar o **EDITAL**, a **LICITANTE** que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de entrega da **DOCUMENTAÇÃO**.

3.4. A impugnação feita tempestivamente por qualquer das **LICITANTES** não a impedirá de participar desta **LICITAÇÃO**.

3.5. Acolhida a impugnação, o **CITMAR** deverá divulgar, em aviso a ser publicado no **D.O.M.**, as alterações promovidas neste **EDITAL**, devendo o prazo inicialmente estabelecido para recebimento dos Envelopes ser reaberto, salvo se tais modificações não importarem, inquestionavelmente, na alteração das regras para a apresentação dos documentos e informações exigidas nesta **LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei federal nº 8.666/93.

5

### 4. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

4.1. O **CITMAR**, em despacho devidamente fundamentado, poderá revogar esta **LICITAÇÃO** por razões de interesse público e deverá anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, quando verificada a ocorrência de qualquer ilegalidade.

### 5. DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APLICÁVEIS

5.1. A presente **LICITAÇÃO** é regida em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, do Contrato de Consórcio Público e de seu Estatuto Social, bem como pelas demais normas aplicáveis e às determinações deste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.







5.2. As referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este **EDITAL** e seus **ANEXOS** deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

## 6. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

6.1. A presente **LICITAÇÃO** tem como objeto a contratação de **Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020** compreendendo os municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, conforme **ANEXO I – Termo de Referência**.

6.2. Todas as informações relativas à prestação de serviços, objeto deste **EDITAL** estão disponíveis no **ANEXO I – Termo de Referência**.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Serão admitidos a participar desta **LICITAÇÃO**, empresários, sociedades empresárias e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação e que atendam às condições de credenciamento e habilitação do presente **EDITAL**.

7.2. Apresentação de **DECLARAÇÃO**, sob as penas cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do **Anexo III** deste **EDITAL**, assinado pelo representante legal.

7.3. Apresentação de **DECLARAÇÃO** conforme modelo do **Anexo IV**, declarando que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor), conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993.

7.4. É vedada a qualquer pessoa, física ou jurídica, a representação, na presente **LICITAÇÃO**, de mais de uma empresa, exceto, nos casos em que as empresas não sejam concorrentes nos mesmos itens, devendo, para tanto, o representante apresentar declaração de que as empresas, que representa, não concorrerão aos mesmos itens. **Caso o contrário seja constatado, quando da abertura dos envelopes das propostas de preços, todas as empresas representadas pelo mesmo credenciado serão desclassificadas em todos os itens da LICITAÇÃO.**





7.5. Será admitida, em todas as etapas da **LICITAÇÃO** a manifestação de somente um representante de cada proponente.

7.6. **Será vedada a participação de empresas na LICITAÇÃO, quando:**

- a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público, em quaisquer de seus órgãos, ainda que descentralizados;
- b) Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Impedidas de licitar ou contratar com os Municípios da região da AMFRI;
- d) Das quais participe, seja a que título for, servidor público de algum dos Municípios da Região da AMFRI;
- e) Empresas em processo de recuperação judicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- f) Empresas suspensas do Cadastro Central de Fornecedores do Estado, da União e do Município;
- g) Estrangeiras que não funcionem no País;

7.7. A participação na **LICITAÇÃO** implica na integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente **EDITAL**, de seus **ANEXOS** e das normas que o integram, bem como no enquadramento destes condicionamentos do objetivo social.

7

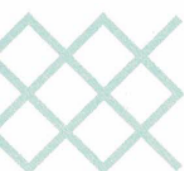
7.8. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou aquelas estabelecidas em lei.

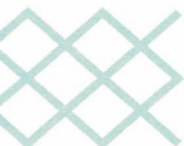
7.9. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

7.10. A simples apresentação da proposta comercial corresponde à indicação, por parte da licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente **LICITAÇÃO**, eximindo, assim, o (a) Pregoeiro (a) e sua equipe do disposto no artigo 97 da Lei n. 8.666/93.

7.11. Fica a licitante obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se isto ocorrer após a abertura do certame.

7.12. A entrega da proposta comercial implica nos seguintes compromissos por parte do licitante:





- a) Estar ciente das condições da **LICITAÇÃO**;
- b) Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- c) Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pelo Pregoeiro;
- d) Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas bem como todas as condições para habilitação exigidas na **LICITAÇÃO**.

## 8. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

8.1. A “**Proposta**” e os “**Documentos de Habilitação**” deverão ser entregues em envelopes distintos, fechados e lacrados, no setor de compras do **CITMAR**, localizado na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, sala 02, Bairro São Vicente, na cidade de Itajaí – SC, contendo na parte externa a seguinte identificação:

<b>CITMAR</b> <b>PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2019</b> <b>ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS</b> <b>RAZÃO SOCIAL:</b> <b>CNPJ:</b> <b>ENDEREÇO/CEP:</b> <b>TELEFONE/FAX:</b> <b>E-MAIL:</b>	<b>CITMAR</b> <b>PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2019</b> <b>ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO</b> <b>RAZÃO SOCIAL:</b> <b>CNPJ:</b> <b>ENDEREÇO/CEP:</b> <b>TELEFONE/FAX:</b> <b>E-MAIL:</b>
--	---

8

## 9. DO CREDENCIAMENTO

9.1. A proponente deverá apresentar, **inicialmente e em separado dos envelopes**, documento em papel timbrado da Empresa com a indicação do representante credenciado com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome desta (Conforme modelo em **Anexo II**).

9.2. O credenciamento: far-se-á por meio de CARTA DE CREDENCIAMENTO, firmada por quem tenha poderes de administração e representação. Caso seja firmada por Procurador, o instrumento de procuração deverá ser público, ou particular com firma reconhecida em cartório e estar acompanhada de cópia autenticada do contrato social em vigor. Caso o Credenciado seja sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, faz-se necessário somente à apresentação de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato





Social consolidado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.3. No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se, mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

9.4. Apresentar a Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios, conforme modelo constante do **Anexo III** deste **EDITAL**, assinado por quem de direito.

9.5. Para comprovação de enquadramento da empresa como ME ou EPP, a licitante **DEVERÁ apresentar JUNTAMENTE COM O CREDENCIAMENTO:**

9.5.1. Declaração conforme modelo (**Anexo V**) constante neste **EDITAL**, assinado por quem de direito;

9.5.2. Certidão expedida pela Junta Comercial da Unidade da Federação da sede da licitante, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias; **ou**

9.5.3. Apresentar outro documento válido que comprove o enquadramento da empresa como ME ou EPP.

9

9.6. Não será enquadrada como ME ou EPP a licitante que apresentar comprovação de enquadramento após a fase de credenciamento;

9.7. Os licitantes que optarem por enviar via CORREIO os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação (ambos **LACRADOS**), deverá constar, em 01 (um) envelope **LACRADO**, separado dos demais, os seguintes documentos:

9.7.1. Constar **OBRIGATORIAMENTE** a Declaração do **Anexo IV**;

9.7.2. Constar **FACULTATIVAMENTE** a documentação referente ao credenciamento. Somente se tiver interesse em participar da etapa de lances em que o credenciado venha a comparecer na sessão;

9.7.3. Constar **OBRIGATORIAMENTE** a Declaração do **Anexo V** e documento similar de comprovação, para se enquadrarem como ME ou EPP.

9.8. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes devidamente credenciados das proponentes.





9.9. Não será admitida nesta **LICITAÇÃO** a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, e estrangeiras que não tenham filial estabelecida no Brasil.

## 10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta financeira, deverá ser apresentada no “Envelope nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS”, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame pertinente, como também deverá, obrigatoriamente:

- a) Ser emitida nos mesmos moldes do **Anexo VI** deste Edital, por escrito, com redação clara, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as suas folhas, devendo, ainda, estarem presas entre si;
- b) Fazer menção ao número desta **LICITAÇÃO**, conter a razão social da licitante, inclusive o CNPJ-MF, número(s) de telefone(s), de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP;
- c) Indicar as especificações do produto; marca e quantidade;
- d) Indicar os preços unitários, subtotal e global, para pagamento;
- e) Indicação de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, da sua oferta;

10

10.2. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento, será da exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

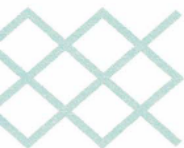
10.3. Somente será aceita cotação em moeda nacional do Brasil – reais (R\$).

10.4. A proposta deverá, obrigatoriamente, contemplar 100% (cem por cento) da quantidade do item cotado constante no **EDITAL**.

10.5. Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que ocorrerem até à ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional, devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Administração, a exemplo de: greve, grave perturbação da ordem, catástrofes e afins.

10.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta **LICITAÇÃO** ou baseados nas das demais licitantes.





10.7. Não será aceito proposta com valor excessivo ou extremamente baixo, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por razões que os justifiquem, através de justificativa fundamentada pela licitante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da solicitação do(a) pregoeiro(a) ou da autoridade superior.

10.8. Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este, através dos valores constantes das especificações e quantitativos (Anexo I), devidamente atualizado até a data da abertura do envelope “Proposta”, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião.

## **11. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

### **11.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

11.1.1. Cédula de identidade;

11.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, registrados e publicados na forma da lei.

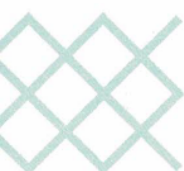
11.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **11.2. DA REGULARIDADE FISCAL:**

11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

11.2.2. Prova de regularidade com os débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;







11.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS, dentro de seu período de validade (Lei Federal nº 9.012, de 31.03.95, publicada no DOU de 31.03.95), e/ou conforme regulamentação do próprio órgão emissor.

a) A CRF somente será válida, mediante a apresentação do original, ou por processo de impressão, obtido via Internet, sendo que não poderá ser cópia da impressão obtida via on-line; e

11.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

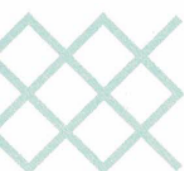
#### **11.2.7. DA REGULARIDADE FISCAL DAS ME E EPP'S:**

a) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação relativo ao de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **EDITAL**, sendo facultado a administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a **LICITAÇÃO**.

#### **11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**





11.3.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Concordata, emitida pelo Cartório distribuidor da Comarca da sede da licitante, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, apresentar juntamente, certidão de registros cadastrados no sistema EPROC, no modelo "Falência, Concordata e Recuperação Judicial.

11.3.2 – A solicitação do subitem 11.3.1 se dá, em razão da implantação do sistema EPROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas tanto no sistema EPROC quando no SAJ.

11.3.3 – Apresentar, facultativamente, juntamente com a certidão exigida no item 11.3.1, documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua Sede tem atribuição para sua expedição.

#### **11.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

11.4.1. Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, de acordo com as especificações do Termo de Referência (Anexo I), e que atenda ao seguinte requisito:

- a) Coleta de dados realizada com quantitativo mínimo de 2.200 (dois mil e duzentos) entrevistados, correspondente a 50% do quantitativo licitado;
- b) Estudo de Fluxo Turístico/População Flutuante;

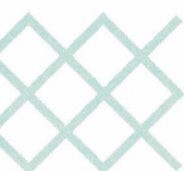
11.4.2. É admitido o somatório de atestados, desde que os serviços tenham sido executados de forma concomitante, uma vez que essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

#### **12. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

12.1. Todos os documentos exigidos no item 11, deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a abertura dos envelopes "HABILITAÇÃO".

12.2. As Certidões sem a indicação do prazo de validade no seu corpo e que não é constado desta exigibilidade neste **EDITAL**, serão considerados para este Pregão, válidos por 90 (noventa) dias, contados da sua emissão.

12.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser acondicionados em envelopes lacrados de modo a preservar a sua inviolabilidade.





12.4. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou por funcionário do setor de licitações ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitas cópias ilegíveis, documentos cujas datas estejam rasuradas, sendo que ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento ou efetuar consultas via internet, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

12.5. A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo próprio Pregoeiro, se os dados existirem em outro documento.

#### **12.6. Não será habilitada a empresa que:**

12.6.1. Faltar com a entrega de algum documento exigido neste **EDITAL**.

12.6.2. Esteja sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

12.6.3. Por qualquer razão, esteja declarada inidônea ou punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou.

12.6.4. Não apresente condições jurídicas e fiscais, econômico financeiro ou técnicas, exigidas na presente **LICITAÇÃO**.

12.6.5. Que tenha faltado com alguma condição legal ou editalícia.

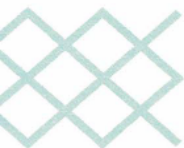
12.6.6. Participe deste Pregão sob qualquer forma de constituição de consórcio ou associação.

12.7. As Certidões Negativas de débitos fiscais poderão ser fornecidas mediante documentação obtida via sistema eletrônico (on-line), porém somente serão aceitas se apresentadas sob a forma original impressa (sem ser cópia), e que esta forma de comprovação esteja prevista em regulamentação própria, do órgão declarante.

12.7.1. Aceitação das Certidões Negativas via sistema eletrônico, fica condicionada à verificação da autenticidade pela internet ou junto ao órgão emissor, pelo **CITMAR**.

12.8. Exceto as certidões obtidas via internet, indicadas no Item 6.6, os demais documentos somente poderão ser apresentados no original ou em Processo de cópias autenticadas por cartório competente.





12.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante com número do CNPJ-MF e endereço respectivo, observando que:

12.9.1. Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

12.9.2. Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

12.9.3. Se a licitante for à matriz e a fornecedora for à filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

a) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.10. Os documentos necessários à Habilitação deverão ser, preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

12.11. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

**12.12. Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da administração até antes da sessão de abertura de envelopes. NÃO SERÁ AUTENTICADO NENHUM DOCUMENTO NO DECORRER DA SESSÃO.**

15

12.13. Quando se tratar de cópia de documento obtido através da internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro.

### **13. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA E JULGAMENTO**

13.1. Até o dia, hora e local designados no preâmbulo deste **EDITAL**, serão recebidos os envelopes, “Proposta e Habilitação”, devidamente lacrados, que serão protocolados pela equipe de apoio ao(à) Pregoeiro(a).

13.2. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste **EDITAL**, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

13.3. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.





13.4. Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento das licitantes, nos termos do **item 9 – DO CREDENCIAMENTO**, devendo verificar a apresentação da **DECLARAÇÃO** de que cumprem os requisitos habilitatórios, subitem 9.4 deste **EDITAL** e após, encaminhará os envelopes distintos às licitantes credenciadas para conferência dos lacres e protocolos.

13.5. Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

13.6. A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

13.7. As propostas de cooperativas, assim como as de outros licitantes deverá conter todas as despesas que incida sobre o objeto.

13.8. Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, a exemplo dos seguintes casos:

13.8.1. Serão corrigidos, automaticamente, pelo Pregoeiro, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, nas formas abaixo:

- a) Erro na multiplicação de preços unitários, pelas quantidades correspondentes - será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;
- b) Erro na adição - será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo total calculado;
- c) No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item - prevalecerá o primeiro; e
- d) Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

13.8.2. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão do pregão;

13.8.3. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida tomando por base os dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;





13.9. As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

13.10. No caso de realizada a conferência das propostas, o pregoeiro e sua equipe de apoio verificar que **NÃO** existe o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme Art. 49, inciso I da LC nº 123/06, a licitação ocorrerá normalmente;

13.11. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

13.12. No curso da sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

13.13. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 13.12, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

13.14. A oferta dos lances deverá ser efetuada, quando for conferida a palavra á licitante, na ordem decrescente dos preços.

13.15. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

17

13.16. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

13.17. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagado pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

13.18. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado.

13.19. Procedida a classificação e verificado que o melhor preço foi apresentado por **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.







13.20. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, ela será declarada vencedora do certame.

13.21. Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, no prazo concedido, esta será declarada **excluída** do certame, aplicando-lhe a penalidade de que trata o no item “Das Sanções Administrativas” deste **EDITAL**, e retomando a **LICITAÇÃO**.

13.22. Procedida a classificação provisória e verificado que a melhor oferta **não** foi apresentada por **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas (**empate fictício**), na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 da mesma Lei; que, caso ocorrido, proceder-se-á da seguinte forma:

13.22.1. A **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

13.22.2. Não ocorrendo a contratação da **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos parágrafos 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.22.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte** que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.23. O prazo para apresentação de nova proposta será de **até 05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

13.24. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

13.25. Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**.





13.26. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

13.27. Será desclassificada a proponente que:

- a) Deixar de atender a alguma exigência constante deste **EDITAL**;
- b) Apresentar oferta de vantagem não prevista no **EDITAL** ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou que ultrapassem os valores máximos estipulado no edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

13.28. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do **EDITAL**, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

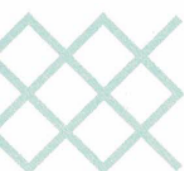
13.29. Sendo aceitável a proposta de menor preço, **após encerrada a etapa de lances**, será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste **EDITAL**.

13.30. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.

13.31. Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 8.31.

13.32. Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao **EDITAL**, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

13.33. Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 6 “**CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**” e Item 5 “**DO CONTEÚDO DA PROPOSTA E CONDIÇÕES**”, ambos deste **EDITAL**.





13.34. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimados as causas referidas no ato desclassificatório.

13.35. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

13.36. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizará os mesmos.

13.37. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro e por todas as licitantes presentes.

13.38. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

#### **14. FORMA DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO**

14.1. Para os efeitos de julgamento desta **LICITAÇÃO**, levar-se-á em consideração, as propostas que apresentarem o "**MENOR PREÇO POR ITEM**", considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de até 02 (dois) dígitos após a vírgula.

20

14.2. O objeto deste Pregão será adjudicado às licitantes, cujas propostas forem consideradas vencedoras.

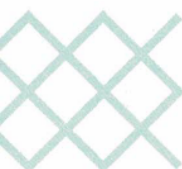
14.3. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s), lavrar a Ata da Sessão e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

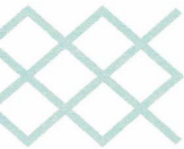
14.4. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo será efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre ele.

14.5. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados, nos casos previstos neste edital e na Ata dele decorrente.

#### **15. DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte do Contrato que vier a ser assinado, todas as condições estabelecidas no presente **EDITAL** e seus **ANEXOS**, na **PROPOSTA DE PREÇOS** do licitante vencedor e na nota de empenho.





15.2. Após a homologação deste certame, e aprovação da amostra, o licitante adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinatura do Contrato.

15.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do licitante adjudicatário e aceita pela Administração.

15.4. Se o licitante vencedor convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a assinar o Contrato, conforme disposto no inciso XXIII, do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao **EDITAL** e seus **ANEXOS**, podendo o Pregoeiro, ainda, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sendo este declarado vencedor, na forma dos incisos XVI, XVII da Lei em comento.

15.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, em não ocorrendo a convocação para assinatura do Termo Contratual, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.6. Os licitantes vencedores ficarão obrigados a:

- a) Executar o fornecimento nas condições, preços e prazos constantes deste **EDITAL**;
- b) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **LICITAÇÃO**;
- c) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente **LICITAÇÃO**, sem prévia anuência da administração;
- d) Cumprir as determinações prazos e cláusulas do termo de referência e **EDITAL**;
- e) Demais responsabilidades definidas na minuta contratual em anexo.

21

## 16. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1. Os serviços devem ser executados conforme **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

## 17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO





17.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis e devem contemplar todos os custos, como transporte até os locais de destino, mão de obra agregada, todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais e eventuais isenções), leis sociais, administração, lucros e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste **EDITAL**.

17.2. O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal/fatura e entrega dos produtos com o devido aceite da CONTRATANTE.

17.2.1. Não será aceito boleto bancário para pagamento.

17.3. Se forem constatados erros no documento fiscal/fatura, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

17.4. Deverá constar no documento fiscal/fatura o número da **LICITAÇÃO**, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

17.5. O **CITMAR** reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste **EDITAL**.

22

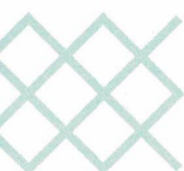
17.6. Reserva-se também, o direito de somente efetuar o pagamento à empresa vencedora quando esta houver entregue os produtos conforme cláusulas contratuais.

## **18. SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

18.1. O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o **CITMAR** e com os Municípios da Região da AMFRI pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

18.2. Será garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, sem prejuízo das multas previstas no **EDITAL** e das demais cominações legais.

18.3. As sanções de que tratam o item 13.1, serão aplicadas na forma abaixo:







18.3.1. Deixar de entregar documentação exigida no certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta ficará impedido de licitar com esta Administração por até 01 (um) ano, concomitante com aplicação de multa de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta;

18.3.2. Falhar ou fraudar na prestação de serviço ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos, concomitante com aplicação de multa de 15% (quinze por cento) calculado sobre o valor total da proposta;

18.3.3. Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 02 (dois) até 05 (cinco) anos, concomitante com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor total da proposta.

18.4. Se a licitante convocada se recusar a assinar o contrato ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela administração ou recusar-se a cumprir o objeto, injustificadamente, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

18.5. Quaisquer dos descumprimentos previstos nos subitens acima elencados, implicará em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, a ser cobrada diretamente ou na forma da lei, sem prejuízo nas sanções aludidas no subitem 18.3.

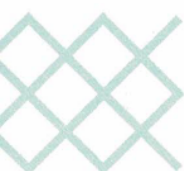
23

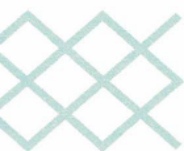
18.6. Se as licitantes convocadas para assinar o contrato, não apresentarem situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, serão aplicadas as regras previstas nos subitens 18.3 e 18.5.

18.7. Além das sanções estabelecidas, a administração poderá recusar a prestação de serviço se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a seu critério, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores sem prejuízo das demais penalidades previstas neste **EDITAL**.

18.8. Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e a critério da administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

18.9. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da administração.





18.10. O Licitante que se declarar como ME/EPP para obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito às sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

18.11. A decisão será comunicada por escrito ao licitante, dela cabendo recurso, dirigido à Autoridade que proferiu a decisão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

18.12. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente **EDITAL**.

## 19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

19.1. Nos termos do inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (DOU DE 18.07.2002), ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) pregoeiro(a), poderá fazê-lo, de imediato, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais, no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

24

19.2. A falta de manifestação imediata e suas razões importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto, ao proponente vencedor, salvo se a decisão não seja proferida na própria sessão, quando o prazo de recurso passará a contar a partir da publicação do resultado do certame, no Diário Oficial dos Municípios.

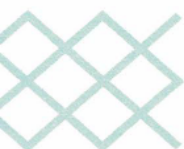
19.3. Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Protocolo – do **CITMAR**, fazendo, obrigatoriamente, constar fora do envelope (devidamente lacrado), o “número da licitação”, seu conteúdo (“Interposição de Recurso”) e seu encaminhamento a/c do(a) Pregoeiro(a), sob pena da não apreciação e tornar o procedimento nulo.

19.4. Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

19.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios, ou quando não justificada as razões (síntese) da intenção de interpor o recurso pelo proponente.

19.6. Os recursos contra decisões do pregoeiro, não terão efeito suspensivo.





19.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.8. Da aplicação das penalidades previstas neste **EDITAL** e no futuro contrato, caberá recurso, no prazo e nas condições estabelecidas.

## 20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. A despesa do referente objeto ocorrerá por conta da previsão orçamentária prevista para ano de 2019.

CÓDIGO	ELEMENTO DESPESA
03	3.3.90

## 21. DISPOSIÇÕES GERAIS

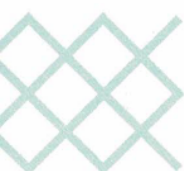
21.1. Jamais será motivo para inabilitação ou desclassificação de Licitante, a falta de alguma condição do **EDITAL** de pequena consequência ou de forma inexpressiva e que não prejudique a boa interpretação, aos direitos iguais e aos princípios básicos legais. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

25

21.2. As multas aplicadas a **CONTRATADA**, a critério do **CITMAR**, poderão ser descontadas no ato da liquidação do débito referente ao Contrato respectivo.

21.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo previsto neste **EDITAL**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no Art. 81 da Lei que rege o presente processo licitatório, exceto aquela convocada nos termos do art. 64, § 2º da mesma lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

21.4. O conteúdo do presente **EDITAL**, bem como os elementos nele referidos, especificações, Documentos de Habilitação, Documentos Financeiros, Proposta Comercial, Planilha da proposta efetiva (reduzida), Relação dos Itens do Objeto do **EDITAL**, etc., farão parte integrante do futuro Contrato ou Autorização de Compras, independente de transcrição.





21.5. A participação nesta **LICITAÇÃO** implica, por parte das licitantes, na aceitação, em caráter irretratável, de todos os termos do **EDITAL**.

21.6. Os casos não previstos neste **EDITAL**, serão decididos pelo Pregoeiro.

21.7. Ultrapassada a fase da habilitação, a licitante somente poderá ser desqualificada por motivos relacionados com a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e/ou qualificação econômico-financeira, ou em razão de fatos supervenientes, e só conhecidos após o julgamento.

21.8. É facultado ao Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da **LICITAÇÃO**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.9. Quando da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Compras do objeto, bem como do pagamento de qualquer remuneração do contrato, o futuro contratante poderá solicitar nova prova de regularidade fiscal, especialmente as perante o fisco municipal, INSS, FGTS, Receita Federal e Fazenda Estadual sob pena de aplicação das penalidades, perda da contratação ou até mesmos de rescisão contratual.

21.10. As decisões referentes a este processo licitatório, poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.

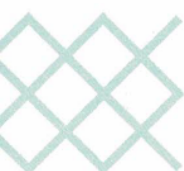
26

21.11. Não serão motivos para arguir invalidade ou ilegalidade editalícia, pequenas falhas ou especificações que não prejudicam a boa interpretação e os princípios legais da escolha da melhor proposta, a exemplo da eventual descrição no objeto, de marcas ou especificações que levem à pressupor tendências, pois, para todos os efeitos, serão considerados como referenciais básicos, podendo, desta forma, ser ofertado outro bem de outro fornecedor, porém, com especificações técnicas e parâmetros de rendimento, desempenho e de qualidade de níveis iguais ou superiores.

21.12. Nenhuma indenização será devida às licitantes, por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.

21.13. O objeto da futura contratação, poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

21.14. A presente **LICITAÇÃO** somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.





21.15. É recomendada às licitantes, que estejam no local indicado no preâmbulo deste **EDITAL**, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para entrega dos envelopes.

21.16. É fundamental a presença da licitante ou de sua representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

21.17. A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.

21.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **EDITAL**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.19. Mediante apresentação do documento de declaração de situação regular a proponente é inteiramente responsável pela fidelidade, integralidade e legitimidade das informações prestadas, bem assim com relação aos documentos apresentados em qualquer fase da **LICITAÇÃO**. Em assim sendo, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas, ou até mesmo quanto à ausência de quaisquer dos documentos exigidos, implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, de conotação grave.

27

21.20. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

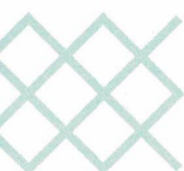
21.21. Quando do julgamento da habilitação ou das propostas dos concorrentes, houver ausência de alguma informação em documento exigido, poderá ser suprida a falta, se os dados existirem em outro documento, adotando-se o princípio da razoabilidade.

21.22. Para esta **LICITAÇÃO** e/ou futura contratação, define-se como:

**Autorização de Compras:** Instrumento bilateral de ajuste contratual, para fornecimento dos materiais, constantes do objeto do **EDITAL**.

**Fornecimento do objeto:** Fornecimento dos materiais/serviços, constantes do objeto do **EDITAL** ou do contrato, mediante contrato e/ou Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

**Licitante:** Empresa que se propõe a participar da **LICITAÇÃO**, mediante manifesto interesse ou aquisição do **EDITAL**, como Competidor.







**Proponente:** Empresa licitante que se propõe a fornecer ou executar, por determinado preço, materiais ou serviços – objeto do **EDITAL**.

**CRC:** Certificado de Registro Cadastral do CITMAR.

**Contratada:** Empresa executora, prestadora ou fornecedora da Administração Pública, por meio de Contrato, Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento e/ou de Serviços.

**Fiscalização:** Comissão ou pessoa designada para acompanhar o fornecimento do objeto do contrato.

21.23. Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente **EDITAL** deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Compras do **CITMAR**, situado na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1655, sala 02, Bairro São Vicente, na cidade de Itajaí/SC até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da **LICITAÇÃO**, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada a todos os interessados, sendo que estes esclarecimentos adicionais não serão considerados como motivo para qualquer prorrogação de data estabelecida neste **EDITAL**. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (47) 3404-8000 e e-mail: juridico@citmar.sc.gov.br

28

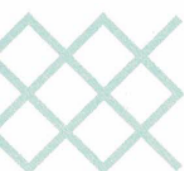
21.24. Demais documentos e maiores informações, poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras do **CITMAR**, no endereço e telefone mencionados acima.

21.25. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não frustrem o interesse Administrativo, a finalidade e a segurança da contratação.

## **22. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

22.1. O certame obedecerá às regras previstas no **EDITAL**, sendo que, dentre as demais obrigações, o Pregoeiro terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;





- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior, para homologar e autorizar a contratação;
- l) Encaminhar à Secretaria da Administração, as razões que motivam abertura de processo administrativo, diante da apuração de irregularidades, visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

## 23. DO FORO

23.1. Para dirimir as questões oriundas deste **EDITAL** e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Comarca de Itajaí - SC, com renúncia aos demais.

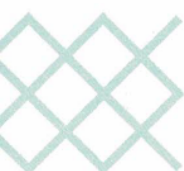
29

Itajaí, XX de XXX de 2019.

---

**CÉLIO JOSÉ BERNARDINO**  
Diretor Executivo

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA





## 1. APRESENTAÇÃO

1.1 Apresenta-se, a seguir, o Termo de Referência para a contratação de empresa para a aplicação de pesquisa de demanda turística na alta temporada de verão 2020 nos municípios do CITMAR compreendendo Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Itajaí, Navegantes, Penha e Porto Belo.

1.2 A Região Turística Costa Verde e Mar é uma das mais importantes regiões do Brasil, recebendo anualmente milhares de turistas e visitantes. Diante desse cenário, conhecer o perfil sócio econômico, as preferências e o nível de satisfação para com os atrativos, serviços e produtos, torna-se uma questão essencial para o planejamento do futuro da Região.

1.3 Ademais, o estudo da população flutuante é fundamental para o CITMAR conhecer o montante de turistas que estiveram na região no verão. Esses resultados permitirão que os municípios prevejam e planejem estratégias e políticas públicas capazes de suprir e melhorar a prestação de serviços aos cidadãos e aos próprios visitantes.

## 2. DO OBJETO

2.1 O objeto da contratação é a **Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.**

30

2.2. O serviço compreenderá duas etapas, sendo:

2.2.1. Pesquisa de Demanda Turística – identificar o perfil do turista que visita o município e a Região, bem como medir o grau de satisfação deste.

Os dados da pesquisa, são:

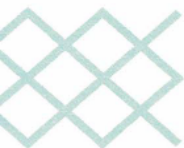
**Tipo de Pesquisa:** Descritiva

**Abordagem:** Quantitativa

**Fonte de Dados para cada cidade:** Primários

**Instrumento:** Questionário Impresso, estruturado com perguntas abertas e fechadas, a ser fornecido pelo CITMAR e que terão os seguintes módulos: perfil, acomodação e visita, gastos, avaliação e outros.





**Método:** Entrevistas individuais, durante o período que compreenderá os meses de janeiro, fevereiro e março de 2020.

**Número de Entrevistas:** 4400 entrevistas com no mínimo 4000 válidas, sendo no mínimo 400 entrevistas em cada um dos 10 municípios.

**Aplicações de Campo:** Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Itajaí, Navegantes, Penha e Porto Belo. Os pontos de entrevistas serão definidos pelo CITMAR (e seus municípios) e compreenderão atrativos, praias, centros comerciais, rodoviárias, entre outros.

**Cronograma de Aplicação das Entrevistas:** A aplicação das entrevistas deverá ocorrer de forma simultânea, contínua e ininterrupta, distribuídos de forma igualitária, evitando períodos de ausência de pesquisas em cada um dos municípios, no período de janeiro a março de 2020. A empresa vencedora deverá apresentar uma proposta de cronograma de aplicação considerando as observações acima e que será submetida à aprovação pelo CITMAR.

**Público-alvo:** Homens e Mulheres, maiores de 18 anos, que não sejam residentes na cidade da entrevista, que estejam pelo menos 24 horas no município.

**Verificação por Telefone:** com no mínimo 20% da amostra de entrevista após a coleta dos dados como medida antifraude de pesquisa ou com questionários que evidenciem suspeita a partir da Análise do Alpha de Cronbach. O CITMAR poderá realizar a verificação por telefone em qualquer questionário preenchido.

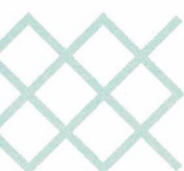
**Intervalo de Confiança:** mínimo de 95% de confiança.

**Margem de Erro:** mínimo de 3% para mais ou para menos.

2.2.2 Mensuração do fluxo turístico/população flutuante: Estimar a quantidade de turistas que estiveram em cada um dos municípios e na região na alta temporada de verão 2020 (janeiro a março). Em outras palavras, a empresa contratada deverá apresentar em números, quantos turistas os municípios e a Região Costa Verde & Mar recebeu no período. Para se chegar a esses números, a empresa deverá obter as fontes de dados por sua conta própria.

2.2.2.1. A empresa contratada poderá usar de metodologia que compreenderá, no mínimo, e/ou as seguintes fontes de dados:

a) Índices coletados durante a aplicação do questionário quantitativo;





- b) Escores Hoteleiros de Reservas;
- c) Fluxo de Transporte;
- d) Aluguel de Residências pelo Setor Imobiliário;
- e) Locações de Residências;
- f) Comerciantes da cidade;
- g) Consumo de Água;
- h) Consumo de Energia Elétrica;
- i) Consumo de Lixo;

### 3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de execução dos serviços será de até 180 dias, com a coleta em campo limitada a 3 (três) meses, sendo o período de coleta entre janeiro e março de 2020.

### 4. DO PRAZO DE ENTREGA E PAGAMENTO

32

4.1. Os produtos a serem entregues pela empresa vencedora, serão:

4.1.1. Todos os questionários aplicados (preenchidos) por município a cada final de mês;

4.1.2. Planilhas, tabelas e outros documentos em formato aberto, editável e tratável;

4.1.3. Apresentação final dos resultados conforme segue:

a) Relatório 1 – Plano estratégico da pesquisa de demanda.

**Prazo:** até 15/12/2019

**Desembolso:** 5% (cinco por cento)

b) Relatório 2 – Resultados parciais das pesquisas de janeiro 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 07/02/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)







- c) Relatório 3 – Resultados parciais das pesquisas de fevereiro 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 06/03/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- d) Relatório 4 – Resultados parciais das pesquisas de março 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 06/04/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- e) Relatório 5 – Entrega dos resultados das pesquisas de demanda.

**Prazo:** até 30/04/2020

**Desembolso:** 20% (vinte por cento)

- f) Relatório 6 – Entrega do resultado do estudo da população flutuante.

**Prazo:** até 25/05/2020

**Desembolso:** 45% (quarente e cinco por cento)

33

## 5. PREÇO MÁXIMO

Considera-se preço máximo definido para esta licitação: R\$127.820,00. (cento e vinte e sete mil e oitocentos e vinte reais).

## ANEXO II - MODELO CARTA DE CREDENCIAMENTO

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial, FORA DO ENVELOPE junto com o CREDENCIAMENTO.

Ao

Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2019**





A empresa ....., localizada na ....., CNPJ nº ....., por seu representante legal, abaixo assinado e identificado, vem pela presente **CREDENCIAR** o(a) Sr(a). ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador da cédula de identidade RG nº ....., CPF nº ....., como seu(sua) representante para todos os atos referentes ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 0x/201x, outorgando-lhe poderes para praticar todos os atos que se fizerem necessários, bem como formular propostas/lances verbais, inclusive e especialmente para interpor ou desistir da interposição de recurso.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201x.

\_\_\_\_\_  
Carimbo, Nome e Assinatura do Responsável

- Anexar (este documento deverá estar fora do envelope).
- No caso do credenciado ser Sócio-Administrador, Diretor ou assemblado: Fotocópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto e da Ata de Eleição da Diretoria, nos quais constem os poderes delegados.
- No caso do credenciado ser Procurador: anexar o modelo de credenciamento com firma reconhecida em cartório ou fotocópia autenticada de Procuração Pública, ou Procuração Particular, com firma reconhecida em cartório, ambas com poderes específicos, acompanhada de prova dos poderes delegados; deve estar acompanhada de cópia autenticada do contrato social em vigor.

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE  
SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À PARTICIPAÇÃO EM  
LICITAÇÃO PROMOVIDAS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS**

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial, FORA DE ENVELOPE junto com o CREDENCIAMENTO.





Eu, .....(nome completo)....., representante legal da empresa .....(nome da pessoa jurídica)....., interessado em participar do PREGÃO PRESENCIAL Nº 0x/201x, do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, **DECLARO**, sob as penas da lei, a inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações, promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas, inclusive por proibição temporária de contratar com o Poder Público, nos termos do artigo 10, da Lei nº 9.605/98.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de PREGÃO PRESENCIAL – MENOR PREÇO GLOBAL nº 0x/201x, do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

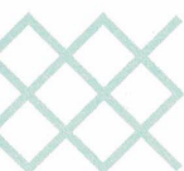
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de **2019**.

35

\_\_\_\_\_  
NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA  
EMPRESA

#### **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR**

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial, **FORA DO ENVELOPE** junto com o **CREDENCIAMENTO**





Declaramos para fins de participação no Pregão Presencial nº xx/201x, que a empresa ....., CNPJ nº ....., cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará rescisão deste.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de **2019**.

\_\_\_\_\_  
NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE E  
CARIMBO DA EMPRESA

36

## **ANEXO V - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

· Obs.: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial, **FORA DO ENVELOPE** junto com o CREDENCIAMENTO.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa .....(denominação da pessoa





jurídica)....., CNPJ nº ..... é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do PREGÃO PRESENCIAL Nº 0X/201X, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
**NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE RESPONSÁVEL**

**E CARIMBO DA EMPRESA**

37  
\_\_\_\_\_

**ANEXO VI - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019**

**Obs.: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

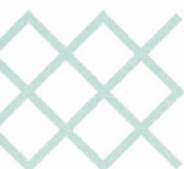
**EMPRESA:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFÔNE E FAX:**

**CNPJ:**

**E-MAIL:**







**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019 – A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO: SELEÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA E DE FLUXO TURÍSTICO/POPULAÇÃO FLUTUANTE NA ALTA TEMPORADA DE VERÃO 2020 NOS MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, BALNEÁRIO PIÇARRAS, BOMBINHAS, CAMBORIÚ, ILHOTA, ITAJAÍ, ITAPEMA, NAVEGANTES, PENHA E PORTO BELO PERTENCENTES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR. REGIÃO TURÍSTICA COSTA VERDE MAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.**

ITEM	MATERIAL	QUAN T.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
01	Serviço	01	Prestação de Serviços para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.	R\$	R\$

38

VALOR TOTAL

R\$

Prazo de entrega e pagamento (em conformidade com o item 4 do termo de referência).

Os preços cotados são fixos e irrevogáveis, neles já estão inclusas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.





Banco: ..... Agência: ..... Conta-Corrente: .....

\_\_\_\_\_  
NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE

E CARIMBO DA EMPRESA





## ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019– CITMAR

**CONTRATO Nº XX/2019 FIRMADO COM A  
EMPRESA XXXXXXXX PARA  
FORNECIMENTO DE XXXXXXXX PARA  
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE  
TURISMO COSTA VERDE E MAR –  
CITMAR, CONFORME PROCESSO  
LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.  
05/2019.**

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 09.267.291/0001-53, com sede na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala 2, Bairro São Vicente, no Município de Itajaí/SC, CEP 88.309-421, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor **CÉLIO JOSÉ BERNARDINO**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº. 663.590-3, inscrito no CPF sob nº. 342.674.929-72, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 222, apto 1202, Ed. Arc de Triomphe Residence, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa

**XXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº xxxxxxxx, com sede na xxxxxxxx, neste ato representada pelo senhor(a), **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade nº xxxx (órgão emissor), inscrito no CPF sob nº xxxxxx, residente e domiciliado no (endereço completo), doravante denominada de **CONTRATADA**, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019, têm entre si justo e contratado o que segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço para realização de Pesquisa de Demanda Turística e de Fluxo Turístico/População Flutuante na alta temporada de verão 2020 nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras,





Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha e Porto Belo pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR.

**Parágrafo Primeiro** - O objeto deste Contrato deverá ser prestado em estrita observância ao **EDITAL** do **PREGÃO PRESENCIAL** n. 05/2019 e seus **ANEXOS**.

**Parágrafo Segundo** – A **CONTRATADA** declara que dispõe da qualificação técnica necessária à adequada execução do objeto, de forma a observar a excelência em relação ao padrão de qualidade.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO**

Este contrato foi precedido de **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** n° 05/2019, com fundamento na Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto federal n° 3.555, de 8 de agosto de 2000, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei n° 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal n° 6.017, de 17 de janeiro de 2007, do Contrato de Consórcio Público e de seu Estatuto Social, conforme autorização da autoridade competente, Diretor Executivo Célio José Bernardino.

**Parágrafo Único** - Para eficácia do presente instrumento, o **CONTRATANTE** providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico, conforme Lei n. 8666/93.

41

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) **EDITAL** de **PREGÃO PRESENCIAL** N° 05/2019 e seus Anexos;
- b) **PROPOSTA** de Preços da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Único** - Os documentos referidos no *caput*, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E PRAZOS DE ENTREGA**

A **CONTRATADA** deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, no prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias **CORRIDOS**, após a assinatura do presente contrato, conforme cronograma abaixo:





**Parágrafo Primeiro** - Todos os questionários aplicados (preenchidos) por município a cada final de mês;

**Parágrafo Segundo** - Planilhas, tabelas e outros documentos em formato aberto, editável e tratável;

**Parágrafo Terceiro** - Apresentação final dos resultados conforme segue:

- a) Relatório 1 – Plano estratégico da pesquisa de demanda.

**Prazo:** até 15/12/2019

**Desembolso:** 5% (cinco por cento)

- b) Relatório 2 – Resultados parciais das pesquisas de janeiro 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 07/02/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- c) Relatório 3 – Resultados parciais das pesquisas de fevereiro 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 06/03/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- d) Relatório 4 – Resultados parciais das pesquisas de março 2020 e entrega dos questionários preenchidos.

**Prazo:** até 06/04/2020

**Desembolso:** 10% (dez por cento)

- e) Relatório 5 – Entrega dos resultados das pesquisas de demanda.

**Prazo:** até 30/04/2020

**Desembolso:** 20% (vinte por cento)

- f) Relatório 6 – Entrega do resultado do estudo da população flutuante.

**Prazo:** até 25/05/2020







**Desembolso:** 45% (quarente e cinco por cento)

**Parágrafo Quarto** - O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja, justificativa da **CONTRATADA** e concordância entre as **PARTES**.

**Parágrafo Quinto** - O material deverá ser entregue de forma parcial, conforme cronograma, em local determinado pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

O **PRAZO DE VIGÊNCIA** do contrato será de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

O **PRAZO DE EXECUÇÃO** dos **SERVIÇOS** é de 6 (seis) meses, conforme **CRONOGRAMA**, colacionado na Cláusula Quarta.

**Parágrafo Primeiro** - O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Segundo** - O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da **CONTRATADA**, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior.

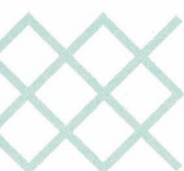
**Parágrafo Terceiro** - A critério do **CONTRATANTE**, o prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da **CONTRATADA** e aceito pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** - Constituem motivos para o **EXTINÇÃO** do contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PREÇO E REAJUSTE**

O preço para execução do presente contrato é de R\$ .... (....), constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

**Parágrafo Primeiro** - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente poderá ocorrer para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-





financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária, devidamente comprovados e mediante requerimento da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Segundo** - Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

**Parágrafo Terceiro** - O preço consignado no contrato poderá ser reajustado, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, e, caso o referido índice venha a se tornar inaplicável em virtude de disposição legal ou, por qualquer outro motivo, seja impossível a sua utilização, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – IPC-FIPE.

**Parágrafo Quarto** - Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o **CONTRATANTE** solicitará a **CONTRATADA**, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

44

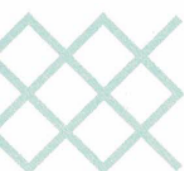
**Parágrafo Quinto** - Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

Fica aqui estabelecido que os materiais objeto deste contrato serão recebidos pela **CONTRATANTE**:

- a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do **MATERIAL** com a especificação contida neste contrato e seus anexos;
- b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do **MATERIAL** e a consequente aceitação.

**Parágrafo Primeiro** - Os **MATERIAIS** que forem recusados (tanto no recebimento provisório quanto no recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias **corridos**, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.





**Parágrafo Segundo** - Se a substituição dos itens cotados não for realizada no prazo estipulado, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Terceiro** - Caso seja comprovado que o **MATERIAL** entregue não está de acordo com as especificações do contrato, a **CONTRATADA** deverá ressarcir todos os custos com perícia ao **CONTRATANTE**, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados ao **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** - O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal/fatura e entrega dos **MATERIAIS** conforme descritos na Cláusula Quarta, com o devido aceite da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quinto** - Não será aceito boleto bancário para pagamento.

**Parágrafo Sexto** - A Nota Fiscal/Fatura somente deverá ser encaminhada a **CONTRATANTE** após o recebimento definitivo do **MATERIAL**, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

**Parágrafo Sétimo** - Se forem constatados erros no documento fiscal/fatura, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

**Parágrafo Oitavo** - Deverá constar no documento fiscal/fatura o número da licitação, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

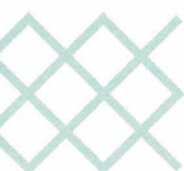
**Parágrafo Nono** - O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à **CONTRATADA**, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste contrato.

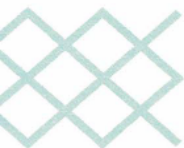
**Parágrafo Décimo** - Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA**, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste contrato ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades decorrentes do contrato, obriga-se a:

- I. Executar os serviços conforme especificações do **EDITAL**, termo de referência, de sua **PROPOSTA** e do **CONTRATO**, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais na qualidade e quantidade especificadas.





- II. Cumprir e fazer cumprir integralmente este contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares e, ainda, as determinações da **CONTRATANTE**, especialmente a execução dos **SERVIÇOS**;
- III. Dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais necessários à prestação dos **SERVIÇOS**;
- IV. Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência, especialmente, por eventuais desídias e faltas quanto a obrigações decorrentes do contrato;
- V. Manter a **CONTRATANTE** informada sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a prestação dos serviços;
- VI. Auxiliar a **CONTRATANTE** na preservação do meio ambiente, zelando pela proteção dos recursos naturais;
- VII. Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e de terceiros contratados, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições em que forem exigidos, bem como o porte de crachá indicativo das funções exercidas;
- VIII. Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados;
- IX. Cumprir as determinações legais pertinentes à prestação dos serviços;
- X. Responder, nos termos da lei, por quaisquer danos e/ou prejuízos causados, por si, por seus prepostos ou por terceiros contratados, à **CONTRATANTE**, no exercício da execução das atividades do contrato, não sendo imputável à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade direta ou indireta;
- XI. Prever, nos contratos celebrados com terceiros, cujo objeto encontra-se integrado às atividades deste contrato, que sejam observadas rigorosamente as regras do contrato e seus **ANEXOS** e demais disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis;
- XII. Comunicar às autoridades públicas competentes quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento no âmbito das atividades objeto do contrato;
- XIII. Manter durante toda a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para a continuidade da prestação do serviço concedido;
- XIV. Informar o CITMAR a ocorrência de qualquer fato ou condições que possam atrasar ou impedir o fornecimento dos materiais solicitados, no todo ou em parte, observados





os prazos fixados, inclusive quanto às medidas a serem tomadas visando à imediata correção da situação;

- XV. Emitir atestado de cumprimento das especificidades do material entregue;
- XVI. Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XVII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação;
- XVIII. Indicar preposto, formalmente, visando estabelecer contatos com representante do **CONTRATANTE**, durante a execução dos serviços contratados;
- XIX. Obter, quando necessário, todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com o ônus dos emolumentos previstos em lei; e
- XX. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A **CONTRATANTE**, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste contrato ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades, obriga-se a:

- I. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços do contrato através de preposto devidamente designado, na forma prevista na lei nº 8.666/93;
- II. Cumprir e fazer cumprir as condições deste contrato;
- III. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- IV. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- V. Atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo recebimento do produto objeto desta licitação;
- VI. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- VII. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades, quando for o caso;







- VIII. Proceder aos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, observadas as exigências legais e as constantes deste edital;
- IX. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- X. Comunicar a contratada todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços;
- XI. Rescindir o Contrato, nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei no 8.666/93; e
- XII. Rejeitar, no todo ou em parte materiais entregues, se estiverem em desacordo com a especificações do edital e seus anexos, assim como da proposta de preços da **CONTRATADA**.

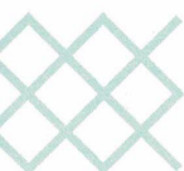
#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES**

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada dos serviços objeto deste contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta às partes, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência por falta leve, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CONTRATANTE**;
- b) Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial;
- d) Multa compensatória de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução total.

**Parágrafo Primeiro** – A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

**Parágrafo Segundo** - Caso a **CONTRATADA** deixe de entregar documentação exigida no certame ou apresente documentação falsa, enseje o retardamento da execução de seu objeto, não mantenha a proposta, falhe ou fraude na execução do compromisso, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a **CONTRATANTE** e com os municípios da Região da AMFRI, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.





**Parágrafo Terceiro** - As sanções de que tratam o Parágrafo Segundo, serão aplicadas na forma abaixo:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta ficará impedido de licitar com esta Administração por até 01 (um) ano, concomitante com aplicação de multa de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total da proposta;
- b) Falhar ou fraudar na **prestação de serviço** ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 01 (um) ano até 02 (dois) anos, concomitante com aplicação de multa de 15% (quinze por cento) calculado sobre o valor total da proposta;
- c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, ficará impedido de licitar com esta Administração pelo período de 02 (dois) até 05 (cinco) anos, concomitante com aplicação de multa de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor total da proposta.

**Parágrafo Quarto** - Se a **CONTRATADA** se recusar a assinar o contrato ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela **CONTRATANTE** ou recusar-se a cumprir o objeto, injustificadamente, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

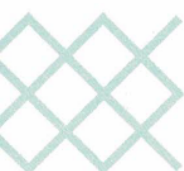
49

**Parágrafo Quinto** - Quaisquer dos descumprimentos previstos no Parágrafo Quarto, implicará em multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, a ser cobrado diretamente ou na forma da lei, sem prejuízo nas sanções aludidas no Parágrafo Terceiro.

**Parágrafo Sexto** - Se a **CONTRATADA** não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, serão aplicadas as regras previstas nos Parágrafos Terceiro e Quinto.

**Parágrafo Sétimo** - Além das sanções estabelecidas, a **CONTRATANTE** poderá recusar a **prestação de serviço** se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a seu critério, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital.

**Parágrafo Oitavo** - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e a critério da **CONTRATANTE**, os





profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo Nono** - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da administração.

**Parágrafo Décimo** - Nos casos de emissão de declaração falsa, a **CONTRATADA** estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente contrato.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.

**Parágrafo Décimo Segundo** - É facultado a **CONTRATADA** apresentar recurso contra aplicação de penalidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - As multas sempre que possível serão descontadas diretamente dos valores devidos a **CONTRATADA**. Caso o saldo seja insuficiente, deverão ser recolhidas via guia de recolhimento, devendo ser comprovada a quitação no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a emissão da guia.

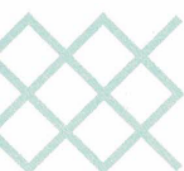
**Parágrafo Décimo Quarto** - Caso não seja recolhido o valor da multa no prazo estabelecido, a **CONTRATADA** será inscrita em dívida ativa, sendo o valor executado judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

- a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital e neste Contrato;
- b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;
- d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

**Parágrafo Primeiro** - Ocorrendo a rescisão contratual, a **CONTRATADA** será informada





por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário dos Municípios, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

**Parágrafo Terceiro** - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da **CONTRATADA**, relativas ao serviço prestado.

**Parágrafo Quarto** - Caso o **CONTRATANTE** não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**Parágrafo Quinto** - No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do **CONTRATANTE** ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Sétimo** - Ocorrendo a rescisão por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, esta ensejará em multa no importe de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato.

51

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO**

Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se o presente, de caráter personalíssimo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais serão realizadas por Termo Aditivo e serão regidas pelo art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONFIDENCIALIDADE**

Se, em decorrência deste Contrato, qualquer das partes tomar conhecimento ou tiver acesso a informações estratégicas ou confidenciais da outra parte, assim considerado, inclusive, o conteúdo do presente Contrato, obriga-se aquela, por si, seus representantes, prepostos, empregados ou contratados, sob as penas da lei, a não divulgá-las, nem delas dar conhecimento a ninguém, sem prévia e expressa autorização da outra parte.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO COMPLIANCE**





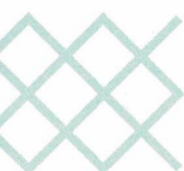
As partes se comprometem que, no que diz respeito a este Contrato, que nem elas nem qualquer membro dos seus grupos, nem qualquer agente, consultor ou outro intermediário que atua em seu nome ou dos seus grupos, irão, direta ou indiretamente dar, prometer, oferecer, aprovar ou autorizar a oferta de algo de valor a:

- a) Qualquer empregado, oficial ou diretor, ou qualquer pessoa que represente de empresas públicas ou privadas ou companhia afiliada do mesmo, que estejam e venham a se relacionar em razão do objeto contratual;
- b) Qualquer outra pessoa, incluindo qualquer Funcionário Público;
- c) Partidos políticos ou sindicatos controlados pelo Governo ou por qualquer partido político; ou,
- d) Organizações de caridade ou administradores, diretores ou empregados das mesmas, ou qualquer pessoa que atue direta ou indiretamente em nome das mesmas, com a finalidade de: (a) garantir qualquer vantagem indevida para qualquer funcionário das partes **CONTRAENTES E/OU DE QUALQUER EMPRESA** com quem se relacionem em razão do objeto contratual ou empresa afiliada da mesma; (b) induzir ou influenciar indevidamente Funcionários Públicos para que tomem medidas ou abstenham-se de tomá-las para benefício de qualquer das partes, ou para assegurar a direção dos negócios a qualquer das Partes.

**Parágrafo Primeiro** - As partes garantem ainda que:

- a) Segundo seu melhor conhecimento, nem elas nem qualquer de seus afiliados, diretores, acionistas, empregados, agentes, outros intermediários, ou qualquer outra pessoa que atue direta ou indiretamente da sua parte, executarão qualquer das ações descritas nos itens acima;
- b) As pessoas descritas acima, cumprirão com as disposições desta cláusula;
- c) Asseguram e garantem que elas e os seus afiliados, oficiais, diretores, acionistas, empregados, agentes ou outros intermediários, ou qualquer outra pessoa que atue direta ou indiretamente de sua parte, cumprirão totalmente com as Diretrizes de Anticorrupção em vigor no Brasil (Lei Federal 12.846/2013);
- d) Certificam e garantem que manterão registros adequados de forma a possibilitar verificação do cumprimento dos dispositivos da presente Cláusula, e, sem prejuízo das demais disposições do presente Contrato relativas a auditorias.

**Parágrafo Segundo** - Das obrigações para não adoção de práticas de trabalho ilegal:







- a) A **CONTRATADA** se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;
- b) A **CONTRATADA** se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097, de 19.12.2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) A **CONTRATADA** se compromete a não empregar adolescentes até 18 (dezoito) anos de idade, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como, em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerado este o período compreendido entre as 22h às 05h.

**Parágrafo Terceiro** - Das obrigações para proteção e preservação do meio ambiente:

- a) A **CONTRATADA** se compromete a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas não limitando ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam a conjugar esforços para proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir contra práticas danosas ao meio ambiente, em suas respectivas relações comerciais.

53

**Parágrafo Quarto** - É facultado à **CONTRATANTE** verificar o cumprimento das disposições contidas nesta Cláusula, cujo descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, ensejará justo motivo para a rescisão do presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento Contratual é regido pelas disposições expressas nas Lei nº 10.520/2002, nº 123/2006 e alterações e subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação:





Dotação: 03 – 3.3.90

Órgão: 01 – Consorcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar

Unidade: 01 – Consorcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

O **CONTRATADO** declara que está regular com os órgãos da Justiça do Trabalho, bem como com os compromissos com seus funcionários, tais como: salários, benefícios previdenciários, férias, décimo terceiro salário, FGTS, e demais direitos constantes da Constituição da República Federativa do Brasil e da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O presente contrato não gera vínculo de emprego entre o **CONTRATADO**, seus sócios, empregados e/ou prepostos e a **CONTRATANTE**, declarando o **CONTRATADO** que todos os seus empregados e prepostos estão perfeitamente qualificados, treinados e familiarizados com as condições em que os trabalhos devam ser executados.

**Parágrafo Primeiro** – Toda e qualquer tolerância de qualquer das partes quanto às condições estabelecidas no presente contrato em relação a eventuais infrações não significará alteração das disposições pactuadas, mas mera liberalidade, sem nenhuma consequência jurídica e desta forma não importará em modificação, novação ou renúncia de direitos aqui assegurados.

54

**Parágrafo Quarto** – Este contrato obriga as partes, seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

**Parágrafo Sexto** – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e alterações posteriores, e demais disposições aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de seu inadimplemento ou descumprimento, total ou parcial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cada parte arcará com seus respectivos encargos e obrigações fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, acidentários ou quaisquer outros ônus inerentes às suas respectivas atividades ou operações com pessoal próprio ou de terceiros contratados, inclusive no que diz respeito à responsabilidade civil perante este contrato.

**Parágrafo Primeiro** - As partes declaram que o presente contrato é de natureza estritamente civil, não se originando deste instrumento, quaisquer vinculações tributárias, trabalhistas,





previdenciárias ou de infortunistica, entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e/ou seus representantes, prepostos ou empregados, comprometendo-se a **CONTRATADA**, em decorrência deste preceito, a promover, por sua exclusiva conta e responsabilidade, quaisquer recolhimentos compulsórios derivados dos serviços que se obrigaram a realizar

**Parágrafo Segundo** - Eventual tolerância quanto a exigibilidade no cumprimento de qualquer obrigação ora convencionada se constituirá em mera liberalidade e, sob nenhuma hipótese poderá ser interpretada como renúncia de direito, nem, tampouco, poderá ser invocada como precedente para novas e idênticas concessões, de parte a parte.

**Parágrafo Terceiro** - As partes neste ato obrigam-se a envidar seus melhores esforços no sentido de conduzir seu relacionamento no mais alto padrão ético e moral, tudo fazendo para o bom e fiel desempenho do presente contrato.

**Parágrafo Quarto** - A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao **CONTRATANTE** ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

**Parágrafo Quinto** - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO VALOR DO CONTRATO**

As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global de R\$ xxxxx (xxxxxxxxx) para todos os legais e jurídicos efeitos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

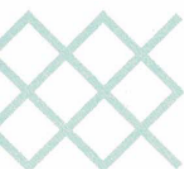
Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Itajaí/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante 02 (duas) testemunhas.

Itajaí (SC), xx de xxxxxxxxxxx de 2019.

Consórcio Intermunicipal de Turismo  
Costa Verde e Mar – CITMAR

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
**CONTRATADA**





## CONTRATANTE

Testemunhas:

1 - \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2 - \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:



# ATA DE PROPOSTAS READEQUADAS

Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Pregão Eletrônico - 01/2025

**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 18.264.177/0001-60 - Endereço: Avenida Eldorado. - CEP: 37902104 - UF: MG - Município: - Telefone:**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Vi. Readequado	Total Inicial	Total Readeq.
0001	Proposta enviada em: 05/02/2025 - 22:00:38 PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.	N/C	N/C	1 SVÇ	R\$ 79.987,52	R\$ 193.340,00	R\$ 79.987,52
TOTAIS						R\$ 193.340,00	R\$ 79.987,52

**Valor Inicial: R\$ 193.340,00**

**Valor Readequado Total: R\$ 79.987,52**





**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025****ANEXO II****PROPOSTA COMERCIAL REAJUSTADA**

**LICITANTE: KLEYBER JORGE DA SILVEIRA** - CNPJ: 18.264.177/0001-60  
ENDEREÇO: RUA DOS ADVOGADOS, nº 111, BAIRRO BELO HORIZONTE, PASSOS/MG  
TELEFONE: (35)9.9993-3901 E-MAIL: kleybersilveira@hotmail.com

**REPRESENTANTE LEGAL: KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**

NACIONALIDADE: Brasileiro ESTADO CIVIL: Casado PROFISSÃO: Turismólogo  
FUNÇÃO NA SOCIEDADE: Proprietário e Titular RG: 12.448.434 SSP/MG CPF: 076.615.386-01

**DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO:** REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE “REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA “.

**DESCRIÇÃO DOS VALORES:** Valor Global da Proposta: R\$79.987,52 (Setenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE “PESQUISAS DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA	Serviço	5.524	R\$14,48	R\$79.987,52

**DOS EVENTOS ESTIMADOS**

PESQUISAS	PÚBLICO ESTIMADO	QUANTITATIVO	DATA PROVÁVEL	LOCAL
Semana Santa/ Festival da Torta Capixaba	10.000	370	18, 19 e 20/04/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Aguiá Flex), rodoviária
Feira dos Municípios	80.000	382	04 e 05/04/2025	Pavilhão de Carapina
Festa da Penha	1.200.000	384	26/04/2025	Catedral Metropolitana
Passos de Anchieta	4.000	351	14 /06/2025	Catedral Metropolitana
Corpus Christi	3.000	341	19, 20 e 21/06/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça

				do Papa (Buser, Aguiar Flex), Rodoviária
EXPOVINHOS	3.000	341	06/2025	Pavilhão de Carapina
Espirito Santo Inovation Experience	30.000	379	06/2025	Praça do Papa
MECSHOW	18.000	376	08/2025	Pavilhão de Carapina
Vila de Natal – Pq Moscoso / Praça do Papa 2025	176.000	383	07, 14, e 21/12/2025	Praça do Papa e Parque Moscoso
Réveillon 2025/2026	150.000	383	29, 30 e 31/12/2025	Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Aguiar Flex), Rodoviária
Férias de Verão	3.200	343	15 dias do mês de janeiro de 2026	Item 5.3.5
Férias de Inverno	3.100	343	15 dias do mês de julho de 2025	Item 5.3.5
Arena Verão	173.913	383	03,04,10,11,17,18,24 e 25/01/2026	Praia de Camburi
Carnaval de Vitória	40.000	381	21 e 22/02/2026	Sambão do Povo
Carnaval de Blocos de Rua do Centro	500.000	384	01, 02, 03 e 04/03/2026	Centro de Vitória
<b>Total de 2025 e 2026</b>	<b>2.391.513</b>	<b>5.524</b>	<b>63 dias</b>	


Obs: Os eventos e quantitativos constantes na tabela acima são meramente estimativos, podendo sofrer alterações ou acréscimos.

A Licitante declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão em referência, bem como todas as condições de execução do objeto, propondo sua execução pelo valor global de R\$79.987,52 (Setenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), observados o valor unitário cotado na planilha acima.

Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro, alimentação e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto.

Dados bancários: Banco Sicoob: 756 Agência/Cooperativa: 3172 Conta: 49.443-7 Tipo: Conta corrente

Por fim, o Licitante informa que a validade da presente proposta é de 60 (Sessenta) dias.


Documento assinado digitalmente  
 **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**  
 Data: 07/02/2025 11:25:27-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Passos, 07 de fevereiro de 2025.

\_\_\_\_\_  
 KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
 (KS CONSULTORIA)  
 18.264.177/0001-60  
 KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
 PROPRIETÁRIO e TITULAR  
 TURISMOLOGO  
 076.615.386-01

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025****ANEXO V****DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****DADOS DO ASSINANTE:****PROPONENTE:****RAZÃO SOCIAL:** KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**CNPJ:** 18.264.177/0001-60**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** ISENTO**ENDEREÇO:** RUA ELDORADO, 739**BAIRRO:** PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO**CIDADE:** PASSOS**TELEFONE:** (35)9.9993-3901**E-MAIL:** kleybersilveira@hotmail.com**UF:** MINAS GERAIS**DADOS BANCÁRIOS****Banco Sicoob:** 756**Agência/Cooperativa:** 3172**Conta:** 49.443-7 **Tipo:** Conta corrente**REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:****NOME COMPLETO:** KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**CARGO:** PROPRIETÁRIO E TITULAR**PROFISSÃO:** TURISMÓLOGO**IDENTIDADE:** 12.448.434**CPF:** 076.615.386-01**ESTADO CIVIL:** CASADO**ENDEREÇO:** RUA ELDORADO, 739, PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO, PASSOS/MG**TELEFONE:** (35)9.9993-3901**E-MAIL:** kleybersilveira@hotmail.com**ÓRGÃO EXPEDIDOR:** SSP – MG

Passos, 07 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**  
Data: 07/02/2025 11:39:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
(KS CONSULTORIA)  
18.264.177/0001-60  
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
PROPRIETÁRIO e TITULAR  
TURISMÓLOGO  
076.615.386-01

# RANKING DO PROCESSO

Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Pregão Eletrônico - 01/2025

## 0001 - PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA. | Valor de Referência: 252.667,76

Fornecedor	CNPJ/CPF	Valor Unitário	Quantidade	Modelo	Marca/ Fabricante	Tipo	LC 123/2006
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	R\$ 79.987,52	1	N/C	N/C	ME	Sim
3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	47.122.111/0001-34	R\$ 81.000,00	1	N/C	N/C	ME	Sim
LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	07.975.260/0001-21	R\$ 82.400,00	1	N/C	N/C	ME	Sim
GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	16.832.830/0002-04	R\$ 91.000,00	1	N/C	N/C	EPP/SS	Sim
NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	43.302.095/0001-00	R\$ 155.000,00	1	N/C	N/C	EPP/SS	Sim
INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	12.078.030/0001-08	R\$ 179.900,00	1	N/C	N/C	ME	Sim
Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	11.112.423/0001-10	R\$ 180.000,00	1			DEMAIS	Não
BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	28.504.695/0001-68	R\$ 215.000,00	1	N/C	N/C	ME	Sim
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	R\$ 229.900,00	1	N/C	N/C	ME	Sim
PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	05.389.817/0001-17	R\$ 239.980,00	1	N/C	N/C	Ltda/Eireli	Sim
COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	07.581.610/0001-75	R\$ 289.000,00	1	N/C	N/C	COOP	Sim
ENQUET PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA LTDA	28.500.023/0001-84	R\$ 457.870,00	1	N/C	N/C	EPP/SS	Sim
Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda	16.950.128/0001-56	R\$ 552.400,00	1	N/C	N/C	ME	Sim



# VENCEDORES DO PROCESSO

Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Pregão Eletrônico - 01/2025

**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 18.264.177/0001-60 - Endereço: Avenida Eldorado. - CEP: 37902104 - UF: MG - Município: Passos - Telefone: (35) 99993-3901**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.	N/C	N/C	1 SVÇ	R\$ 79.987,52	R\$ 79.987,52
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 79.987,52	

**Valor Total: R\$ 79.987,52**





# TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Pregão Eletrônico - 01/2025

## Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA. - Valor Referência: 252.667,76

Fornecedor	Situação	Valor Total
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 (18.264.177/0001-60)	Adjudicado em: 11/02/2025 - 10:26:56 - Por: PABLO TRABACH DA SILVA	79.987,52

PABLO TRABACH DA SILVA

Pregoeiro



# ATA PARCIAL

Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV  
Pregão Eletrônico - 01/2025

## Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
16/01/2025 11:36	17/01/2025 10:00	31/01/2025 23:59	07/02/2025 09:30	07/02/2025 10:00

## Pedidos de Impugnação

Data Pedido	Pedido	Data Resposta	Julgamento	Arquivos
31/01/2025 - 18:30:11	Inclusão da necessidade de registro na entidade profissional competente (CONRE).	05/02/2025 - 16:50:11	Indeferido	Pedido: Impugnação - CDTV.pdf Julgamento: ANÁLISE E JULGAMENTO - IMPUGNAÇÃO - CONSULTING.pdf

**Embasamento:** Conforme anexo.

**Julgamento:** Considerando que impugnante, a empresa INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL – INTELI-GÊNCIA EM PESQUISA LTDA - CNPJ: 12.078.030/0001-08, não tenha cumprido com as formalidades legais exigíveis, ou seja, que o subscritor que assina a peça impugnatória não apresentou cópia do contrato social da empresa e/ou procuração para legitimar os poderes para agir em nome da licitante;

Considerando que o setor requisitante opinou por manter INALTERADO o item 9.7 do edital que trata da "Qualificação Técnica";  
JULGAMOS O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE, desta forma, mantendo o edital e seus anexos INALTERADOS e a sessão de disputa mantida para o dia 07/02/2025 às 10:00hs no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

## Dúvidas

Data Dúvida	Assunto	Data Resposta
31/01/2025 - 11:44:12	Esclarecimento Qualificação Técnica da Empresa	05/02/2025 - 16:51:43

**Dúvida:** Prezados, não identificamos a solicitação de Registro da Empresa no Conselho Regional de Estatística. Conforme previsto na \*\*Lei nº 6.839/1980\*\*, o registro é obrigatório para empresas que realizam atividades de estatística, incluindo pesquisas.  
O item 9.7 do Edital trata da qualificação técnica obrigatória exigida para a habilitação das empresas. Entretanto, dentre a documentação solicitada às empresas participantes, não consta a exigência de presença do profissional estatístico devidamente registrado e em dia com suas obrigações para com o conselho regional de estatística. Conforme citado, o desenvolvimento de tais atividades é de responsabilidade do profissional estatístico, conforme especificado na Lei nº 4.739/65 que regulamenta a profissão dos estatísticos (veja abaixo). Desta forma, deveria ser exigido um profissional com formação em estatística com respectivo registro no conselho e inscrição da empresa licitante em uma unidade do Conselho Regional de Estatística, bem como a comprovação de vínculo do profissional com a empresa. O andamento do presente edital sem tais alterações fere a Lei nº 4.739/65 que diz em seu art. 2º que: "Todo aquele que exercer as funções de estatísticos, ou a direção de órgão, serviço, seção, grupo ou setor de estatística, em entidade pública ou privada, é obrigado ao uso da carteira profissional nos termos desta Lei, devendo os profissionais que se encontrem nas condições dos incisos I e II, do art. 1º, registrar seus diplomas de acordo com a legislação vigente."  
Gostaríamos de confirmar se houve algum equívoco na não solicitação do registro durante a elaboração do edital ou se há alguma pendência nesse sentido. Poderiam nos esclarecer essa questão?

**Resposta:** Informamos que inserimos nesta data o julgamento do pedido de impugnação, no qual constam respostas para esta solicitação de esclarecimento. Favor analisar.

22/01/2025 - 16:21:01	Solicitação de Esclarecimento sobre Condições de Pagamento	22/01/2025 - 16:55:09
-----------------------	--	-----------------------

**Dúvida:** Prezados(as),

De acordo com o edital, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal de serviços, acompanhada das certidões negativas de débitos e do atestado pelo Fiscal.

No entanto, não fica claro se o pagamento será realizado ao final de cada etapa do projeto, de acordo com a entrega dos produtos previstos no cronograma, ou se apenas ao final de todo o trabalho?

Considerando que esta licitação também é destinada a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), e que a duração do projeto se estende por aproximadamente dois anos, é razoável pleitear que haja pagamentos parciais, de forma a fomentar condições reais de participação de empresas dessa categoria.

Agradeço pela atenção e aguardo retorno para melhor planejamento da participação na licitação.

**Resposta:** Prezados, Informamos que o pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução de cada evento previsto (estimado) no item 7 do anexo I do edital, após aprovação final das entregas pelo setor requisitante. Na oportunidade, informamos que o prazo de vigência da Ata de RP será de 12 meses, a contar da data de publicação do resumo.

## Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Observações
0001	PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.	252.667,76	1	SVÇ	Adjudicado

## Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
15/01/2025 - 10:48	<a href="#">EDITAL PREGÃO 01-2025 - RP PESQUISA.pdf</a>



15/01/2025 - 10:48	<a href="#">ARQUIVOS EDITÁVEIS.odt</a>
16/01/2025 - 11:35	<a href="#">ANEXO I - MODELO DE QUESTIONÁRIO DEMANDA TURÍSTICA 2.pdf.pdf</a>
16/01/2025 - 11:35	<a href="#">ANEXO II - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE EVENTOS 2.pdf</a>
16/01/2025 - 11:35	<a href="#">ANEXO III- MODELO DE QUESTIONÁRIO RÉVEILLON 3.pdf</a>
22/01/2025 - 12:23	<a href="#">ESCLARECIMENTOS 1 - AGRUPADO.pdf</a>

## Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
22/01/2025 - 12:24:17	INFORMAÇÃO	Senhores Licitantes,  Informamos que inserimos nesta data, resposta a solicitação de esclarecimentos.  Att
22/01/2025 - 12:26:43	AVISO	Senhores Licitantes,  Informamos que o valor a ser cadastrado como proposta preliminar nesta plataforma, deverá referir-se ao valor global para o período de 12 meses, e NÃO o valor unitário. Assim, solicitamos máxima atenção no cadastro.
06/02/2025 - 10:32:05	INFORMAÇÃO	Prezados,  Para efeito de esclarecimentos e considerando o que dispõe o item 9.7.3 do edital, toda documentação de habilitação de qualificação técnica deverá ser apresentada na habilitação, observadas as exceções dispostas no mesmo item.
07/02/2025 - 11:09:46	Envio de Propostas Readequadas 01/2025	A data limite de envio de proposta readequada para o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 foi definida pelo pregoeiro para 07/02/2025 às 13:20.
07/02/2025 - 11:40:49		Você recebeu uma nova proposta readequada no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
07/02/2025 - 14:44:18	Documentos solicitados para o processo 01/2025	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
07/02/2025 - 15:15:52		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
07/02/2025 - 18:23:09	Documentos solicitados para o processo 01/2025	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
08/02/2025 - 17:31:09		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
08/02/2025 - 17:31:20		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:16:47		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:17:03		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:17:23		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:44:52		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

## Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor de Referência	Quantidade	Valor Total
0001	PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	N/C	N/C	79.987,52	1	79.987,52



## Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos superveniente impeditivos previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303/2016 para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

## Propostas Enviadas

### 0001 - PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	07.975.260/0001-21	21/01/2025 - 10:33:09	N/C	N/C	1	R\$242.180,00	R\$ 242.180,00	Sim
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	05/02/2025 - 09:32:09	N/C	N/C	1	R\$349.945,04	R\$ 349.945,04	Sim
Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	11.112.423/0001-10	05/02/2025 - 20:19:57			1	R\$524.780,00	R\$ 524.780,00	Não
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	05/02/2025 - 22:00:38	N/C	N/C	1	R\$193.340,00	R\$ 193.340,00	Sim
GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	16.832.830/0002-04	06/02/2025 - 08:28:17	N/C	N/C	1	R\$331.440,00	R\$ 331.440,00	Sim
NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	43.302.095/0001-00	06/02/2025 - 15:32:38	N/C	N/C	1	R\$502.684,00	R\$ 502.684,00	Sim
Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda	16.950.128/0001-56	06/02/2025 - 14:49:48	N/C	N/C	1	R\$552.400,00	R\$ 552.400,00	Sim
3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	47.122.111/0001-34	06/02/2025 - 17:13:02	N/C	N/C	1	R\$138.100,00	R\$ 138.100,00	Sim
COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	07.581.610/0001-75	06/02/2025 - 17:21:58	N/C	N/C	1	R\$750.000,00	R\$ 750.000,00	Sim
ENQUET PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA LTDA	28.500.023/0001-84	06/02/2025 - 19:24:37	N/C	N/C	1	R\$457.870,00	R\$ 457.870,00	Sim
BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	28.504.695/0001-68	06/02/2025 - 19:28:55	N/C	N/C	1	R\$275.095,20	R\$ 275.095,20	Sim
PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	05.389.817/0001-17	06/02/2025 - 21:39:50	N/C	N/C	1	R\$828.600,00	R\$ 828.600,00	Sim
INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	12.078.030/0001-08	06/02/2025 - 22:35:34	N/C	N/C	1	R\$281.724,00	R\$ 281.724,00	Sim

## Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	11.112.423/0001-10	90 dias
INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	12.078.030/0001-08	90 dias
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	60 dias
Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda	16.950.128/0001-56	60 dias
GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	16.832.830/0002-04	90 dias



COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	07.581.610/0001-75	60 dias
PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	05.389.817/0001-17	100 dias
NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	43.302.095/0001-00	60 dias
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	60 dias
LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	07.975.260/0001-21	60 dias
BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	28.504.695/0001-68	90 dias
3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	47.122.111/0001-34	60 dias
ENQUET PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA LTDA	28.500.023/0001-84	60 dias

## Lances Enviados

### 0001 - PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.

Data	Valor	CNPJ	Situação
21/01/2025 - 10:33:09	242.180,00 (proposta)	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
05/02/2025 - 09:32:09	349.945,04 (proposta)	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
05/02/2025 - 20:19:57	524.780,00 (proposta)	11.112.423/0001-10 - Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	Válido
05/02/2025 - 22:00:38	193.340,00 (proposta)	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
06/02/2025 - 08:28:17	331.440,00 (proposta)	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
06/02/2025 - 14:49:48	552.400,00 (proposta)	16.950.128/0001-56 - Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda	Válido
06/02/2025 - 15:32:38	502.684,00 (proposta)	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
06/02/2025 - 17:13:02	138.100,00 (proposta)	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
06/02/2025 - 17:21:58	750.000,00 (proposta)	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
06/02/2025 - 19:24:37	457.870,00 (proposta)	28.500.023/0001-84 - ENQUET PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA LTDA	Válido
06/02/2025 - 19:28:55	275.095,20 (proposta)	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
06/02/2025 - 21:39:50	828.600,00 (proposta)	05.389.817/0001-17 - PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	Válido
06/02/2025 - 22:35:34	281.724,00 (proposta)	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:08:16	138.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:09:23	242.000,00	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:09:32	281.720,00	05.389.817/0001-17 - PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:10:02	320.000,00	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:11:21	137.900,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:11:42	136.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:11:58	135.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:12:26	240.000,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
07/02/2025 - 10:13:08	241.200,00	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:14:04	370.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido





07/02/2025 - 10:14:11	134.400,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:14:26	134.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:14:56	133.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:19	230.900,00	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:21	133.749,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:32	133.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:44	180.000,00	11.112.423/0001-10 - Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	Válido
07/02/2025 - 10:16:03	132.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:16:08	239.500,00	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:16:25	131.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:16:28	299.000,00	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:13	130.450,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:32	229.900,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
07/02/2025 - 10:17:36	130.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:43	215.000,00	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:46	179.900,00	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:51	129.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:17:56	239.980,00	05.389.817/0001-17 - PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:11	129.700,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:25	128.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:34	340.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:35	128.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:18:38	128.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:48	127.500,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:19:19	127.300,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:19:25	325.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:19:31	127.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:19:47	126.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:20:04	126.749,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:20:09	126.500,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:20:21	126.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:20:38	125.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido



07/02/2025 - 10:20:55	125.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:21:00	125.500,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:18	124.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:30	123.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:21:41	122.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:45	298.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:52	120.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:22:06	122.000,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:22:10	118.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:22:24	115.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:22:39	117.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:22:51	114.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:09	113.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:23:16	296.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:20	112.500,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:37	112.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:45	112.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:24:22	111.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:24:25	290.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:25:30	109.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:25:53	109.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:26:17	108.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:26:52	107.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:27:16	107.900,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:27:39	107.600,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:28:27	107.599,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:28:38	105.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:28:41	107.657,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:28:56	104.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:29:00	103.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:29:13	99.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:30:09	289.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:30:44	98.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido



07/02/2025 - 10:30:56	97.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:31:40	96.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:32:09	95.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:32:47	94.500,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:33:07	94.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:34:35	93.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:34:59	92.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:35:15	92.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:35:19	92.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:35:47	90.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:37:05	89.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:37:58	87.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:39:39	86.900,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:39:44	86.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:40:04	85.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:41:41	84.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:42:00	83.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:42:29	91.000,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:44:23	82.900,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:44:49	82.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:46:09	83.500,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:46:43	82.999,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:47:05	82.400,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:47:43	82.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:49:11	155.000,00	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:51:00	81.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:51:14	80.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 11:40:49	79.987,52	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido

## Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	07/02/2025 - 15:15:52	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PROFISSIONAIS.pdf</a>
0001	08/02/2025 - 17:31:09	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">DECLARACAO DE DISPONIBILIDADE - CONRADO.pdf</a>



0001	08/02/2025 - 17:31:20	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">DECLARACAO DE DISPONIBILIDADE - JACSON BASSO.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:16:47	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">COMPROVAÇÃO - CITMAR.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:17:03	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">COMPROVAÇÃO - GRAMADOTUR.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:17:23	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">CONTRATO - GRAMADORTUR 2023.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:44:52	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">Contrato nº 189 2022 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - ME (1).pdf</a>

## Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Dt. de Validade	Arquivo
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	05/02/2025 - 21:55	FRACIANE SHELIDA ALVES	-	-	-	-	<a href="#">Documentos de habilitação conforme edital (arquivo único)</a>

## Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
10/02/2025 - 17:49	--	--

## Chat

Data	Apelido	Frase
22/01/2025 - 12:23:12	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (ESCLARECIMENTOS 1 - AGRUPADO.pdf) em 22/01/2025 às 12:23.
05/02/2025 - 16:50:11	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (ANÁLISE E JULGAMENTO - IMPUGNAÇÃO - CONSULTING.pdf) em 05/02/2025 às 16:50.
07/02/2025 - 10:02:11	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
07/02/2025 - 10:06:52	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
07/02/2025 - 10:06:52	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
07/02/2025 - 10:06:52	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
07/02/2025 - 10:07:06	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
07/02/2025 - 10:07:06	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
07/02/2025 - 10:07:15	Pregoeiro	BOM DIA SENHORES LICITANTES. DESEJO BOA SORTE A TODOS. QUE TENHAMOS UMA BOA DISPUTA!
07/02/2025 - 10:08:04	Pregoeiro	REVEJAM SEUS CUSTOS E DEEM SEUS LANCES. LEMBRANDO QUE ESSE VALOR SERÁ VÁLIDO PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
07/02/2025 - 10:09:48	Pregoeiro	8.14.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
07/02/2025 - 10:13:19	Pregoeiro	17.1 - A licitante deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência da Ata (01 ano), pois, oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico financeiro.
07/02/2025 - 10:53:16	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
07/02/2025 - 10:57:05	Pregoeiro	AGRADECEMOS A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NA SESSÃO DE DISPUTA!
07/02/2025 - 10:57:57	Pregoeiro	Agora, iremos dar prosseguimento nos demais procedimentos.
07/02/2025 - 10:58:04	Sistema	O item 0001 teve como arrematante KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - ME com lance de R\$ 80.000,00.
07/02/2025 - 11:01:54	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0001. O prazo é até às 11:30 do dia 07/02/2025.
07/02/2025 - 11:01:54	Sistema	Motivo: LICITANTE "KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601", SOLICITAMOS SABER SE É POSSÍVEL REDUZIR O VALOR PROPOSTO?
07/02/2025 - 11:04:16	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Negociação Item 0001: Bom dia Sr. Pregoeiro, para garantirmos uma boa prestação dos serviços, entrega de qualidade e satisfação dos senhores, estamos no nosso melhor lance
07/02/2025 - 11:05:47	Sistema	Foi encerrada a negociação para o item 0001.
07/02/2025 - 11:05:47	Sistema	Motivo: Ok. Proposta aceita.
07/02/2025 - 11:09:46	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 foi definida pelo pregoeiro para 07/02/2025 às 13:20.



07/02/2025 - 11:11:15	Pregoeiro	LICITANTE KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601, SOLICITAMOS QUE SEJA ENVIADA A PROPOSTA READEQUADA AO VALOR DA PROPOSTA APRESENTADA, CONFORME DISPÕE O ITEM 9.2 DO EDITAL.
07/02/2025 - 11:40:49	Sistema	O fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 enviou uma nova proposta readequada e um novo arquivo para o item 0001.
07/02/2025 - 14:44:19	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 16:00 do dia 07/02/2025.
07/02/2025 - 14:44:19	Sistema	Motivo: LICITANTE "KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601", VERIFICAMOS QUE FOI ENVIADO CURRÍCULO E DEMAIS DOCUMENTOS DE 04 PROFISSIONAIS, OCORRE QUE NÃO FOI ENVIADO UM DOCUMENTO DESSA EMPRESA, FORMALIZANDO E INDICANDO ESSES PROFISSIONAIS. ASSIM, SOLICITAMOS QUE SEJA ENVIADO UM DOCUMENTO CONTENDO OS NOMES DE TAIS PROFISSIONAIS, E QUE NESSE DOCUMENTO SEJA INDICADO QUAL DENTRE DOS 04 PROFISSIONAIS, SERÁ O COORDENADOR TÉCNICO, CONFORME SOLICITADO NA ALÍNEA (A) DO ITEM 9.7.3. NO AGUARDANDO.
07/02/2025 - 14:51:13	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Sr. Pregoeiro, nosso responsável técnico é o Estatístico Sr. Érico Jander, conforme declaração de disponibilidade enviada assinada pelo mesmo
07/02/2025 - 14:52:27	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: E conforme registro do mesmo no CONRE (Conselho Regional de Estatística), o resto são meramente colaboradores de nossa equipe, ressaltando que enviamos também a documentação deles, para qualificar ainda mais nossa empresa
07/02/2025 - 14:58:46	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Nesta Diligência não entendemos qual documento o senhor precisa, seria um documento com a lista de profissionais que atuaram neste projeto? E nele constando o nome do responsável técnico? Neste nosso caso, quem será nosso responsável técnico será nosso Estatístico, conforme dito anteriormente, e conforme DECLARAÇÃO EXPRESSA DE DISPONIBILIDADE feita pelo mesmo
07/02/2025 - 15:00:16	Pregoeiro	Isso mesmo. Precisamos que um documento dessa empresa apresentando os profissionais que atuarão no projeto, e dentre esses, quem será o coordenador técnico.
07/02/2025 - 15:03:13	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: ótimo, providenciando...
07/02/2025 - 15:15:49	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Sr. Pregoeiro, anexamos o documento, conforme solicitado
07/02/2025 - 15:15:52	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
07/02/2025 - 18:23:09	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:00 do dia 10/02/2025.
07/02/2025 - 18:23:09	Sistema	Motivo: LICITANTE KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601, FAVOR ANEXAR NA PLATAFORMA A DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS SENHORES JACSON E CONRADO.
08/02/2025 - 17:31:09	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
08/02/2025 - 17:31:20	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
08/02/2025 - 17:33:05	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Boa tarde Sr. Pregoeiro, devidamente enviamos as declarações expressa de disponibilidade, emitidas por nossos Turismólogos Sr. Conrado e Jacson
10/02/2025 - 10:37:41	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:00 do dia 10/02/2025.
10/02/2025 - 10:37:41	Sistema	Motivo: Documento enviado conforme solicitado.
10/02/2025 - 10:40:11	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:30 do dia 10/02/2025.
10/02/2025 - 10:40:11	Sistema	Motivo: LICITANTE "KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601", SOLICITAMOS QUE SEJA ENVIADO CÓPIA DOS CONTRATOS REFERENTES AOS ATESTADOS EMITIDOS PELO CONSÓRCIO CITMAR E PELO GRAMADOTUR.
10/02/2025 - 10:41:12	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Bom dia Sr. Pregoeiro, estamos providenciando, solicitamos mais prazo para envio, por em aproximadamente 20 minutos o tempo é muito curto
10/02/2025 - 10:53:30	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 13:00 do dia 10/02/2025.
10/02/2025 - 10:53:30	Sistema	Motivo: Prazo concedido.
10/02/2025 - 11:16:47	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:17:03	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:17:23	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:44:52	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:45:54	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Prezados, conforme solicitado, segue em anexo a documentação, aguardamos o andamento do processo...
10/02/2025 - 16:18:02	Pregoeiro	Documentação recebida. Continuaremos a análise.
10/02/2025 - 17:13:58	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601.
10/02/2025 - 17:17:19	Pregoeiro	INFORMAMOS QUE APÓS ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO APRESENTADA PELA LICITANTE KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601, EM ESPECIAL A ANÁLISE DO SETOR REQUISITANTE REFERENTE A DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUE ENTENDEU QUE TAIS DOCUMENTOS ATENDEM PERFEITAMENTE AO REQUERIDO NO EDITAL, ESTAMOS DECLARANDO A CITADA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO.
10/02/2025 - 17:17:57	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 10/02/2025 às 17:49.
10/02/2025 - 17:50:30	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
11/02/2025 - 10:26:56	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por PABLO TRABACH DA SILVA.

PABLO TRABACH DA SILVA

Pregoeiro





---

ALEXSANDER CARVALHO NUNES

Apoio

---

ALLINE VIANA DO NASCIMENTO

Apoio

---

CRISLAINE MARIA POTRATZ

Apoio

---

FELIPE ANDRADE OLIVEIRA

Apoio

---

KATIUCIA PEREIRA GUSMÃO

Apoio



# ATA FINAL

## Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV Pregão Eletrônico - 01/2025

### Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
16/01/2025 11:36	17/01/2025 10:00	31/01/2025 23:59	07/02/2025 09:30	07/02/2025 10:00

### Pedidos de Impugnação

Data Pedido	Pedido	Data Resposta	Julgamento	Arquivos
31/01/2025 - 18:30:11	Inclusão da necessidade de registro na entidade profissional competente (CONRE).	05/02/2025 - 16:50:11	Indeferido	Pedido: Impugnação - CDTV.pdf Julgamento: ANÁLISE E JULGAMENTO - IMPUGNAÇÃO - CONSULTING.pdf

**Embasamento:** Conforme anexo.

**Julgamento:** Considerando que impugnante, a empresa INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL – INTELI-GÊNCIA EM PESQUISA LTDA - CNPJ: 12.078.030/0001-08, não tenha cumprido com as formalidades legais exigíveis, ou seja, que o subscritor que assina a peça impugnatória não apresentou cópia do contrato social da empresa e/ou procuração para legitimar os poderes para agir em nome da licitante;

Considerando que o setor requisitante opinou por manter INALTERADO o item 9.7 do edital que trata da "Qualificação Técnica";  
JULGAMOS O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE, desta forma, mantendo o edital e seus anexos INALTERADOS e a sessão de disputa mantida para o dia 07/02/2025 às 10:00hs no site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

### Dúvidas

Data Dúvida	Assunto	Data Resposta
31/01/2025 - 11:44:12	Esclarecimento Qualificação Técnica da Empresa	05/02/2025 - 16:51:43

**Dúvida:** Prezados, não identificamos a solicitação de Registro da Empresa no Conselho Regional de Estatística. Conforme previsto na \*\*Lei nº 6.839/1980\*\*, o registro é obrigatório para empresas que realizam atividades de estatística, incluindo pesquisas.  
O item 9.7 do Edital trata da qualificação técnica obrigatória exigida para a habilitação das empresas. Entretanto, dentre a documentação solicitada às empresas participantes, não consta a exigência de presença do profissional estatístico devidamente registrado e em dia com suas obrigações para com o conselho regional de estatística. Conforme citado, o desenvolvimento de tais atividades é de responsabilidade do profissional estatístico, conforme especificado na Lei nº 4.739/65 que regulamenta a profissão dos estatísticos (veja abaixo). Desta forma, deveria ser exigido um profissional com formação em estatística com respectivo registro no conselho e inscrição da empresa licitante em uma unidade do Conselho Regional de Estatística, bem como a comprovação de vínculo do profissional com a empresa. O andamento do presente edital sem tais alterações fere a Lei nº 4.739/65 que diz em seu art. 2º que: "Todo aquele que exercer as funções de estatísticos, ou a direção de órgão, serviço, seção, grupo ou setor de estatística, em entidade pública ou privada, é obrigado ao uso da carteira profissional nos termos desta Lei, devendo os profissionais que se encontrem nas condições dos incisos I e II, do art. 1º, registrar seus diplomas de acordo com a legislação vigente."  
Gostaríamos de confirmar se houve algum equívoco na não solicitação do registro durante a elaboração do edital ou se há alguma pendência nesse sentido. Poderiam nos esclarecer essa questão?

**Resposta:** Informamos que inserimos nesta data o julgamento do pedido de impugnação, no qual constam respostas para esta solicitação de esclarecimento. Favor analisar.

22/01/2025 - 16:21:01	Solicitação de Esclarecimento sobre Condições de Pagamento	22/01/2025 - 16:55:09
-----------------------	--	-----------------------

**Dúvida:** Prezados(as),

De acordo com o edital, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal de serviços, acompanhada das certidões negativas de débitos e do atestado pelo Fiscal.

No entanto, não fica claro se o pagamento será realizado ao final de cada etapa do projeto, de acordo com a entrega dos produtos previstos no cronograma, ou se apenas ao final de todo o trabalho?

Considerando que esta licitação também é destinada a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), e que a duração do projeto se estende por aproximadamente dois anos, é razoável pleitear que haja pagamentos parciais, de forma a fomentar condições reais de participação de empresas dessa categoria.

Agradeço pela atenção e aguardo retorno para melhor planejamento da participação na licitação.

**Resposta:** Prezados, Informamos que o pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução de cada evento previsto (estimado) no item 7 do anexo I do edital, após aprovação final das entregas pelo setor requisitante. Na oportunidade, informamos que o prazo de vigência da Ata de RP será de 12 meses, a contar da data de publicação do resumo.

### Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.	252.667,76	1	SVÇ	Adjudicado

### Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
15/01/2025 - 10:48	<a href="#">EDITAL PREGÃO 01-2025 - RP PESQUISA.pdf</a>



15/01/2025 - 10:48	<a href="#">ARQUIVOS EDITÁVEIS.odt</a>
16/01/2025 - 11:35	<a href="#">ANEXO I - MODELO DE QUESTIONÁRIO DEMANDA TURÍSTICA 2.pdf.pdf</a>
16/01/2025 - 11:35	<a href="#">ANEXO II - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE EVENTOS 2.pdf</a>
16/01/2025 - 11:35	<a href="#">ANEXO III- MODELO DE QUESTIONÁRIO RÉVEILLON 3.pdf</a>
22/01/2025 - 12:23	<a href="#">ESCLARECIMENTOS 1 - AGRUPADO.pdf</a>

## Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
22/01/2025 - 12:24:17	INFORMAÇÃO	Senhores Licitantes,  Informamos que inserimos nesta data, resposta a solicitação de esclarecimentos.  Att
22/01/2025 - 12:26:43	AVISO	Senhores Licitantes,  Informamos que o valor a ser cadastrado como proposta preliminar nesta plataforma, deverá referir-se ao valor global para o período de 12 meses, e NÃO o valor unitário. Assim, solicitamos máxima atenção no cadastro.
06/02/2025 - 10:32:05	INFORMAÇÃO	Prezados,  Para efeito de esclarecimentos e considerando o que dispõe o item 9.7.3 do edital, toda documentação de habilitação de qualificação técnica deverá ser apresentada na habilitação, observadas as exceções dispostas no mesmo item.
07/02/2025 - 11:09:46	Envio de Propostas Readequadas 01/2025	A data limite de envio de proposta readequada para o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 foi definida pelo pregoeiro para 07/02/2025 às 13:20.
07/02/2025 - 11:40:49		Você recebeu uma nova proposta readequada no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
07/02/2025 - 14:44:18	Documentos solicitados para o processo 01/2025	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
07/02/2025 - 15:15:52		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
07/02/2025 - 18:23:09	Documentos solicitados para o processo 01/2025	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
08/02/2025 - 17:31:09		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
08/02/2025 - 17:31:20		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:16:47		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:17:03		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:17:23		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/02/2025 - 11:44:52		Você recebeu um novo documento em resposta à diligência no item 0001 do processo 01/2025.  Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

## Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor de Referência	Quantidade	Valor Total
0001	PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	N/C	N/C	79.987,52	1	79.987,52



## Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos superveniente impeditivos previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303/2016 para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Não-Emprego de menores	Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

## Propostas Enviadas

### 0001 - PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	07.975.260/0001-21	21/01/2025 - 10:33:09	N/C	N/C	1	R\$242.180,00	R\$ 242.180,00	Sim
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	05/02/2025 - 09:32:09	N/C	N/C	1	R\$349.945,04	R\$ 349.945,04	Sim
Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	11.112.423/0001-10	05/02/2025 - 20:19:57			1	R\$524.780,00	R\$ 524.780,00	Não
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	05/02/2025 - 22:00:38	N/C	N/C	1	R\$193.340,00	R\$ 193.340,00	Sim
GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	16.832.830/0002-04	06/02/2025 - 08:28:17	N/C	N/C	1	R\$331.440,00	R\$ 331.440,00	Sim
NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	43.302.095/0001-00	06/02/2025 - 15:32:38	N/C	N/C	1	R\$502.684,00	R\$ 502.684,00	Sim
Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda	16.950.128/0001-56	06/02/2025 - 14:49:48	N/C	N/C	1	R\$552.400,00	R\$ 552.400,00	Sim
3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	47.122.111/0001-34	06/02/2025 - 17:13:02	N/C	N/C	1	R\$138.100,00	R\$ 138.100,00	Sim
COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	07.581.610/0001-75	06/02/2025 - 17:21:58	N/C	N/C	1	R\$750.000,00	R\$ 750.000,00	Sim
ENQUET PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA LTDA	28.500.023/0001-84	06/02/2025 - 19:24:37	N/C	N/C	1	R\$457.870,00	R\$ 457.870,00	Sim
BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	28.504.695/0001-68	06/02/2025 - 19:28:55	N/C	N/C	1	R\$275.095,20	R\$ 275.095,20	Sim
PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	05.389.817/0001-17	06/02/2025 - 21:39:50	N/C	N/C	1	R\$828.600,00	R\$ 828.600,00	Sim
INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	12.078.030/0001-08	06/02/2025 - 22:35:34	N/C	N/C	1	R\$281.724,00	R\$ 281.724,00	Sim

## Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	11.112.423/0001-10	90 dias
INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	12.078.030/0001-08	90 dias
ÁGORA PESQUISA EIRELI	19.557.018/0001-17	60 dias
Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda	16.950.128/0001-56	60 dias
GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	16.832.830/0002-04	90 dias



COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	07.581.610/0001-75	60 dias
PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	05.389.817/0001-17	100 dias
NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	43.302.095/0001-00	60 dias
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	18.264.177/0001-60	60 dias
LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	07.975.260/0001-21	60 dias
BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	28.504.695/0001-68	90 dias
3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	47.122.111/0001-34	60 dias
ENQUET PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA LTDA	28.500.023/0001-84	60 dias

## Lances Enviados

### 0001 - PESQUISA DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.

Data	Valor	CNPJ	Situação
21/01/2025 - 10:33:09	242.180,00 (proposta)	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
05/02/2025 - 09:32:09	349.945,04 (proposta)	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
05/02/2025 - 20:19:57	524.780,00 (proposta)	11.112.423/0001-10 - Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	Válido
05/02/2025 - 22:00:38	193.340,00 (proposta)	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
06/02/2025 - 08:28:17	331.440,00 (proposta)	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
06/02/2025 - 14:49:48	552.400,00 (proposta)	16.950.128/0001-56 - Ser Desenvolvimento Humano e Empresarial Ltda	Válido
06/02/2025 - 15:32:38	502.684,00 (proposta)	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
06/02/2025 - 17:13:02	138.100,00 (proposta)	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
06/02/2025 - 17:21:58	750.000,00 (proposta)	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
06/02/2025 - 19:24:37	457.870,00 (proposta)	28.500.023/0001-84 - ENQUET PESQUISAS DE OPINIAO PUBLICA LTDA	Válido
06/02/2025 - 19:28:55	275.095,20 (proposta)	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
06/02/2025 - 21:39:50	828.600,00 (proposta)	05.389.817/0001-17 - PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	Válido
06/02/2025 - 22:35:34	281.724,00 (proposta)	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:08:16	138.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:09:23	242.000,00	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:09:32	281.720,00	05.389.817/0001-17 - PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:10:02	320.000,00	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:11:21	137.900,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:11:42	136.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:11:58	135.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:12:26	240.000,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
07/02/2025 - 10:13:08	241.200,00	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:14:04	370.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido





07/02/2025 - 10:14:11	134.400,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:14:26	134.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:14:56	133.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:19	230.900,00	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:21	133.749,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:32	133.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:15:44	180.000,00	11.112.423/0001-10 - Qualitest Ciência e Tecnologia Ltda Me	Válido
07/02/2025 - 10:16:03	132.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:16:08	239.500,00	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:16:25	131.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:16:28	299.000,00	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:13	130.450,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:32	229.900,00	19.557.018/0001-17 - ÁGORA PESQUISA EIRELI	Válido
07/02/2025 - 10:17:36	130.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:43	215.000,00	28.504.695/0001-68 - BRAND CONSULTORIA E GESTAO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:46	179.900,00	12.078.030/0001-08 - INSTITUTO CONSULTING DO BRASIL - INTELIGENCIA EM PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:17:51	129.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:17:56	239.980,00	05.389.817/0001-17 - PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:11	129.700,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:25	128.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:34	340.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:35	128.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:18:38	128.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:18:48	127.500,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:19:19	127.300,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:19:25	325.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:19:31	127.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:19:47	126.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:20:04	126.749,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:20:09	126.500,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:20:21	126.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:20:38	125.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido



07/02/2025 - 10:20:55	125.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:21:00	125.500,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:18	124.750,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:30	123.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:21:41	122.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:45	298.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:21:52	120.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:22:06	122.000,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:22:10	118.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:22:24	115.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:22:39	117.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:22:51	114.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:09	113.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:23:16	296.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:20	112.500,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:37	112.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:23:45	112.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:24:22	111.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:24:25	290.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:25:30	109.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:25:53	109.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:26:17	108.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:26:52	107.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:27:16	107.900,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:27:39	107.600,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:28:27	107.599,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:28:38	105.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:28:41	107.657,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:28:56	104.800,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:29:00	103.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:29:13	99.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:30:09	289.000,00	07.581.610/0001-75 - COOPERATIVA DE TRABALHO UNIVERSIDADE LIVRE LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:30:44	98.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido



07/02/2025 - 10:30:56	97.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:31:40	96.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:32:09	95.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:32:47	94.500,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:33:07	94.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:34:35	93.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:34:59	92.999,99	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:35:15	92.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:35:19	92.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:35:47	90.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:37:05	89.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:37:58	87.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:39:39	86.900,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:39:44	86.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:40:04	85.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:41:41	84.000,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:42:00	83.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:42:29	91.000,00	16.832.830/0002-04 - GMR INTELIGENCIA DE MERCADO LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:44:23	82.900,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:44:49	82.500,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:46:09	83.500,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:46:43	82.999,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:47:05	82.400,00	07.975.260/0001-21 - LEAL M ADMINISTRACAO E PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:47:43	82.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 10:49:11	155.000,00	43.302.095/0001-00 - NACIONAL DADOS PESQUISA E SERVIÇOS LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:51:00	81.000,00	47.122.111/0001-34 - 3S CONSULTORIA E PESQUISA LTDA	Válido
07/02/2025 - 10:51:14	80.000,00	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido
07/02/2025 - 11:40:49	79.987,52	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Válido

## Arquivos Enviados pelos Fornecedores

Item	Data/Hora	Enviado por	Arquivo
0001	07/02/2025 - 15:15:52	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PROFISSIONAIS.pdf</a>
0001	08/02/2025 - 17:31:09	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">DECLARACAO DE DISPONIBILIDADE - CONRADO.pdf</a>



0001	08/02/2025 - 17:31:20	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">DECLARACAO DE DISPONIBILIDADE - JACSON BASSO.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:16:47	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">COMPROVAÇÃO - CITMAR.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:17:03	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">COMPROVAÇÃO - GRAMADOTUR.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:17:23	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">CONTRATO - GRAMADORTUR 2023.pdf</a>
0001	10/02/2025 - 11:44:52	18.264.177/0001-60 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	<a href="#">Contrato nº 189 2022 - KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - ME (1).pdf</a>

## Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Dt. de Validade	Arquivo
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	05/02/2025 - 21:55	FRACIANE SHELIDA ALVES	-	-	-	-	<a href="#">Documentos de habilitação conforme edital (arquivo único)</a>

## Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
10/02/2025 - 17:49	--	--

## Chat

Data	Apelido	Frase
22/01/2025 - 12:23:12	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (ESCLARECIMENTOS 1 - AGRUPADO.pdf) em 22/01/2025 às 12:23.
05/02/2025 - 16:50:11	Sistema	O Pregoeiro adicionou o arquivo (ANÁLISE E JULGAMENTO - IMPUGNAÇÃO - CONSULTING.pdf) em 05/02/2025 às 16:50.
07/02/2025 - 10:02:11	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
07/02/2025 - 10:06:52	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
07/02/2025 - 10:06:52	Sistema	No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
07/02/2025 - 10:06:52	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
07/02/2025 - 10:07:06	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
07/02/2025 - 10:07:06	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
07/02/2025 - 10:07:15	Pregoeiro	BOM DIA SENHORES LICITANTES. DESEJO BOA SORTE A TODOS. QUE TENHAMOS UMA BOA DISPUTA!
07/02/2025 - 10:08:04	Pregoeiro	REVEJAM SEUS CUSTOS E DEEM SEUS LANCES. LEMBRANDO QUE ESSE VALOR SERÁ VÁLIDO PARA O PERÍODO DE 12 MESES.
07/02/2025 - 10:09:48	Pregoeiro	8.14.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
07/02/2025 - 10:13:19	Pregoeiro	17.1 - A licitante deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência da Ata (01 ano), pois, oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico financeiro.
07/02/2025 - 10:53:16	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
07/02/2025 - 10:57:05	Pregoeiro	AGRADECEMOS A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NA SESSÃO DE DISPUTA!
07/02/2025 - 10:57:57	Pregoeiro	Agora, iremos dar prosseguimento nos demais procedimentos.
07/02/2025 - 10:58:04	Sistema	O item 0001 teve como arrematante KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 - ME com lance de R\$ 80.000,00.
07/02/2025 - 11:01:54	Sistema	Foi aberta negociação para o item 0001. O prazo é até às 11:30 do dia 07/02/2025.
07/02/2025 - 11:01:54	Sistema	Motivo: LICITANTE "KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601", SOLICITAMOS SABER SE É POSSÍVEL REDUZIR O VALOR PROPOSTO?
07/02/2025 - 11:04:16	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Negociação Item 0001: Bom dia Sr. Pregoeiro, para garantirmos uma boa prestação dos serviços, entrega de qualidade e satisfação dos senhores, estamos no nosso melhor lance
07/02/2025 - 11:05:47	Sistema	Foi encerrada a negociação para o item 0001.
07/02/2025 - 11:05:47	Sistema	Motivo: Ok. Proposta aceita.
07/02/2025 - 11:09:46	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 foi definida pelo pregoeiro para 07/02/2025 às 13:20.



07/02/2025 - 11:11:15	Pregoeiro	LICITANTE KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601, SOLICITAMOS QUE SEJA ENVIADA A PROPOSTA READEQUADA AO VALOR DA PROPOSTA APRESENTADA, CONFORME DISPÕE O ITEM 9.2 DO EDITAL.
07/02/2025 - 11:40:49	Sistema	O fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601 enviou uma nova proposta readequada e um novo arquivo para o item 0001.
07/02/2025 - 14:44:19	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 16:00 do dia 07/02/2025.
07/02/2025 - 14:44:19	Sistema	Motivo: LICITANTE "KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601", VERIFICAMOS QUE FOI ENVIADO CURRÍCULO E DEMAIS DOCUMENTOS DE 04 PROFISSIONAIS, OCORRE QUE NÃO FOI ENVIADO UM DOCUMENTO DESSA EMPRESA, FORMALIZANDO E INDICANDO ESSES PROFISSIONAIS. ASSIM, SOLICITAMOS QUE SEJA ENVIADO UM DOCUMENTO CONTENDO OS NOMES DE TAIS PROFISSIONAIS, E QUE NESSE DOCUMENTO SEJA INDICADO QUAL DENTRE DOS 04 PROFISSIONAIS, SERÁ O COORDENADOR TÉCNICO, CONFORME SOLICITADO NA ALÍNEA (A) DO ITEM 9.7.3. NO AGUARDO.
07/02/2025 - 14:51:13	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Sr. Pregoeiro, nosso responsável técnico é o Estatístico Sr. Érico Jander, conforme declaração de disponibilidade enviada assinada pelo mesmo
07/02/2025 - 14:52:27	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: E conforme registro do mesmo no CONRE (Conselho Regional de Estatística), o resto são meramente colaboradores de nossa equipe, ressaltando que enviamos também a documentação deles, para qualificar ainda mais nossa empresa
07/02/2025 - 14:58:46	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Nesta Diligência não entendemos qual documento o senhor precisa, seria um documento com a lista de profissionais que atuaram neste projeto? E nele constando o nome do responsável técnico? Neste nosso caso, quem será nosso responsável técnico será nosso Estatístico, conforme dito anteriormente, e conforme DECLARAÇÃO EXPRESSA DE DISPONIBILIDADE feita pelo mesmo
07/02/2025 - 15:00:16	Pregoeiro	Isso mesmo. Precisamos que um documento dessa empresa apresentando os profissionais que atuarão no projeto, e dentre esses, quem será o coordenador técnico.
07/02/2025 - 15:03:13	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: ótimo, providenciando...
07/02/2025 - 15:15:49	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Sr. Pregoeiro, anexamos o documento, conforme solicitado
07/02/2025 - 15:15:52	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
07/02/2025 - 18:23:09	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:00 do dia 10/02/2025.
07/02/2025 - 18:23:09	Sistema	Motivo: LICITANTE KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601, FAVOR ANEXAR NA PLATAFORMA A DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS SENHORES JACSON E CONRADO.
08/02/2025 - 17:31:09	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
08/02/2025 - 17:31:20	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
08/02/2025 - 17:33:05	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Boa tarde Sr. Pregoeiro, devidamente enviamos as declarações expressa de disponibilidade, emitidas por nossos Turismólogos Sr. Conrado e Jacson
10/02/2025 - 10:37:41	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:00 do dia 10/02/2025.
10/02/2025 - 10:37:41	Sistema	Motivo: Documento enviado conforme solicitado.
10/02/2025 - 10:40:11	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 11:30 do dia 10/02/2025.
10/02/2025 - 10:40:11	Sistema	Motivo: LICITANTE "KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601", SOLICITAMOS QUE SEJA ENVIADO CÓPIA DOS CONTRATOS REFERENTES AOS ATESTADOS EMITIDOS PELO CONSÓRCIO CITMAR E PELO GRAMADOTUR.
10/02/2025 - 10:41:12	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Bom dia Sr. Pregoeiro, estamos providenciando, solicitamos mais prazo para envio, por em aproximadamente 20 minutos o tempo é muito curto
10/02/2025 - 10:53:30	Sistema	Foram solicitadas diligências para o item 0001. O prazo de envio é até às 13:00 do dia 10/02/2025.
10/02/2025 - 10:53:30	Sistema	Motivo: Prazo concedido.
10/02/2025 - 11:16:47	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:17:03	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:17:23	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:44:52	Sistema	A diligência do item 0001 foi anexada ao processo.
10/02/2025 - 11:45:54	F. KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	Documentação Item 0001: Prezados, conforme solicitado, segue em anexo a documentação, aguardamos o andamento do processo...
10/02/2025 - 16:18:02	Pregoeiro	Documentação recebida. Continuaremos a análise.
10/02/2025 - 17:13:58	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601.
10/02/2025 - 17:17:19	Pregoeiro	INFORMAMOS QUE APÓS ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO APRESENTADA PELA LICITANTE KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601, EM ESPECIAL A ANÁLISE DO SETOR REQUISITANTE REFERENTE A DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUE ENTENDEU QUE TAIS DOCUMENTOS ATENDEM PERFEITAMENTE AO REQUERIDO NO EDITAL, ESTAMOS DECLARANDO A CITADA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO.
10/02/2025 - 17:17:57	Sistema	A data limite de intenção de recursos para o item 0001 foi definida pelo pregoeiro para 10/02/2025 às 17:49.
10/02/2025 - 17:50:30	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
11/02/2025 - 10:26:56	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por PABLO TRABACH DA SILVA.

PABLO TRABACH DA SILVA

Pregoeiro





---

ALEXSANDER CARVALHO NUNES

Apoio

---

ALLINE VIANA DO NASCIMENTO

Apoio

---

CRISLAINE MARIA POTRATZ

Apoio

---

FELIPE ANDRADE OLIVEIRA

Apoio

---

KATIUCIA PEREIRA GUSMÃO

Apoio



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

<b>OBJETO</b>	<b>REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE “PESQUISAS DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA”.</b>
<b>QUANTIDADE DE LOTES</b>	<b>1</b>
<b>PROCESSO Nº</b>	<b>710953/2024</b>
<b>MODALIDADE</b>	<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MENOR PREÇO GLOBAL</b>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>ABERTO</b>
<b>PRAZO DE PUBLICIDADE DO EDITAL</b>	<b>15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS</b>
<b>INICIO DO ACOLHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO E CADASTRO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>	<b>17/01/2025 – 10:00:00HS</b>
<b>LIMITE DE CADASTRO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>	<b>07/02/2025 – 09:30:00HS</b>
<b>ANÁLISE DAS PROPOSTAS/ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA</b>	<b>07/02/2025 – 10:00:00HS</b>
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO DA DISPUTA</b>	<b><a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br/">https://www.portaldecompraspublicas.com.br/</a></b>
<b>VALOR ESTIMADO</b>	<b>SERÁ SIGILOSO, CONFORME ARTIGO 34 DA LEI 13.303/2016.</b>
<b>LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A MODALIDADE LICITATÓRIA Nº</b>	<b>LEI Nº 13.303/2016 E RILC CDTIV.</b>
<b>SETOR REQUISITANTE</b>	<b>DIRETORIA DE TURISMO</b>
<b>OBSERVAÇÃO: TODA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS NESTE CERTAME, DEVERÃO SER INSERIDAS NA PLATAFORMA DE LICITAÇÃO ATÉ A DATA E HORÁRIO ESTIPULADOS (ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA).</b>	
<b>ESTA LICITAÇÃO SERÁ DE AMPLA CONCORRÊNCIA</b>	

**REGISTRO DE PREÇOS****MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025****PREÂMBULO**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA (CDTIV), empresa pública municipal com sede nesta cidade de Vitória/ES, por meio de sua Equipe Permanente de Licitação e Pregão - CPLP, designada pela **Portaria 040/2024** torna público e faz saber que se acha aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO** em epígrafe, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme **processo administrativo nº 710953/2024**, com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa referente ao objeto enunciado no item 1 abaixo, conforme condições e especificações fixadas neste Edital e em seus anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independente de transcrição.

A presente licitação será regida e processada pela Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais); Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; Decreto Municipal nº 20.934/2022; RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CDTIV; Lei Federal nº 12.846/2013 (Responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra a Administração Pública) regulamentada pelo Decreto Municipal nº 16.522/2015; Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, bem como eventuais legislações aplicáveis à matéria.

A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo necessário que os licitantes interessados providenciem o credenciamento junto ao PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PCP através do sítio eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, para obtenção da chave de acesso e de senha.

Serão observadas as seguintes datas e horários para o procedimento, conforme abaixo:

Início do recebimento das propostas e da documentação de habilitação.	A partir das 10:00 h do dia 17/01/2025
Limite de entrega das propostas e da documentação de habilitação.	Até as 09:30 h do dia 07/02/2025
Tempo de disputa	10 min. Mais o tempo de até 02 minutos, conforme sistema
Abertura das propostas e sessão pública de disputa	As 10:00 h do dia 07/02/2025

Na hipótese de não haver expediente no dia da realização do Pregão Eletrônico, a Licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantendo-se inalterado o horário do Pregão. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**1 - DO OBJETO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**1.1** - O presente Pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** visando futuras prestações de serviços de “Realização de pesquisas de identificação do perfil do frequentador (turista, excursionista ou morador local) em eventos com potencial turístico no município de Vitória”, para atendimento as necessidades da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória – CDTIV, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I (Termo de Referência).

**1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**1.2.1** - Todas as especificações do objeto da licitação, bem como as demais informações, quantitativos e orientações encontram-se detalhadas no Termo de Referência (**Anexo I**) deste Edital.

**1.2.2** - Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no sistema do Portal de

Compras – PCP e as constantes deste EDITAL e de seus ANEXOS, prevalecerão às últimas.

### **1.3 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**1.3.1** - Na licitação para Registro de Preços não haverá prévia reserva orçamentária e o quantitativo do objeto pretendido será indicado em termos estimativos, em função do consumo estimado anual, sendo a dotação orçamentária indicada somente no momento da efetiva aquisição.

## **2 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1** - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível no Sistema Eletrônico, no “sítio oficial” do Portal de Compras Públicas, <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e no site <https://cdtiv.com.br>, ou poderá ser solicitado via e-mail: [licitacao@cdtiv.com.br](mailto:licitacao@cdtiv.com.br)

**2.2** - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da CDTV, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma “Portal de Compras Públicas” constante da página eletrônica do portal.

### **2.3 - O (a) Pregoeiro(a) terá as seguintes atribuições nesta licitação:**

1. Coordenar o processo licitatório e conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio;
2. Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado, se necessário, pelas unidades gestoras e pelos setores técnicos e jurídicos competentes;
3. Garantir a harmonia durante a sessão pública;
4. Receber as propostas de preços e a documentação de habilitação, na forma estabelecida pelo edital;
5. Acompanhar e julgar a melhor proposta de preço;
6. Verificar a efetividade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital e classificar as propostas de menor preço, observando também o dispositivo na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores;
7. Negociar com o licitante melhor classificado em busca da proposta mais vantajosa;
8. Verificar e julgar as condições de habilitação;
9. Indicar o vencedor do certame;
10. Receber os recursos encaminhando à autoridade competente para possível ratificação do julgamento;
11. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
12. Encaminhar os autos do processo, devidamente instruído, à autoridade competente para homologação;
13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas em edital;
14. Promover diligência, “*in loco*” ou por *e-mail* ou por telefone, bem como através de qualquer outro meio idôneo, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;
15. Adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal ou material, que não afete o conteúdo da documentação, destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na proposta, na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, em privilégio aos princípios da eficiência, da proposta mais vantajosa, do formalismo moderado e da razoabilidade.
16. Solicitar às licitantes, a qualquer momento, na forma de lei e como diligência, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;
17. Para fins de habilitação, as certidões com emissão em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que porventura não forem cadastradas na plataforma de licitação pelos licitantes, poderão ser consultadas/verificadas a regularidade pelo pregoeiro;

**2.4** - As proponentes deverão examinar cuidadosamente as condições de execução do objeto deste edital, dando especial atenção para as penalidades estabelecidas para os casos de descumprimento das obrigações contratuais, ficando cientes de que a CDTV aplicará as sanções previstas, obedecido ao disposto no art. 82 da Lei 13.303/2016.

2.5 - Após apresentação da proposta e da documentação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância deste Edital e de seus anexos.

2.6 - As proponentes deverão observar as datas e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2.7 - A presente licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme disposto nos artigos 32 e 66 da Lei nº 13.303/2016.

2.8 - A existência de preços registrados não obriga à CDTIV a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurada ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços preferência para contratação em igualdade de condições, caso o valor obtido no certame seja igual ou superior àqueles registrados.

2.9 - Nesta licitação para Registro de Preços não haverá prévia reserva orçamentária e o quantitativo do objeto pretendido será indicado em termos estimativos, em função da demanda indicada no Termo de Referência (Anexo I), sendo a dotação orçamentária indicada somente no momento da efetiva aquisição.

2.10 - As despesas decorrentes da contratação do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, e cujo elemento de despesa específica constará na respectiva Nota de Empenho.

2.11 - Informações adicionais: Pregoeiro Pablo Trabach a Silva e Equipe de Apoio – Telefone: (27) 99837-8232 – E-mail: [licitacao@cdtiv.com.br](mailto:licitacao@cdtiv.com.br). Endereço para envio de correspondências: Rua Armando Moreira de Oliveira, nº 230 – Goiabeiras - Vitória - Espírito Santo - CEP 29075-075.

**2.12 – As proponentes deverão se atentar pelo fato da necessidade da anexação no sistema de Licitações, PREVIAMENTE à realização da sessão de disputa, de toda a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (FISCAL, TÉCNICA, JURÍDICA E DEMAIS ANEXOS) EXIGIDAS NESTE EDITAL.**

### **3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO**

3.1 – Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.

3.1.1 - A impugnação poderá ser encaminhada à Equipe de Pregão da CDTIV, pelo e-mail [licitacao@cdtiv.com.br](mailto:licitacao@cdtiv.com.br), devendo ser informado, no campo “assunto”, o número da licitação (**Pregão Eletrônico nº 01/2025**), com indicação do número da licitação bem como do telefone e e-mail de contato.

3.1.2 - Para interposição de impugnação, a empresa interessada deverá juntar, ao menos, cópia do contrato social da empresa e/ou procuração para legitimar os poderes para agir em nome da licitante.

3.1.3 - Caberá ao Pregoeiro julgar a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis após o recebimento.

3.1.4 - Na hipótese de não ser proferida decisão sobre a impugnação até a data fixada para entrega das propostas e da habilitação, a licitação poderá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.



**3.2** - A ata de julgamento de impugnação será divulgada no sítio do Portal de Compras: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e no site [www.cdtiv.com.br](http://www.cdtiv.com.br), bem como enviada ao e-mail do impugnante.

**3.3** - As impugnações não possuem efeito suspensivo, contudo, pode o Pregoeiro atribuir-lhes tal efeito, em caráter excepcional, mediante justificativa nos autos.

**3.4** - Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**3.5** – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores a data fixada para abertura de sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: [licitacao@cdtiv.com.br](mailto:licitacao@cdtiv.com.br), devendo ser informado no campo “assunto” o número da licitação (**Pregão eletrônico nº 01/2025**).

**3.5.1** – Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos pelo pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes data fixada para abertura de sessão pública de disputa.

**3.5.2** - Na hipótese de não ser respondido o pedido de esclarecimento até a data fixada para a entrega as propostas e de habilitação, a licitação poderá ser adiada, convocando-se nova data para entrega das propostas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

**3.5.3** – As respostas às consultas formuladas e quaisquer informações que o Pregoeiro(a) julgar importante, bem como as decisões referentes a este processo licitatório, serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e no site [www.cdtiv.com.br](http://www.cdtiv.com.br) no campo “Mensagens”, no campo (link) correspondente a este edital, devendo o licitante verificar o aplicativo, sendo a mensagem acessível a todos os interessados.

## **4 – DAS RESTRIÇÕES E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

### **4.1 – DAS RESTRIÇÕES**

**4.1.1** - Estarão impedidos de participar deste Pregão os interessados:

- a) Que estejam constituídos sob a forma de consórcio de pessoas físicas e jurídicas;
- b) Que se enquadrem nas vedações do art. 38 da Lei nº 13.303/16;
- c) Com falência decretada ou que tenha sofrido dissolução;
- d) Que exista no quadro de empregados da contratada, pessoas que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: Dirigente da CDTIV; Empregado da CDTIV cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; Autoridade do ente público a que a CDTIV está vinculada - Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CDTIV promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.
- e) Que possua em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão.
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela CDTIV.
- g) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

**4.1.2** – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade das licitantes que, pelo descumprimento, se sujeitam às penalidades cabíveis.

## 4.2 – DAS CONDIÇÕES:

**4.2.1** - Poderão participar da presente licitação, pessoas jurídicas que atuem no ramo de atividades pertinentes ao objeto da licitação, que atendam as condições exigidas neste Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, e que estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, conforme o disposto no item 5 deste Edital.

**4.2.2** – As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da participação nesta licitação, não sendo a CDTV em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**4.2.3** - A participação do licitante nesta licitação implica a aceitação de todos os termos do presente edital.

## 5 – DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - PCP

**5.1** – O licitante ou seus representantes legais deverão realizar o seu credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas, podendo obter informações através do SISTEMA ELETRÔNICO, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do pregão.

**5.1.1** – Para utilizar o sistema eletrônico, é necessário que o licitante faça sua adesão e cadastre seu(s) representante(s) no Portal de Compras Públicas. A empresa licitante deverá, dentre outras providências, nomear representante(s) (pessoa física), que será(ao) registrado(s) no sistema eletrônico e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante), etc.

**5.1.2** – Os licitantes credenciados receberão a chave de identificação e a senha, que será pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no “sítio oficial” <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

**5.1.3** – *Quaisquer dúvidas quanto à obtenção de chave de identificação e senha pessoal, ou relativa à utilização do sistema eletrônico, deverá ser solucionada junto ao Portal de Compras Públicas.*

**5.1.4** – A CDTV não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade do Portal de Compras Públicas, provedor do sistema eletrônico.

**5.2** – Os interessados em participar de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, realizadas no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas. Poderão obter o “Manual do Fornecedor”, elaborada pelo citado Portal, acessível no “sítio oficial” <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, com vistas à obtenção de todas as informações necessárias à correta e segura utilização e operacionalização do sistema.

**5.3** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

**5.3.1** - **CABERÁ AO LICITANTE ACOMPANHAR TODAS AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO ANTES, DURANTE E APÓS A SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER MENSAGENS E INFORMAÇÕES EMITIDAS PELO SISTEMA OU DE SUA DESCONEXÃO.**

**5.3.2** – Constitui responsabilidade exclusiva dos licitantes a perda de negócios, a falha na prática de atos inerentes ao procedimento licitatório ou quaisquer prejuízos, em virtude da incorreta utilização ou operação do sistema eletrônico.

## **6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

**6.1** - Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o Licitante deverá manifestar, antes de inserir sua proposta comercial preliminar, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

a) Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

b) Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303/2016 para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

c) Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

d) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência - *exclusivo e obrigatório às empresas enquadradas nos termos da LC 123/06 e que desejam utilizar os benefícios ali prescritos.*

e) Após prestadas as declarações no sistema provedor PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, os licitantes interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, PREVIAMENTE A SESSÃO DA DISPUTA, concomitantemente com os documentos exigidos neste instrumento para habilitação, a proposta comercial preliminar com a descrição do objeto e do valor ofertado, até a data e horário estabelecidos para abertura das mesmas, em estrita consonância com o que dispõe o presente edital.

**6.2** - O valor ofertado pelo licitante a título de PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR, será digitado em campo próprio do sistema, dispensado o *upload* de qualquer documento contendo as informações de preços e quantidades.

**6.2.1** - O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se até 02 (duas) casas decimais. O julgamento será por lote e a quantidade de casas decimais deverá ser preservada no valor global de cada lote, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, contribuições sociais, etc., bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços, com base nas especificações do ANEXO I.

### **6.3 - O VALOR A SER CADASTRADO NO SISTEMA DO PROVEDOR DEVERÁ REFERIR-SE AO VALOR GLOBAL PARA O LOTE.**

**6.4** - A PROPOSTA COMERCIAL PRELIMINAR, inserida no sistema do provedor antes da disputa, não poderá conter qualquer informação que torne possível a identificação da licitante até a conclusão da fase de lances, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

**6.5** - Os documentos que compõem a **PROPOSTA E A HABILITAÇÃO** do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.6** - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará o licitante às eventuais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

**6.7** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura das propostas.

**6.8** - O licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.9** - O valor global estimado pela CDTV para a presente licitação será sigiloso até a finalização da fase de lances, nos termos que dispõe o artigo 34 da lei federal nº 13.303/2016 (lei das estatais).

## **7 – DO JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.**

**7.1** - Para julgamento das propostas será adotado critério de MENOR PREÇO GLOBAL PARA O LOTE.

**7.2** - Para envio de lances na etapa competitiva, será adotado o modo de disputa **ABERTO**.

**7.3** - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem as disposições contidas neste Edital;
- b) Apresentarem valor simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços de mercado para execução do objeto;
- c) Incluírem qualquer dado que identifique o licitante;
- d) Apresentarem vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

## **8 – DA ABERTURA E DA SESSÃO DA DISPUTA**

**8.1** - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

**8.2** - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante utilização de sua respectiva chave de acesso e senha.

**8.3** - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

**8.4** - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**8.5** - A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

**8.6** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

**8.7** - Somente as propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

**8.8** - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**8.9** - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**8.10** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.

**8.11** - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**8.12** - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**8.13** - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo licitante.

**8.14 - Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o seguinte modo de disputa ABERTO:**

**8.14.1** - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**8.14.2.1** - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.14.2.2** - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.15** - Encerrados todos os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**8.16** - Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.16.1** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.17** - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se não houver licitante que atenda a esta hipótese, o Pregoeiro adotará os procedimentos referentes aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, como segue:

**8.18** - O procedimento de empate (lances classificados no intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores ao da empresa declarada arrematante) será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o recebimento de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate. Em seguida, o sistema irá convocar a empresa que se encontra em situação de empate, que deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance



**8.18.1** - O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do lote. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do certame.

**8.19** - Apenas terão direito aos benefícios acima mencionados as empresas que tiverem se manifestado como enquadradas nos termos da LC 123/06, na forma prevista neste Edital.

**8.20** - Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**8.20.1** - Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**8.21** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

**8.22** - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.23** - Encerrada a etapa de negociação e encaminhada a proposta adequada ao último lance, o pregoeiro examinará aquela classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade dos preços unitários e global, em relação ao máximo estipulado para a contratação;

**8.24** - Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

<p><b>9 – DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA – DA RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.</b></p>
---

**9.1 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**9.1.1** - Os documentos exigidos para habilitação no certame e comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte serão encaminhados concomitantemente à proposta de preços preliminar **(DEVERÃO SER PREVIAMENTE ANEXADOS NA ABA ESPECIFICA DO SISTEMA "PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS", A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL, PORÉM, ANTES DA ABERTURA DAS PROPOSTAS), no formato ".zip", na forma, condições e prazos previstos neste edital.**

**9.1.2** - Encerrada a etapa de lances, o licitante que estiver na condição de arrematante e que obter classificação de sua proposta, terá o prazo de **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo Pregoeiro, para enviar, pelo sistema, a proposta comercial devidamente atualizada, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

**9.1.3** - Todos os documentos exigidos, inclusive a proposta comercial definitiva, serão encaminhados em formato digital, nos termos dos subitens subsequentes.

**9.1.3.1** - Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

**9.1.4** - O licitante deverá observar o disposto no subitem 5.3.1, no que diz respeito à sua convocação para apresentação da proposta comercial definitiva, sendo de sua responsabilidade acompanhar os atos praticados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, bem como realizar contato junto ao responsável, se assim for de seu interesse, para conferir o correto recebimento dos documentos enviados.

**9.1.5** - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

**9.1.6** - Na hipótese de contratação, em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, juntamente com a proposta comercial definitiva, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas da solicitação do Pregoeiro no sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, vedados arredondamentos.

**9.1.7** - Os originais ou as cópias autenticadas dos documentos remetidos de forma eletrônica poderão ser exigidos pelo Pregoeiro, no caso de existência de quaisquer dúvidas ou havendo necessidade de realização de diligências, ocasião em que será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis para encaminhamento dos mesmos.

**9.1.7.1** - Quando solicitada a apresentação de originais ou cópias autenticadas, nos termos do item anterior, será considerado atendido o prazo de entrega na data da postagem, desde que a licitante utilize a ferramenta SEDEX, com o respectivo registro e envio do código de rastreamento ao Pregoeiro. Caso o licitante opte por outro meio de entrega dos documentos em questão, será considerado atendido o prazo na data do efetivo recebimento.

**9.1.8** - Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem qualquer documento em desacordo com o disposto neste Edital ou com irregularidades insanáveis, observando as disposições previstas neste instrumento.

**9.1.8.1** - É eliminatório o não atendimento das condições de participação e de apresentação da documentação, salvo verificada pela comissão de licitação a possibilidade de saneamento.

**9.1.8.2** - Se após as eventuais diligências e consultas as irregularidades na documentação forem consideradas insanáveis pela comissão de licitação, o licitante será inabilitado, competindo à comissão de licitação observar as hipóteses especiais referentes à regularidade fiscal tardia prevista em lei para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**9.1.9** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**9.1.10** - Se a proposta de menor valor não for aceitável face às condições previstas neste Edital, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, e verificará a aceitabilidade da mesma e a habilitação do licitante, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**9.1.11** - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.1.11.1** - A documentação de capacidade técnica poderá ser apresentada constando o CNPJ da matriz ou das filiais.

**9.1.12** - No caso de haver apenas um único licitante, e esse venha ser inabilitado, poderá ser concedido o prazo

de até 02 (dois) dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro, para que o licitante apresente nova documentação de habilitação devidamente corrigida.

**9.1.12.1** – Excetua-se do prazo previsto no item anterior, a hipótese referente a apresentação da Regularidade Fiscal tardia, prevista no item 9.6.1.1 deste edital.

## **9.2 - DA PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA**

**9.2.1 - A PROPOSTA COMERCIAL DEFINITIVA** deverá ser encaminhada em papel timbrado, datilografada/digitada, assinada, perfeitamente legível, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, devendo constar na mesma:

### **I. Tabela com valor unitário e total do lote, conforme modelo no ANEXO II do EDITAL.**

**II** - Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

**III.** Assinatura do representante legal da empresa, devidamente comprovado através da habilitação jurídica, ou Instrumento de Procuração atribuindo poderes ao outorgado para representar a empresa;

**9.2.2** - O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se até 02 (duas) casas decimais para o valor unitário e global, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a execução dos serviços;

**9.2.3** - A proposta deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

**9.2.4** - Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para o lote que será informado após a fase de lances;

**9.2.5** - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais.

**9.2.6** - Havendo indícios de inexecutabilidade dos valores ofertados, será instaurada diligência para o licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro, comprovar sua executabilidade (através de justificativas e documentos) ou ajustar os valores ofertados (através de proposta readequada).

**9.2.6.1** - Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observada ainda as disposições relativas à preferência para microempresas e empresas de pequeno porte.

**9.2.6.2** - Ocorrendo divergência entre valores expressos em algarismos e os por extenso, prevalecerão estes últimos.

## **9.3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

**9.3.1** - A critério do pregoeiro, poderá ser exigido do licitante que invocar a condição de microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), mediante declaração em campo

próprio do sistema provedor, para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, a apresentação de documentação comprobatória de seu enquadramento.

**9.3.2** - Caso o licitante não atenda à eventual solicitação do pregoeiro, decairá do direito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, mesmo tendo invocado tal condição no sistema provedor.

**9.3.3** - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado da Lei Complementar n. 123/2006, previstos nos arts. 43 e 44, e da Lei Municipal 7.797/2009, a pessoa jurídica que se enquadre nas hipóteses impeditivas do art 3º, § 4º da referida lei complementar.

**9.3.4** - Os MEIs, as MEs ou EPPs participantes desta licitação deverão apresentar até a data e horário previsto no edital, toda documentação de habilitação exigidas, inclusive as certidões de regularidade fiscal, mesmo que estas apresentem alguma restrição, conforme Art. 24 da Lei 7.797/2009 e Art. 43 da Lei 123/2006.

**9.3.5** - O Licitante que se declarar enquadrado na LC 123/06 e vier a ser desclassificado ou inabilitado por não fazer jus aos benefícios, está ciente de que PODERÁ ser instaurado processo administrativo com vistas à aplicação das sanções previstas neste instrumento.

## **9.4 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**9.4.1** - O licitante deverá apresentar os documentos para sua habilitação especificados no item a seguir, com validade vigente à data de sua apresentação, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, não sendo aceitos em substituição "protocolo de entrega ou solicitação de documento".

## **9.5 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**9.5.1** - Deverão ser apresentados os seguintes documentos aptos a comprovar a possibilidade de aquisição de direitos e da contratação de obrigações:

**a) Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

**b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** ou sua Consolidação e alterações em vigor, no caso de sociedade empresarial, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações.

**c) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**d) Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício;

**e) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, em se tratando de Microempreendedor Individual;

**f) Cópia do RG e CPF** do representante legal da licitante;

**9.5.2** – Em toda documentação citada acima nas alíneas “A” a “E” deverá constar, como objeto social, atividades semelhantes ao objeto do presente certame licitatório. Em caso de não possuir objeto social que atenda ao requerido, a licitante será considerada INABILITADA;

## **9.6 – DA HABILITAÇÃO FISCAL**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**
- b) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;**
- c) Prova de regularidade com a Seguridade Social (CND do INSS),** através de certidão conjunta expedida pela Receita Federal para os Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, em cumprimento ao art. 195, parágrafo 3o da Constituição Federal;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória,** e caso a sede não seja localizada nesta Capital, deverá ser apresentada a regularidade fiscal municipal da sede da licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas,** expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- f) Poderão** ser apresentadas para fazer prova da regularidade, as Certidões Negativas obtidas via “INTERNET”, cabendo a quem receber o(s) referido(s) documento(s), confirmar o seu teor na própria rede de comunicação internet ou no órgão emitente.
- g) Poderão** ser apresentadas para fazer prova da regularidade: Certidões Negativas ou as Certidões Positivas com Efeito de Negativa”, obtidas via “INTERNET”, cabendo a quem receber o(s) referido(s) documento(s), confirmar o seu teor na própria rede de comunicação internet ou no órgão emitente.
- h) Todas** as certidões deverão estar dentro do prazo de validade na data da apresentação da proposta comercial. Caso as certidões não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do conhecimento do Pregoeiro, considerar-se-á como máximos, os prazos de 60 (sessenta) dias.

**9.6.1 – No caso de MEI, ME ou EPP, as certidões de regularidade fiscal deverão ser apresentadas ainda que apresentem alguma restrição, conforme Art. 24 da Lei 7.797/2009 e Art. 43 da Lei 123/2006, observando ainda que:**

**9.6.1.1 –** Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (que se manifestou como tal no sistema do provedor), ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da CDTV, para que regularize sua documentação fiscal, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, cujo termo inicial será a contar da declaração de vencedor no sistema de licitações.

**9.6.1.2 -** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará a inabilitação da licitante, facultada ainda a aplicação das penalidades cabíveis. Sendo facultada a CDTV a convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação, desde que estes reúnam os requisitos legais de habilitação exigidos;

## **9.7 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.7.1 - Para Qualificação Técnica da Licitante, deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

- a) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Comprovação de que a empresa executou serviços de **PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA**, sem restrição. A comprovação será feita por mediante a apresentação de no mínimo 01(um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito privado ou público, devidamente assinado, identificado pelo representante legal e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, contendo as seguintes características: (**Modelo no Anexo III**).

1. Nome do órgão/empresa que contratou os serviços;
2. Nome da empresa que executou os serviços;
3. Indicação sumária dos serviços executados;
4. Período de execução dos serviços, com início e término de execução;
5. Identificação do emitente (CPF/RG);

**9.7.1.1** - O atestado de capacidade técnica que não contiver todas as informações descritas acima poderá ser apresentado em conjunto com o Contrato, Ordem de Serviço ou Instrumento que comprove o detalhamento dos serviços executados, contemplando todas as exigências e especificações descritas para o atestado técnico.

**9.7.1.2** - Não serão aceitos Contratos ou outros instrumentos que não estejam acompanhados dos respectivos atestados de capacidade técnica.

**9.7.3 - Para fins de qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:**

**a) Relação de profissionais** que atuarão na execução do contrato, **acompanhada de declaração expressa de sua disponibilidade**, que deverão possuir a seguinte qualificação mínima: **01 (um) Coordenador técnico**, com formação superior nas áreas de Turismo, Ciências Sociais, Economia, Estatística, Administração, Sociologia, Comunicação Social, Serviço Social ou Psicologia.

**a1) O coordenador técnico indicado** poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da assinatura da ata, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

**b) Pesquisadores de Campo** – admitindo-se profissionais com formação escolar de, no mínimo, ensino médio, com experiência na aplicação de questionários.

**b1)** A comprovação de vínculo da equipe de pesquisadores somente será necessária após a contratação e ocorrerá para cada etapa da pesquisa. A empresa deverá apresentar a relação de profissionais que realizarão a pesquisa com no mínimo 03 (três) dias de antecedência do início de cada etapa e todos deverão passar obrigatoriamente pelo treinamento.

**b1.1)** Deverá ser apresentado o comprovante de vínculo empregatício dos Profissionais da Equipe com a empresa, a saber: Cópia da Carteira de Trabalho ou contrato de trabalho de cada um dos profissionais;

**b1.2)** Caso exista algum sócio ou acionista da empresa que seja parte da equipe, deverá ser apresentado o contrato social em que conste o seu nome;

**9.8 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.8.1 - Para fins de comprovar a qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

**a)** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

**b)** Ficam dispensadas, com fundamento no disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, a exigência de apresentação de balanço patrimonial para comprovação de qualificação econômico-financeira, diante do entendimento de se tratar de documento prescindível e cuja ausência não causa prejuízo à contratação considerando o objeto e o valor estimado.



## 10 – DOS RECURSOS

**10.1** - Após declarado o vencedor pelo (a) Pregoeiro (a), qualquer licitante poderá manifestar o interesse em interpor Recurso, exclusivamente no sistema eletrônico, **no prazo de até 30 (trinta) minutos**, contados a partir do ato de declaração do vencedor.

**10.2** - A manifestação da intenção de recurso, na forma do subitem anterior, deverá ser registrada em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA PARA ACOLHIMENTO DE RECURSO, a ser disponibilizado apenas após declarado o vencedor da disputa. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por outro meio diverso do aqui estabelecido (chat de mensagens, e-mail, carta, etc.).

**10.3** - Manifestada a intenção de interpor recurso, o recorrente terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões de seu recurso, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente, a partir da data do término da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias e na mesma forma, cujo prazo correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada, em qualquer caso, vistas imediatas dos autos.

**10.3.1** – O recurso, bem como as contrarrazões, serão analisadas e julgadas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após findado os prazos previstos no item 10.3.

**10.4** - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Licitante, e/ou não motivadas.

**10.5** - A falta de manifestação imediata e motivada quanto à intenção de interpor recurso implicará a decadência do direito de Recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo(a) Pregoeiro(a), ao vencedor.

**10.6** - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo Licitante.

**10.7** - Para interposição de recurso, o licitante deverá juntar, ao menos, cópia do contrato social da empresa e procuração (esta última para o caso de o representante não possuir poderes para agir em nome da empresa no contrato social).

**10.8** - O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.9** - Os recursos contra decisões do Pregoeiro(a) terão efeito suspensivo.

**10.10** - Decididos os recursos, a autoridade competente adjudicará e homologará o certame, podendo revogar ou anular esta licitação nos termos da lei.

## 11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**11.1** - Atendidas todas as exigências do Edital (proposta comercial e documentos de habilitação), o licitante arrematante será declarado vencedor, e encerrada a fase recursal, conforme procedimento descrito item 10 e seus subitens deste Edital, o Pregoeiro adjudicará e a Autoridade Competente homologará o certame.

**11.2** - O sistema eletrônico gerará Ata circunstanciada da Sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando a mesma disponível para consulta no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

**11.3** - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, sempre que julgarem necessário, poderão complementar as informações contidas na Ata gerada pelo sistema eletrônico, por meio de Ata Interna, que estará disponibilizada no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, podendo, ainda, ser consultada na sede da Companhia.

**11.4** - Declarado o proponente vencedor, será ao mesmo adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

**11.5** - Inexistindo manifestação recursal o pregoeiro encaminhará os autos para análise da Autoridade Competente quanto a homologação do certame licitatório.

**11.6** - Havendo recurso e o pregoeiro mantendo o seu indeferimento, encaminha os autos para a Autoridade Competente realizar o julgamento e, após, adjudica e homologa o objeto da licitação em favor do licitante vencedor.

**11.7** - Homologada a licitação pela autoridade competente, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado neste edital (05 dias úteis) a contar do recebimento da convocação.

**11.8** - O licitante deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a Ata de Registro de Preços. Caso o licitante não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata do Registro de Preços ou se recuse a assiná-la, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para, após a avaliação de todo o trâmite de análise de proposta e requisitos para habilitação previstos neste Edital, assinar a Ata de Registro de Preços”.

## **12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1**- Homologado o resultado da licitação a CDTV convocará formalmente o(s) licitante(s) vencedor (es) do (s) lote(s) primeiro (s) classificado (s) para assinatura da Ata de Registro de Preços (**ANEXO IV**), dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CDTV.

**12.1.1** - A Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, no qual se registram os preços, fornecedores, participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste edital e propostas apresentadas.

**12.1.2** - Após cumpridos os requisitos de publicidade, a ATA terá efeito de compromisso para futura e eventual contratação com os fornecedores classificados, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

**12.1.3** - A existência de preços registrados não obriga à CDTV a contratar, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**12.2** - Após convocado, se o classificado (vencedor do lote) não comparecer ou se recusar injustificadamente em assinar a Ata de Registro de Preços, a CDTV poderá, sem prejuízo das penalidades previstas neste documento, convocar os licitantes do cadastro de reserva, obedecendo à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

**12.3** - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contado da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Vitória, será de 01 (um) ano, valendo o Cadastro de Reserva pelo mesmo prazo.

**12.4** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

**12.5** - Em atendimento ao parágrafo primeiro do artigo 66 da Lei 13.303/2016 e desde que devidamente

justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer entidade estatal (empresa pública ou sociedade de economia mista) que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da CDTV e nas condições estabelecidas na própria Ata de Registro de Preços (Anexo IV).

### **13 – DO CADASTRO DE RESERVA**

**13.1** - Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação, o arrematante será declarado o vencedor do certame, sendo iniciado os procedimentos para a formação do Cadastro de Reserva, observadas as disposições a seguir:

**a)** Após Declarado(s) o(s) Vencedor(es), o (a) Pregoeiro (a) convocará os demais licitantes que se seguirem ao vencedor, na ordem de classificação, a se manifestarem sobre o interesse em integrar o cadastro de reserva (Anexo VI) da futura Ata de Registro de Preços, aceitando cotar os bens ao preço do primeiro colocado.

**b)** A manifestação será feita pelo "chat de mensagens" do site do provedor (Portal de Compras Públicas), sendo que o interessado terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contadas do momento da declaração de vencedor, para manifestar seu interesse.

**c)** Ultrapassado o prazo exposto na alínea "B", será desconsiderada qualquer manifestação por parte dos licitantes.

**d)** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, e todos os procedimentos para análise e julgamento previstos no edital serão observados para este licitante.

**e)** Se houver mais de uma licitante interessada em compor o cadastro reserva, a classificação dos habilitados respeitará a ordem da última proposta apresentada na etapa competitiva.

### **14 – DA INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.1** - Havendo necessidade de contratação durante a vigência da ata de registro de preços, a CDTV convocará o Licitante registrado por e-mail para, sob pena de ter seu registro cancelado e perder o direito à contratação, em até 5 (cinco) dias úteis, para aceitar a Ordem de Serviço.

**14.1.1** – O prazo previsto para assinatura ou retirada da Ordem de Serviço, poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante registrado durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CDTV.

**14.1.2** – O licitante deverá manter as condições de habilitação durante a vigência da ata de registro de preço.

**14.2** – Serão firmados quantas Ordens de Serviços forem necessárias, dentro do prazo de vigência da Ata de registro de preços.

**14.3** - Disposições sobre forma de pagamento, obrigações, prazos, fiscalização e sanções estão dispostas no Anexo I (Termo de Referência) e no Anexo IV (minuta da Ata de registro de preços) deste edital.

**14.4** – O prazo de vigência da ata será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do resumo da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que seja comprovado que o preço continua vantajoso, conforme dispõe o artigo 133, do Decreto Municipal nº 20.934/2022.

## 15 – SANÇÃO ADMINISTRATIVA

**15.1** - No caso de atos lesivos à Administração Pública, observar-se-ão os termos da Lei n. 12.846/2013.

**15.2** - No caso de desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo e decorrente de fato superveniente não aceito pela CDTV, poderá ser aplicada multa de **3% (três por cento)** sobre o valor global da proposta;

**15.3** - No caso de o licitante deixar de anexar no sistema de licitações os documentos de habilitação dentro do prazo estipulado neste edital (*previamente a sessão da disputa*), poderá ser aplicada a suspensão de licitar e contratar com a CDTV por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**15.4** - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de registro de preços, dentro do prazo fixado, ensejará a aplicação da penalidade de multa compensatória de 5% sobre o valor total da Ata, podendo ainda ser aplicada a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CDTV pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**15.5** - Em decorrência da interposição de recurso meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa no percentual de até 5% do valor estimado para o certame, conforme dispõe o inciso I, do art. 354 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CDTV;

**15.6** - O Licitante registrado ficará sujeito à aplicação de multas e penalidades, conforme previsão nos arts. 82 a 84 da Lei n. 13.303/16, discriminadas no **Anexo I (Termo de Referência)** e no **Anexo IV** (Ata de Registro de Preços).

## 16 - DOS IMPEDIMENTOS DE CONTRATAR E LICITAR COM A CDTV

**16.1** - Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela CDTV a empresa:

**I** - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;

**II** – Cumprindo suspensão aplicada pela CDTV;

**III** - Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a CDTV;

**IV** - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**V** - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**VI** - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**VII** - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**VIII** - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

**Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:**

**I** - A contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

**II - A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:**

a) Dirigente da CDTV;

b) Empregado da CDTV cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) Autoridade do ente público a que a CDTV está vinculada;

**III** - Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CDTV promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses;

<b>17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>
------------------------------------

**17.1** - A licitante deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência da Ata (01 ano), pois, oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

**17.2** - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado ou rescisão de instrumento jurídico, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**17.3** - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes e à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam o interesse da CDTV, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.4** - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação, inclusive eletrônico, que possibilite o recebimento e divulgação no sistema eletrônico licitações.

**17.5** - A CDTV reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital sempre que constatado inconsistências nas informações/regras. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo para apresentação das mesmas.

**17.6** – A CDTV poderá revogar a licitação por razões de interesse decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável. Poderá anular por motivo de ilegalidade, que não gera obrigação de indenizar. Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou anulação será precedida de oportunidade para os licitantes se manifestarem, assegurando-lhes o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa no prazo fixado na notificação da decisão.

**17.7** – Os casos não previstos neste edital serão decididos pela CDTV, com base na legislação em vigor.

**17.8** - A participação do licitante nesta licitação implica aceitação de todos os termos do presente edital.

**17.9** - Para em caso de divergências existentes quanto as disposições contidas no anexo I (Termo de Referência) e edital, prevalecerão as disposições contidas no Termo de Referência, em razão de sua elaboração ser de competência da área técnica solicitante.

**17.10** - É competente o foro de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória/ES, para a solução de eventuais litígios decorrentes desta contratação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitória-ES, 15 de janeiro de 2025.

PABLO TRABACH  
DA  
SILVA:05511637718

Assinado de forma digital  
por PABLO TRABACH DA  
SILVA:05511637718  
Dados: 2025.01.15 09:59:24  
-03'00'

**Pablo Trabach da Silva**  
**Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Pregão.**



## SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025

#### **ANEXO I**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **1. OBJETO**

**Contratação de empresa especializada em realização de pesquisas de identificação do perfil do frequentador (turista, excursionista ou morador local) em eventos com potencial turístico no município de Vitória, nos anos de 2025 e 2026.**

##### **2. JUSTIFICATIVA**

A presente contratação de pesquisas de Perfil do Público e Fluxo Turístico tem por finalidade permitir que se conheçam detalhes quantitativos e qualitativos sobre os turistas que visitam o Município de Vitória, avaliar os eventos de destaque, os serviços e infraestrutura oferecidos pela cidade, entre outras informações essenciais para uma gestão pública mais eficiente. Além disso, as pesquisas têm o objetivo de orientar o planejamento das ações governamentais voltadas para o desenvolvimento do turismo no Município. Por meio delas, é possível dimensionar o fluxo de turistas, analisar o perfil, os motivos da viagem e a renda gerada pelo turismo, alimentando o banco de dados do Observatório de Turismo de Vitória com informações e indicadores confiáveis. Esses dados serão utilizados para otimizar os recursos públicos e atender às demandas do setor, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população através do desenvolvimento e inclusão social por meio da atividade turística.

A execução dos serviços de pesquisa será realizada de forma parcelada durante eventos com potencial de atração turística. Nas quinzenas de janeiro e julho será considerado os períodos de maior ocupação hoteleira média, levando em consideração da série histórica presente no indicador 37 "Ocupação Hoteleira" do ObservaVix. O serviço será remunerado por tarefa de coleta de dados (por questionário) e o trabalho de sintetização de dados em relatórios. Haverá necessidade de contratações frequentes e não é possível prever com precisão, neste momento, a quantidade e quais eventos merecerão a realização das pesquisas de fluxo turístico em Vitória, e ainda não obriga a CDTV a realizar as contratações, permitindo que o Ordenador de Despesas (Autoridade) faça uso do Poder Discricionário para avaliar a conveniência e a oportunidade para realização da pesquisa em cada evento.

Adicionalmente, visamos tornar o serviço de pesquisa periódico, para que seja implementada uma série temporal com pesquisas anuais. Esta iniciativa visa estabelecer um acompanhamento contínuo e sistemático dos dados ao longo do tempo, permitindo a identificação de tendências, variações e o impacto das políticas públicas e eventos turísticos de forma mais precisa. A criação dessa série temporal fortalecerá o banco de dados do Observatório de Turismo de Vitória, proporcionando uma base sólida para análises comparativas e tomadas de decisão informadas. Com isso, poderemos aprimorar ainda mais a gestão e o desenvolvimento do turismo no município, assegurando um crescimento sustentável e alinhado com as necessidades e expectativas dos turistas e da população local.

##### **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O processo licitatório para contratação dos serviços observará as normas de procedimentos administrativos da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Pregão: art. 32, IV; Sistema de Registro de Preço: art. 66;

Decreto Municipal nº 20.934/2022 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006 e suas alterações, Lei Federal nº 12.846/2013 (Responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra a Administração Pública) regulamentada pelo Decreto Municipal nº 13.522/2015; Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, bem como eventuais legislações aplicáveis à matéria, e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/CDTIV.

#### **4. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO**

A presente licitação será realizada com a observância da legislação vigente, Sistema de Registro de Preços, **modalidade pregão eletrônico**, conforme determina a Lei Federal nº 13.303/2016 – que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal. Fica estabelecido o regime de execução indireta, critério de julgamento do tipo menor preço.

O uso do procedimento acessório do Sistema de Registro de Preços se faz necessário porque garante a padronização dos critérios de análise da pesquisa de fluxo turístico ao longo do período de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por igual período. Não há necessidade de empenhar os recursos de dotação orçamentária na fase da licitação e permite capturar as economias de escala e escopo em benefício do interesse público. Além de otimizar e racionalizar a gestão e a fiscalização dos serviços contratados, evitando a repetição de processos de contratação e agilizando os procedimentos administrativos por meio de Ordens de Serviço.

#### **5. DAS PESQUISAS**

##### **5.1 VARIÁVEIS, CONCEITOS E CATEGORIAS**

**5.1.1** Perfil do público (origem, faixa etária, gênero, etnia, escolaridade, nível socioeconômico, por subgrupo Turista, Excursionista e Residente da Grande Vitória e posição no evento a depender (camarote ou arquibancada ou folião), entre outros;

##### **5.1.2 Diferenciação dos conceitos de público frequentador, conceitua-se:**

**5.1.2.1 Turista:** é considerado o viajante temporário, nacional ou estrangeiro, cuja residência permanente é outra que não o local da pesquisa e que permaneça neste local **pelo menos 24 horas, ou efetue pelo menos um pernoite**, permanecendo no local por, **no máximo, 365 dias** e que **não exerça função remunerada na localidade**, conforme recomendações da Organização Mundial do Turismo-OMT.

**5.1.2.2 Excursionista:** Visitante temporário que permanece no local visitado menos de 24 horas, ou não pernoita no destino.

**5.1.2.3 Residente da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV):** Aquele que reside nas regiões municipais de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, de acordo com a **Lei Complementar estadual nº58/1995**.

**5.1.3** Identificação junto ao público frequentador de quais meios de comunicação que promoveram e comercializaram o destino turístico Vitória e seus produtos, incluindo a motivação da viagem. Além disso, deverá ser apresentado o grau de satisfação dos consumidores em relação à experiência turística proporcionada. A identificação e a avaliação da satisfação devem ser claramente distintas, sendo que a identificação se refere à divulgação do destino e a motivação da viagem, enquanto o grau de satisfação se relaciona à percepção positiva ou negativa dos consumidores em relação à experiência.

**5.1.4** Percepção do público sobre os eventos (estrutura, sinalização, espetáculo, segurança, acessibilidade, entre outros);

**5.1.5** Percepção do público em relação a serviços ofertados no município (hotelaria, gastronomia, mobilidade, segurança, atrativos turísticos, entre outros);

**5.1.6** Caracterização e dimensionamento do consumo do público (turista) por categoria ou setor da cadeia produtiva (alimentação, meios de hospedagem, viagem/meios utilizados, deslocamento interno, agência, entre outros).

## **5.2. DAS DIRETRIZES METODOLÓGICAS E QUESTIONÁRIO**

**5.2.1** Será realizado o levantamento de dados por meio da aplicação de questionários, face a face e durante os eventos elencados **no item 7 deste Termo de Referência**. Nas pesquisas que serão realizadas em quinzenas dos meses de janeiro e julho, será definido um período de 15 dias de maior ocupação hoteleira da cidade, para identificação do perfil do turista, excursionista e residente da RMGV. Toda coleta de dados na etapa de trabalho de campo deverá ser realizada pessoalmente e registrada eletronicamente. É imprescindível que, para cada registro (entrevista), seja providenciada a correspondente gravação do áudio das entrevistas.

**5.2.2** O tamanho da amostra deverá ser calculado considerando o tamanho da população total estimada frequentadora dos eventos (se possível tendo como referência os anos anteriores de realização do evento) ou ocupação hoteleira. Respeitando uma exigência de **95% de nível de confiança e 5% de margem de erro**. Deve-se sempre validar o público estimado e a amostra daquela pesquisa previamente diretamente a CDTV. A fórmula deve respeitar o seguinte molde de cálculo de amostral considerando população finita:

$$n = \frac{\partial^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + \partial^2 \cdot p \cdot q}$$

**Onde:**

**n**= amostra que será calculada;

**∂**= intervalo de confiança, que para um nível de confiança 95% corresponde a 1,96;

**p · q**= porcentagem pelo qual o fenômeno ocorre, em pesquisas se mantém em 50%, sendo **p = 50 e q = 50**; **N**= população estimada calculada;

**e** = considerando o nível de confiança em 95%, **e** seria 5%.

**5.2.2.1** – Caso a CONTRATADA utilize outra metodologia de cálculo de amostra, deverá apresentar a CONTRATANTE a metodologia utilizada e a devida justificativa para tal alteração.

**5.2.3** A CONTRATADA deverá considerar a necessidade de subdividir a amostra em segmentos ou estratos, as respectivas categorias de público (por exemplo: Turista, Excursionista e residente da RMGV). Sem prejuízo a outras proposições de metodologias indicadas pela contratada, a investigação deverá contemplar minimamente dois subgrupos para composição do plano amostral: Turistas e Residentes da RMGV.

**5.2.4** Por meio de questionários específicos serão identificados os perfis dos turistas e excursionistas, bem como caracterizados os gastos realizados pelos mesmos durante sua estadia, hábitos de consumo, principais motivações, percepções e avaliações dos produtos, serviços e infraestrutura turísticas e municipais ofertadas no destino.

### **5.3. DA DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CAMPO**

**5.3.1** Durante as etapas de campo serão aplicados questionários para a identificação do perfil dos turistas e excursionistas que visitam os eventos elencados no **Item 7**. Nas temporadas de Verão em janeiro, Inverno em julho e no Carnaval os questionários serão aplicados em atrativos e equipamentos turísticos previamente definidos pela Contratante.

**5.3.2** A coleta no Réveillon deverá ocorrer na véspera do feriado no período da noite, ou seja, 31 de dezembro de 2025, entre 20:00 e 23:00, na Praia de Camburi e na Curva da Jurema no município de Vitória. Além disso, caso seja confirmada a programação nesses locais nos dias 29 e 30 de dezembro de 2025, a pesquisa deverá ocorrer da mesma forma também nessas datas.

**5.3.3** Alguns dos eventos a serem realizados não possuem uma data definida no momento da assinatura da ata de registro de preços. A definição e comunicado prévio de no mínimo de 7 (sete) dias da data e local dos eventos será de responsabilidade da CDTIV.

**5.3.4** A CDTIV se compromete a comunicar previamente ao contratado a data e o local do evento, a fim de que sejam realizadas as devidas pesquisas e preparações necessárias.

**5.3.5** A coleta de dados nas temporadas de maior ocupação da rede hoteleira do município será feita ao longo de 15 (quinze) dias dos meses de janeiro e julho, podendo ser realizadas nos hotéis que fazem parte da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo (ABIH-ES), nos atrativos turísticos do município, rodoviária e aeroporto ou, na orla do município. A listagem e endereço dos mesmos será disponibilizado pela CDTIV previamente ao início da temporada de alta ocupação e fluxo turístico.

**5.3.6** Após a comunicação da data e do local do evento ou local de pesquisa pela CDTIV, a contratada deverá confirmar sua disponibilidade para prestar os serviços acordados, dentro de um prazo determinado pela CDTIV.

### **5.4. DO QUESTIONÁRIO**

**5.4.1** Será utilizado 01 (um) modelo de questionário geral das pesquisas de identificação do perfil do turista e excursionista, apresentado no Anexo I; será utilizado 1 (um) modelo de questionário em eventos de identificação do perfil do turista, excursionista e morador da RMGV, apresentado no Anexo II; e 01 (um) modelo para a questionário no Réveillon, apresentado no Anexo III.

**5.4.2** Os questionários disponíveis poderão sofrer alterações de conteúdo e formato tanto por parte da CDTIV quanto por parte da CONTRATADA. As alterações deverão ser demandadas pela Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV) sempre com prazo superior a 5 (cinco) dias, corridos, do início da etapa da coleta de dados. Alterações podem ser sugeridas pelo coordenador técnico da CONTRATADA, com prazo superior a 5 (cinco) dias corridos do início da etapa de coleta de dados, e serão analisadas pela equipe técnica da CDTIV.

### **5.5 DA EQUIPE EM CAMPO**

**5.5.1.** A empresa contratada será responsável pelo treinamento da equipe de pesquisadores. Para tal deverá apresentar adicionalmente ao Plano de Trabalho o Manual do Pesquisador contendo no mínimo:

- a) Forma de conduta do pesquisador durante as entrevistas;
- b) Forma de preenchimento de todas as questões nos questionários disponíveis nos Anexos I, II e III;
- c) Contatos da Empresa Contratada e da CDTIV.

**5.5.2.** A data de treinamento deverá ser acordada com o fiscal do contrato para acompanhamento do mesmo.

## **5.6 DA ENTREGA DE RELATÓRIOS E RESULTADOS**

**5.6.1** Os relatórios deverão ser apresentados com o nível de detalhe e a linguagem adequada para sua perfeita compreensão. Poderão ser apresentados na forma de um conjunto de volumes de texto abrangendo os serviços prestados, contendo planilhas, tabelas e gráficos estatísticos (conforme a pertinência), referências, apêndices e anexos específicos, apoiado em material gráfico, fotografias, quadros, mapas, inclusive, anotações e pesquisas de campo, e demais recursos necessários ao pleno entendimento do texto. O modelo de relatório deverá ser aprovado pela CDTV, antes da entrega de cada uma das etapas. Os Relatórios a serem entregues estão definidos a seguir:

**A) Relatório Contínuo:** dados sistematizados em painel Power BI ou semelhante, neste, serão alimentados continuamente dados recolhidos ao final da realização de cada pesquisa, para visualização ampla e contínua, a fim de garantir série histórica.

**B) Relatório Preliminar:** apresentação individual, após realização da pesquisa no evento ou temporada, dos dados sistematizados em tabelas contendo as frequências absolutas e relativas, gráficos e sistematização das questões abertas (se houver);

**C) Relatórios Finais de Identificação do Perfil do Turista e Excursionista por Etapa:** consiste no relatório com os dados gerais da pesquisa por etapa, ou seja, o resultado do somatório de todas as respostas da etapa. Integram os relatórios finais:

**I. Relatório de Campo:** descrevendo as ocorrências registradas durante a etapa de campo, bem como quaisquer informações que possam impactar na coleta e análise dos dados.

**II. Banco de dados** em arquivo compatível com o programa Microsoft Excel, contendo todos os dados coletados devidamente preenchido em todos os seus campos com o nome das variáveis, a descrição das questões e as respostas em formato nominal, ordinário ou contínuo, bem como todas as gravações em áudio das entrevistas realizadas, disponíveis através de serviço de computação em nuvem. Esse conjunto de documentos atestará a realização das pesquisas, permitindo, portanto, uma nova checagem da execução das entrevistas.

**III. Relatório Geral** em formato de apresentação dos dados em software compatível com o Microsoft Power BI, bem como deverão ser elaborados, separadamente, em formato "PDF".

**IV. Relatório Sintético do Réveillon** em formato de apresentação de dados em software compatível com o Microsoft Power BI. Este relatório deverá ser elaborado e apresentado à CDTV impreritavelmente até às 18 horas da tarde do dia 06 de janeiro de 2026, contendo as seguintes informações:

**Turistas:** Gasto Médio Diário Individual; Origem por País; Origem por Unidade da Federação (apenas para Brasileiros); Origem por Município (apenas para Brasileiros); Tempo de Permanência; Local de Hospedagem; Nota da Avaliação do Evento/Destino.

**Excursionistas:** Gasto Médio Diário Individual; Origem por País; Origem por Unidade da Federação (apenas para Brasileiros); Origem por Município (apenas para Brasileiros); Nota da Avaliação do Evento/Destino.

**V. Apresentação dos resultados:** em PowerPoint (ou similar) que deverá ser realizada pela contratada à CDTV.

**D) Formato de entrega dos Relatórios de Identificação do Perfil do Turista e Excursionista:** Deverá ser entregue em formato digital, no idioma português, de acordo com as normas da Associação Brasileira de

Normas Técnicas (ABNT). O Relatório Geral deverá ser encaminhado em software compatível com o Microsoft Power BI; o relatório de campo deverá ser formatado e gravado no editor de texto "Word" da Microsoft (ou software compatível), e em formato "PDF" (após todas as alterações pertinentes e validação final do documento pela CDTV), a fim de ser divulgado em meio digital. O banco de dados deverá ser entregue em meio digital, em arquivo compatível com Microsoft Excel. As gravações de áudio das entrevistas devem ser disponibilizadas em serviço de computação em nuvem, em formato digital, em extensão de arquivo a ser acordado com a equipe técnica da CDTV, para posterior download dos mesmos.

**5.6.2** O planejamento das atividades, o gerenciamento das pesquisas e o trabalho de campo serão de responsabilidade da contratada. Havendo imprecisões ou erros de informação, esses serão de inteira responsabilidade da contratada.

**5.6.3.** A CDTV terá, em caráter definitivo e irrevogável, direito exclusivo de propriedade e uso de toda informação e material produzido.

**5.6.4** A Contratada, sempre que convocada, se obriga a realizar apresentações dos avanços dos trabalhos à equipe técnica designada para a supervisão dos serviços.

**5.6.5** Os relatórios deverão ser apresentados com o nível de detalhe e a linguagem adequada para sua perfeita compreensão. Poderão ser apresentados na forma de um conjunto de volumes de texto abrangendo os serviços prestados, contendo planilhas, tabelas e gráficos estatísticos (conforme a pertinência), referências, apêndices e anexos específicos, apoiado em material gráfico, fotografias, quadros, mapas, inclusive, anotações e pesquisas de campo, e demais recursos necessários ao pleno entendimento do texto.

**5.6.6** Sem prejuízo a outros produtos e entregáveis que poderão ser propostos e acrescidos para a plena execução do serviço, a Contratada deverá atender obrigatoriamente as especificações dos serviços e produtos básicos previamente definidos e descritos neste Termo de Referência, a saber:

**5.6.7** O Relatório Preliminar deverá ser entregue em 02 (duas) vias encadernadas e em meio digital não bloqueado.

**5.6.8** O relatório final consolidado deverá ser entregue em 4 (quatro) vias, encadernadas e em meio digital não bloqueado.

## **6. DO VALOR DOS SERVIÇOS**

O valor global dos serviços para a presente contratação será estimado com base na coleta de orçamentos no mercado, incluindo todas as despesas com: pessoal, transporte, alimentação, equipamentos, impressão de documentos, sintetização e tratamento eletrônico dos dados, encargos tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários, impostos, contribuições sociais, bem como quaisquer despesas incidentes sobre a prestação dos serviços.

## **7. DOS EVENTOS, DATAS, NÚMERO DE DIAS, ETAPAS E PRAZOS**

**7.1** A amostragem das pesquisas será definida pela equipe de trabalho da CONTRATANTE na ordem de serviço, bem como a distribuição. Para este contrato tem-se a previsão de uso dos questionários com a seguinte amostragem e cronologia:



PESQUISAS	PÚBLICO ESTIMADO	QUANTITATIVO	DATA PROVÁVEL	LOCAL
Semana Santa/ Festival da Torta Capixaba	10.000 <sup>1</sup>	370	18, 19 e 20/04/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Aguia Flex), rodoviária
Feira dos Municípios	80.000 <sup>2</sup>	382	04 e 05/04/2025	Pavilhão de Carapina
Festa da Penha	1.200.000 <sup>3</sup>	384	26/04/2025	Catedral Metropolitana
Passos de Anchieta	4.000 <sup>4</sup>	351	14 /06/2025	Catedral Metropolitana
Corpus Christi	3.000 <sup>5</sup>	341	19, 20 e 21/06/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Aguia Flex), Rodoviária
EXPOVINHOS	3.000 <sup>6</sup>	341	06/2025	Pavilhão de Carapina
Espírito Santo Inovation Experience	30.000 <sup>7</sup>	379	06/2025	Praça do Papa
MECSHOW	18.000 <sup>8</sup>	376	08/2025	Pavilhão de Carapina
Vila de Natal – Pq Moscoso / Praça do Papa 2025	176.000 <sup>9</sup>	383	07, 14, e 21/12/2025	Praça do Papa e Parque Moscoso
Réveillon 2025/2026	150.000 <sup>10</sup>	383	29, 30 e 31/12/2025	Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Aguia Flex), Rodoviária
Férias de Verão	3.200 <sup>11</sup>	343	15 dias do mês de janeiro de 2026	Item 5.3.5
Férias de Inverno	3.100 <sup>12</sup>	343	15 dias do mês de julho de 2025	Item 5.3.5
Arena Verão	173.913 <sup>13</sup>	383	03,04,10,11,17,18,24 e 25/01/2026	Praia de Camburi

<sup>1</sup> PREFEITURA DE VITÓRIA. XVIII Festival da Torta Capixaba começa nesta quinta-feira (14). Disponível em: <https://shorturl.at/Md5QQ>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>2</sup> AMUNES. Feira dos Municípios tem recorde de público e próxima edição já foi confirmada para abril de 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fyuEI>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>3</sup> REDE GAZETA. Festa da Penha: veículos da Rede Gazeta marcam presença na maior festa religiosa do ES. Disponível em: <https://encurtador.com.br/8C9SX>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>4</sup> PREFEITURA DE VITÓRIA. Prefeitura dará apoio em todo o percurso dos Passos de Anchieta. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IxIj5>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>5</sup> Cálculo a partir da ocupação hoteleira durante o período de Corpus Christi em 2023.

<sup>6</sup> GOVERNO ES. Banestes presente no 9º Salão Internacional de Vinho de Vitória. Disponível em: <https://shorturl.at/suEqb>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>7</sup> SECTI. Governo do Estado apresenta ações inovadoras durante o ESX 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/DsLBw>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>8</sup> MECSHOW. Mec Show bate todos os recordes e gera mais de R\$ 123 milhões em negócios. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vymM>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>9</sup> PREFEITURA DE VITÓRIA. Vila do Papai Noel já recebeu a visita de mais de 176 mil pessoas. Disponível em: <https://encurtador.com.br/crWlt>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>10</sup> PREFEITURA DE VITÓRIA. Réveillon: 150 mil pessoas dão boas-vindas a 2024 em Camburi. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gIBgp>

<sup>11</sup> Cálculo a partir da ocupação hoteleira do período em 2023.

<sup>12</sup> Cálculo a partir da ocupação hoteleira do período em 2023.

<sup>13</sup> PREFEITURA DE VITÓRIA. Arena de Verão da Prefeitura de Vitória atrai aproximadamente 500 mil pessoas. Disponível em: <https://shorturl.at/tCkga>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Carnaval de Vitória	40.000 <sup>14</sup>	381	21 e 22/02/2026	Sambão do Povo
Carnaval de Blocos de Rua do Centro	500.000 <sup>15</sup>	384	01, 02, 03 e 04/03/2026	Centro de Vitória
<b>Total de 2025 e 2026</b>	<b>2.391.513</b>	<b>5.524</b>	<b>63 dias</b>	

## 7.2 Etapas e prazos

ETAPA	PRAZOS
Preparação da pesquisa	A partir 10 (dez) dias corridos antes do evento/temporada
Aplicação do questionário-teste - Realização da Pesquisa	Durante o evento/temporada
Apresentação dos Questionários com dados coletados	Até 5 dias corridos após o evento/temporada
Consistência e Sistematização dos dados, Análise dos Dados e Produção de Relatório Preliminar	Até 10 dias corridos após o evento/temporada
Produção de Relatórios Síntese e Relatório Analítico Final	Até 20 dias corridos após o evento/temporada
Apresentação à CDTV	Até 30 dias corridos após o evento/temporada

**7.3** Os serviços serão executados conforme estipulado oportunamente pela CDTV.

**7.4** A execução dos serviços somente poderá iniciar-se após o recebimento da Ordem de Serviço.

**7.5** Os eventos e quantitativos previstos poderão sofrer alterações que serão previamente informadas a contratada.

**7.6** Estima-se um total de 33 dias de eventos e 30 dias de temporada a serem utilizadas durante o período de 12 (doze) meses. Apesar do calendário de eventos já definido, resguarda-se a possibilidade de remanejamento entre aqueles eventos que porventura sejam cancelados, estendidos ou adicionados.

**7.7** A existência de preços registrados não obriga a CDTV a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada à legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

## 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta de orçamento próprio da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória – CDTV.

Na licitação no Sistema de Registro de Preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária, que

<sup>14</sup> ES BRASIL. Tudo o que você precisa saber para curtir o Carnaval de Vitória. Disponível em: <https://shorturl.at/P8BjF>. Acesso em: 19 jun. 2024.

<sup>15</sup> PREFEITURA DE VITÓRIA. Carnaval: 500 mil pessoas curtem blocos e Circuito da Folia. Disponível em: <https://shorturl.at/nC4GT>. Acesso em: 19 jun. 2024.

somente será exigida para a formalização do contrato, Ordem de Serviço ou outro instrumento hábil equivalente.

**Decreto Municipal nº 20.934/2022**

Art. 129. No caso de aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá, em casos excepcionais, ser utilizado o procedimento de inexigibilidade ou de dispensa, desde que atendido os seguintes requisitos:

...

§2º. Na licitação para registro de preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil equivalente.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

Poderá ser contratada pessoa jurídica, sendo que deverá ser apresentada a documentação comprobatória relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, requeridas de acordo com a legislação em vigor e em conformidade com as exigências estabelecidas no presente Termo de Referência.

### **9.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.1.1** A empresa deverá comprovar a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo de referência, mediante apresentação dos documentos descritos a seguir:

a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:** Comprovação de que a empresa executou serviços de **PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA**, sem restrição. A comprovação será feita por mediante a apresentação de no mínimo 01(um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito privado ou público, devidamente assinado, identificado pelo representante legal e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, contendo as seguintes características:

- 1 Nome do órgão/empresa que contratou os serviços;
- 2 Nome da empresa que executou os serviços;
- 3 Indicação sumária dos serviços executados;
- 4 Período de execução dos serviços, com início e término de execução;
- 5 Identificação do emitente (CPF/RG);

**9.1.1.1** O atestado de capacidade técnica que não contiver todas as informações descritas acima poderá ser apresentado em conjunto com o Contrato, Ordem de Serviço ou Instrumento que comprove o detalhamento dos serviços executados, contemplando todas as exigências e especificações descritas para o atestado técnico.

**9.1.1.2** Não serão aceitos Contratos ou outros instrumentos que não estejam acompanhados dos respectivos atestados de capacidade técnica.

**9.1.1.3** Declaração expressa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.

**9.1.2** Para fins de qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:

a) **Relação de profissionais** que atuarão na execução do contrato, acompanhada de declaração expressa de sua disponibilidade, que deverão possuir a seguinte qualificação mínima: **01 (um) Coordenador técnico**, com formação superior nas áreas de Turismo, Ciências Sociais, Economia, Estatística, Administração, Sociologia, Comunicação Social, Serviço Social ou Psicologia.

a.1) O coordenador técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação

com o licitante, até a data da assinatura da ata, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso.

**b) Pesquisadores de Campo** – admitindo-se profissionais com formação escolar de, no mínimo, ensino médio, com experiência na aplicação de questionários.

b.1) A comprovação de vínculo da equipe de pesquisadores somente será necessária após a contratação e ocorrerá para cada etapa da pesquisa. A empresa deverá apresentar a relação de profissionais que realizarão a pesquisa com no mínimo 03 (três) dias de antecedência do início de cada etapa e todos deverão passar obrigatoriamente pelo treinamento.

c) Comprovante de vínculo empregatício dos Profissionais da Equipe com a empresa, a saber: Cópia da Carteira de Trabalho ou contrato de trabalho de cada um dos profissionais;

c.1) Caso exista algum sócio ou acionista da empresa que seja parte da equipe, deverá ser apresentado o contrato social em que conste o seu nome;

## 9.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

**Deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

**a) Registro Comercial**, no caso de empresa individual, com o “**Objeto Social**” semelhante ao objeto em que a empresa cadastrou proposta. A empresa que apresentar Registro Comercial com o Objeto Social que não abranja o objeto que ela própria cadastrou, será considerada INABILITADA;

**b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** ou sua Consolidação e alterações em vigor, com o “Objeto Social” semelhante ao objeto em que a empresa cadastrou proposta, acompanhado do documento de eleição de seus atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações. A empresa que apresentar Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou sua consolidação e alterações em vigor com o Objeto Social que não abranja o objeto que ela própria cadastrou, **não será considerada apta para a contratação**;

**c) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**d) Cópia do RG e CPF** do representante legal.

**e) Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de documento de eleição da diretoria em exercício.

**9.2.1** Em toda documentação citada acima nas alíneas “A” a “D” deverá constar, como objeto social, atividades semelhantes ao objeto do presente termo de referência.

## 9.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL

**a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** em conformidade com a INRFB nº 1634/2016;

**b) Prova de regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória**, com validade no período da contratação, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal;

**c) Prova de regularidade com a Seguridade Social (CND do INSS)**. Através de certidão conjunta expedida pela Receita Federal para Tributos federais e a Dívida Ativa da União, em cumprimento ao art. 195, parágrafo 3º da Constituição Federal;

**d) Certidão de regularidade de Situação – CRS**, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

**e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

#### 9.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.
- b) Ficam dispensadas, com fundamento no disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, a exigência de apresentação de balanço patrimonial para comprovação de qualificação econômico-financeira, diante do entendimento de se tratar de documento prescindível e cuja ausência não causa prejuízo à contratação considerando o objeto e o valor estimado.

#### 10. DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

**10.1** – As solicitações/contratações serão requisitadas pelo ÓRGÃO REQUISITANTE e realizadas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços. A cada solicitação, será formalizada a emissão de Nota de Empenho e respectiva Ordem de Serviço onde estarão detalhados os serviços para execução, a ser encaminhada à CONTRATADA via correio eletrônico.

**10.1.1** – As condições previstas neste documento integrarão a Ordem de Serviço, Nota de Empenho, independente de transcrição.

**10.2** – As contratações serão realizadas de acordo com as necessidades da CDTV

#### 11. DO PAGAMENTO:

**11.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da apresentação da nota fiscal de serviços, discriminando os serviços de acordo com a Nota de Empenho e Ordem de Serviço, certidões negativas de débitos, após conferência do setor requisitante e atestado pelo Fiscal, via ordem bancária.

**11.2** – Na emissão das notas fiscais, o compromissário fornecedor deverá descrever os serviços, com número do processo de contratação, ordem de serviço e o quantitativo dos serviços efetivamente executados.

**11.3** – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CDTV em favor da contratada.

**11.4** – Ocorrendo erro(s) na apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços ou falta de algum outro documento exigido, o processo será devolvido à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura de Serviços e /ou documentações faltantes.

**11.5** – A atestação da **Nota Fiscal** caberá ao fiscal/gestor da Ata ou outro servidor designado para esse fim.

**11.6** – A(s) Nota(s) Fiscal(s) e/ou Fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) com a Razão Social, CNPJ e endereço completo do Órgão Requisitante, constantes na Ordem de Serviço.

**11.7** – O pagamento poderá ser susinado pela **CONTRATANTE** nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a **CONTRATANTE**;
- b) Inadimplência de obrigações assumidas pela **CONTRATADA** para com a CDTV, por conta do estabelecido neste Termo;
- c) Erros ou vícios na Nota Fiscal/Fatura de Serviços.
- d) Não executar os serviços nas condições estabelecidas.

**11.8** – Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a Nota Fiscal de Serviços, em originais ou devidamente autenticados:

- a) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;
- b) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;
- c) Prova de regularidade com a Seguridade Social (CND do INSS), através de certidão conjunta expedida pela Receita Federal para os Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, em cumprimento ao art. 195, parágrafo 3º da Constituição Federal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**11.9** – A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela **CONTRATADA** em decorrência de inadimplemento.

**11.10** – É expressamente vedado a Contratada a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

**11.11** – Em caso de atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX \times 12}{365} = \% \text{ a.d}$$

$$EM = \frac{I \times N \times VP}{100} = \text{Valor da mora}$$

**Onde:**

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora;

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela em atraso.

**11.12** – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos a apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**11.13** – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigações financeiras, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

**12.1** – A Gestão e Fiscalização da contratação será exercida respectivamente por **Jeanine Valdetaro de Amorim Gomes**, Gerente e **Humberto Bermond Xavier**, assessor, empregados públicos da CDTV, designados especificamente para este fim, com poderes para atestar as Notas Fiscais/Fatura e fazer advertências quando as eventuais faltas de responsabilidade da Contratada.

**12.2** – O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços/fornecimentos contratados, determinando o que for necessário à regularização dos defeitos



observados, procedendo à juntada de documentos relevantes no processo administrativo pertinente ao contrato;

**12.3** – O Fiscal do Contrato deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

**12.4** – A fiscalização realizada pela **CONTRATANTE** não será motivo para exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada;

**12.5** – Compete ao Fiscal do Contrato o acompanhamento e a fiscalização do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos; a comunicação à Contratada qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços/fornecimento e o controle de todas as Requisições internas e Ordens de serviço/fornecimento, para posterior conferência com a Nota Fiscal emitida pela Contratada.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **13.1 – DA CONTRATADA**

**13.1.1** – É de total responsabilidade da CONTRATADA a realização da pesquisa, incluindo a equipe de pesquisadores, transporte, alimentação, e os demais recursos necessários à sua plena execução;

**13.1.2** – A CONTRATADA deverá submeter a aprovação da CDTV o questionário teste previamente a sua aplicação;

**13.1.3** – A CONTRATADA é responsável por garantir a segurança de seus pesquisadores em campo;

**13.1.4** – A CONTRATADA em hipótese alguma contratará menor de idade para a execução das tarefas e pesquisa em campo;

**13.1.5** – A CONTRATADA está obrigada a realizar a pesquisa nos horários e no local dos eventos;

**13.1.6** – Todas as despesas, encargos e impostos são de responsabilidade da CONTRATADA, mesmo que não expressamente mencionadas, devidas em decorrência, direta ou indireta, da execução deste contrato;

**13.1.7** – A execução dos serviços somente poderá iniciar-se após o recebimento da ordem de serviços;

**13.1.8** – Não transferir a outrem a execução dos serviços previstos no presente instrumento;

**13.1.9** – Responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos pessoais e/ou materiais causados a terceiros e/ou à Administração, decorrentes de sua culpa e/ou dolo, até mesmo os decorrentes de atos praticados por seus empregados e/ou prepostos;

**13.1.10** – A CONTRATADA está obrigada a apresentar à CDTV, a listagem com a identificação e os dados de seus pesquisadores de campo, com no máximo 72 horas de antecedência ao início do evento para fornecimento de credenciais (caso necessário);

**13.1.11** – Designar um profissional para exercer a função de preposto junto a PMV;

**13.1.12** – A CONTRATADA, em consonância com a Lei Federal 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em todos os seus termos, bem como o decreto municipal Nº 23.636/24, compromete-se a processar os dados solicitados pela CONTRATANTE de acordo com sua necessidade ou obrigatoriedade. Além disso, a CONTRATADA e seus colaboradores agirão estritamente de acordo com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais ao manusear os dados, seguindo as instruções específicas da

CONTRATANTE e atendendo às necessidades descritas no **Item 5** deste termo de referência.

### **13.2. DA CONTRATANTE:**

**13.2.1-** Cumprir os compromissos financeiros assumidos com o contratado segundo o estabelecido no contrato;

**13.2.2** – Proporcionar as condições e as devidas orientações para a perfeita consecução do objeto deste instrumento;

**13.2.3** – Efetuar a fiscalização dos serviços contratados.

**13.2.4** – Solicitar credenciais para os pesquisadores de campo indicados pela Contratada (caso necessário);

**13.2.5** – Informar de imediato à CONTRATADA qualquer problema apresentado e que possa causar prejuízos ou pôr em risco seu patrimônio ou a vida de terceiros.

### **14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**14.1** A CONTRATADA deverá atender a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, nos termos seguintes:

**14.1.1** Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

**14.1.2** A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011 (LAI).

**14.1.2.1** Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD)

**14.1.3** É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

**14.1.4** Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

**14.1.5** Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**15.1** - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada à **CONTRATADA** as seguintes penalidades, previstas nos arts. 82 a 84 da Lei nº. 13.303/2016:

**15.2 - Advertência**, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais a Contratada haja concorrido;

### **15.3 - Multas – nos seguintes casos e percentuais:**

**a) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na apresentação a CDTV do relatório final da pesquisa: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor global da ordem de serviço, até o limite de 30 dias;

**b) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na apresentação do relatório final a CDTV superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da ordem de serviço, combinado com a possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

**c) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da ordem de serviço;

**d) Multa Compensatória:** Por inexecução total ou parcial injustificada do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do mesmo ou sobre a parcela não executada, respectivamente;

**e)** O não atendimento/comparecimento do representante, não justificado, nos chamados in loco, poderá acarretar multa de 0,5% sobre o valor global da ordem de serviço;

**15.4** - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CDTV, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

**15.5** - Atingindo o limite de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, a CDTV poderá promover a rescisão parcial ou total do mesmo.

**14.6** - As sanções previstas nos itens 15.3 poderá ser aplicada acompanhado do item 15.4, devendo ser apresentada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias úteis;

**15.7** A sanção prevista no item 15.4, também poderá ser aplicada em razão das seguintes situações:

**a)** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**b)** Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

**c)** Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a CDTV em virtude de atos ilícitos praticados;

**15.8** - A **CONTRATADA**, no caso de não ser possível o cumprimento dos prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, antes de seu vencimento, ficando a critério da administração a sua aceitação nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**15.9** - Comprovado o impedimento ou reconhecida à força maior, devidamente justificados e aceitos pela

**CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

**15.10** - Antes de liquidada ou relevada qualquer multa, nenhum pagamento será feito à **CONTRATADA**.

**15.11** - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da **CONTRATANTE** e, não afastam a aplicação das sanções previstas na Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) c/c Decreto Municipal n. 13.522/2015.

**15.12** - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a **CONTRATADA** será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia que será de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência da notificação/intimação,
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, e por edital no caso de não localização da Contratada, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da **CONTRATADA**;
- d) É facultado à **CONTRATADA** interpor recurso, dirigido ao Diretor-Presidente da CDTIV, contra a aplicação das penas de advertência, suspensão ou de multa, por decisão da Diretora Administrativo-Financeira, no prazo de 05 dias úteis, a contar da ciência da notificação/intimação.

## **16. DOS IMPEDIMENTOS DE CONTRATAR COM A CDTIV:**

**16.1** - Estará impedida de ser contratada pela CDTIV a empresa:

- I** - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- II** - Cumprindo suspensão aplicada pela CDTIV;
- III** - Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a CDTIV;
- IV** - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V** - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI** - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII** - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII** - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

**Parágrafo único.** Aplica-se a vedação prevista no caput:

**I** - A contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

**II** - A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) Dirigente da CDTIV;
- b) Empregado da CDTIV cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) Autoridade do ente público a que a CDTV está vinculada.

**III** - Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CDTV promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1** - Na proposta de preço devem estar computadas todas as despesas, bem como impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, frete  
s,  
pedágios, taxas e outras despesas, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços e entrega dos produtos;

**17.2** - A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

**17.3** - A natureza da contratação é uma mera prestação de serviços, não envolvendo mão de obra com relação trabalhista.

**17.4** - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do resumo da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que seja comprovado que o preço continua vantajoso, conforme dispõe o artigo 133, do Decreto Municipal nº 20.934/2022

**HUMBERTO BERMOND XAVIER  
ASSESSOR TÉCNICO  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA  
CONFORME CONSTA NO ORIGINAL**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

**ANEXO I, II E III DO TR**



**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_ **CNPJ:** \_\_\_\_\_ **ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ **TELEFONE:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ **E-MAIL:** \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE** **LEGAL:** \_\_\_\_\_  
**NACIONALIDADE:** \_\_\_\_\_ **ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_ **PROFISSÃO:** \_\_\_\_\_  
**FUNÇÃO NA SOCIEDADE:** \_\_\_\_\_ **RG:** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

**DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO:** REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE “REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA “.

**DESCRIÇÃO DOS VALORES:** Valor Global da Proposta: R\$ ..... (por extenso), conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE “PESQUISAS DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO FREQUENTADOR (TURISTA, EXCURSIONISTA OU MORADOR LOCAL) EM EVENTOS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA	Serviço	5.524	R\$	R\$

**DOS EVENTOS ESTIMADOS**

PESQUISAS	PÚBLICO ESTIMADO	QUANTITATIVO	DATA PROVÁVEL	LOCAL
Semana Santa/ Festival da Torta Capixaba	10.000	370	18, 19 e 20/04/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Aguiá Flex), rodoviária
Feira dos Municípios	80.000	382	04 e 05/04/2025	Pavilhão de Carapina
Festa da Penha	1.200.000	384	26/04/2025	Catedral Metropolitana
Passos de Anchieta	4.000	351	14 /06/2025	Catedral Metropolitana
Corpus Christi	3.000	341	19, 20 e 21/06/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Aguiá Flex), Rodoviária

EXPOVINHOS	3.000	341	06/2025	Pavilhão de Carapina
Espirito Santo Inovation Experience	30.000	379	06/2025	Praça do Papa
MECSHOW	18.000	376	08/2025	Pavilhão de Carapina
Vila de Natal – Pq Moscoso / Praça do Papa 2025	176.000	383	07, 14, e 21/12/2025	Praça do Papa e Parque Moscoso
Réveillon 2025/2026	150.000	383	29, 30 e 31/12/2025	Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Agua Flex), Rodoviária
Férias de Verão	3.200	343	15 dias do mês de janeiro de 2026	Item 5.3.5
Férias de Inverno	3.100	343	15 dias do mês de julho de 2025	Item 5.3.5
Arena Verão	173.913	383	03,04,10,11,17,18,24 e 25/01/2026	Praia de Camburi
Carnaval de Vitória	40.000	381	21 e 22/02/2026	Sambão do Povo
Carnaval de Blocos de Rua do Centro	500.000	384	01, 02, 03 e 04/03/2026	Centro de Vitória
<b>Total de 2025 e 2026</b>	<b>2.391.513</b>	<b>5.524</b>	<b>63 dias</b>	

*Obs: Os eventos e quantitativos constantes na tabela acima são meramente estimativos, podendo sofrer alterações ou acréscimos.*

A Licitante declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão em referência, bem como todas as condições de execução do objeto, propondo sua execução pelo valor global de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), observados o valor unitário cotado na planilha acima.

Declara, outrossim, que o valor proposto inclui todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, seguro, alimentação e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto.

Dados bancários: agência..... - conta .....

Por fim, o Licitante informa que a validade da presente proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias

Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
(Representante Legal do Licitante)

**Obs.: O Licitante deverá observar o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para a validade da proposta.**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

**ANEXO III**

**MODELO**

**SUGESTÃO ATESTADO E/OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestado e/ou declarações para devidos fins, que a  
empresa ..... situada a  
rua ..... inscrita no  
CNPJ/MF....., prestou o serviço de **Pesquisa xxxxxxxxx** no período de xx a xxx de 20xx,  
cumprindo satisfatoriamente todas às exigências contratuais, não tendo nada que desabone sua boa conduta e  
profissionalismo.

(DATA)

Atenciosamente,

**REPRESENTANTE LEGAL IDENTIFICADO**

Cargo do Representante da empresa

**CPF/ RG**

**Observação: para emissão deste documento, deverá ser observado estritamente as condicionantes e informações que constam no item 9.7.1 do edital.**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

**ANEXO IV**

**MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XXX/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO: 710953/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO: 01/2025**  
**REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 4/2024**  
**ID CIDADES: 2025.077E0300001.02.0001**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2025, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E  
INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

As partes abaixo identificadas e devidamente representadas ajustam formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições da legislação vigente, em especial a Lei n.º 13.303/2016, do Decreto Municipal nº 20.934/2022, do Regulamento Interno de Licitações e Contratação, e com o Edital da Licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico n.º 01/2025, Processo n. 710953/2024**, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, já homologado, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

**De um lado a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV**, empresa pública municipal, com personalidade jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.482.631/0001-18, com sede na Rua Armando Moreira de Oliveira, 230, Goiabeiras- Vitória/ES, neste ato representada **pelo Diretor-Presidente Sr. Marcus Gregório Serrano**, brasileiro, bacharel em sistemas de informação, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.629.997-30, portador da Carteira de Identidade nº 1.438.986/SSP-ES e **pela Diretora Administrativo-Financeira, Sra. Donatila Lima Nava Martins**, brasileira, economista, inscrita no CPF/MF sob o nº 017.297.627-86, portadora da Carteira de Identidade nº 1.021.544/SSP-ES, doravante denominada **CDTIV**.

**De outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxxx, bairro xxxx, xxxxxxxx/XX, CEP: xxxxx-xxx, Telefone/Fax: (xx) xxxx-xxxx, E-mail: [xxxxxxxxxx@xxxxx.com.br](mailto:xxxxxxxxxx@xxxxx.com.br), representada por seu sócio/procurador, Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do RG n.º xxxxxxxx/XX e inscrita no CPF sob n.º xxx.xxx.xxx-xx, adiante denominada **LICITANTE REGISTRADO**.

<b>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO</b>
--------------------------------------

**1.1.** A presente Ata de Registro de Preços, doravante denominada Ata, tem por objeto o Registro de Preços visando futuras contratações para prestação dos serviços de **“Realização de pesquisas de identificação do perfil do frequentador (turista, excursionista ou morador local) em eventos com potencial turístico no município de Vitória “**, para atendimento as necessidades da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória durante a vigência da ata, conforme especificações e quantidades detalhadas no Termo de Referência bem como na proposta apresentada pelo Licitante Registrado, que compõem a presente Ata.

**1.2.** O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pela CDTIV durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, respeitados os quantitativos registrados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR REGISTRADO

2.1 - O valor global da ATA é de R\$......(xxxxxxx).

2.2. Os valores unitários do item registrado são os constantes da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL ESTIMADO
1	Realização de pesquisas de identificação do perfil do frequentador (turista, excursionista ou morador local) em eventos com potencial turístico no município de Vitória.	Serviço	5.524	R\$	R\$

2.3. O(s) preço(s) registrado(s) corresponde(m) ao valor por item e total constante da proposta de preço apresentada no **Pregão Eletrônico n.º 01/2025**, que faz parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

2.4. O preço do item é fixo e irrevogável, inclusos todos os custos e despesas de transporte, alimentação, impostos e taxas de qualquer natureza sendo, porém, facultado a revisão do mesmo desde que verificada e comprovada alterações no mercado.

2.5. Os quantitativos e valores são apenas estimativos e não obrigam a CDTV a demandá-los, servindo apenas como referência de cálculo de despesas. Dessa forma, o valor total deve ser considerado somente como previsão de despesa.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação do resumo da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que seja comprovado que o preço continua vantajoso, conforme dispõe o artigo 133, do Decreto Municipal nº 20.934/2022.

3.2. Esta Ata não obriga a CDTV a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para a contratação do objeto deste Registro de Preços, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que será assegurada preferência de contratação, em igualdade de condições, ao Licitante Registrado.

3.2.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo Licitante Registrado, quando o preço decorrente de procedimento de licitação específico for igual ou superior ao registrado.

3.3 - Esta Ata implicará compromisso de execução dos serviços nas condições nela estabelecidas, sob pena de cancelamento do registro e aplicação de penalidades.

## CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRATAÇÃO E DO GERENCIAMENTO

4.1 - A licitante vencedora será convocada pela Administração, por escrito, para a assinatura ou recebimento da Ordem de Serviço no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação. Se esta não aceitar

ou não retirar o instrumento de contratação no prazo estabelecido, a Administração poderá convocar, na ordem de classificação, as licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação, independentemente das sanções administrativas previstas neste edital.

**4.1.1.** O prazo previsto no item 4.1 poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Licitante registrado convocado, durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CDTIV.

**4.1.2.** Se o Licitante registrado, uma vez convocado, não apresentar situação habilitatória regular, não assinar a Ordem de Serviço ou não atender qualquer das exigências previstas no edital no prazo fixado para tanto, terá seu registro cancelado. Nestes casos, o próximo colocado no Cadastro de Reserva será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços e, em seguida, a Ordem de Serviço, desde que atendido os requisitos do edital.

**4.2.** O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Gerência de Turismo, que exercerá suas atribuições por intermédio de servidor designado em ato interno de credenciamento de gestor/fiscal.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DA ATA**

**5.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a CDTIV promover as negociações junto aos fornecedores.

**5.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CDTIV convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**5.3.** Os fornecedores que não aceitam reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados.

**5.4.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**5.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a CDTIV poderá:

**I.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução dos serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**II** - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**III** – Promover o reequilíbrio econômico-financeiro sobre o valor do compromissário fornecedor, desde que comprovada a vantajosidade.

**5.6** - Não havendo êxito nas negociações, a CDTIV deverá proceder ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - DOS EVENTOS E DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

**6.1** - Comprovada a necessidade de contratação, o LICITANTE REGISTRADO deverá ser previamente consultado, através de Ofício ou outro meio de comunicação eficaz, acerca da possibilidade da execução dos



serviços, devendo o mesmo se manifestar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**6.1.2** - Não ocorrendo manifestação do LICITANTE REGISTRADO, presumir-se-ão aceitas as condições e compromisso de execução dos serviços, devendo ser emitido a respectiva ORDEM DE SERVIÇO, sendo que, o descumprimento acarretará na aplicação das sanções previstas neste instrumento.

## **6.2 – DAS PESQUISAS**

### **6.2.1 - VARIÁVEIS, CONCEITOS E CATEGORIAS**

**6.2.1.1** - Perfil do público (origem, faixa etária, gênero, etnia, escolaridade, nível socioeconômico, por subgrupo Turista, Excursionista e Residente da Grande Vitória e posição no evento a depender (camarote ou arquibancada ou folião), entre outros;

#### **6.2.1.2 - Diferenciação dos conceitos de público frequentador, conceitua-se:**

**I) Turista:** é considerado o viajante temporário, nacional ou estrangeiro, cuja residência permanente é outra que não o local da pesquisa e que permaneça neste local **pelo menos 24 horas, ou efetue pelo menos um pernoite**, permanecendo no local por, **no máximo, 365 dias** e que **não exerça função remunerada na localidade**, conforme recomendações da Organização Mundial do Turismo-OMT.

**II) Excursionista:** Visitante temporário que permanece no local visitado menos de 24 horas, ou não pernoita no destino.

**III) Residente da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV):** Aquele que reside nas regiões municipais de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, de acordo com a **Lei Complementar estadual nº58/1995**.

**IV)** Identificação junto ao público frequentador de quais meios de comunicação que promoveram e comercializaram o destino turístico Vitória e seus produtos, incluindo a motivação da viagem. Além disso, deverá ser apresentado o grau de satisfação dos consumidores em relação à experiência turística proporcionada. A identificação e a avaliação da satisfação devem ser claramente distintas, sendo que a identificação se refere à divulgação do destino e a motivação da viagem, enquanto o grau de satisfação se relaciona à percepção positiva ou negativa dos consumidores em relação à experiência.

**V)** Percepção do público sobre os eventos (estrutura, sinalização, espetáculo, segurança, acessibilidade, entre outros);

**VI)** Percepção do público em relação a serviços ofertados no município (hotelaria, gastronomia, mobilidade, segurança, atrativos turísticos, entre outros);

**VII)** Caracterização e dimensionamento do consumo do público (turista) por categoria ou setor da cadeia produtiva (alimentação, meios de hospedagem, viagem/meios utilizados, deslocamento interno, agência, entre outros).

## **6.3 - DAS DIRETRIZES METODOLÓGICAS E QUESTIONÁRIO**

**6.3.1** - Será realizado o levantamento de dados por meio da aplicação de questionários, face a face e durante os eventos elencados no item 6.7.7.1 desta ata. Nas pesquisas que serão realizadas em quinzenas dos meses de janeiro e julho, será definido um período de 15 dias de maior ocupação hoteleira da cidade, para identificação do perfil do turista, excursionista e residente da RMGV. Toda coleta de dados na etapa de trabalho de campo deverá ser realizada pessoalmente e registrada eletronicamente. É imprescindível que, para cada registro (entrevista), seja providenciada a correspondente gravação do áudio das entrevistas.

**6.3.2** - O tamanho da amostra deverá ser calculado considerando o tamanho da população total estimada frequentadora dos eventos (se possível tendo como referência os anos anteriores de realização do evento) ou ocupação hoteleira. Respeitando uma exigência de **95% de nível de confiança e 5% de margem de erro**. Deve-se sempre validar o público estimado e a amostra daquela pesquisa previamente diretamente a CDTIV. A fórmula deve respeitar o seguinte molde de cálculo de amostral considerando população finita:

$$n = \frac{\partial^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 \cdot (N - 1) + \partial^2 \cdot p \cdot q}$$

**Onde:**

**n**= amostra que será calculada;

**∂**= intervalo de confiança, que para um nível de confiança 95% corresponde a 1,96;

**p · q**= porcentagem pelo qual o fenômeno ocorre, em pesquisas se mantém em 50%, sendo **p = 50 e q = 50**; **N**= população estimada calculada;

**e** = considerando o nível de confiança em 95%, **e** seria 5%.

**6.3.3** – Caso a CONTRATADA utilize outra metodologia de cálculo de amostra, deverá apresentar a CONTRATANTE a metodologia utilizada e a devida justificativa para tal alteração.

**6.3.4** - A CONTRATADA deverá considerar a necessidade de subdividir a amostra em segmentos ou estratos, as respectivas categorias de público (por exemplo: Turista, Excursionista e residente da RMGV). Sem prejuízo a outras proposições de metodologias indicadas pela contratada, a investigação deverá contemplar minimamente dois subgrupos para composição do plano amostral: Turistas e Residentes da RMGV.

**6.3.5** - Por meio de questionários específicos serão identificados os perfis dos turistas e excursionistas, bem como caracterizados os gastos realizados pelos mesmos durante sua estadia, hábitos de consumo, principais motivações, percepções e avaliações dos produtos, serviços e infraestrutura turísticas e municipais ofertadas no destino.

## **6.4 - DO QUESTIONÁRIO**

**6.4.1** - Será utilizado 01 (um) modelo de questionário geral das pesquisas de identificação do perfil do turista e excursionista, apresentado no Anexo I da ata; será utilizado 1 (um) modelo de questionário em eventos de identificação do perfil do turista, excursionista e morador da RMGV, apresentado no Anexo II da ata; e 01 (um) modelo para a questionário no Réveillon, apresentado no Anexo III da ata.

**6.4.2** - Os questionários disponíveis poderão sofrer alterações de conteúdo e formato tanto por parte da CDTIV quanto por parte da CONTRATADA. As alterações deverão ser demandadas pela Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV) sempre com prazo superior a 5 (cinco) dias, corridos, do início da etapa da coleta de dados. Alterações podem ser sugeridas pelo coordenador técnico da CONTRATADA, com prazo superior a 5 (cinco) dias corridos do início da etapa de coleta de dados, e serão analisadas pela equipe técnica da CDTIV.

## **6.5 - DA EQUIPE EM CAMPO**

**6.5.1.** A empresa contratada será responsável pelo treinamento da equipe de pesquisadores. Para tal deverá apresentar adicionalmente ao Plano de Trabalho o Manual do Pesquisador contendo no mínimo:

a) Forma de conduta do pesquisador durante as entrevistas;

- b) Forma de preenchimento de todas as questões nos questionários disponíveis nos Anexos I, II e III desta ata;
- c) Contatos da Empresa Contratada e da CDTV.

**6.5.2** - A data de treinamento deverá ser acordada com o fiscal do contrato para acompanhamento do mesmo.

## **6.6 - DA ENTREGA DE RELATÓRIOS E RESULTADOS**

**6.6.1** - Os relatórios deverão ser apresentados com o nível de detalhe e a linguagem adequada para sua perfeita compreensão. Poderão ser apresentados na forma de um conjunto de volumes de texto abrangendo os serviços prestados, contendo planilhas, tabelas e gráficos estatísticos (conforme a pertinência), referências, apêndices e anexos específicos, apoiado em material gráfico, fotografias, quadros, mapas, inclusive, anotações e pesquisas de campo, e demais recursos necessários ao pleno entendimento do texto. O modelo de relatório deverá ser aprovado pela CDTV, antes da entrega de cada uma das etapas. Os Relatórios a serem entregues estão definidos a seguir:

**A) Relatório Contínuo:** dados sistematizados em painel Power BI ou semelhante, neste, serão alimentados continuamente dados recolhidos ao final da realização de cada pesquisa, para visualização ampla e contínua, a fim de garantir série histórica.

**B) Relatório Preliminar:** apresentação individual, após realização da pesquisa no evento ou temporada, dos dados sistematizados em tabelas contendo as frequências absolutas e relativas, gráficos e sistematização das questões abertas (se houver);

**C) Relatórios Finais de Identificação do Perfil do Turista e Excursionista por Etapa:** consiste no relatório com os dados gerais da pesquisa por etapa, ou seja, o resultado do somatório de todas as respostas da etapa. Integram os relatórios finais:

**I. Relatório de Campo:** descrevendo as ocorrências registradas durante a etapa de campo, bem como quaisquer informações que possam impactar na coleta e análise dos dados.

**II. Banco de dados** em arquivo compatível com o programa Microsoft Excel, contendo todos os dados coletados devidamente preenchido em todos os seus campos com o nome das variáveis, a descrição das questões e as respostas em formato nominal, ordinário ou contínuo, bem como todas as gravações em áudio das entrevistas realizadas, disponíveis através de serviço de computação em nuvem. Esse conjunto de documentos atestará a realização das pesquisas, permitindo, portanto, uma nova checagem da execução das entrevistas.

**III. Relatório Geral** em formato de apresentação dos dados em software compatível com o Microsoft Power BI, bem como deverão ser elaborados, separadamente, em formato "PDF".

**IV. Relatório Sintético do Réveillon em formato de apresentação de dados em software compatível com o Microsoft Power BI.** Este relatório deverá ser elaborado e apresentado à CDTV impreterivelmente até às 18 horas da tarde do dia 06 de janeiro de 2026, contendo as seguintes informações:

**a) Turistas:** Gasto Médio Diário Individual; Origem por País; Origem por Unidade da Federação (apenas para Brasileiros); Origem por Município (apenas para Brasileiros); Tempo de Permanência; Local de Hospedagem; Nota da Avaliação do Evento/Destino.

**b) Excursionistas:** Gasto Médio Diário Individual; Origem por País; Origem por Unidade da Federação (apenas para Brasileiros); Origem por Município (apenas para Brasileiros); Nota da Avaliação do Evento/Destino.

**V. Apresentação dos resultados:** em PowerPoint (ou similar) que deverá ser realizada pela contratada à CDTV.

**VI. Formato de entrega dos Relatórios de Identificação do Perfil do Turista e Excursionista:** Deverá ser entregue em formato digital, no idioma português, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O Relatório Geral deverá ser encaminhado em software compatível com o Microsoft Power BI; o relatório de campo deverá ser formatado e gravado no editor de texto "Word" da Microsoft (ou software compatível), e em formato "PDF" (após todas as alterações pertinentes e validação final do documento pela CDTIV), a fim de ser divulgado em meio digital. O banco de dados deverá ser entregue em meio digital, em arquivo compatível com Microsoft Excel. As gravações de áudio das entrevistas devem ser disponibilizadas em serviço de computação em nuvem, em formato digital, em extensão de arquivo a ser acordado com a equipe técnica da CDTIV, para posterior download dos mesmos.

**6.6.2** - O planejamento das atividades, o gerenciamento das pesquisas e o trabalho de campo serão de responsabilidade da contratada. Havendo imprecisões ou erros de informação, esses serão de inteira responsabilidade da contratada.

**6.6.3** - A CDTIV terá, em caráter definitivo e irrevogável, direito exclusivo de propriedade e uso de toda informação e material produzido.

**6.6.4** A Contratada, sempre que convocada, se obriga a realizar apresentações dos avanços dos trabalhos à equipe técnica designada para a supervisão dos serviços.

**6.6.5** - Os relatórios deverão ser apresentados com o nível de detalhe e a linguagem adequada para sua perfeita compreensão. Poderão ser apresentados na forma de um conjunto de volumes de texto abrangendo os serviços prestados, contendo planilhas, tabelas e gráficos estatísticos (conforme a pertinência), referências, apêndices e anexos específicos, apoiado em material gráfico, fotografias, quadros, mapas, inclusive, anotações e pesquisas de campo, e demais recursos necessários ao pleno entendimento do texto.

**6.6.6** - Sem prejuízo a outros produtos e entregáveis que poderão ser propostos e acrescidos para a plena execução do serviço, a Contratada deverá atender obrigatoriamente as especificações dos serviços e produtos básicos previamente definidos e descritos neste instrumento, a saber:

**6.6.7** - O Relatório Preliminar deverá ser entregue em 02 (duas) vias encadernadas e em meio digital não bloqueado.

**6.6.8** - O relatório final consolidado deverá ser entregue em 4 (quatro) vias, encadernadas e em meio digital não bloqueado.

## **6.7 - DA DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CAMPO**

**6.7.1** - Durante as etapas de campo serão aplicados questionários para a identificação do perfil dos turistas e excursionistas que visitam os eventos elencados no 6.7.7.1. Nas temporadas de Verão em janeiro, Inverno em julho e no Carnaval os questionários serão aplicados em atrativos e equipamentos turísticos previamente definidos pela Contratante.

**6.7.2** - A coleta no Réveillon deverá ocorrer na véspera do feriado no período da noite, ou seja, 31 de dezembro de 2025, entre 20:00 e 23:00, na Praia de Camburi e na Curva da Jurema no município de Vitória. Além disso, caso seja confirmada a programação nesses locais nos dias 29 e 30 de dezembro de 2025, a pesquisa deverá ocorrer da mesma forma também nessas datas.

**6.7.3** - Alguns dos eventos a serem realizados não possuem uma data definida no momento da assinatura da ata de registro de preços. A definição e comunicado prévio de no mínimo de 7 (sete) dias da data e local dos eventos será de responsabilidade da CDTIV.

**6.7.4 -** A CDTV se compromete a comunicar previamente ao contratado a data e o local do evento, a fim de que sejam realizadas as devidas pesquisas e preparações necessárias.

**6.7.5 -** A coleta de dados nas temporadas de maior ocupação da rede hoteleira do município será feita ao longo de 15 (quinze) dias dos meses de janeiro e julho, podendo ser realizadas nos hotéis que fazem parte da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo (ABIH-ES), nos atrativos turísticos do município, rodoviária e aeroporto ou, na orla do município. A listagem e endereço dos mesmos será disponibilizado pela CDTV previamente ao início da temporada de alta ocupação e fluxo turístico.

**6.7.6 -** Após a comunicação da data e do local do evento ou local de pesquisa pela CDTV, a contratada deverá confirmar sua disponibilidade para prestar os serviços acordados, dentro de um prazo determinado pela CDTV.

### **6.7.7 - DOS EVENTOS, DATAS, NÚMERO DE DIAS, ETAPAS E PRAZOS**

**6.7.7.1 -** A amostragem das pesquisas será definida pela equipe de trabalho da CONTRATANTE na ordem de serviço, bem como a distribuição. Para este contrato tem-se a previsão de uso dos questionários com a seguinte amostragem e cronologia:

<b>PESQUISAS</b>	<b>PÚBLICO ESTIMADO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>	<b>DATA PROVÁVEL</b>	<b>LOCAL</b>
Semana Santa/ Festival da Torta Capixaba	10.000	370	18, 19 e 20/04/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Agua Flex), rodoviária
Feira dos Municípios	80.000	382	04 e 05/04/2025	Pavilhão de Carapina
Festa da Penha	1.200.000	384	26/04/2025	Catedral Metropolitana
Passos de Anchieta	4.000	351	14 /06/2025	Catedral Metropolitana
Corpus Christi	3.000	341	19, 20 e 21/06/2025	Ilha das Caieiras, Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Agua Flex), Rodoviária
EXPOVINHOS	3.000	341	06/2025	Pavilhão de Carapina
Espirito Santo Inovation Experience	30.000	379	06/2025	Praça do Papa
MECSHOW	18.000	376	08/2025	Pavilhão de Carapina
Vila de Natal – Pq Moscoso / Praça do Papa 2025	176.000	383	07, 14, e 21/12/2025	Praça do Papa e Parque Moscoso
Réveillon 2025/2026	150.000	383	29, 30 e 31/12/2025	Orla Camburi, Curva da Jurema, Aeroporto, Praça do Papa (Buser, Agua Flex), Rodoviária
Férias de Verão	3.200	343	15 dias do mês de janeiro de 2026	Item 5.3.5

Férias de Inverno	3.100	343	15 dias do mês de julho de 2025	Item 5.3.5
Arena Verão	173.913	383	03,04,10,11,17,18,24 e 25/01/2026	Praia de Camburi
Carnaval de Vitória	40.000	381	21 e 22/02/2026	Sambão do Povo
Carnaval de Blocos de Rua do Centro	500.000	384	01, 02, 03 e 04/03/2026	Centro de Vitória
<b>Total de 2025 e 2026</b>	<b>2.391.513</b>	<b>5.524</b>	<b>63 dias</b>	

#### 6.7.7.2 Etapas e prazos:

ETAPA	PRAZOS
Preparação da pesquisa	A partir 10 (dez) dias corridos antes do evento/temporada
Aplicação do questionário-teste - Realização da Pesquisa	Durante o evento/temporada
Apresentação dos Questionários com dados coletados	Até 5 dias corridos após o evento/temporada
Consistência e Sistematização dos dados, Análise dos Dados e Produção de Relatório Preliminar	Até 10 dias corridos após o evento/temporada
Produção de Relatórios Síntese e Relatório Analítico Final	Até 20 dias corridos após o evento/temporada
Apresentação à CDTV	Até 30 dias corridos após o evento/temporada

**6.7.7.3** - Os serviços serão executados conforme estipulado oportunamente pela CDTV.

**6.7.7.4** - A execução dos serviços somente poderá iniciar-se após o recebimento da Ordem de Serviço.

**6.7.7.5** - Os eventos e quantitativos previstos poderão sofrer alterações que serão previamente informadas a contratada.

**6.7.7.6** - Estima-se um total de 33 dias de eventos e 30 dias de temporada a serem utilizadas durante o período de 12 (doze) meses. Apesar do calendário de eventos já definido, resguarda-se a possibilidade de remanejamento entre aqueles eventos que porventura sejam cancelados, estendidos ou adicionados.

**6.7.7.7** - A existência de preços registrados não obriga a CDTV a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**7.1** - As despesas para suportar as eventuais aquisições dos produtos com preços registrados nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta da dotação orçamentária e fonte de recursos vigentes e devidamente consignados na ocasião da efetiva necessidade da contratação e instrução do processo respectivo.

### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

**8.1** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da apresentação da nota fiscal de serviços,



discriminando os serviços de acordo com a Nota de Empenho e Ordem de Serviço, certidões negativas de débitos, após conferência do setor requisitante e atestado pelo Fiscal, via ordem bancária.

**8.2** - Na emissão das notas fiscais, o compromissário fornecedor deverá descrever os serviços, com número do processo de contratação, ordem de serviço e o quantitativo dos serviços efetivamente executados.

**8.3** - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CDTV em favor da contratada.

**8.4** - Ocorrendo erro(s) na apresentação da Nota Fiscal/Fatura de Serviços ou falta de algum outro documento exigido, o processo será devolvido à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura de Serviços e /ou documentações faltantes.

**8.5** - A atestação da **Nota Fiscal** caberá ao fiscal/gestor da Ata ou outro servidor designado para esse fim.

**8.6** - A(s) Nota(s) Fiscal(s) e/ou Fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) com a Razão Social, CNPJ e endereço completo do Órgão Requisitante, constantes na Ordem de Serviço.

**8.7** - O pagamento poderá ser susgado pela **CONTRATANTE** nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a **CONTRATANTE**;
- b) Inadimplência de obrigações assumidas pela **CONTRATADA** para com a CDTV, por conta do estabelecido neste instrumento;
- c) Erros ou vícios na Nota Fiscal/Fatura de Serviços.
- d) Não executar os serviços nas condições estabelecidas.

**8.8** - Os pagamentos serão condicionados à apresentação dos seguintes documentos, junto com a Nota Fiscal de Serviços, em originais ou devidamente autenticados:

- I) Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município de Vitória, devidamente válida;
- II) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, devidamente válida;
- III) Prova de regularidade com a Seguridade Social (CND do INSS), através de certidão conjunta expedida pela Receita Federal para os Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, em cumprimento ao art. 195, parágrafo 3º da Constituição Federal.
- IV) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**8.9** - A **CONTRATANTE** poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela **CONTRATADA** em decorrência de inadimplemento.

**8.10** - É expressamente vedado a Contratada a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

**8.11** - Em caso de atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX \times 12}{365} = \% \text{ a.d}$$

$$EM = \frac{I \times N \times VP}{100} = \text{Valor da mora}$$

**Onde:**

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora;

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela em atraso.

**8.12** – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos a apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**8.13** – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigações financeiras, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

<b>CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES</b>
--

**9.1 - ALÉM DE OUTRAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NESTA ATA, NO TR, EM SEUS ANEXOS OU NAS LEIS VIGENTES, PARTICULARMENTE NA LEI Nº 13.303/2016, OU QUE ENTRAREM EM VIGOR, CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO LICITANTE REGISTRADO:**

**9.1.1** - É de total responsabilidade da CONTRATADA a realização da pesquisa, incluindo a equipe de pesquisadores, transporte, alimentação, e os demais recursos necessários à sua plena execução;

**9.1.2** - A CONTRATADA deverá submeter a aprovação da CDTV o questionário teste previamente a sua aplicação;

**9.1.3** – A CONTRATADA é responsável por garantir a segurança de seus pesquisadores em campo;

**9.1.4** - A CONTRATADA em hipótese alguma contratará menor de idade para a execução das tarefas e pesquisa em campo;

**9.1.5** – A CONTRATADA está obrigada a realizar a pesquisa nos horários e no local dos eventos;

**9.1.6** – Todas as despesas, encargos e impostos são de responsabilidade da CONTRATADA, mesmo que não expressamente mencionadas, devidas em decorrência, direta ou indireta, da execução desta ata;

**9.1.7** - A execução dos serviços somente poderá iniciar-se após o recebimento da ordem de serviços;

**9.1.8** – Não transferir a outrem a execução dos serviços previstos no presente instrumento;

**9.1.9** – Responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos pessoais e/ou materiais causados a terceiros e/ou à Administração, decorrentes de sua culpa e/ou dolo, até mesmo os decorrentes de atos praticados por seus empregados e/ou prepostos;

**9.1.10** - A CONTRATADA está obrigada a apresentar à CDTV, a listagem com a identificação e os dados de seus pesquisadores de campo, com no máximo 72 horas de antecedência ao início do evento para fornecimento de credenciais (caso necessário);

**9.1.11** – Designar um profissional para exercer a função de preposto junto a CDTV;

**9.1.12** - A CONTRATADA, em consonância com a Lei Federal 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em todos os seus termos, bem como o decreto municipal Nº 23.636/24, compromete-se a processar os dados solicitados pela CONTRATANTE de acordo com sua necessidade ou obrigatoriedade. Além disso, a CONTRATADA e seus colaboradores agirão estritamente de acordo com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais ao manusear os dados, seguindo as instruções específicas da CONTRATANTE e atendendo às necessidades descritas no **Item 6** desta ata.

**9.2 - CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CDTV, ALÉM DE OUTRAS OBRIGAÇÕES ESTIPULADAS NESTA ATA, NOS SEUS ANEXOS, EM LEI, PARTICULARMENTE NA LEI Nº 13.303/2016:**

**9.2.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**9.2.2** - Exercer o acompanhamento e a fiscalização por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**9.2.3** - Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**9.2.4** - Pagar à Contratada o valor resultante da prestação dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

**9.2.5** - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal de Serviço da contratada, no que couber, em conformidade à legislação tributária vigente;

**9.2.6** - Fornecer as informações necessárias ao desenvolvimento do objeto contratado;

**9.2.7** - Cientificar a Diretoria Administrativo Financeira – DAF, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela contratada, se for o caso;

**9.2.8** - Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, que deverão se apresentar devidamente identificados, aos locais onde ocorrerão os eventos;

**9.2.9** - Solicitar credenciais para os pesquisadores de campo indicados pela Contratada (caso necessário);

**9.2.10** - Prestar todas as informações e esclarecimentos que os empregados da Contratada encarregados da execução dos serviços venham solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

**9.2.11** - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

**9.2.11** - Designar Gestor/fiscal desta Ata, a quem caberá o acompanhamento e o controle desta Ata, bem como o recebimento, processamento e avaliação de eventual solicitação de adesão;

**9.2.12 - COMUNICAR AO LICITANTE REGISTRADO E AO(S) LICITANTE(S) EVENTUALMENTE CADASTRADO(S), POR ESCRITO:**

a) Quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a esta Ata;

b) Abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares do Licitante, concedendo-lhe prazo para defesa; e

c) Aplicação de eventual penalidade, nos termos desta Ata.

**9.2.13** - Instruir e gerenciar as solicitações de adesão consultando o fornecedor quanto ao interesse.

**9.2.14** - Consultar o Licitante registrado antes da emissão do respectivo Empenho e Ordem de Serviços quanto à disponibilidade para execução dos serviços.

### **9.3 - CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO GESTOR/FISCAL DESTA ATA:**

**9.3.1** - Providenciar a abertura de processo de contratação ao verificar a necessidade, sempre com prévia antecedência à sua utilização, visando o atendimento aos eventos realizados pela CDTV.

**9.3.2** - Proceder consulta da regularidade fiscal e previdenciária do Licitante registrado.

**9.3.3** - Verificar a existência de recursos financeiros para custear a contratação.

**9.3.4** - Providenciar as inspeções dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pelo Licitante registrado.

**9.3.5** - Atestar e receber os serviços efetivamente executados de acordo com as cláusulas constantes da Ata de Registro de Preços do qual este faz parte integrante.

**9.3.6** - Autorizar a prorrogação de prazo de execução dos serviços quando solicitado pelo Licitante registrado e devidamente justificado.

**9.3.7** - Notificar o fornecedor quando da verificação de ocorrências, erros, falhas, atrasos, concedendo prazo para correção das pendências.

**9.3.8** - Proceder à abertura de processo solicitando a aplicação de penalidade.

**9.3.9** - A Contratada poderá apresentar justificativa para a execução dos serviços com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do fornecedor;

**9.3.10** - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade à legislação vigente;

<b>CLÁUSULA DÉCIMA – ADESÃO À ATA</b>
---------------------------------------

**10.1** - Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada nos termos do parágrafo primeiro do artigo 66 da Lei 13.303/2016, por qualquer entidade estatal (empresa pública ou sociedade de economia mista) que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da CDTV e nas seguintes condições:

a) A aderente será empresa pública ou sociedade de economia mista de qualquer esfera, que não participou dos procedimentos iniciais de RP, não integrando a presente Ata, mas que poderá utilizá-la mediante adesão, após autorização da CDTV.

- b) O interessado em aderir à Ata deverá, durante sua vigência, encaminhar ao gestor da Ata, por e-mail ou carta, uma solicitação de adesão;
- c) Recebida a referida manifestação, o Gestor da Ata avaliará a possibilidade de adesão, inclusive consultando o Licitante Registrado sobre sua capacidade e interesse na aceitação da contratação adicional.
- d) Aceita a contratação adicional pelo Licitante Registrado sem prejuízo das obrigações assumidas com a CDTIV, o Gestor da Ata decidirá, fundamentadamente, sobre a adesão, informando à entidade solicitante a decisão e encaminhará cópia da ata de registro de preço assinada e seus anexos.
- e) Após a autorização do órgão gerenciador e aceite por parte do Licitante Registrado, as aquisições ou contratações adicionais para os órgãos não participantes deverão ser realizadas de forma imediata na sua integralidade.
- f) A adesão não poderá exceder, por entidade solicitante, a 100% do quantitativo previsto no item 6.7.7.1 desta Ata.
- g) As adesões não poderão exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo previsto no item 6.7.7.1 da Ata, independentemente da quantidade de entidades solicitantes.
- h) As aquisições ou contratações adicionais ocorrerão apenas uma vez por estatal que não tenha participado do procedimento licitatório e não poderá ultrapassar o cem por cento previstos acima.
- i) Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Licitante Registrado das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à CDTIV.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

**11.1** - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, poderá ser aplicada à **CONTRATADA** as seguintes penalidades, previstas nos arts. 82 a 84 da Lei nº. 13.303/2016:

**11.2 - Advertência**, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais a Contratada haja concorrido;

**11.3 - Multas – nos seguintes casos e percentuais:**

**a) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na apresentação a CDTIV do relatório final da pesquisa: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor global da ordem de serviço, até o limite de 30 dias;

**b) Multa de Mora:** Por atraso injustificado na apresentação do relatório final a CDTIV superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da ordem de serviço, combinado com a possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

**c) Multa Compensatória:** Por recusa injustificada do adjudicatário em aceitar, receber ou retirar a Ordem de Serviço, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da ordem de serviço;

**d) Multa Compensatória:** Por inexecução total ou parcial injustificada do contrato: 20% (vinte por cento)

sobre o valor total do mesmo ou sobre a parcela não executada, respectivamente;

e) O não atendimento/comparecimento do representante, não justificado, nos chamados in loco, poderá acarretar multa de 0,5% sobre o valor global da ordem de serviço;

**11.4** - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CDTV, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

**11.5** - Atingindo o limite de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, a CDTV poderá promover a rescisão parcial ou total do mesmo.

**11.6** - As sanções previstas nos itens 11.3 poderá ser aplicada acompanhado do item 11.4, devendo ser apresentada a defesa prévia da CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias úteis;

**11.7** A sanção prevista no item 11.4, também poderá ser aplicada em razão das seguintes situações:

a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a CDTV em virtude de atos ilícitos praticados;

**11.8** - A **CONTRATADA**, no caso de não ser possível o cumprimento dos prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, antes de seu vencimento, ficando a critério da administração a sua aceitação nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**11.9** - Comprovado o impedimento ou reconhecida à força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

**11.10** - Antes de liquidada ou relevada qualquer multa, nenhum pagamento será feito à **CONTRATADA**.

**11.11** - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da **CONTRATANTE** e, não afastam a aplicação das sanções previstas na Lei Federal n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) c/c Decreto Municipal n. 13.522/2015.

**11.12** - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a **CONTRATADA** será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia que será de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência da notificação/intimação,

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, e por edital no caso de não localização da Contratada, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da **CONTRATADA**;

d) É facultado à **CONTRATADA** interpor recurso, dirigido ao Diretor-Presidente da CDTV, contra a



aplicação das penas de advertência, suspensão ou de multa, por decisão da Diretora Administrativo-Financeira, no prazo de 05 dias úteis, a contar da ciência da notificação/intimação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

### **12.1 - O Licitante registrado terá seu registro cancelado pela CDTV, quando:**

- a) Não cumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não assinar ou não retirar a Ordem de Serviço no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei n. 13.303/2016, ou ainda, caracterizado ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei n. 12.846/2013, cometido pelo Licitante registrado, estiverem presentes razões de interesse público.

**12.2** - O cancelamento de registros será formalizado por decisão da autoridade competente da CDTV, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**12.3** - Por razão de interesse público;

**12.4** - O Licitante registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que venha a prejudicar o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados e aceitos pela CDTV.

**12.5** - A pedido do fornecedor, desde que ocorra antes da consulta de disponibilidade por parte da CDTV.

**12.6** - A ata será cancelada automaticamente por decurso do prazo de vigência; pela total execução de seu objeto; quando não restarem fornecedores registrados ou quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, desde que devidamente comprovados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**13.1 - A CONTRATADA deverá atender a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, nos termos seguintes:**

**13.1.1** - Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

**13.1.2** - A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011 (LAI).

**13.1.2.1** - Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD)

**13.1.3** - É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

**13.1.4** - Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

**13.1.5** - Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** - Esta Ata e as Ordens de Serviços dela decorrentes representam todo o acordo entre as partes com relação ao objeto neles previstos.

**14.2** - Integram a presente Ata: O Edital do **Pregão Eletrônico nº 01/2025**, Termo de Referência, Proposta Comercial e demais anexos, como se nele estivessem transcritos, estando os mesmos vinculados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

**15.1** - É competente o foro de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória/ES, para a solução de eventuais litígios decorrentes desta ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**15.2** - E assim, por estarem justos e acordados, CDTV e Licitante Registrado, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma (assinatura física) e, no caso de utilização de assinatura digital qualificada, será em somente 01 (uma) via, e para que surta um só efeito, a data do termo deverá ser considerada a data da última assinatura.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**MARCUS GREGÓRIO SERRANO**  
**DIRETOR- PRESIDENTE**  
**CDTIV**

**DONATILA LIMA NAVA MARTINS**  
**DIRETORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA**  
**CDTIV**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**LICITANTE REGISTRADO**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

**ANEXOS I, II E III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**

**ANEXO V**

**DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**DADOS DO ASSINANTE:**

**NOME:**

**RG:                    ÓRGÃO EXPEDIDOR:                    CPF:**

**NACIONALIDADE:                    ESTADO CIVIL:**

**CARGO:**

**PROFISSÃO:**

**ENDEREÇO COMPLETO:**

**DADOS PESSOA JURÍDICA – LICITANTE:**

**NOME EMPRESARIAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO COMPLETO:**

**TELEFONE: FAX: E-MAIL**

**DADOS BANCÁRIOS PESSOA JURÍDICA – LICITANTE:**

**NOME DO BANCO:**

**Nº DO BANCO: N º AGÊNCIA: Nº CONTA:**

**TELEFONE: FAX:**

Vitória (ES), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025

\_\_\_\_\_  
**Identificação do emitente e assinatura**

**ANEXO VI**

**MINUTA - TERMO DE COMPROMISSO - CADASTRO RESERVA**

**CLASSIFICAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 00/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO: 710953/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 01/2025**

**REQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – RRP: 4/2024**

A parte abaixo identificada e devidamente representada formaliza o presente **TERMO DE COMPROMISSO** para eventual fornecimento dos banheiros, observadas as disposições da Lei 13.303/2016, Decreto Municipal nº 20.934/2022 e de acordo com o Edital da Licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 01/2025**, bem como o resultado da classificação das propostas apresentadas, que constituem partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

A empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXX, nº xxxxx, bairro xxxx, XXXXXXXX/XX, CEP: xxxxx-xxx, Telefone/Fax: (xx) xxxx-xxxx, E-mail: xxxxxxxxx@xxxxx.com.br, representada por seu sócio/procurador, Sr(a). xxxxxxxxxxxx, adiante denominada **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR RESERVA**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente instrumento é parte integrante da Ata de Registro de Preços e tem por finalidade a formação de CADASTRO RESERVA para eventual PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, no caso de exclusão do primeiro colocado.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR RESERVA declara que aceita cotar seus bens nas mesmas condições (quantidades, valores e obrigações) pactuadas na Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Os casos omissos serão resolvidos com base na Legislação aplicável à matéria e pela CDTV.

**CLÁUSULA QUARTA** - É competente o foro de uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, Municipal, Registros Públicos, Meio Ambiente e Saúde de Vitória/ES, para a solução de eventuais litígios decorrentes desta ata, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Declara a parte aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Em caso de utilização de assinatura digital qualificada, e para que surta um só efeito, a data do termo deverá ser considerada a data da última assinatura.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXX  
XXXXXX XXXXXXX XXXXXXX  
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR RESERVA  
RG: XXX.XXX – XXX/XX

# TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Dispensa nº 11/2024**, Processo Administrativo nº **31/2024**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

**Objeto:** contratação de empresa especializada que tem como finalidade de realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados

## Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME - 18.264.177/0001-60 kleybersilveira@hotmail.com - (35) 99993-3901	55.000,00	30.000,00	25.000,00 Proveito ( 45,45% )
Totais	55.000,00	30.000,00	25.000,00 Proveito ( 45,45% )

## Detalhes

**MAUROSAN GONCALVES MACHADO** na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME - CPF/CNPJ: 18.264.177/0001-60				
Lote 1		Data/Hora da Homologação - 20/03/2024 14:48:47		
SERVIÇOS DE PESQUISA DE OPINIAO PUBLICA				
Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
SERVIÇOS DE PESQUISA DE OPINIAO PUBLICA	1,00	SV	30.000,00	30.000,00

Alvinópolis, 20 de Março de 2024.

Autoridade Competente: MAUROSAN GONCALVES MACHADO



# ATA DA DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 11/2024  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2024

Às **08:01** do dia **20/03/2024**, reuniu-se o Agente de Contratação Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Dispensa Eletrônica, cujo objeto é (contratação de empresa especializada que tem como finalidade de realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados).

Inicialmente, o Agente de Contratação abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.

As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **12/03/2024**

Final da Proposta/Início da Sessão: **20/03/2024 às 08:01**

Esclarecimentos e Impugnações	
Solicitação	Resposta
<p><b>Nome:</b> Custódio Arlindo Rodrigues</p> <p><b>Esclarecimento:</b> Boa tarde, venho solicitar esclarecimento em relação a dispensa, quantas pesquisas para serem aplicadas, quantos questionários por pesquisas e quantas perguntas para serem entrevistadas?</p>	<p><b>Nome:</b> Daniel Henrique Cezário</p> <p><b>Resposta:</b> Boa Tarde; Após análise dos questionamentos, o aviso de dispensa será retificado para que sejam inseridas informações acerca da execução da pesquisa de opinião pública. Desta forma o prazo de publicação será recontado visto que tais informações podem alterar a proposta dos licitantes. O processo terá abertura no dia 20/03/2024 às 08:00 horas. <a href="#">Plano de Execução para Pesquisa de Opinião Pública.pdf</a></p>
<p><b>Nome:</b> BRISA ANCIUTTI LEANDRO</p> <p><b>Esclarecimento:</b> Prezados, bom dia! Por gentileza nos informar: Quantas entrevistas serão necessárias? A pesquisa é qualitativa ou quantitativa? Há definição de quantas perguntas por entrevista? Se sim, qual a quantidade? As pesquisas poderão ser realizadas em local público ou será necessário ir a residência do entrevistado?</p>	<p><b>Nome:</b> Daniel Henrique Cezário</p> <p><b>Resposta:</b> Boa Tarde; Após análise dos questionamentos, o aviso de dispensa será retificado para que sejam inseridas informações acerca da execução da pesquisa de opinião pública. Desta forma o prazo de publicação será recontado visto que tais informações podem alterar a proposta dos licitantes. O processo terá abertura no dia 20/03/2024 às 08:00 horas. <a href="#">Plano de Execução para Pesquisa de Opinião Pública.pdf</a></p>
<p><b>Nome:</b> BRISA ANCIUTTI LEANDRO</p> <p><b>Esclarecimento:</b> A reunião solicitada no item abaixo indicado, poderá ser via videoconferência? 5.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.</p>	<p><b>Nome:</b> Daniel Henrique Cezário</p> <p><b>Resposta:</b> Boa Tarde; Após análise dos questionamentos, o aviso de dispensa será retificado para que sejam inseridas informações acerca da execução da pesquisa de opinião pública. Desta forma o prazo de publicação será recontado visto que tais informações podem alterar a proposta dos licitantes. O processo terá abertura no dia 20/03/2024 às 08:00 horas. <a href="#">Plano de Execução para Pesquisa de Opinião Pública.pdf</a></p>
<p><b>Nome:</b> BRISA ANCIUTTI LEANDRO</p>	<p><b>Nome:</b> Daniel Henrique Cezário</p>

<b>Esclarecimento:</b> Senhores, então serão 5 (cinco) pesquisas de opinião pública totalizando 900 pessoas entrevistadas? Logo 5x 180 entrevistados? Ou querem 5x 900 pessoas? + 1 pesquisa de opinião dos funcionários com 660 entrevistados?	<b>Resposta:</b> Boa Tarde; Será realizada 05 (cinco) pesquisas de opinião pública durante o processo sobre a QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO, sendo aplicados 900 questionários divididos entre a sede, os distritos e comunidades rurais, Será realizadas 01 (uma) pesquisa de satisfação de funcionários, contendo 660 questionários para pesquisa de SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS da prefeitura de Alvinópolis.
<b>Nome:</b> Custódio Arlindo Rodrigues  <b>Esclarecimento:</b> Prezados,Boa tarde. Nesta modalidade existe a fases de lances? Uma vez que é dispensa eletônica, oque prevalece é o valor da proposta ou o valor do lance? independente do valor da Proposta ainda vai para a fases de lances? no item 4 FASE DE LANCES 4.3 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.	<b>Nome:</b> Daniel Henrique Cezário  <b>Resposta:</b> Boa Tarde; PERÍODO DE PROPOSTAS: De 15/03/2024 às 8h Até 20/03/2024 às 7:59h PERÍODO DE LANCES: 20/03/2024 de 8h até às 14h O que prevalece é o MENOR VALOR seja ele de alguma proposta ou lance ofertado cobrindo a melhor proposta.
<b>Nome:</b> BRISA ANCIUTTI LEANDRO  <b>Esclarecimento:</b> Senhores, a quantidade ainda não ficou clara para nós. Por gentileza detalhar: - serão 5 (cinco) pesquisas de opinião pública totalizando 900 pessoas entrevistadas? Logo 5 pesquisas de 180 entrevistados? Ou querem 5 pesquisas de 900 entrevistas, totalizando 4500 entrevistas? Como deve ser a divisão entre a sede, os distritos e comunidades rurais?	<b>Nome:</b> Daniel Henrique Cezário  <b>Resposta:</b> Boa Tarde. Serão aplicadas 5 pesquisas de 900 entrevistas, totalizando 4500 entrevistas. A divisão entre a sede, os distritos e comunidades rurais se dará em relação ao percentual de habitantes, sendo que 75% será aplicada na zona urbana do município que compreende a sede e os distritos de Major, Barretos e Fonseca.
<b>Nome:</b> BRISA ANCIUTTI LEANDRO  <b>Esclarecimento:</b> Senhores Por gentileza detalhar: - serão 5 (cinco) pesquisas de opinião pública totalizando 900 pessoas entrevistadas? Logo 5 pesquisas de 180 entrevistados? - Ou querem 5 pesquisas de 900 entrevistas, totalizando 4500 entrevistas? - Como deve ser a divisão entre a sede, os distritos e comunidades rurais?	<b>Nome:</b> Daniel Henrique Cezário  <b>Resposta:</b> Boa Tarde. Serão aplicadas 5 pesquisas de 900 entrevistas, totalizando 4500 entrevistas. A divisão entre a sede, os distritos e comunidades rurais se dará em relação ao percentual de habitantes, sendo que 75% será aplicada na zona urbana do município que compreende a sede e os distritos de Major, Barretos e Fonseca.

Lote 1			
SERVIÇOS DE PESQUISA DE OPINIAO PUBLICA			
Fornecedor: KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME		CNPJ/CPF 18.264.177/0001-60	
Data/hora de envio 19/03/2024 13:59:38		Avaliação da proposta: Classificado.	
Descrição Comprador			
1 - SERVIÇOS DE PESQUISA DE OPINIAO PUBLICA			
Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
SERVIÇOS DE PESQUISA DE OPINIAO PUBLICA	1,00	SV	30.000,00
Marca:	Fabricante:	Modelo:	

Lances				
Lote	Etapas	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	44.000,00	20/03/2024 08:04:37
Lote 1	Aberta	Instituto de Pesquisa Soberano Ltda 08.581.382/0001-04	43.500,00	20/03/2024 08:06:17
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	43.000,00	20/03/2024 08:07:05
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	42.900,00	20/03/2024 08:08:06

Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	42.500,00	20/03/2024 08:08:47
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	42.400,00	20/03/2024 08:09:58
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	42.200,00	20/03/2024 08:10:43
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	42.195,00	20/03/2024 08:11:07
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	42.100,00	20/03/2024 08:11:40
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	42.095,00	20/03/2024 08:11:59
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	42.000,00	20/03/2024 08:12:53
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.995,00	20/03/2024 08:13:31
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.900,00	20/03/2024 08:14:39
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.895,00	20/03/2024 08:14:54
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.880,00	20/03/2024 08:15:32
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.870,00	20/03/2024 08:15:46
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.850,00	20/03/2024 08:16:07
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.845,00	20/03/2024 08:16:22
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.820,00	20/03/2024 08:16:54
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.815,00	20/03/2024 08:17:05
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.800,00	20/03/2024 08:17:22
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.795,00	20/03/2024 08:17:33
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.790,00	20/03/2024 08:18:23
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.785,00	20/03/2024 08:18:35
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.780,00	20/03/2024 08:19:13
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.775,00	20/03/2024 08:19:26
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.750,00	20/03/2024 08:20:03
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.745,00	20/03/2024 08:20:16
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.730,00	20/03/2024 08:20:38
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.725,00	20/03/2024 08:20:51
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.720,00	20/03/2024 08:21:07
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.715,00	20/03/2024 08:21:19

Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.710,00	20/03/2024 08:21:34
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.700,00	20/03/2024 08:21:47
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.650,00	20/03/2024 08:22:07
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.645,00	20/03/2024 08:22:22
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.600,00	20/03/2024 08:22:40
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.595,00	20/03/2024 08:22:58
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.590,00	20/03/2024 08:23:15
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.585,00	20/03/2024 08:23:29
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.580,00	20/03/2024 08:23:43
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.575,00	20/03/2024 08:23:54
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.570,00	20/03/2024 08:24:13
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.565,00	20/03/2024 08:24:25
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.560,00	20/03/2024 08:24:41
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.550,00	20/03/2024 08:25:01
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.545,00	20/03/2024 08:25:23
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.540,00	20/03/2024 08:25:34
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.535,00	20/03/2024 08:25:50
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.530,00	20/03/2024 08:26:00
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.525,00	20/03/2024 08:26:19
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.520,00	20/03/2024 08:26:28
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.515,00	20/03/2024 08:26:41
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.510,00	20/03/2024 08:26:51
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.400,00	20/03/2024 08:27:13
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.390,00	20/03/2024 08:27:25
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.385,00	20/03/2024 08:37:00
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.380,00	20/03/2024 08:37:14
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.375,00	20/03/2024 08:49:49
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.370,00	20/03/2024 08:52:12

Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.300,00	20/03/2024 08:52:20
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.295,00	20/03/2024 08:54:17
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.250,00	20/03/2024 08:54:21
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.245,00	20/03/2024 08:54:51
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.200,00	20/03/2024 08:54:54
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.195,00	20/03/2024 08:55:09
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.150,00	20/03/2024 08:55:11
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.145,00	20/03/2024 08:55:24
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.100,00	20/03/2024 08:55:26
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.095,00	20/03/2024 08:55:47
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.040,00	20/03/2024 08:56:29
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	41.035,00	20/03/2024 08:56:43
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	41.000,00	20/03/2024 09:03:25
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.995,00	20/03/2024 09:04:12
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.990,00	20/03/2024 09:23:33
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.985,00	20/03/2024 09:24:25
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.980,00	20/03/2024 09:25:13
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.975,00	20/03/2024 09:25:40
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.700,00	20/03/2024 12:15:26
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.695,00	20/03/2024 12:16:56
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.600,00	20/03/2024 12:20:14
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.595,00	20/03/2024 12:20:31
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.500,00	20/03/2024 12:20:54
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.495,00	20/03/2024 12:21:06
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.400,00	20/03/2024 12:21:29
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.395,00	20/03/2024 12:21:41
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.300,00	20/03/2024 12:21:55
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.295,00	20/03/2024 12:22:05

Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.200,00	20/03/2024 12:22:27
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.195,00	20/03/2024 12:22:39
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.100,00	20/03/2024 12:23:01
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	40.095,00	20/03/2024 12:23:12
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	40.000,00	20/03/2024 12:23:21
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.995,00	20/03/2024 12:23:33
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.900,00	20/03/2024 12:23:46
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.895,00	20/03/2024 12:24:00
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.800,00	20/03/2024 12:24:10
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.795,00	20/03/2024 12:24:23
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.700,00	20/03/2024 12:24:48
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.695,00	20/03/2024 12:25:01
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.600,00	20/03/2024 12:25:12
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.595,00	20/03/2024 12:25:23
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.500,00	20/03/2024 12:25:29
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.495,00	20/03/2024 12:25:39
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.400,00	20/03/2024 12:26:00
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.395,00	20/03/2024 12:26:10
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.300,00	20/03/2024 12:26:25
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.295,00	20/03/2024 12:26:36
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.250,00	20/03/2024 12:26:52
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.245,00	20/03/2024 12:27:04
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.200,00	20/03/2024 12:27:11
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.195,00	20/03/2024 12:27:24
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.100,00	20/03/2024 12:27:34
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	39.095,00	20/03/2024 12:27:47
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	39.000,00	20/03/2024 12:27:55
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.995,00	20/03/2024 12:28:06



Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.900,00	20/03/2024 12:28:27
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.895,00	20/03/2024 12:28:38
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.800,00	20/03/2024 12:28:40
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.795,00	20/03/2024 12:28:54
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.700,00	20/03/2024 12:28:58
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.695,00	20/03/2024 12:29:09
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.600,00	20/03/2024 12:29:23
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.595,00	20/03/2024 12:29:32
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.500,00	20/03/2024 12:29:48
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.495,00	20/03/2024 12:29:57
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.400,00	20/03/2024 12:30:13
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.395,00	20/03/2024 12:30:21
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.300,00	20/03/2024 12:30:31
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.295,00	20/03/2024 12:30:48
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.100,00	20/03/2024 12:30:52
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	38.095,00	20/03/2024 12:31:02
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	38.000,00	20/03/2024 12:31:09
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.995,00	20/03/2024 12:31:21
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.900,00	20/03/2024 12:31:29
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.895,00	20/03/2024 12:31:38
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.800,00	20/03/2024 12:31:46
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.795,00	20/03/2024 12:32:06
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.700,00	20/03/2024 12:32:08
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.695,00	20/03/2024 12:33:09
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.500,00	20/03/2024 12:33:12
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.495,00	20/03/2024 12:33:40
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.400,00	20/03/2024 12:33:42
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.395,00	20/03/2024 12:34:02

Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.200,00	20/03/2024 12:34:04
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.195,00	20/03/2024 12:34:28
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.100,00	20/03/2024 12:34:31
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	37.095,00	20/03/2024 12:34:51
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	37.000,00	20/03/2024 12:34:53
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	36.995,00	20/03/2024 12:35:13
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	36.900,00	20/03/2024 12:35:16
Lote 1	Aberta	COMUNIKA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA 07.671.455/0001-88	36.500,00	20/03/2024 12:38:26
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	36.300,00	20/03/2024 12:38:41
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	36.295,00	20/03/2024 12:48:46
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	36.000,00	20/03/2024 12:48:51
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	35.995,00	20/03/2024 12:49:21
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	35.800,00	20/03/2024 12:49:39
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	35.795,00	20/03/2024 12:56:55
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	35.500,00	20/03/2024 12:57:10
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	35.495,00	20/03/2024 13:24:11
Lote 1	Aberta	COMUNIKA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA 07.671.455/0001-88	35.490,00	20/03/2024 13:27:16
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	35.485,00	20/03/2024 13:28:34
Lote 1	Aberta	COMUNIKA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA 07.671.455/0001-88	35.480,00	20/03/2024 13:43:36
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	35.475,00	20/03/2024 13:51:43
Lote 1	Aberta	COMUNIKA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA 07.671.455/0001-88	35.470,00	20/03/2024 13:56:23
Lote 1	Aberta	R.H.pesquisas e consultas Ltda. 36.579.853/0001-77	32.000,00	20/03/2024 14:00:14
Lote 1	Aberta	COMUNIKA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA 07.671.455/0001-88	31.990,00	20/03/2024 14:00:53
Lote 1	Aberta	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA 16.578.382/0001-75	31.900,00	20/03/2024 14:00:57
Lote 1	Aberta	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME 18.264.177/0001-60	30.000,00	20/03/2024 14:00:59
<b>Lote 1</b>	<b>Negociação</b>	<b>KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME 18.264.177/0001-60</b>	<b>30.000,00</b>	<b>20/03/2024 14:01:49</b>

Chat		
Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	O fornecedor <b>01</b> teve seu lance final aceito para o lote <b>01</b> . A proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	20/03/2024 14:02:00
Fornecedor 1	O fornecedor <b>01</b> solicitou envio de mensagem.	20/03/2024 14:09:17
Fornecedor 1	BOA TARDE SR. PREGOEIRO, ESTAMOS NA NOSSA MELHOR OFERTA! JÁ DIMINUIMOS MAIS DE 25% DO VALOR ESTIMADO	20/03/2024 14:13:23
Fornecedor 3	O fornecedor <b>03</b> solicitou envio de mensagem.	20/03/2024 14:13:57
Fornecedor 3	Boa tarde Sr. pregoeiro , temos como ofertar cobertura da proposta, obviamente se nos for dada oportunidade.	20/03/2024 14:15:35
Agente de Contratação	Boa Tarde	20/03/2024 14:18:36
Agente de Contratação	4.9 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação. 4.9.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.	20/03/2024 14:19:06
Fornecedor 3	ok, agradecemos a atenção e participação	20/03/2024 14:20:37
Agente de Contratação	Muito Obrigado a todos	20/03/2024 14:21:54
Agente de Contratação	Esta sessão será encerrada, ao vencedor o setor de contratos irá entrar em contato assim que possível.	20/03/2024 14:22:35
Sistema	O fornecedor <b>KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME</b> foi <b>Habilitado</b> no(s) lote(s): 1.	20/03/2024 14:23:02
Sistema	O fornecedor <b>KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME</b> foi declarado vencedor do(s) lote(s) <b>1</b> .	20/03/2024 14:23:16
Agente de Contratação	Considerando que a Lei 14.133/21 bem como os regulamentos aplicáveis não prevê fase recursal para dispensa de licitação, mas a plataforma não permite a exclusão dessa fase, será aberto a intenção, mas em seguida, a fase de recursos será pulada. Havendo inconformismo, receberemos como petição sem efeito suspensivo, com fulcro na CF: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.	20/03/2024 14:46:24
Sistema	O(s) Lote(s) 1., foi(ram) abertos para manifestação de intenção de recurso. Que deve ser feita em até <b>1</b> minuto(s) - (Prazo final: 20/03/2024 14:47:55).	20/03/2024 14:46:55
Sistema	O(s) lote(s) 1. foi(ram) <b>adjudicados</b> para o fornecedor <b>KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME</b> .	20/03/2024 14:48:34
Sistema	O(s) lote(s) 1. foi(ram) <b>homologados</b> para o fornecedor <b>KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME</b> .	20/03/2024 14:48:47

## Julgamento de Recursos e Contrarrazões

Não foram apresentados pedidos de recursos ou contrarrazões ao processo.

## Lista de Classificação do Lote 1

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME	18.264.177/0001-60	30.000,00
2	ORIZZONTE COMUNICAÇÃO LTDA	16.578.382/0001-75	31.900,00
3	COMUNIKA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA	07.671.455/0001-88	31.990,00
4	R.H.pesquisas e consultas Ltda.	36.579.853/0001-77	32.000,00

5	Instituto de Pesquisa Soberano Ltda	08.581.382/0001-04	43.500,00
---	-------------------------------------	--------------------	-----------

Avisos do processo	
Data / Hora	Descrição
14/03/2024 16:51:12	<b>Atualizações do processo após publicação:</b>  <b>Data do início da disputa:</b> (15/03/2024 08:01 >> 20/03/2024 08:01) <b>Prazo para Impugnação:</b> (12/03/2024 23:59 >> 15/03/2024 23:59)

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes				
Lotes	Adjudicação		Homologação	
	Usuário	Data/Hora	Usuário	Data/Hora
<b>Lote 1</b>	MAUROSAN GONCALVES MACHADO	20/03/2024 14:48:34	MAUROSAN GONCALVES MACHADO	20/03/2024 14:48:47

A geração dessa Ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Completa: 20 de Março de 2024, 1 de 1 lote(s).

Alvinópolis, 21 de Março de 2024.

\_\_\_\_\_  
Daniel Henrique Cezário - Agente de Contratação

\_\_\_\_\_  
Vanderlirio Nonato Daniel - Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
ANA LUIZA COTTA DE SOUZA RODRIGUES MAGALHAES - Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
Aline Dayanne de Souza Rocha Perdigão - Equipe de Apoio



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**RETIFICAÇÃO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2024**  
**(Processo Administrativo n.º 31)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Alvinópolis, por meio do setor de licitações a retificação do Aviso de Dispensa Eletrônica, acima identificada, que se dará pelas seguintes alterações.

**Foi adicionado o item:**

9.15.2.02 ANEXO II.2 - Plano De Execução Para Pesquisa de Opinião Pública

Diante da alteração, faz-se necessário a recontagem do prazo de 3 (três) dias úteis a partir da publicação desta retificação.

Ficando definido os novos prazos abaixo:

**PERÍODO DE PROPOSTAS: De 15/03/2024 às 8h Até 20/03/2024 às 7:59h**

**PERÍODO DE LANCES: 20/03/2024 de 8h até às 14h**

**LINK:** <https://ammlicita.org.br/>

O aviso, passa a vigorar com o teor conforme abaixo.

Alvinópolis, 14 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente  
**ANA LUIZA COTTA DE SOUZA RODRIGUES MAG.**  
Data: 14/03/2024 16:46:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Luiza Cotta de Souza R. Magalhães  
**Equipe de Apoio**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2024**  
**(Processo Administrativo n.º 31)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Alvinópolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO por item**, na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal n. 3.497/2023 e de acordo com as demais legislações aplicáveis.

**PERÍODO DE PROPOSTAS: De 15/03/2024 às 8h Até 20/03/2024 às 7:59h**  
**PERÍODO DE LANCES: 20/03/2024 de 8h até às 14h**

**LINK:** <https://ammlicita.org.br/>

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.

Item	Descrição/ Especificação	Unid	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos	Serv.	01	55.000,00	55.000,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

	resultados e estudos sobre o potencial de mercado.				
--	--	--	--	--	--

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do AMM LICITA, disponível no endereço eletrônico <https://ammlicita.org.br/> .

Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível na AMM LICITA ( <https://ammlicita.org.br/> ) .

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.2.1 - Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do inciso I do art. 8 do Decreto Municipal 3.469, de 29 de setembro de 2023, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, nos itens em que o valor estimado for inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2.3 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.01 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.02 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5 sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.3O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.4O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.4.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.6Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.6.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

3.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o fornecimento/ serviço nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la caso o sistema permita;

3.11 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.11.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.11.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.11.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.11.5 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.11.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### **4 FASE DE LANCES**

4.3 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.4 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.4.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.5 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

4.5.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.5.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$5,00 (cinco reais).

4.6 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.9.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.3 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.4 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.4.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.4.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.4.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.5 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

5.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1 conter vícios insanáveis;

5.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, mediante apresentação de notas fiscais comprovando a comercialização contemporânea de produto/serviço compatível com o lance ;

5.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.8.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

5.13 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6 HABILITAÇÃO

6.3 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.4 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) e Cadastro Nacional de Empresas punidas ([www.portaldatransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep)) ;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- e) Cadastro de Fornecedores do Município- CFM;

6.4.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4.1.01 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4.1.01.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4.1.01.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.4.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF ou do CFM, nos documentos por ele abrangidos.

6.5.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF ou do CFM para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

6.5.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.8 O fornecedor enquadrado como MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.**

6.9 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.9.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.11.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.11.2 Será utilizado, para fins de julgamento de habilitação, o conceito de documento novo, nos termos do Acórdão n. 1211/2021 do TCU. Havendo, portanto, omissão na juntada de qualquer documento de habilitação previsto neste Aviso de Dispensa que não seja considerado como documento novo, o Agente de Contratação informará ao fornecedor, assinalando-lhe prazo de 02 horas, contados do momento da informação, para suprir a ausência detectada, sob pena de inabilitação.

6.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

## **7 CONTRATAÇÃO**

7.3 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.4 O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Ordem de Compras/Serviços), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.4.1 A Administração encaminhará o contrato/instrumento equivalente para assinatura/aceitação, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.4.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.5.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.5.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.6 O prazo de vigência da contratação é por 9 (nove) meses contados da assinatura do contrato ou até a conclusão definitiva do serviço.

7.7 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8 SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. Impedimento de licitar e contratar:

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) receber multa e não efetuar o pagamento.
- e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. Atraso na execução do objeto;
  2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
- g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- h) Induzir em erro a Administração;
- i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
- k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
- l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
- f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
- g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
- i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.

iv. Multa:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Setor de Licitações e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto n. 3.442/2023.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.3O procedimento será divulgado no <https://ammlicita.org.br/>, no sítio eletrônico da administração, endereço <https://www.alvinopolis.mg.gov.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP,

9.4No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.4.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.4.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.4.2.01 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.4.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.5As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.6Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente de contratação na respectiva notificação.

9.7Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.8Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.9 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.10 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.12 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.13 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.14 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.15 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.15.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.15.2 ANEXO II - Termo de Referência;

9.15.2.01 ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

9.15.2.02 ANEXO II.2 - Plano De Execução Para Pesquisa de Opinião Pública

9.15.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

9.14. A Administração poderá revogar este procedimento por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, assegurado, nessas hipóteses, a prévia manifestação dos interessados, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da divulgação, na plataforma eletrônica, da intenção de revogar ou anular este procedimento.

Alvinópolis, 07 de março de 2024.

Ana Luiza Cotta de Souza R. Magalhães

**Equipe de Apoio**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** *(VERIFICAR SE PRECISA DE ADAPTAR DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS PREVISTOS NO ART. 55 DO REGULAMENTO)*

**1 Habilitação jurídica:**

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**3. Qualificação econômico-financeira:**

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

**4. Qualificação Técnica**

4.1. A qualificação técnica se dará através de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, aos serviços a serem realizados.

4.1.2. Considera-se serviços similares, para fins de análise do atestado de capacidade técnica:

- a) Elaboração de estudos sobre potencial de mercado;
- b) Pesquisa/consulta para avaliação de produtos;
- c) Pesquisa para avaliação de políticas públicas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:**

1.1. Contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Prestação de serviço de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado.	Serv.	01	55.000,00	55.000,00

1.1.1. O valor total da presente contratação é de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 09 (nove) meses, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Pretende-se a contratação de apenas um serviço para atender às necessidades da Administração Municipal quanto ao desempenho e alcance de resultado das políticas públicas e serviços ofertados à população.

**2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. a presente contratação visa a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades e o alcance dos resultados planejados pela Prefeitura de Alvinópolis ao que tange as atividades administrativas exercidas pelo órgão de direito público interno. Devido ao reduzido contingente de pessoal técnico disponível, a complexidade envolvida na análise, desenvolvimento, implantação e treinamento de uma solução de porte semelhante a especificada, a contratação de empresa especializada para este fim torna-se imprescindível.

**2.2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

2.2.1. A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 74, inciso II, da referida Lei:

Art. 74. Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Ressalta-se que o valor previsto no inciso II foi atualizado pelo Decreto nº 11.317/22, passando a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos). Dessa forma, com base na cotação de preço realizada, a contratação é compatível com a Dispensa Eletrônica de Licitação.

### 2.3. DA NÃO REALIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

2.3.1. O art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 determina que:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda **e, se for o caso, estudo técnico preliminar**, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; *Negritei*.

Nesse sentido, o Decreto Municipal nº 3.497/2023 estabelece que, nos casos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, caberá ao Secretário a decisão quanto à dispensa do ETP. Vejamos:

Art.18 - Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será dispensada nos seguintes casos:

(...)

§1º Nos demais casos de contratação direta (inexigibilidade e de dispensa de licitação) caberá ao Administrador Público ou ao Secretário Municipal da pasta com poderes delegados a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar, devendo esta estar devidamente motivada.

Nos termos das normas aludidas, que conferem discricionariedade à Administração para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, entende-se, para os fins dos presentes autos, que a menor complexidade do objeto e o pequeno valor torna prescindível a necessidade de elaboração do documento.

Dessa forma, as informações necessárias e suficientes capazes de demonstrar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, estão registradas no presente Termo de Referência.

### 3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

3.3. A Prefeitura Municipal de Alvinópolis reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções previstas.

### 4 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

4.1. O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pelo Setor de Compras do município.

4.2. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.3. A Contratada deverá realizar entrevista pessoais e individuais com a utilização de cotas e idades proporcionais ao número de habitantes do município em cada setor censitário (IBGE 2010), usando questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas com aplicação direta na residência do entrevistado.
- 4.3.1. A contratada deverá realizar entrevistas em todas as localidades do Município, visto que pesquisas de opinião pública podem ser fortemente afetadas por fatores conjunturais.
- 4.3.2. Caberá a contratada elaborar os instrumentos de coleta a serem aplicados, com a supervisão do órgão solicitante.
- 4.3.3. Os questionários e outros instrumentos de pesquisa que venham a ser elaborados deverão ser pré-testados e os resultados do pré-teste devem ser discutidos com o órgão solicitante antes da realização da pesquisa.
- 4.3.4. Também será de responsabilidade da contratada definir os procedimentos metodológicos do desenho da pesquisa de campo e da análise dos dados, além da amostra.
- 4.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contado dos relatórios e documentos referentes à pesquisa realizada, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 4.4.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes/fiscal do contrato, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.
- 4.4.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 4.4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 4.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 4.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 4.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 4.7. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

## 5 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

---

5.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

5.1.1. GESTOR DO CONTRATO: *Anna Paula Pena Firmo, Secretaria Municipal de Gestão Fiscal Matrícula 32171, e-mail: pmalvi.convenios@gmail.com, Telefone: 3855-1100.*

5.1. 2. FISCAL DO CONTRATO: *Herbert Henrique Romão, Agente de Administração, Matrícula 9138, e-mail: herbert.fiscalpref@gmail.com, Telefone: 3855-2456.*

5.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

5.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

5.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

5.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

5.8. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.9. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.10. O contratado deverá definir preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

5.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

5.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverão ser exigidos: a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Estadual, a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### **6 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:**

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa Eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme previsão legal.

6.4. A qualificação técnica se dará através de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, aos serviços a serem realizados.

6.4.1. Considera-se serviços similares, para fins de análise do atestado de capacidade técnica:

a) Elaboração de estudos sobre potencial de mercado;

b) Pesquisa/consulta para avaliação de produtos;

c) Pesquisa para avaliação de políticas públicas.

#### **7 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES:**

##### **7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

7.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

7.1.3. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

7.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

7.1.5. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao serviço técnico especializado para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com as necessidades da Administração.

7.1.6. Assegurar à Contratante os direitos autorais da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7.1.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.1.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

7.1.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

7.1.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

7.1.11. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

7.1.12. Não permitir a utilização do trabalho do menor;

7.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.14. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, observado, se for o caso a respectiva matriz de alocação de riscos.

#### 7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

7.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

7.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### **8 - AFERIÇÃO E PAGAMENTO:**

8.1. A avaliação da execução do objeto verificará o adequado fornecimento/qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

8.2.1. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.

8.2.2. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.

8.3. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal de produtos/serviços, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

8.4. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

8.5. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.6. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

#### **9. DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da cotação de preço.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**04.122.0001.2.001 – Manutenção dos serviços Gabinete do Prefeito**

339039.99 – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Desdobrada: 1022 (Principal: 55)

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. *(cabível apenas nas hipóteses de contratações plurianuais)*

Alvinópolis, 05 de março de 2024.

---

Vicente de Paulo Silva  
Secretário Municipal de Governo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO II.2 - PLANO DE EXECUÇÃO PARA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA**

O Município de Alvinópolis conta, segundo dados do IBGE, com 15.203 habitantes. Fazem parte do município os distritos de Fonseca, Barretos e Major Ezequiel, e aproximadamente 20 comunidades rurais, entre elas Zamparina, Cata Preta, Mostarda e Mumbaça.

Considerando esses dados, será realizada a pesquisa de opinião sobre a qualidade do serviço público, para tanto deverão ser aplicados 900 questionários, divididos entre a sede, os distritos e comunidades rurais, a serem aplicados nas vias públicas e residências dos entrevistados, no período das 08:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas.

Serão aplicados também 660 questionários para pesquisa de satisfação de servidores públicos da prefeitura de Alvinópolis. Os questionários deverão ser distribuídos para os servidores, que os responderão e devolverão à empresa em data preestabelecida.

Serão realizadas uma pesquisa de satisfação de funcionários e 5 (cinco) pesquisas de opinião pública durante o processo, na forma dos questionários modelos a seguir.

**QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO**

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA	PESQUISA POR AMOSTRAGEM	
	ALVINÓPOLIS	MARÇO 2023

Entrevistador(a):	Bairro:
-------------------	---------





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**Perfil e Atuação Social do Entrevistado**

<b>1. Sexo</b>  <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Não declarado
<b>2. Faixa de Idade</b>  <input type="checkbox"/> 16 a 24 anos <input type="checkbox"/> 25 a 34 anos <input type="checkbox"/> 35 a 44 anos <input type="checkbox"/> 45 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos
<b>3. Escolaridade</b>  <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> Primário incompleto <input type="checkbox"/> Primário completo <input type="checkbox"/> 1º grau incompleto  <input type="checkbox"/> 1º grau completo <input type="checkbox"/> 2º grau incompleto <input type="checkbox"/> 2º grau completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto  <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação incompleta <input type="checkbox"/> Pós-graduação completa
<b>4. Renda total da família que mora na mesma casa</b>  <input type="checkbox"/> Até 1 SALÁRIO <input type="checkbox"/> Até 1 e ½ SALÁRIOS <input type="checkbox"/> De 2 a 3 SALÁRIOS <input type="checkbox"/> Mais de 3 SALÁRIOS <input type="checkbox"/> n/s <input type="checkbox"/> n/r
<b>6. Qual sua religião? Resp.</b> <span style="float: right;"><input type="checkbox"/> nenhuma   <input type="checkbox"/> ns/nr</span>
<b>7. Como o(a) Sr(a) se sente em relação a morar em Alvinópolis?</b>  <input type="checkbox"/> muito satisfeito <input type="checkbox"/> satisfeito <input type="checkbox"/> indiferente <input type="checkbox"/> insatisfeito <input type="checkbox"/> muito insatisfeito <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>8. Como considera que é o atendimento ao público na prefeitura?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>9. O que pode melhorar?</b>  <input type="checkbox"/> Rapidez no atendimento <input type="checkbox"/> Educação no atendimento <input type="checkbox"/> resolução do problema <input type="checkbox"/> ns/nr



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

<b>10. Em relação a maneira de administrar do prefeito, o(a) Sr(a):</b>  <input type="checkbox"/> Aprova <input type="checkbox"/> Desaprova <input type="checkbox"/> Indiferente <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>11. Qual nota o(a) Sr(a) dá ao Prefeito?</b>  
<b>12. Porquê desaprova?</b>  <input type="checkbox"/> Má gestão <input type="checkbox"/> desemprego <input type="checkbox"/> falta de lazer/esporte  <input type="checkbox"/> limpeza pública <input type="checkbox"/> falta de segurança/policiamento  <input type="checkbox"/> Não termina obras <input type="checkbox"/> saúde ruim <input type="checkbox"/> Outros
<b>13. Como o(a) Sr(a) avalia os serviços públicos oferecidos pela prefeitura</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>14. Como avalia a saúde pública de Alvinópolis</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>15. Como avalia Marília a secretária de saúde</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>16. Como avalia o atendimento feito pelos profissionais de saúde? (médicos, enfermeiras, atendentes...)</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>17. Como avalia as condições dos prédios e outros equipamentos utilizados pelo serviço de saúde pública?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>18. Como avalia a marcação de consultas?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

<b>19. Como avalia o tempo de espera para ser atendido?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>20. O serviço de saúde pública oferece atendimento odontológico (dentista)?</b>  <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>21. Como avalia esse serviço?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>22. Como avalia a educação pública de Alvinópolis?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>23. Como avalia a merenda escolar?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>24. Como avalia o transporte escolar público?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>25. como avalia Larissa a secretária de Educação?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>26. Como avalia os serviços oferecidos pela Sec. de Ação Social?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>27. Como avalia o atendimento no CRAS?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>28. Como avalia Adilson Flaviano o Secretário de Ação Social?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>26. Como avalia a coleta de lixo na cidade?</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>29. Como avalia as obras e o zelo pela cidade?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>30. O que pode melhorar em relação às obras e zelo pela cidade? (espontânea)</b>
<b>31. Como avalia Aender o secretário de obras?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>32. Como avalia o cuidado com o meio ambiente pela secretaria?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>33. Ao seu ver a secretaria de meio ambiente controla a destruição do meio ambiente?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>34. Como avalia Shirlei a secretária de meio ambiente?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>35. Como avalia a arborização da cidade?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>34. Como avalia o serviço de tratamento de esgoto?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>36. Como avalia a qualidade da água que chega nas torneiras?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>37. Como avalia o transporte coletivo público?</b>
<input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

<b>38. Como avalia os pontos de ônibus?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>39. Como avalia a qualidade dos ônibus?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>40. Como avalia linhas e horários?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>41. Como avalia Zarinho o secretário de transportes?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>42. Como avalia a oferta de opções de cultura ?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>43. como avalia Thássia a secretária de cultura?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>44. Como avalia a segurança e o policiamento?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>45. Como avalia Ana Paula secretária de Gestão Fiscal?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>46. Como avalia Fernanda a secretária de Controle interno?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>47. Como avalia Vilma a secretária de Finanças?</b>  <input type="checkbox"/> ótimo <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> regular <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> péssimo <input type="checkbox"/> ns/nr
<b>48. Como avalia Vicente de Paulo secretário de governo?</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**49. Como avalia Mateus Rodrigues secretário de administração?**

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE FUNCIONÁRIO**

<b>PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA</b>	<b>PESQUISA POR AMOSTRAGEM</b>	
	<b>ALVINÓPOLIS</b>	<b>MARÇO 2024</b>

**Perfil e Atuação Social do Entrevistado**

**1. Sexo**

☐ Masculino    ☐ Feminino    ☐ Não declarado

**2. Faixa de Idade**

☐ 16 a 24 anos    ☐ 25 a 34 anos    ☐ 35 a 44 anos    ☐ 45 a 60 anos    ☐ Mais de 60 anos

**3. Escolaridade**

☐ 1º grau completo    ☐ 2º grau incompleto    ☐ 2º grau completo    ☐ Superior incompleto

☐ Superior completo    ☐ Pós-graduação incompleta    ☐ Pós-graduação completa

**4. Renda total da família que mora na mesma casa**

☐ Até 1 SALÁRIO    ☐ Até 1 e ½ SALÁRIOS    ☐ De 2 a 3 SALÁRIOS    ☐ Mais de 3 SALÁRIOS    ☐ n/s    ☐ n/r





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**5. Qual sua religião?**

Resp.: ☐ nenhuma ☐ n/r n/s :

**6. O quanto está satisfeito em trabalhar aqui:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**7. O quanto está satisfeito com os benefícios: alimentação, transporte, banco de horas, etc.**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**8. O quanto está satisfeito com sua jornada de trabalho semanal:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**9. O quanto está satisfeito com sua carga de trabalho (quantidade de trabalho):**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**10. O quanto está satisfeito em relação ao uso da tecnologia no seu trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**11. O quanto está satisfeito com a sua autonomia (decisões) no trabalho**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**12. O quanto está satisfeito com a importância da tarefa/trabalho/atividade no trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**13. O quanto está satisfeito com sua avaliação de desempenho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**14. O quanto está satisfeito com sua oportunidade de crescimento no trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**15. O quanto está satisfeito com os treinamentos que vc faz:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**16. O quanto está satisfeito com a influência do trabalho sobre sua vida/rotina familiar:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**17. O quanto está satisfeito com seu horário de descanso:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**18. O quanto está satisfeito com o orgulho que sente de realizar seu trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

Alvinópolis, 14 de março de 2024.

Vicente de Paulo Silva  
Secretário Municipal de Governo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
ALVINÓPOLIS E**

.....

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINOPOLIS**, com sede na Rua Monsenhor Bicalho nº 201 - Centro na cidade de Alvinópolis/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 16.725.392/0001-96., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Maurosan Gonçalves Machado**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº .....*, sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por .....* (nome e função), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no **Processo de Compras nº 31/2024** e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e demais legislação e regulamentos aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa n. 11/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. Contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Prestação de serviço de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e	Serv.	01	55.000,00	55.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

	produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado.				
--	---	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação/Aviso de Dispensa

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) .....

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

**3.2. MATRIZ DE RISCO: Conforme Anexo ao TR.**

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 As regras de subcontratação constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

**OU**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no Termo de Referência**, vinculado a este Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, vinculado a este Contrato

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para a execução do fornecimento/dos serviços objeto do contrato.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. As obrigações do contratado encontram-se definidas no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 As garantias encontram-se definidas no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

**ii. Impedimento de licitar e contratar:**

**I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:**

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

**II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) receber multa e não efetuar o pagamento.
- e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;
- f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1. Atraso na execução do objeto;
  - 2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
- g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- h) Induzir em erro a Administração;
- i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
- k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
- l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
- f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
- g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
- i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**iv. Multa:**

a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Setor de Licitações e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto n. 3.442/2023

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.1.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

---

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

##### **04.122.0001.2.001 – Manutenção dos serviços Gabinete do Prefeito**

339039.99 – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Desdobrada: 1022 (Principal: 55)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de ....., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

**Maurosan Gonçalves Machado**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**xxxxxxxxxxxxxx**  
Representante Legal  
Contratada





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### PLANO DE EXECUÇÃO PARA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Em resposta aos questionamentos apresentados pelas empresas KS Consultoria em Turismo, Opinião Estática Eireli, Comunika Agência de Publicidade e Instituto de Pesquisa Ltda., venho pelo presente informar que o Município de Alvinópolis conta, segundo dados do IBGE, com 15.203 habitantes. Fazem parte do município os distritos de Fonseca, Barretos e Major Ezequiel, e aproximadamente 20 comunidades rurais, entre elas Zamparina, Cata Preta, Mostarda e Mumbaça.

Considerando esses dados, será realizada a pesquisa de opinião sobre a qualidade do serviço público, para tanto deverão ser aplicados 900 questionários, divididos entre a sede, os distritos e comunidades rurais, a serem aplicados nas vias públicas e residências dos entrevistados, no período das 08:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas.

Serão aplicados também 660 questionários para pesquisa de satisfação de servidores públicos da prefeitura de Alvinópolis. Os questionários deverão ser distribuídos para os servidores, que os responderão e devolverão à empresa em data preestabelecida.

Serão realizadas uma pesquisa de satisfação de funcionários e 5 (cinco) pesquisas de opinião pública durante o processo, na forma dos questionários modelos a seguir.

#### QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA	PESQUISA POR AMOSTRAGEM		
	ALVINÓPOLIS	MARÇO	2023

Rua Monsenhor Bicalho, nº. 201, Centro. CEP: 35.950-000

Telefone: (31) 3855-1100 - Alvinópolis/MG - CNPJ: 16.725.392-0001/96

E-mail: [gabinete@alvinopolis.mg.gov.br](mailto:gabinete@alvinopolis.mg.gov.br) Site: <https://www.alvinopolis.mg.gov.br/>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Entrevistador(a):

Bairro:

**Perfil e Atuação Social do Entrevistado**

**1. Sexo**

☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Não declarado

**2. Faixa de Idade**

☐ 16 a 24 anos ☐ 25 a 34 anos ☐ 35 a 44 anos ☐ 45 a 60 anos ☐ Mais de 60 anos

**3. Escolaridade**

☐ Analfabeto ☐ Primário incompleto ☐ Primário completo ☐ 1º grau incompleto  
☐ 1º grau completo ☐ 2º grau incompleto ☐ 2º grau completo ☐ Superior incompleto  
☐ Superior completo ☐ Pós-graduação incompleta ☐ Pós-graduação completa

**4. Renda total da família que mora na mesma casa**

☐ Até 1 SALÁRIO ☐ Até 1 e ½ SALÁRIOS ☐ De 2 a 3 SALÁRIOS ☐ Mais de 3 SALÁRIOS ☐ n/s  
☐ n/r

**6. Qual sua religião? Resp.**

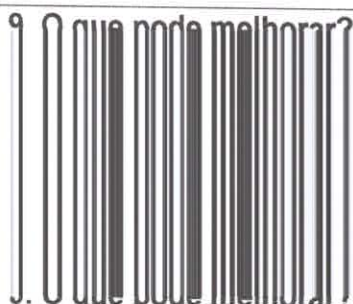
☐ nenhuma ☐ ns/nr

**7. Como o(a) Sr(a) se sente em relação a morar em Alvinópolis?**

☐ muito satisfeito ☐ satisfeito ☐ indiferente ☐ insatisfeito ☐ muito insatisfeito ☐ ns/nr

**8. Como considera que é o atendimento ao público na prefeitura?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**27. Como avalia o atendimento no CRAS?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**28. Como avalia Adilson Flaviano o Secretário de Ação Social?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**26. Como avalia a coleta de lixo na cidade?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**29. Como avalia as obras e o zelo pela cidade?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**30. O que pode melhorar em relação às obras e zelo pela cidade? (espontânea)**

**31. Como avalia Aender o secretário de obras?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**32. Como avalia o cuidado com o meio ambiente pela secretaria?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**33. Ao seu ver a secretaria de meio ambiente controla a destruição do meio ambiente?**

☐ Sim ☐ Não

**34. Como avalia Shirlei a secretária de meio ambiente?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**35. Como avalia a arborização da cidade?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**34. Como avalia o serviço de tratamento de esgoto?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**36. Como avalia a qualidade da água que chega nas torneiras?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**37. Como avalia o transporte coletivo público?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**38. Como avalia os pontos de ônibus?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**39. Como avalia a qualidade dos ônibus?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**40. Como avalia linhas e horários?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**41. Como avalia Zarinho o secretário de transportes?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**42. Como avalia a oferta de opções de cultura ?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**43. como avalia Thássia a secretária de cultura?**

☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ ns/nr

**44. Como avalia a segurança e o policiamento?**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**45. Como avalia Ana Paula secretária de Gestão Fiscal?**

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**46. Como avalia Fernanda a secretária de Controle interno?**

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**47. Como avalia Vilma a secretária de Finanças?**

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**48. Como avalia Vicente de Paulo secretário de governo?**

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**49. Como avalia Mateus Rodrigues secretário de administração?**

☐ ótimo    ☐ bom    ☐ regular    ☐ ruim    ☐ péssimo    ☐ ns/nr

**QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE FUNCIONÁRIO**

**PESQUISA DE OPINIÃO  
PÚBLICA**

**PESQUISA POR AMOSTRAGEM**

**ALVINÓPOLIS**

**MARÇO 2024**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**Perfil e Atuação Social do Entrevistado**

**1. Sexo**

☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Não declarado

**2. Faixa de Idade**

☐ 16 a 24 anos ☐ 25 a 34 anos ☐ 35 a 44 anos ☐ 45 a 60 anos ☐ Mais de 60 anos

**3. Escolaridade**

☐ 1º grau completo ☐ 2º grau incompleto ☐ 2º grau completo ☐ Superior incompleto  
☐ Superior completo ☐ Pós-graduação incompleta ☐ Pós-graduação completa

**4. Renda total da família que mora na mesma casa**

☐ Até 1 SALÁRIO ☐ Até 1 e ½ SALÁRIOS ☐ De 2 a 3 SALÁRIOS ☐ Mais de 3 SALÁRIOS ☐ n/s  
☐ n/r

**5. Qual sua religião?**

Resp.: ☐ nenhuma ☐ n/r n/s :

**6. O quanto está satisfeito em trabalhar aqui:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**7. O quanto está satisfeito com os benefícios: alimentação, transporte, banco de horas, etc.**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**8. O quanto está satisfeito com sua jornada de trabalho semanal:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**9. O quanto está satisfeito com sua carga de trabalho (quantidade de trabalho):**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**10. O quanto está satisfeito em relação ao uso da tecnologia no seu trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**11. O quanto está satisfeito com a sua autonomia (decisões) no trabalho**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**12. O quanto está satisfeito com a importância da tarefa/trabalho/atividade no trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**13. O quanto está satisfeito com sua avaliação de desempenho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**14. O quanto está satisfeito com sua oportunidade de crescimento no trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**15. O quanto está satisfeito com os treinamentos que vc faz:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**16. O quanto está satisfeito com a influência do trabalho sobre sua vida/rotina familiar:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**17. O quanto está satisfeito com seu horário de descanso:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito

**18. O quanto está satisfeito com o orgulho que sente de realizar seu trabalho:**

☐ muito insatisfeito ☐ insatisfeito ☐ nem satisfeito nem insatisfeito ☐ satisfeito ☐ muito satisfeito





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

No que se refere à reunião de que trata o item 5.11, esta poderá ser realizada por videoconferência, em data agendada pelo Gestor do Contrato. Frisa-se que a reunião é uma possibilidade, não uma obrigação do Gestor.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para esclarecimento de demais dúvidas que venham a surgir.

Alvinópolis, 14 de março de 2024.

Vicente de Paulo Silva  
Secretário Municipal de Governo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 11/2024**  
**(Processo Administrativo n.º 31)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Alvinópolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO por item**, na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal n. 3.497/2023 e de acordo com as demais legislações aplicáveis.

**PERÍODO DE PROPOSTAS: De 12/03/2024 às 8h Até 15/03/2024 às 7:59h**  
**PERÍODO DE LANCES: 15/03/2024 de 8h até às 14h**

**LINK:** <https://ammlicita.org.br/>

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá em item único, conforme tabela constante abaixo.

Item	Descrição/ Especificação	Unid .	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado.	Serv.	01	55.000,00	55.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do AMM LICITA, disponível no endereço eletrônico <https://ammlicita.org.br/> .

Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível na AMM LICITA ( <https://ammlicita.org.br/> ) .

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.2.1 - Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do inciso I do art. 8 do Decreto Municipal 3.469, de 29 de setembro de 2023, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, nos itens em que o valor estimado for inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.

2.3 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.3.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.01 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.02 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5 sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.3O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.4O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.4.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.6Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.6.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

3.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o fornecimento/ serviço nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la caso o sistema permita;

3.11 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.11.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.11.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.11.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.11.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.11.5 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.11.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### **4 FASE DE LANCES**

4.3 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.4 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.4.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.5 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

4.5.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.5.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$5,00 (cinco reais).

4.6 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.9.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

5.3 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.4 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.4.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.4.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.4.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.5 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

5.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1 conter vícios insanáveis;

5.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, mediante apresentação de notas fiscais comprovando a comercialização contemporânea de produto/serviço compatível com o lance ;

5.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.8.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

5.13 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6 HABILITAÇÃO**

**6.3** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

**6.4** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)) e Cadastro Nacional de Empresas punidas ([www.portaldatransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep)) ;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

e) Cadastro de Fornecedores do Município- CFM;

6.4.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4.1.01 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4.1.01.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.4.1.01.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.4.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF ou do CFM, nos documentos por ele abrangidos.

6.5.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF ou do CFM para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

6.5.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**6.8 O fornecedor enquadrado como MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.**

6.9 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.9.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.11.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.11.2 Será utilizado, para fins de julgamento de habilitação, o conceito de documento novo, nos termos do Acórdão n. 1211/2021 do TCU. Havendo, portanto, omissão na juntada de qualquer documento de habilitação previsto neste Aviso de Dispensa que não seja considerado como documento novo, o Agente de Contratação informará ao fornecedor, assinalando-lhe prazo de 02 horas, contados do momento da informação, para suprir a ausência detectada, sob pena de inabilitação.

6.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

## **7 CONTRATAÇÃO**

7.3 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.4 O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Ordem de Compras/Serviços), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.4.1 A Administração encaminhará o contrato/instrumento equivalente para assinatura/aceitação, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.4.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.5.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.5.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.6 O prazo de vigência da contratação é por 9 (nove) meses contados da assinatura do contrato ou até a conclusão definitiva do serviço.

7.7 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8 SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. Impedimento de licitar e contratar:

I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) receber multa e não efetuar o pagamento.
- e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. Atraso na execução do objeto;
  2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
- g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- h) Induzir em erro a Administração;
- i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
- k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
- l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
- f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
- g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- h) Alterar substância da mercadoria fornecida;
- i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.

iv. Multa:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Setor de Licitações e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto n. 3.442/2023.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.3O procedimento será divulgado no <https://ammlicita.org.br/>, no sítio eletrônico da administração, endereço <https://www.alvinopolis.mg.gov.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP,

9.4No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.4.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.4.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.4.2.01 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.4.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.5As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.6Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente de contratação na respectiva notificação.

9.7Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.8Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.9 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.10 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.12 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.13 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.14 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.15 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.15.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.15.2 ANEXO II - Termo de Referência;

9.15.2.01 ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

9.15.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

9.14. A Administração poderá revogar este procedimento por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, assegurado, nessas hipóteses, a prévia manifestação dos interessados, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da divulgação, na plataforma eletrônica, da intenção de revogar ou anular este procedimento.

Alvinópolis, 07 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANA LUIZA COTTA DE SOUZA RODRIGUES MAG  
Data: 11/03/2024 17:14:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Luiza Cotta de Souza R. Magalhães  
**Equipe de Apoio**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** (*VERIFICAR SE PRECISA DE ADAPTAR DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS PREVISTOS NO ART. 55 DO REGULAMENTO*)

**1 Habilitação jurídica:**

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**3. Qualificação econômico-financeira:**

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

**4. Qualificação Técnica**

4.1. A qualificação técnica se dará através de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, aos serviços a serem realizados.

4.1.2. Considera-se serviços similares, para fins de análise do atestado de capacidade técnica:

- a) Elaboração de estudos sobre potencial de mercado;
- b) Pesquisa/consulta para avaliação de produtos;
- c) Pesquisa para avaliação de políticas públicas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:**

1.1. Contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Prestação de serviço de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado.	Serv.	01	55.000,00	55.000,00

1.1.1. O valor total da presente contratação é de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 09 (nove) meses, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Pretende-se a contratação de apenas um serviço para atender às necessidades da Administração Municipal quanto ao desempenho e alcance de resultado das políticas públicas e serviços ofertados à população.

**2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. DA CONTRATAÇÃO**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

2.1.1. a presente contratação visa a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades e o alcance dos resultados planejados pela Prefeitura de Alvinópolis ao que tange as atividades administrativas exercidas pelo órgão de direito público interno. Devido ao reduzido contingente de pessoal técnico disponível, a complexidade envolvida na análise, desenvolvimento, implantação e treinamento de uma solução de porte semelhante a especificada, a contratação de empresa especializada para este fim torna-se imprescindível.

#### 2.2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.2.1. A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 74, inciso II, da referida Lei:

Art. 74. Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Ressalta-se que o valor previsto no inciso II foi atualizado pelo Decreto nº 11.317/22, passando a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos). Dessa forma, com base na cotação de preço realizada, a contratação é compatível com a Dispensa Eletrônica de Licitação.

#### 2.3. DA NÃO REALIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

2.3.1. O art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 determina que:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda **e, se for o caso, estudo técnico preliminar**, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; *Negritei*.

Nesse sentido, o Decreto Municipal nº 3.497/2023 estabelece que, nos casos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, caberá ao Secretário a decisão quanto à dispensa do ETP. Vejamos:

Art.18 - Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será dispensada nos seguintes casos:

(...)

§1º Nos demais casos de contratação direta (inexigibilidade e de dispensa de licitação) caberá ao Administrador Público ou ao Secretário Municipal da pasta com poderes delegados a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar, devendo esta estar devidamente motivada.

Nos termos das normas aludidas, que conferem discricionariedade à Administração para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, entende-se, para os fins dos presentes autos, que a menor complexidade do objeto e o pequeno valor torna prescindível a necessidade de elaboração do documento.

Dessa forma, as informações necessárias e suficientes capazes de demonstrar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, estão registradas no presente Termo de Referência.

### 3- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

3.3. A Prefeitura Municipal de Alvinópolis reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções previstas.

#### **4 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

4.1. O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pelo Setor de Compras do município.

4.2. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

4.3. A Contratada deverá realizar entrevista pessoais e individuais com a utilização de cotas e idades proporcionais ao número de habitantes do município em cada setor censitário (IBGE 2010), usando questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas com aplicação direta na residência do entrevistado.

4.3.1. A contratada deverá realizar entrevistas em todas as localidades do Município, visto que pesquisas de opinião pública podem ser fortemente afetadas por fatores conjunturais.

4.3.2. Caberá a contratada elaborar os instrumentos de coleta a serem aplicados, com a supervisão do órgão solicitante.

4.3.3. Os questionários e outros instrumentos de pesquisa que venham a ser elaborados deverão ser pré-testados e os resultados do pré-teste devem ser discutidos com o órgão solicitante antes da realização da pesquisa.

4.3.4. Também será de responsabilidade da contratada definir os procedimentos metodológicos do desenho da pesquisa de campo e da análise dos dados, além da amostra.

4.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contado dos relatórios e documentos referentes à pesquisa realizada, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

4.4.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes/fiscal do contrato, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessários.

4.4.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

4.4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

4.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

4.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

---

4.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.7. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

#### **5 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

5.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

5.1.1. GESTOR DO CONTRATO: *Anna Paula Pena Firmo, Secretaria Municipal de Gestão Fiscal Matrícula 32171, e-mail: pmalvi.convenios@gmail.com, Telefone: 3855-1100.*

5.1. 2. FISCAL DO CONTRATO: *Herbert Henrique Romão, Agente de Administração, Matrícula 9138, e-mail: herbert.fiscalpref@gmail.com, Telefone: 3855-2456.*

5.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

5.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

5.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

5.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

5.8. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.9. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.10. O contratado deverá definir preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

5.10.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

5.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverão ser exigidos: a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Estadual, a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### **6 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:**

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa Eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme previsão legal.

6.4. A qualificação técnica se dará através de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, aos serviços a serem realizados.

6.4.1. Considera-se serviços similares, para fins de análise do atestado de capacidade técnica:

- a) Elaboração de estudos sobre potencial de mercado;
- b) Pesquisa/consulta para avaliação de produtos;
- c) Pesquisa para avaliação de políticas públicas.

#### **7 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES:**

##### **7.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- 7.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 7.1.3. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;
- 7.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;
- 7.1.5. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao serviço técnico especializado para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com as necessidades da Administração.
- 7.1.6. Assegurar à Contratante os direitos autorais da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 7.1.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.1.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 7.1.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 7.1.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 7.1.11. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 7.1.12. Não permitir a utilização do trabalho do menor;
- 7.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.14. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 7.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, observado, se for o caso a respectiva matriz de alocação de riscos.

#### 7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 7.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 7.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

7.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **8 - AFERIÇÃO E PAGAMENTO:**

8.1. A avaliação da execução do objeto verificará o adequado fornecimento/qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

8.2.1. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.

8.2.2. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.

8.3. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal de produtos/serviços, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

8.4. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

8.5. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

8.6. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

#### **9. DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da cotação de preço.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**04.122.0001.2.001 – Manutenção dos serviços Gabinete do Prefeito**

339039.99 – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Desdobrada: 1022 (Principal: 55)

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. *(cabível apenas nas hipóteses de contratações plurianuais)*

Alvinópolis, 05 de março de 2024.

---

Vicente de Paulo Silva  
Secretário Municipal de Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS  
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
ALVINÓPOLIS E

.....

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINOPOLIS**, com sede na Rua Monsenhor Bicalho nº 201 - Centro na cidade de Alvinópolis/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 16.725.392/0001-96., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Maurosan Gonçalves Machado**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo de Compras nº 31/2024** e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021 e demais legislação e regulamentos aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa n. 11/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Prestação de serviço de recursos humanos, pesquisas e consultas que tem como	Serv.	01	55.000,00	55.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

	finalidade a elaboração de estudos sobre potencial de mercado (ou órgão público), sobre avaliação de produtos, realizar análises estatísticas dos resultados; realização de pesquisa de opinião pública para colher a avaliação da população sobre questões políticas, econômicas e sociais, e produzir análises estatísticas dos resultados e estudos sobre o potencial de mercado.				
--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação/Aviso de Dispensa

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) .....

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

**3.2. MATRIZ DE RISCO: Conforme Anexo ao TR.**

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 As regras de subcontratação constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

**OU**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no Termo de Referência**, vinculado a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, vinculado a este Contrato

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para a execução **do fornecimento/dos serviços** objeto do contrato.

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. As obrigações do contratado encontram-se definidas no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 As garantias encontram-se definidas no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

ii. **Impedimento de licitar e contratar:**

**I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:**

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

**II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:**

a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) receber multa e não efetuar o pagamento.

e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;

f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:

1. Atraso na execução do objeto;

2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;

g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

h) Induzir em erro a Administração;

i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;

j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;

k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;

l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

a) apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.

f) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;

g) Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;

h) Alterar substância da mercadoria fornecida;

i) Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

j) Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.

**iv. Multa:**

- a) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
- c) 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- d) 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Setor de Licitações e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e
- e) 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

iv.1. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

11.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto n. 3.442/2023

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.1.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

c) Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**04.122.0001.2.001 – Manutenção dos serviços Gabinete do Prefeito**

339039.99 – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Desdobrada: 1022 (Principal: 55)

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de ....., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

**Maurosan Gonçalves Machado**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**xxxxxxxxxxxxxx**  
Representante Legal  
Contratada



## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025

Minuta de Contrato para **contratação de empresa para pesquisa de clima organizacional**, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e **Kleyber Jorge da Silveira**.

**CONTRATANTE:** **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **Henrique de Melo Tavares**, união estável, brasileiro, matrícula nº 3011380.

**CONTRATADO:** **Kleyber Jorge da Silveira**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.264.177/0001-60, com sede localizada na Rua Eldorado, nº 739, Bairro Parque Residencial Eldorado, CEP.: 37.902-104, Passos/MG, Telefones: (35) 99993-3901, E-mail: kleybersilveira@hotmail.com, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor **Kleyber Jorge da Silveira**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, tendo em vista o que consta no Processo nº 0016467-94.2023.8.23.8000 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### Cláusula Primeira – Objeto

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa para pesquisa de clima organizacional**, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 120/2023 (2160297).

**1.2.** Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid.	Valor Total (R\$)
01	Serviço de Pesquisa de Clima Organizacional para o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) com a elaboração e aplicação de questionário de forma <i>on-line</i> aos magistrados, servidores e estagiários, aproximadamente 1.600 (um mil e seiscentas) pessoas.	Serviço	<b>19.950,00</b>

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O Termo de Referência (2160297);

**1.3.2.** A Proposta do contratado (2215510);

**1.3.3.** Edital de Licitação (2144614);

#### **1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.**

### **Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação; e
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 120/2023 (2160297).

### **Cláusula Quarta – Subcontratação**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Cláusula Quinta - Preço e Pagamento**

**5.1.** Preço:

**5.1.2.** O valor total da contratação é de **R\$ 19.950,00 (dezenove mil novecentos e cinquenta reais)**.

**5.1.3.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.2.** Forma de Pagamento:

**5.2.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**5.2.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



### 5.3. Prazo de Pagamento

**5.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**5.3.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**5.3.3** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

### 5.4. Condições de Pagamento:

**5.4.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**5.4.2.** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**5.4.3.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao serviço contratado ou material adquirido;
- h. Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- i. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- k. Valor do(s) imposto(s);
- l. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- m. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- n. Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- o. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº

**5.4.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**5.4.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.6.** Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**5.4.7.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**5.4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **Cláusula Sexta - Reajuste**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 24/10/2024 (2160297).

**6.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, adotando-se a seguinte fórmula:

### **Fórmula de cálculo:**

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

**Pr = preço reajustado ou preço novo;**

**P = preço atual (antes do reajuste);**

**V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.**

**6.3.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do item 6.1. desta cláusula.

**6.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.5.** Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por meio da formalização de Termo de Apostilamento.

**6.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para

reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante**

**7.1.** Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- j. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- l. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- m. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- d. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- e. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h. Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
- i. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- j. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- l. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- m. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- o. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- p. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- q. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- r. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- s. Encaminhar a Nota Fiscal contendo todas as informações descritas no item **5.4.3.** deste Contrato;
- t. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO;
- u. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022); e
- v. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante durante a execução dos Serviços.

## **8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

## **8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:**

**8.3.1.** A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**8.3.1.1.** A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br).

**8.3.1.2.** A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

**8.3.2.** O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência

**8.3.3.** Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

**8.3.4.** Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

**8.3.5.** A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

**8.3.6.** A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

**8.3.6.1.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

## **Cláusula Nona – Garantia de Execução**

**9.1.** Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas o **Contratante** poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada.

## **Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo

com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas**

**11.1.** As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**11.2.** A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima; e
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**11.2.1.** As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**11.2.2.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

**11.2.3.** A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**11.3.** A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos



seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato; e
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

**11.3.1.** Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

**11.3.2.** Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

**11.3.3.** A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**11.3.3.1.** A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

**11.3.3.2.** A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**11.4.** Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

**11.5.** O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

**11.6.** As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

**11.7.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

## **Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual**

**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

**12.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei; e

- b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**I** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- c. Indenizações e multas.

**12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**12.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 12.101.02.061.0003.2454 (Manutenção das Atividades de Apoio) e elemento de despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), da Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça do estado de Roraima (ep. 2140252).

**13.2.** A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

### **Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos**

**14.1.** O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.

**14.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**14.3.** O prazo para o início dos serviços será de até 07 (sete) dias úteis, após a assinatura do instrumento contratual.

**14.4.** O prazo de execução do serviço será de até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

### **Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **Cláusula Décima Sexta – Alterações**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **Cláusula Décima Sétima – Publicação**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

### **Cláusula Décima Oitava – Foro**

**18.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE DE MELO TAVARES, Secretário Geral**, em 31/01/2025, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA, Usuário Externo**, em 03/02/2025, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2246080** e o código CRC **B1E58438**.

Data e hora da consulta: 11/10/2024 16:23

Usuário: \*\*\*.725.231-\*\*

Impressão Completa

### Nota de Empenho

#### UG Emitente

Código	Nome	Moeda
344041	FUNDACAO CULTURAL PALMARES	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
32.901.688/0001-77	SCRN 702/703 - BLOCO B ASA NORTE BRASÍLIA/DF	70720-620
Município	UF	Telefone
BRASILIA	DF	3424-0131/3424-0137/3424-0151

Ano	Tipo	Número
2024	NE	220

#### Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	225948	3000000000	339039	340007	C20004PA026

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
09/10/2024	Ordinário	01420.101790/2024-47	0,0000	14.000,00

#### Favorecido

Código	Nome	CEP
18.264.177/0001-60	KLEYBER JORGE DA SILVEIRA 07661538601	37900-014
Endereço	UF	Telefone
DOS ADVOGADOS 111 BELO HORIZONTE	MG	
Município	UF	Telefone
PASSOS	MG	

#### Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Parágrafo	Inciso	Alínea
139	DISPENSA DE LICITACAO	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

#### Descrição

SERVIÇOS TÉCNICOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE CLIMA ORGANIZACIONAL NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, CONFORME SOLICITADO NO DESPACHO 0338484.

#### Local da Entrega

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

#### Informação Complementar

34404106900192024 - UASG Minuta: 344041

#### Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Data e hora da consulta: 11/10/2024 16:23

Usuário: \*\*\*.725.231-\*\*

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	14.000,00

Subelemento 99 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Pesquisa / Estudo de Dados Estatísticos	14.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
09/10/2024	Inclusão	1,00000	14.000,0000	14.000,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

CARLOS EDUARDO CARNEIRO E SOUSA

\*\*\*.964.681-\*\*

11/10/2024 14:29:04

Gestor Financeiro

KATIA REGINA COSTA DE OLIVEIRA

\*\*\*.725.231-\*\*

11/10/2024 12:27:08



**EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO**  
**EQUIPE DE CONTRATAÇÕES DIRETAS - CCL/GAF/DAF/EPTC**  
**CONTRATO**

**CONTRATO 25/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 24.16.000023591-2**

**CONTRATO QUE CELEBRAM A EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC E A EMPRESA TURIS - CONSULTORIA EM TURISMO (KLEYBER JORGE DA SILVEIRA), VISANDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**

Presentes de um lado a **EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES E CIRCULAÇÃO S.A.**, CNPJ 02.510.700/0001-51, neste ato representado pelo Diretor-Presidente Pedro Bisch Neto e Diretor Administrativo-Financeiro Tiago Bueno da Cunha, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **TURIS - CONSULTORIA EM TURISMO (KLEYBER JORGE DA SILVEIRA)**, CNPJ 18.264.177/0001-60 com sede na Rua Eldorado, nº 739, no Município de Passos/MG, neste ato representada pelo Sr. Kleyber Jorge da Silveira, ao final assinado, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, advindo da Cotação de Preços para Dispensa de Licitação nº 26/2024, tombado no processo SEI nº 24.16.000023591-2, em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC, doravante denominado Regulamento, de 10 de setembro de 2020, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, sujeitando-se, subsidiariamente às disposições do Decreto Municipal nº 20.587/20 e demais normas pertinentes a matéria, o qual será regido pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelo edital e seus anexos, que fazem parte do presente instrumento como se nele estivessem transcritos, e pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1 - O objeto do presente contrato é o **serviço de pesquisa de satisfação dos usuários do transporte coletivo no município de Porto Alegre**, de acordo com as especificações e os detalhes constantes no **ANEXO I – Termo de Referência**, integrante do presente contrato.
- 1.2 - Quaisquer omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela CONTRATADA no decorrer da execução dos serviços, deverão ser comunicadas, por escrito, ao CONTRATANTE.
- 1.3 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida, sem o consentimento prévio e expresso do CONTRATANTE, através dos fiscais do contrato.
- 1.4 - O objeto contratual poderá ser acrescido ou reduzido de acordo com o disposto no art. 198 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 2.1. O serviço será executado sob a forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 3.1 - Para a assinatura do Contrato a empresa deverá:

3.1.1 - Ser representada por sócio que tenha poderes de administração, exibindo o contrato social e suas alterações que assim disponham, acompanhado de comunicação expressa da empresa designando qual o sócio que assinará o contrato, no caso de haver mais de um com tais poderes ou por procurador com poderes específicos;

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

- 4.1 – O prazo de vigência é de 35 (trinta e cinco) dias a contar da data da autorização para o início do serviço, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 192 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DOS SERVIÇOS**

- 5.1. O valor do presente contrato é de **R\$ 22.745,00 (vinte e dois mil e setecentos e quarenta e cinco reais)**.
- 5.2. A EPTC pagará à contratada, em moeda corrente nacional, os valores correspondentes aos serviços prestados conforme Termo de Referência.
- 5.3. Os preços propostos deverão ser completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

- 6.1. O pagamento será realizado na finalização do serviço, quando todas as entrevistas estiverem cadastradas e validadas no sistema indicado na metodologia da WRI Brasil. A nota fiscal ou nota fiscal fatura, conforme o caso, deverá ser entregue na Coordenação Financeira da EPTC, na Rua João Neves da Fontoura, 07, e-mail: [financeiro@eptc.prefpoa.com.br](mailto:financeiro@eptc.prefpoa.com.br).

6.1.2. O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização, acompanhada dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

- a) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- c) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND);
- d) Certificado de Regularidade junto ao FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1.3. A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**.

- 6.1.4.1. A EPTC exime-se da responsabilidade solidária do fornecedor de retenção de impostos decorrentes de notas fiscais com vício ou defeitos, bem como rejeitadas por prestação de serviços parcial ou defeituosa.



6.2. Não será concedida antecipação de pagamento ainda que por solicitação da contratada.

6.3. A CONTRATANTE procederá às retenções devidas de acordo com a legislação pertinente.

6.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo a CONTRATADA informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão CONTRATANTE, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

6.5.. Os valores referentes aos pagamentos da nota fiscal apresentada serão depositados no Banco: Sicoob (756) Conta corrente nº 49.443-7, Agência nº 3172.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O presente Contrato não sofrerá reajuste de preços, considerando o exíguo prazo de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCOS, DO REEQUILÍBRIO, REPACTUAÇÃO E REVISÃO

8.1. A Matriz de Riscos Contratual será cláusula contratual, na qual definirá os riscos e responsabilidades entre as partes, a fim de caracterizar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

8.2. A listagem dos riscos são os possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência.

8.3. A CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos, conforme Anexo V do Edital.

8.4. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos da Licitação, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE, através dos fiscais do contrato, sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento (*quando a matriz estabelecer como responsabilidade da Contratada*) e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento;
- e) Outras informações relevantes.

8.5. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na Matriz de Riscos desta Licitação, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

8.6. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, não previstos na Matriz de Riscos porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da EPTC para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato.

8.7. A CONTRATADA não poderá requerer reequilíbrio econômico financeiro à CONTRATANTE, considerando o exíguo prazo de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

##### 9.1 - Compete a CONTRATANTE:

- 9.1.1 - Exercer a gestão do contrato, fiscalizando e acompanhando a execução dos serviços contratados através de servidor designado;
- 9.1.2 - Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- 9.1.3 - Expedir, por escrito, as determinações, esclarecimentos e comunicações dirigidas à contratada, mantendo registro dos atos;
- 9.1.4 - Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste instrumento, assim como das disposições legais pertinentes;
- 9.1.5 - Não permitir que a contratada execute tarefas em desacordo com o estabelecido neste instrumento;
- 9.1.6 - Proceder aos pagamentos devidos à contratada;
- 9.1.7 - Cumprir com as demais obrigações estabelecidas no edital e projeto básico.
- 9.1.8 - Anexar ao processo licitatório a Ordem de Início, devidamente assinada e datada, caso exista;
- 9.1.9 - Emitir prévio empenho anteriormente ao início da prestação de serviços da CONTRATADA.
- 9.1.10 - Atender às solicitações de esclarecimentos da CONTRATADA;
- 9.1.11 - Inspecionar a execução e a qualificação do objeto contratado, conforme especificações do ato convocatório;
- 9.1.12 - Transmitir, por escrito, todas as ordens de serviços ou comunicações com a CONTRATADA a fim de que produza efeitos;
- 9.1.13 - Efetuar o pagamento no modo e no prazo ajustado;
- 9.1.14 - Fornecer as orientações necessárias para a correta execução dos serviços, através da realização de reuniões, sempre que necessário;
- 9.1.15 - Acompanhar a execução dos serviços contratados e verificar se estão de acordo com o cronograma a ser apresentado à CONTRATADA;
- 9.1.16 - Decidir sobre casos omissos nas especificações;
- 9.1.17 - Registrar quaisquer deficiências na execução dos serviços, encaminhando cópia para a empresa CONTRATADA;
- 9.1.18 - Disponibilizar para a CONTRATADA, através da equipe de fiscalização dos serviços, informações e orientações sobre procedimentos a serem adotados;
- 9.1.19 - Providenciar a rescisão do Contrato quando a CONTRATADA deixar de cumprir os prazos e demais exigências necessárias à execução dos serviços, bem como aplicar as medidas cabíveis.
- 9.1.20 - Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo em qualquer fase do Contrato.
- 9.1.21 - Fiscalizar o efetivo cumprimento do Programa de Integridade, nas hipóteses em que sua implementação é exigida, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, tomando as providências necessárias para a abertura do procedimento sancionatório previsto na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.
- 9.1.22 - Demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

##### 9.2 - Compete a CONTRATADA:

9.2.1 – Prestar os serviços na forma ajustada e dentro do melhor padrão técnico aplicável, no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento, às especificações do CONTRATANTE e à proposta apresentada.

9.2.1.1 - Quando da prestação do serviço contratado, caso este não corresponda à especificação exigida no Edital e neste Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar, imediatamente a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo das cominações previstas neste Contrato, no Ato Convocatório e anexos, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC e no Código de Defesa do Consumidor.

9.2.2 – Cumprir as obrigações previstas no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do presente Contrato;

**9.2.3** – Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução dos serviços.

**9.2.4** – Submeter-se à fiscalização, por meio do responsável técnico designado pelo **CONTRATANTE**.

**9.2.5** – Acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização do Contrato.

**9.2.6** – Prestar as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE**, dentro dos prazos estipulados.

**9.2.7** – Sanar imediatamente quaisquer irregularidades comunicadas pela fiscalização do Contrato.

**9.2.8** – Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.

**9.2.9** – Consultar a fiscalização do Contrato, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de quaisquer situações, a fim de não causar transtorno ou atraso à prestação de serviço.

**9.2.10** – Submeter-se às disposições legais em vigor.

**9.2.11** – Apresentar aos fiscais do contrato, durante a execução do Contrato, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, conforme relação de documentos abaixo:

**9.2.11.1 - REGULARIDADE FISCAL** - Documentações relativas ao período de execução do serviço:

**9.2.11.1.1** - Certidão Conjunta Tributos Federais

**10.2.11.1.2** - Certificado de Regularidade FGTS

**10.2.11.1.3** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

**10.2.11.1.4** - Certidão Negativa de Débitos Municipais

**10.2.11.1.5** - Certidão Negativa de Débitos Estaduais

**9.2.12** – Será responsável exclusiva pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

**9.2.13** – Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas junto aos seus empregados, bem como obrigações fiscais decorrentes da execução do presente Contrato.

**9.2.14** – Cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da CF/88, de acordo com a Lei Federal nº 9.854/99, (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos).

**9.2.15** – Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados, direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto contratado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

**9.2.16** – Manter-se durante toda a execução deste Contrato em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e às condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

**9.2.17** – Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação dos serviços a serem executados.

**9.2.18** – Assumir todas as responsabilidades e ônus oriundos, na hipótese de chamamento da EPTC em juízo, a qualquer título, em decorrência da má prestação dos serviços objeto deste edital.

**9.2.18.1** - Fica a EPTC autorizada a glosar, ou seja, reter das faturas devidas as importâncias estimadas no processo judicial.

**9.2.19** – Não contratar empregado para prestar serviços para a contratante que seja familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na contratante, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010.

**9.2.19.1** – Considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

**9.2.20** – A **CONTRATADA**, na execução dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades assumidas neste Contrato e legais, poderá subcontratar, em parte o objeto do presente Contrato, se for conveniente para a EPTC, mediante prévia e escrita autorização da **CONTRATANTE**, ressalvado o disposto no subitem 10.2.21.

**9.2.21** – A **CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros a responsabilidade de que trata o subitem anterior na hipótese de subcontratação.

**9.2.22** – A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.

**9.1.23** - Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pela **CONTRATADA**, nas hipóteses previstas no caput e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021.

**9.1.24** - A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da celebração do CONTRATO, devendo a **CONTRATADA** apresentar, até a data de sua assinatura, o relatório de perfil e relatório de conformidade do Programa por ela instituído.

**9.2.25** - A **CONTRATADA** que celebrar relação contratual com o **CONTRATANTE** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, poderá cumprir etapas de sua implementação ao longo da execução contratual, devendo apresentar, nos primeiros 30 (trinta) dias após a ordem de início:

**9.2.25.1** - Relatório de perfil da pessoa jurídica, contendo:

- a) descrição dos setores do mercado em que atua;
- b) estrutura organizacional;
- c) número de funcionários próprios e terceirizados;
- d) principais clientes da pessoa jurídica, com a composição do faturamento em contratos públicos e privados;
- e) Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de acordo com o objeto do contrato;
- f) participação em outras empresas;
- g) definição do porte empresarial, de acordo com a Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

**9.2.25.2** - plano de trabalho compatível com o relatório de perfil e cronograma de implementação do Programa de Integridade, a ser cumprido em até 12 (doze) meses.

**9.2.25.3** - Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento.

**9.2.25.4** - *O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação, efetividade e sanções em caso de descumprimento, nos termos da Lei Municipal 12.827/2021;*

**9.2.26** No cumprimento das obrigações deste edital/contrato, deverão ser obedecidas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e o seguinte:

**9.2.26.1.** Entende-se por "Dados Pessoais", todos e quaisquer dados ou informações que, individualmente ou em conjunto com outros dados ou nomes, identifiquem ou permitam que um determinado usuário seja identificado, nos termos da Lei 13.709/2018 ("LGPD").

**9.2.26.2.** Em caso de descumprimento da LGPD, em decorrência deste CONTRATO ou das orientações fornecidas pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** será solidariamente responsável por eventuais prejuízos sofridos pelo **CONTRATANTE**.

**9.2.26.3.** Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), a **CONTRATADA** declara:

- a) tratar e usar os dados a que tem acesso, nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo-os, registrando-os, organizando-os, conservando-os, consultando-os ou transmitindo-os somente nos casos em que houver consentimento inequívoco do **CONTRATANTE**;
- b) tratar os dados de modo compatível com as finalidades definidas pelo **CONTRATANTE**;
- c) conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades, garantindo a sua confidencialidade;
- d) implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de seu tratamento ilícito;

e) assegurar que os seus empregados e os prestadores de serviços externos contratados, que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste contrato, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo nem divulgando tais dados a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA exigir que tais indivíduos assinem o Termo de Confidencialidade.

**9.2.26.4.** A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer incidente envolvendo os serviços contratados, execução do CONTRATO e os dados e/ou informações disponibilizados pelo CONTRATANTE (e/ou suas próprias informações), tomando de imediato todas as medidas que possam minimizar eventuais perdas e danos causados em razão do incidente, além de adotar todas as medidas técnicas necessárias cessar e solucionar o incidente com a maior brevidade possível.

**9.2.27.** Demais obrigações estabelecidas no termo de referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

**10.1.** Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas neste edital e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC, garantida a prévia defesa, a EPTC poderá aplicar as seguintes sanções:

- I** - advertência;
- II** - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III** - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV** - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EPTC, por até 2 (dois) anos;

**10.1.1.** As sanções previstas nos incs. I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inc. II, todos deste artigo.

**10.2.** Serão consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I** - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II** - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela EPTC;
- III** - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV** - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V** - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI** - incorrer em inexecução contratual;
- VII** - aquelas previstas no inc. XV do art. 237 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC, quais sejam, as causas para rescisão do contrato.

**10.3.** As práticas passíveis de sanção poderão ser definidas, dentre outras, como aquelas previstas nas alíneas do §1º do art. 237 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC:

- a)** Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da EPTC no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b)** Fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c)** Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da EPTC, visando estabelecer preço em níveis artificiais e não competitivos;
- d)** Coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e)** Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

**10.4.** As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas, dos administradores da EPTC e dos gestores do contrato, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito;

**10.5.** A sanção de advertência será cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à EPTC, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

**10.5.1.** A aplicação da sanção acima importará na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro Geral de Fornecedor da EPTC, independentemente de tratar-se ou não de pessoa cadastrada.

**10.5.2.** A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar na aplicação de penalidade de suspensão.

**10.6.** A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I** - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- II** - em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- III** - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- IV** - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;
- V** - nos demais casos de atraso, poderá ser aplicada multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, conforme o caso;
- VI** - 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, pelo descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021;
- VII** - no caso de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- VIII** - no caso de inexecução total, poderá ser aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

**10.6.1.** A aplicação de multa deverá ocorrer por meio de processo administrativo em conformidade com norma específica da EPTC, no qual serão garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**10.6.2.** O não pagamento da multa aplicada em decorrência do processo administrativo aludido no item 10.6 importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EPTC, por até 2 (dois) anos.

**10.7.** Caberá a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à EPTC, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

**10.7.1.** Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser :

- I** - branda: de 1 (um) a 6 (seis) meses;
- II** - média: de 7 (sete) a 12 (doze) meses, ou

III – grave: de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses.

**10.7.2.** O prazo da sanção a que se refere o item 10.7 terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial da Cidade de Porto Alegre.

**10.7.3.** A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importará, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

**10.7.4.** Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a EPTC poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à contratada, ou mantê-lo vigente.

**10.7.5.** A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

**10.8.** Estender-se-ão os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a EPTC às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a EPTC em virtude de atos ilícitos praticados;

IV - aquelas previstas no inc. XV do art. 237 deste RILC.

**10.9.** As práticas passíveis de suspensão poderão ser definidas, dentre outras, como aquelas previstas nas alíneas do §1º do art. 237 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC, quais sejam:

a) Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da EPTC no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) Fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da EPTC, visando estabelecer preço em níveis artificiais e não competitivos;

d) Coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

**10.9.1.** As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas, dos administradores da EPTC e dos gestores do contrato, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/13.

**10.10.** A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a EPTC, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.11** - Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

**10.11.1** - A Contratada fica ciente de que notificações serão realizadas por meio eletrônico, através de e-mail institucional ou *whatsapp* do representante legal, devendo a Contratante ser imediatamente comunicada em caso de alteração de endereço eletrônico ou telefone de contato.

**10.11.2** - A obrigação de atualizar os meios de comunicação perdurará até o fim do contrato ou do processo administrativo de penalização.

**10.11.3** - Em caso de impossibilidade de notificação devido ao desrespeito à obrigação de atualização de dados, a Contratada fica ciente de que a única forma de recebimento das notificações será através da publicação no Diário Oficial.

**10.12** - Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

**10.13** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município - AQM/SMF – e no Cadastro de Executantes de Serviços e Obras – CESO/SMOI - no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

**11.1.** A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

**11.2.** Constituirão motivo para rescisão do contrato:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa da contratada, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da EPTC, observado o presente RILC;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da EPTC.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento da contratada;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil da contratada;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - Razões de interesse da EPTC, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX - o atraso nos pagamentos devidos pela EPTC decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X - a não liberação, por parte da EPTC, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XIII - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIV - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XV - ter sido frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter sido impedida, perturbada ou fraudada a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; o afastamento ou a tentativa de afastamento de licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; fraude em licitação pública ou contrato dela decorrente; ter sido criada, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; a obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter sido manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter sido dificultada a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervenido em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

**XV.I** - As práticas passíveis de rescisão, tratadas no inc. XV, poderão ser definidas, dentre outras, como:

- a) Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da EPTC no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b) Fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c) Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da EPTC, visando estabelecer preço em níveis artificiais e não competitivos;
- d) Coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

**XV.II** - As práticas exemplificadas no XV.I, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas, dos administradores da EPTC e dos gestores do contrato, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito;

**11.3** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, sendo assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

**11.4** - A rescisão do contrato poderá ser:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a EPTC;
- III - judicial, nos termos da legislação.

**11.5** – Quando da rescisão deverá ser observado o disposto no artigo 38, inciso III, da Lei Municipal 12.827/2021.

**11.6** - A rescisão por ato unilateral a que se refere o inc. I do item 11.4, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**11.7** - Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item 14.5 será de 90 (noventa) dias.

**11.8** - Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da contratada terá esta ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

**11.9** A rescisão por ato unilateral da EPTC acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EPTC:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela EPTC, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela EPTC;
- III - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à EPTC, na hipótese de insuficiência da garantia contratual,
- IV – ajuizamento de ação judicial com vistas à obtenção integral do ressarcimento, na hipótese de insuficiência da garantia contratual e dos créditos da contratada, decorrentes do contrato.

**11.10**. Constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

**12.1** - Este Contrato fica vinculado ao edital de Cotação de Preço para Dispensa de Licitação 26/2024.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** - A despesa decorrente da contratação correrá por conta da Dotação Orçamentária código 6401-4267-33903951-400, da **EPTC**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** - Fica a **CONTRATADA** vinculada, até o término do presente Contrato, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento

**14.2** - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto contratual, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades da **CONTRATADA**, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

- 14.2.1** - Termo de Referência
- 14.2.2** - Proposta da **CONTRATADA**
- 14.2.3** - Matriz de Risco

**14.3** - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

**15.1** - Fica eleito pelas partes o foro desta Capital para a solução de quaisquer litígios entre elas, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, é firmado o presente Contrato, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da **CONTRATANTE**.

Contratação de Serviço de Pesquisa de Satisfação dos Usuários do Transporte Coletivo

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa de satisfação dos usuários do transporte coletivo no município de Porto Alegre.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC coleta, anualmente, dados qualitativos e quantitativos sobre a percepção dos usuários em relação ao serviço de transporte coletivo através de pesquisa de satisfação, com o objetivo de fornecer aos reguladores deste sistema a identificação de pontos de melhoria e, então, implementar ações que resultem em um transporte público mais eficiente e de melhor qualidade para a população.

2.2. A metodologia "QualiÔnibus" da WRI Brasil foi escolhida por sua reconhecida eficácia e por proporcionar resultados detalhados e confiáveis que permitem uma análise aprofundada da satisfação dos usuários. Além disso, o resultado da pesquisa é um indicador PROMETA da gestão atual do governo municipal, aplicado desde 2018 em Porto Alegre, permitindo verificar a evolução da percepção dos usuários ano a ano.

3. METODOLOGIA

3.1. A pesquisa é feita através de entrevistas com usuários do transporte coletivo de Porto Alegre conforme a metodologia "QualiÔnibus" da WRI Brasil, que inclui:

· Questionários padronizados para entrevistas desenvolvidos pela WRI Brasil.

· Aplicação de entrevistas embarcadas nos ônibus.

· Coleta e tabulação de dados demográficos, de uso do transporte e de satisfação com diversos aspectos do serviço (pontualidade, conforto, segurança, atendimento, entre outros).

3.2. Todos os detalhes sobre a metodologia "QualiÔnibus" devem ser consultados no manual da pesquisa de satisfação da WRI Brasil, disponível em <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/publicacoes-programa-qualionibus>.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

4.1. Elaboração o planejamento detalhado da pesquisa, incluindo cronograma e logística, considerando a não realização de pesquisas fora de períodos típicos (com espetáculos, eventos de grande porte, etc).

4.2. Planejamento e monitoramento da execução das entrevistas, organizando horários e transporte para os terminais de ônibus para início das pesquisas.

4.3. Definição do tipo de material utilizado nas entrevistas, podendo optar por realizar a coleta em papel e/ou diretamente através do sistema online da WRI Brasil (utilizando *smartphone* ou *tablet*). Caso se opte por papel, a tabulação deverá ser executada na plataforma paralelamente à coleta para cumprimento do cronograma em tempo hábil, bem como monitoramento e validação das coletas, que será realizada pela Equipe de Pesquisas de Mobilidade da Empresa Pública de Transporte e Circulação.

4.4. Treinamento a equipe de entrevistadores em conjunto com a WRI Brasil para garantir a correta aplicação da metodologia, incluindo a realização de uma aplicação piloto imediatamente após o treinamento.

4.5. Realização das entrevistas conforme definições da WRI Brasil: com questionário padrão (**Apêndice 1 – Questionário Previsto da Pesquisa Qualiônibus Porto Alegre 2024**), no total da amostra representativa que, em 2024, será aproximadamente de 1800 entrevistas (como referência, foram realizadas 1593 entrevistas em 2023 que estão detalhadas em sua estruturação de linhas e horários no **Apêndice 2 – Dimensionamento da Pesquisa Qualiônibus Porto Alegre 2023**, preferencialmente dentro do ônibus das linhas estabelecidas.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo total para a execução dos serviços será de 25 (vinte e cinco) dias após o treinamento, que ocorrerá em um dia a ser marcado até 10 (dez) dias contados a partir da assinatura do contrato, totalizando 35 (trinta e cinco) dias incluindo o período de treinamentos realizados pela WRI Brasil e a realização de todas as entrevistas. A execução dos serviços inclui preparação, tabulação e verificação, como descrito no escopo.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Para participar do processo licitatório, as empresas devem apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional que comprove(m) que a LICITANTE tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir rigorosamente o cronograma de execução dos serviços.

7.2. Garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados coletados.

7.3. Manter comunicação constante com a Empresa Pública de Transporte e Circulação, através dos fiscais de contrato indicados, para reportar o andamento dos trabalhos.

7.4. Fornecer relatórios diários sobre o andamento das entrevistas.

7.5. Descartar todos os dados coletados conforme a LGPD, garantindo que não haja cópias de dados pessoais e/ou sensíveis armazenados após a validação das pesquisas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Fornecer todas as informações e mediar o contato com a WRI Brasil para a realização dos treinamentos e da pesquisa sempre que surgirem dúvidas.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados.

8.3. Verificar a veracidade das entrevistas por amostragem via contato telefônico com os usuários que realizaram as entrevistas.

8.4. Realizar os pagamentos conforme estabelecido no contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado na finalização do serviço, quando todas as entrevistas estiverem cadastradas e validadas no sistema indicado na metodologia da WRI Brasil.

APÊNDICE 1



Olá! Bom dia / Boa tarde / Boa noite, estou realizando uma pesquisa de satisfação sobre o transporte coletivo por ônibus de Porto Alegre. Meu nome é DIGA SEU NOME) e sou pesquisador da EPTC. A pesquisa é feita com apoio do Instituto WRI Brasil. Eu gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a algumas questões sobre a qualidade do transporte coletivo e como você o utiliza. A pesquisa dura em torno de 12 minutos. Você tem disponibilidade? *[Em caso positivo, prossiga]*  
Os dados coletados poderão ser usados na produção de pesquisas, monitoramento do serviço de ônibus e produção de políticas públicas que melhorem o transporte coletivo. Os dados só serão utilizados sem que você seja identificado(a) e não serão vendidos. Se quiser acessar, corrigir, eliminar ou entender melhor sobre o compartilhamento de seus dados pessoais, você pode entrar em contato pelo e-mail [qualinbus@eptc.org.br](mailto:qualinbus@eptc.org.br). Se desejar, você pode parar alguma pergunta ou interromper a entrevista a qualquer momento. Você aceita continuar? *[Em caso positivo, prossiga]*

#### MÓDULO BÁSICO

#### PERFIL DE USO

CO1) Quantidade de recusas:

ENTREVISTADOR: anote a quantidade de recusas desde a última entrevista.

H1) Hora de início: \_\_\_\_\_.

U1) Quantos dias por semana você costuma utilizar o ônibus?

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e marcar de acordo com a resposta.

1. ( ) 15 ou mais dias por semana  
2. ( ) 3 ou 4 dias por semana 99. ( ) Prefiro não responder  
3. ( ) 1 ou 2 dias por semana

U2) Normalmente, para qual finalidade você utiliza o ônibus?

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e, com base nas respostas, identificar no máximo 2 alternativas a confirmar com o respondente.

1. ( ) Trabalho 5. ( ) Saúde  
2. ( ) Estudo 6. ( ) Acompanhar ou levar outras pessoas  
3. ( ) Lazer 98. Outros: Qual? \_\_\_\_\_  
4. ( ) Compras 99. ( ) Prefiro não responder

U3) Normalmente, em quais horários você utiliza o ônibus?

ENTREVISTADOR: mostrar questionário e marcar no máximo 3 alternativas. Para viagens muito longas, considerar horário de embarque.

- | Manhã                 | Tarde                  | Noite                         |
|-----------------------|------------------------|-------------------------------|
| 1. ( ) Antes das 5h   | 5. ( ) Entre 11h e 13h | 9. ( ) Entre 19h e 21h        |
| 2. ( ) Entre 5h e 7h  | 6. ( ) Entre 13h e 15h | 10. ( ) Entre 21h e 23h       |
| 3. ( ) Entre 7h e 9h  | 7. ( ) Entre 15h e 17h | 11. ( ) Depois das 23h        |
| 4. ( ) Entre 9h e 11h | 8. ( ) Entre 17h e 19h | 99. ( ) Prefiro não responder |

S15.3) Normalmente, como você paga a tarifa?

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e marcar 1 alternativa.

1. ( ) Em dinheiro 7. ( ) Cartão isento/benefício/gratuidade  
2. ( ) Cartão de unidades usuário comum 9. ( ) Cartão de débito/crédito  
3. ( ) Cartão pessoal usuário comum 10. ( ) QR Code  
4. ( ) Cartão Vale-transporte 8. ( ) Não uso cartão de transporte, mas apresento documento de identidade ou uso uniforme que me dá direito à isenção ou gratuidade  
5. ( ) Cartão escolar/estudante 97. ( ) Não poderia ter utilizado nenhum outro meio de transporte  
6. ( ) Cartão idoso/master 98. Outros: Qual? \_\_\_\_\_  
99. ( ) Prefiro não responder



U4) Considerando o seu deslocamento de ônibus mais frequente, ele poderia ser realizado em algum outro modo de transporte? Se sim, qual?

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e marcar no máximo 3 alternativas.

1. ( ) A pé 9. ( ) Taxi  
2. ( ) Bicicleta 10. ( ) Metrô/Tram  
3. ( ) Automotível como condutor 11. ( ) Pneu/Van  
4. ( ) Automotível como passageiro 12. ( ) Transporte escolar  
5. ( ) Automotível por aplicativo 13. ( ) Prêdio da empresa onde trabalha  
6. ( ) Moto como condutor 14. ( ) Ônibus executivo/transportar  
7. ( ) Moto como passageiro 97. ( ) Não poderia ter utilizado nenhum outro meio de transporte  
8. ( ) Mototaxi 98. Outros: Qual? \_\_\_\_\_  
15. ( ) Moto por aplicativo 99. ( ) Prefiro não responder

U5) Considerando apenas o trajeto de ida, você normalmente utiliza quantos ônibus para chegar ao seu destino mais frequente?

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e marcar de acordo com a resposta.

1. ( ) 1 4. ( ) 4  
2. ( ) 2 5. ( ) 5 ou mais  
3. ( ) 3 99. ( ) Prefiro não responder

U6) Você também utiliza linhas metropolitanas frequentemente?

1. ( ) Sim 99. ( ) Prefiro não responder  
2. ( ) Não

U7) Considerando todos os deslocamentos do seu dia, incluindo a pé, por carro, ônibus, bicicleta, etc., quanto tempo você normalmente gasta com transporte?

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e marcar de acordo com a resposta.

1. ( ) Até 30min 5. ( ) De 2h até 3h  
2. ( ) De 30min até 1h 6. ( ) Mais de 3h  
3. ( ) De 1h até 1h30min 99. ( ) Prefiro não responder  
4. ( ) De 1h30min até 2h



Agora queremos saber a sua avaliação sobre diferentes aspectos do transporte coletivo.  
ENTREVISTADOR: entregar cartão 1 e explicar que as questões a seguir utilizam a escala em que 1 é "muito insatisfeito" e 5 é "muito satisfeito". Se notar que o respondente tem dificuldade de avaliar, dar a opção "sem condições de opinar" e marcar "SCD".

Considerando o transporte coletivo por ônibus em Porto Alegre, como você avalia a sua satisfação ou insatisfação com cada um dos seguintes aspectos:

(1) Muito insatisfeito	(2) Insatisfeito	(3) Sem satisfação nem insatisfeito	(4) Satisfeito	(5) Muito satisfeito
S1) Acesso ao transporte: facilidade de chegar até o local onde paga o ônibus e de circular nas estações e terminais			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S2) Disponibilidade: frequência dos ônibus nos horários e locais que necessita			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S3) Rapidez do deslocamento: tempo de caminhada até onde paga o ônibus, tempo de espera e de viagem			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S4) Confiabilidade: embarque e chegada no destino nos horários previstos			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S5) Integração: conexão entre linhas de ônibus ou entre outros modos de transporte para chegar ao destino			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S6) Conforto dos pontos de ônibus: iluminação, proteção, limpeza, quantidade de pessoas			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S7) Conforto das estações: iluminação, proteção, limpeza, quantidade de pessoas			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S8) Conforto dos terminais: iluminação, proteção, limpeza, quantidade de pessoas			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S9) Conforto dos ônibus: iluminação, limpeza, quantidade de pessoas, assento, temperatura			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S10) Atendimento ao cliente: respeito, cordialidade e preparo dos motoristas, cobradores, funcionários e central de atendimento			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S11) Informação ao cliente sobre linhas, horários e outras informações			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S12) Segurança pública contra roubos, furtos, agressões e assédio no caminho até onde paga o ônibus e dentro dos ônibus			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S13) Segurança em relação a acidentes de trânsito			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S14) Exposição a ruído e poluição gerados pelos ônibus			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S15) Forma de pagamento da tarifa e de recarga ou compra do cartão de transporte			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S16) Gasto pessoal com transporte coletivo por ônibus			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
S17) Satisfação geral com o transporte coletivo por ônibus			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]

#### CONCORDÂNCIA

Agora queremos saber o quanto você concorda com algumas afirmações.

ENTREVISTADOR: entregar cartão 2 e explicar que as questões a seguir utilizam a escala em que 1 é "discordo totalmente" e 5 é "concordo totalmente". Se notar que o respondente tem dificuldade de avaliar, dar a opção "sem condições de opinar" e marcar "SCD".

Considerando o transporte coletivo por ônibus em Porto Alegre, o quanto você concorda ou discorda sobre cada uma das seguintes afirmações:

(1) Discordo totalmente	(2) Discordo	(3) Não concordo nem discordo	(4) Concordo	(5) Concordo totalmente
C1) Utilizar ônibus contribui para a minha qualidade de vida			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
C2) Posso confiar no ônibus para meus deslocamentos			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
C3) O ônibus enfrenta muito congestionamento			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
C4) Tenho uma qualidade de serviço adequada para o valor que pago			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
C5) Sou a favor de ônibus elétricos na cidade			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]
C6) Recomendaria o sistema de transporte coletivo por ônibus			[1] [2] [3] [4] [5]	[SCD]



## MÓDULOS DETALHADOS

Para entender melhor a satisfação do transporte coletivo por ônibus, farei perguntas mais detalhadas sobre temas específicos.

**SEGURANÇA PÚBLICA**

ENTREVISTADOR: entregar **cartão 1** e explicar que as questões a seguir utilizam a escala em que 1 é "muito insatisfeito" e 5 é "muito satisfeito". Se notar que o respondente tem dificuldade de avaliar, dar a opção "sem condições de opinar" e marcar "SCO".

	[1] Muito insatisfeito	[2] Insatisfeito	[3] nem satisfeito nem insatisfeito	[4] Satisfeito	[5] Muito satisfeito
S12.1) Segurança no caminho para os pontos de ônibus, estações e terminais contra roubos, furtos e agressões					[1] [2] [3] [4] [5] BCO
S12.2) Segurança nos pontos de ônibus contra roubos, furtos e agressões					[1] [2] [3] [4] [5] BCO
S12.3) Segurança nas estações contra roubos, furtos e agressões					[1] [2] [3] [4] [5] BCO
S12.4) Segurança nos terminais contra roubos, furtos e agressões					[1] [2] [3] [4] [5] BCO
S12.5) Segurança dentro dos ônibus contra roubos, furtos e agressões					[1] [2] [3] [4] [5] BCO
S12.6) Assédio físico e moral a homens e mulheres nos ônibus					[1] [2] [3] [4] [5] BCO

## PERFIL DOS CLIENTES

Para finalizar, só precisamos de algumas informações suas para entender o perfil do cliente do transporte coletivo por ônibus.  
ENTREVISTADOR: entregar o cartão 3e solicitar que, para as perguntas A, B e C, o respondente indique o número da sua resposta.

P1) A. Qual a sua idade?

ENTREVISTADOR: marcar de acordo com o número da resposta indicada pelo respondente no cartão 3

1. ( ) Até 24 anos  
2. ( ) 25 a 34 anos  
3. ( ) 35 a 44 anos  
4. ( ) 45 a 54 anos  
5. ( ) 55 a 64 anos  
6. ( ) 65 anos ou mais  
99. ( ) Prefiro não responder

P2) B. Com qual gênero você se reconhece?

ENTREVISTADOR: marcar de acordo com o número da resposta indicada pelo respondente no cartão 3

1. ( ) Homem  
2. ( ) Mulher  
3. ( ) Outro  
99. ( ) Prefiro não responder

P3) C. Com qual cor ou raça você se reconhece?

ENTREVISTADOR: marcar de acordo com o número da resposta indicada pelo respondente no cartão 3

1. ( ) Preta  
2. ( ) Parda  
3. ( ) Indígena  
4. ( ) Amarela  
5. ( ) Branca  
6. ( ) Outra  
99. ( ) Prefiro não responder

P4) Qual é a sua escolaridade?

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e marcar 1 alternativa

1. ( ) Analfabeto  
2. ( ) Ensino fundamental incompleto  
3. ( ) Ensino fundamental completo  
4. ( ) Ensino médio incompleto  
5. ( ) Ensino médio completo  
6. ( ) Ensino superior incompleto  
7. ( ) Ensino superior completo  
8. ( ) Pós-graduação/Mestrado/Doutorado incompleto  
9. ( ) Pós-graduação/Mestrado/Doutorado completo  
99. ( ) Prefiro não responder

P5) Quantos dias por semana você costuma usar a internet no celular ou computador?

ENTREVISTADOR: fazer a pergunta aberta e marcar de acordo com a resposta

1. ( ) Todos os dias ou quase todos os dias  
2. ( ) Pelo menos uma vez por semana  
3. ( ) Pelo menos uma vez por mês  
4. ( ) Menos do que uma vez por mês  
5. ( ) Nunca uso a internet  
99. ( ) Prefiro não responder

P6) Como você definiria a sua principal ocupação? Por exemplo, funcionário de empresa privada, estudante autônomo, etc.

ENTREVISTADOR: fazer pergunta aberta e marcar 1 alternativa. Caso mais de uma alternativa se aplique, marcar a que o entrevistado dedica mais horas.

1. ( ) Funcionário de empresa privada  
2. ( ) Estudante  
3. ( ) Profissional autônomo / Conta própria  
4. ( ) Funcionário público  
5. ( ) Aposentado  
6. ( ) Dona ou dono de casa  
7. ( ) Funcionário do terceiro setor (ONG etc.)  
8. ( ) Desempregado/Desocupado  
9. ( ) Empresário  
10. ( ) Trabalhador doméstico  
11. ( ) Estagiário  
98. Outro. Qual? \_\_\_\_\_  
99. ( ) Prefiro não responder

P7) Em qual bairro de Porto Alegre você mora?

ENTREVISTADOR: caso o respondente não more em Porto Alegre, informar apenas o nome da cidade de residência

ENTREVISTADOR: para a pergunta abaixo, entregar cartão 4 e solicitar que o respondente indique apenas o número que corresponde à sua categoria.

P8) Qual é, aproximadamente, a renda mensal da sua família ou do seu domicílio, somando todas as fontes de renda como salários, horas extras, renda de aluguéis etc.?

1. ( ) Até R\$ 1.412,00 (até 1 salário mínimo)  
2. ( ) Entre R\$ 1.412,01 e R\$ 2.118,00 (1 a 1,5 salário mínimo)  
3. ( ) Entre R\$ 2.118,01 e R\$ 2.824,00 (1,5 a 2 salários mínimos)  
4. ( ) Entre R\$ 2.824,01 e R\$ 4.236,00 (2 a 3 salários mínimos)  
5. ( ) Entre R\$ 4.236,01 e R\$ 7.060,00 (3 a 5 salários mínimos)
6. ( ) Entre R\$ 7.060,01 e R\$ 14.120,00 (5 a 10 salários mínimos)  
7. ( ) Mais de R\$ 14.120,01 (mais de 10 salários mínimos)
99. ( ) Prefiro não responder
- ENTREVISTADOR:** Caso o respondente não tenha conhecimento da renda familiar e tendo informado a renda própria, marcar abaixo:
97. ( ) Renda informada é própria e não familiar

## CONTROLE

Para validar a aplicação da pesquisa, precisamos confirmar 10% das entrevistas, por isso precisamos registrar o nome e telefone dos entrevistados. As informações fornecidas serão tratadas com sigilo absoluto e serão apagadas após 3 meses.

CO2) Qual o seu primeiro nome?

CO3) Qual o seu telefone, com DDD? \_\_\_\_\_

CO3) Qual o seu telefone, com DDD? (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

ENTREVISTADOR: encerrar a entrevista, agradecer a participação e preencher as informações de controle abaixo.

CO4) Linha de ônibus pesquisada

CO5) Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
CO6) Pesquisador: \_\_\_\_\_

CO8) Comentários do entrevistador

H2) Horário de término: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 2

[illegible][illegible]

ANEXO II  
Proposta da Contratada



PROPOSTA FINAL

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2024  
PROCESSO 24.16.000023591-2  
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa de satisfação dos usuários do transporte coletivo no município de Porto Alegre.

**PROPONENTE:**  
**RAZÃO SOCIAL:** KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
**CNPJ:** 18.264.177/0001-60  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** ISENTA  
**ENDEREÇO:** RUA ELDORADO, 739  
**BAIRRO:** PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO  
**CIDADE:** PASSOS  
**TELEFONE:** (35) 9.9993-3901  
**E-MAIL:** kleybersilveira@hotmail.com  
**UF:** MINAS GERAIS

**DADOS BANCÁRIOS**

**Banco Sicoob:** 756  
**Agência/Cooperativa:** 3172  
**Conta:** 49.443-7 **Tipo:** Conta corrente

KLEYBER JORGE  
DA SILVEIRA  
07661538601:18  
264177000160  
Assinado de forma digital  
por KLEYBER JORGE DA  
SILVEIRA  
07661538601:18264177000  
186  
Data: 2024.10.17 11:08:57  
-03'00'

**REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:**

**NOME COMPLETO:** KLEYBER JORGE DA SILVEIRA  
**IDENTIDADE:** 12.448.434 **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** SSP – MG  
**CPF:** 076.615.386-01  
**ESTADO CIVIL:** CASADO  
**ENDEREÇO:** RUA ELDORADO, 739, PARQUE RESIDENCIAL ELDORADO,  
PASSOS/MG

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa de satisfação dos usuários do transporte coletivo no município de Porto Alegre.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo discriminados, conforme Termo de Referência, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe; e declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa de satisfação dos usuários do transporte coletivo no município de Porto Alegre. Com aproximadamente 1.800 entrevistas.	1 UND: SERVIÇO	R\$22.745,00	R\$22.745,00


✉ contato@ksturis.com.br

🌐 ksturis.com.br

☎ (35) 9 9993-3901

Avenida Eldorado 739 - Eldorado / Passos-MG  
KS TURIS Consultoria em Turismo - CNPJ 18.264.177/0001-60

Anexo III  
MATRIZ DE RISCOS

			PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE						
			Empresa Pública de Transporte e Circulação S.A. - EPTC						
			Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - SMMU						
MATRIZ DE RISCOS									
Processos nº		24.16.000023591-2							
Objeto		Contratação de empresa especializada para a realização de pesquisa de satisfação dos usuários do transporte coletivo no município de Porto Alegre.							
Requisitante		COMOB - Coordenação do Observatório de Mobilidade - GDM/DT EPTC							
Nº	Categoria	Tipo	Descrição do Risco	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas de Controle (Ações Preventivas e de Contingência)	Alocação do Risco
JURÍDICO									
1	Administrativa	Negativo	Risco advindo do não cumprimento das obrigações trabalhistas.	Prejuízo aos trabalhadores alocados na execução do objeto. Possibilidade de acarretar responsabilidade solidária da Administração.	3	4	12	Realizar fiscalização <i>in loco</i> dos trabalhadores. Os fiscais de contrato deverão exigir prova da regularidade trabalhista e previdenciária.	Contratada
2	Administrativa	Negativo	Risco advindo do não cumprimento da legislação civil.	Aumento dos custos. Possibilidade de acarretar responsabilidade solidária da Administração.	2	3	6	Prever no contrato como se dará a indenização em caso de acidente, acidente com terceiros e os casos de ação ou omissão da contratada. Fiscalizar a execução e o uso de EPI e a identificação adequada dos pesquisadores.	Contratada
3	Administrativa	Negativo	Risco advindo de ações judiciais movidas por terceiros em face da ação ou omissão do contratado, dos seus subcontratados ou do contratante, por fatos ocorridos ao longo da execução contratual, incluindo-se os custos decorrentes de condenações, sucumbências e honorários advocatícios.	Aumento dos custos. Possibilidade de acarretar responsabilidade solidária da Administração.	2	2	4	Incluir no contrato Cláusula prevendo retenções de pagamentos, no valor da causa, no caso de a administração ser incluída no polo passivo da ação.	Compartilhado
FINANCEIRO									
4	Administrativa	Negativo	Atraso nos pagamento pela Administração ==> se mantiver o pagamento no final, não precisaria manter este risco	Demandas judiciais	1	1	1	A fiscalização contratual deve ajustar a emissão da nota fiscal conforme cronograma físico-financeiro e após a execução do serviço. Dar celeridade na confirmação da despesa da nota fiscal e conferência dos documentos.	Contratada
SERVIÇO									
5	Técnica	Negativo	Possibilidade de vazamento de dados pessoais e/ou sensíveis contrariando a LGPD	Demandas judiciais, prejuízo aos cidadãos, perda de credibilidade na coleta dos dados	2	3	6	Incluir cláusulas no contrato que prevendo as responsabilidades da contratada, inclusão de mecanismos de proteção de dados	Compartilhado
6	Técnica	Negativo	Dificuldades de interação com entidades, concessionárias, outros órgãos públicos, empresas, e/ou prestadores de serviços envolvidos para a execução do objeto contratado	Atraso na execução do serviço	2	2	4	Buscar alternativas para recuperação de atrasos e ajuste no cronograma	Compartilhado
7	Técnica	Negativo	Execução do serviço com qualidade inferior ao especificado no projeto e falta de consistência nos dados coletados	Atraso na execução do serviço, resultados que não refletem a realidade, não atendimento da demanda	3	5	15	Fiscalização deve verificar a consistência dos dados, exigindo o descarte de pesquisas quando necessário	Contratada
8	Técnica	Negativo	Difuldade na coleta dos dados em função da falta de disponibilidade dos usuários	Aumento dos custos, pedido de prorrogação de prazo, desequilíbrio econômico-financeiro.	2	3	6	Fiscalização deve acompanhar o treinamento dos pesquisadores. Inclusão de Cláusula contratual prevendo que a Contratada arcará com aumento nos custos decorrentes de dificuldades encontrada na coleta e tabulação dos dados	Contratada
9	Técnica	Negativo	Baixo desempenho na execução das pesquisas e de problemas operacionais da contratada	Atraso na execução do serviço	2	4	8	Previsão de cláusula contratual de penalização da empresa em caso de atraso no prazo de execução contratual.	Contratada
10	Técnica	Negativo	Ocorrência de eventos inesperados de ordem pública, privada e/ou social que comprometa a execução dos serviços	Atraso no contrato; Não atendimento da demanda.	2	3	6	Buscar alternativas para recuperação de atrasos e ajuste no cronograma	Compartilhado
11	Técnica	Negativo	Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis e de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior	Atraso no contrato; Não atendimento da demanda.	2	3	6	Fiscalização antecipar-se no ajuste do cronograma. Buscar alternativas para recuperação de atrasos	Compartilhado



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Bueno da Cunha, Diretor Administrativo-Financeiro**, em 29/10/2024, às 09:07, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Caldasso Barbosa, Diretor-Presidente Substituto**, em 30/10/2024, às 18:22, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Kleyber Jorge da Silveira, Usuário Externo**, em 31/10/2024, às 13:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **30889599** e o código CRC **C5E97397**.



**CONTRATO CT.054/2024/SIE**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,  
DERIVADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº  
106/2024/SIE (PROCESSO SIE 16104/2024),  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA  
DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E  
MOBILIDADE (SIE) E A EMPRESA KLEYBER  
JORGE DA SILVEIRA ME, MEDIANTE AS  
CLÁUSULAS ABAIXO:**

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE (SIE)**, com sede na na rua Tenente Silveira, 162, Edifício das Diretorias, Centro, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.344/0001-40, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Secretário, Sr. **JERRY EDSON COMPER**, portador do CPF nº 986.xxx.xxx-87, e de outro lado a empresa **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA ME**, estabelecida na Rua dos Advogados, nº 111, Bairro Belo Horizonte, Passos/MG. CEP: 37.900.014, inscrita no CNPJ sob o nº 18.264.177/0001-60, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, **KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**, portador do CPF nº 076.xxx.xxx-01, em decorrência da **Dispensa de Licitação nº 106/2024 (processo SIE 16104/2024)**, firmam o presente instrumento de contrato, regido de acordo com a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto estadual nº 30, de 17 de fevereiro de 2023, demais legislação aplicável, e pelas seguintes cláusulas e condições:

**PREÂMBULO - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- .1 A contratação será regida pela Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, em especial regulamentos estaduais editados para dar fiel execução à Lei, a exemplo do Decreto nº 47, de 9 de março de 2023.
- .2 A ausência de transcrição de qualquer dispositivo legal ou regulamentar no presente instrumento em absolutamente nada prejudica a sua aplicação no curso da execução contratual. As partes manifestam conhecimento da legislação aplicável, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021.
- .3 As partes vinculam-se ao ato que autorizou a contratação direta e a respectiva proposta econômica que o acompanha.
- .4 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, com a aplicação subsidiária de preceitos de direito público e disposições de direito privado, nesta ordem.
- .5 O contratado deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- .6 O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

.7 A proposta econômica apresentada pelo contratado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA EXECUÇÃO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato a “**REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE SATISFAÇÃO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO ATENDIMENTO, LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS OFERECIDOS NO TERMINAL RODOVIÁRIO RITA MARIA, CUJA ADMINISTRAÇÃO FOI CONCEDIDA À EMPRESA TERMINAL RODOVIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS SPE LTDA**”, de acordo com as especificações e condições descritas no Termo de Referência, na Dispensa de Licitação nº 106/2024/SIE, na proposta da CONTRATADA e documentos constantes no processo SIE 16104/2024.

Item	Descrição do item	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
1	Pesquisa de satisfação	01	R\$ 15.000,00	<b>R\$ 15.000,00</b>

1.2 O regime de execução ou a forma de fornecimento do objeto contratual observará o modelo estabelecido no Termo de Referência.

1.3 O objeto contratual deverá ser realizado no Terminal Rodoviário Rita Maria e os resultados deverão ser entregues na SIE de forma digital por meio do e-mail: [dpla@sie.sc.gov.br](mailto:dpla@sie.sc.gov.br).

1.4 A forma de entrega e prazo de entrega observarão a Cláusula 4.1 deste instrumento.

1.5 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data da entrega.

1.6 O recebimento definitivo será feito no prazo de até **15 (quinze) dias** da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos e apontadas eventuais irregularidades.

1.6.1 O recebimento definitivo poderá ser dispensado quando for possível certificar a adequação do objeto contratual por mera conferência visual ou outra forma que dispense posterior verificação de funcionamento e/ou produtividade do objeto.

1.7 Ao receber o objeto contratual a CONTRATANTE deve imediatamente indicar a parcela controversa e comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

1.8 A parcela não controversa será liberada para pagamento na forma prevista na Cláusula 2.2.1 e seguintes deste instrumento.

1.9 O objeto contratual poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



1.10 O recebimento ou a ausência de controvérsia de determinada parcela não impede a posterior rejeição parcial ou integral do objeto contratual, não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e pela segurança da obra ou serviço ou por vícios e defeitos no objeto contratual nem afastará a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DO REAJUSTE, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO**

### **2.1 Do Preço, Reajuste**

2.1.1 O preço total para a prestação dos serviços, objeto da Dispensa de Licitação nº 106/2024, de acordo com a proposta apresentada, consta discriminado na Cláusula Primeira deste termo.

2.1.2 O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da proposta econômica apresentada, sob a qual será aplicado o Índice IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou o índice que vier a substituí-lo, acumulado nos últimos doze meses contados do marco inicial indicado.

2.1.2.1. O reajuste será apurado e implementado independentemente de qualquer pedido da contratada, formalizado mediante apostilamento.

2.1.3 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 30 (trinta) dias.

### **2.2 Das Condições de Pagamento**

2.2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, contados da data de entrega e aceite, de acordo com o cronograma de pagamento da Secretaria de Estado da Fazenda, mediante apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa dos serviços, que deverá ser emitida em nome da empresa Kleyber Jorge da Silveira - ME, CNPJ nº 18.264.177/0001-60, devendo constar também o número da licitação e do contrato.

2.2.2 O pagamento, efetuado através de Ordem Bancária por meio da Agência do Banco do Brasil, e com aceite pelo fiscal do contrato, será depositado na conta corrente da CONTRATADA, qual seja: Banco Itaú, Agência nº 3136, Conta Corrente nº 11850-6.

2.2.3 Optando a CONTRATADA por receber seu pagamento em outras instituições financeiras que não seja o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre bancos.

2.2.4 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

2.2.5 O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetuado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

2.2.6 A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

### **2.3 Da Atualização por Inadimplemento**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

2.3.1 Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e demais disposições legais aplicáveis.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 129/2023**

3.1 De acordo com o Decreto nº 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

3.2 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

3.3 Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

3.4 Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º do Decreto nº 129/2023, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

3.5 Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1 O prazo para o início da execução dos serviços será de 02 (dois) dias consecutivos, contados a partir da pertinente Ordem de Serviço.

4.2 O prazo de vigência contratual será de **09 (nove) meses**, contados da publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial de Santa Catarina, podendo ser prorrogado nas hipóteses legalmente previstas.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do:

Unidade Gestora	Natureza de Despesa	Subação
530001	33.90.39.05	014532

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**6.1 Da Contratada**

a) realizar a prestação do objeto contratual, em atenção aos documentos que instruem o processo SIE 16104/2024;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

- b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados pelos seus prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança quando da execução do fornecimento;
- d) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como encargos de qualquer espécie e origem pertinentes à execução do objeto do presente contrato;
- e) prestar garantia dos seus serviços e produtos, durante o período de vigência da presente contratação, nos termos daquilo que definido no Termo de Referência ou das práticas do mercado relativas ao tipo de negócio;
- f) oferecer suporte técnico, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, por meio de canal de atendimento eletrônico e telefônico, conforme níveis de serviço definidos no Termo de Referência e na proposta comercial, quando for o caso;
- g) manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-la na execução do contrato, quando necessário e requerido.

## **6.2 Da Contratante**

- a) exercer a Gestão e Fiscalização da execução contratual pelos representantes indicados;
- b) efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência do qual se originou;
- c) notificar a CONTRATADA a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na execução contratual;
- d) definir prazo à CONTRATADA para solucionar quaisquer irregularidades constatadas na execução contratual;
- e) divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras de Santa Catarina, bem como providenciar a publicação resumida deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na Imprensa Oficial.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas pelos servidores indicados no processo administrativo instaurado para instrumentalizar a contratação, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei federal nº 14.133, de 2021, e na Instrução Normativa SEA nº 11, de 2019.

7.2 Eventuais alterações dos gestores e fiscais do contrato serão realizadas por meio de ato administrativo inserido na instrução administrativa, dispensada qualquer alteração ou apostilamento contratual para sua produção de efeitos.

7.3 A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a completa responsabilidade da CONTRATADA pela inobservância de qualquer obrigação assumida ou por vícios e defeitos no objeto do contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**



8.1 A alteração contratual, quando couber, será processada na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei federal nº 14.133, de 2021.

8.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

9.1 O contrato se extingue naturalmente pela execução integral do objeto ou pelo transcurso do prazo nele estipulado, neste caso independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes quando não se tratar de contrato por escopo.

9.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou do transcurso do prazo nele fixado por qualquer dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3 Eventual extinção contratual observará as hipóteses e consequências estabelecidas nos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 A apuração de infrações e aplicação de sanções observará integralmente o Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 Eventual ato normativo estadual promulgado durante a vigência do contrato, cujo objeto seja a regulamentação da apuração de infrações, dosimetria e aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ser-lhe-á imediatamente aplicado.

10.3 A imposição de Multa observará a metodologia de cálculo seguinte:

- (1) moratória de 0,33% (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente ao item contratado, até o limite de 9,9%;
- (2) moratória de 10% em caso da não entrega do objeto ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre o valor correspondente ao item contratado;
- (3) moratória de até 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor correspondente ao item contratado, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES**

11.1 Deve ser considerada confidencial toda e qualquer informação observada ou revelada, por qualquer meio, em decorrência da execução do contrato, contendo ou não a expressão “CONFIDENCIAL”.

11.2 O termo “INFORMAÇÃO” abrange toda informação, por qualquer modo apresentada ou observada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: diagramas de redes, fluxogramas, processos, projetos, ambiente físico e lógico, topologia de redes, configurações de equipamentos, entre outras e que, diretamente ou através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha a CONTRATADA ter acesso durante ou em razão da execução do contrato.





11.3 Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a CONTRATADA deverá mantê-la sob sigilo até que seja autorizada expressamente pelo representante legal da CONTRATANTE, referido no contrato, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa da CONTRATANTE poderá ser interpretada como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

11.4 A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo de toda e qualquer informação a que tiver acesso em função da prestação dos serviços previstos.

11.5 A CONTRATADA deverá assegurar o sigilo e segurança das informações, documentos e bancos de dados da CONTRATANTE, e adotar todas as providências necessárias para garantir o sigilo e segurança de toda e qualquer informação a que tiver acesso e armazenar em função da prestação dos serviços.

11.6 A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

12.1 As partes reconhecem, na sua integralidade, a vinculação deste contrato aos ditames da Lei federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, portanto, seu dever de conhecimento, observância e manutenção das boas práticas administrativas.

12.2 A CONTRATADA cumprirá, a todo momento, as leis de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

12.3 A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e fins exclusivos do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para qualquer outro propósito.

12.4 A CONTRATADA se certificará que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, bem como se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados dos servidores da CONTRATANTE, assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

12.5 Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações da CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, ou de qualquer forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais dos servidores da CONTRATANTE, que detenha por força do presente contrato.

12.6 A CONTRATADA prontamente prestará assistência à CONTRATANTE no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de responder às solicitações dos titulares de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis aplicáveis à Proteção de Dados, não devendo realizar pagamentos de acesso que impliquem na inviabilidade de controle e dimensionamento de uso dos serviços contratados.

12.7 A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra as suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violação de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridade de proteção de dados.

12.8 Na hipótese de ocorrência de violação de dados pessoais a partir das bases sob guarda da CONTRATADA, esta informará à CONTRATANTE, por escrito, acerca de tal violação, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação, incluindo nas informações: (i) descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, descrevendo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registro de dados implicados; (ii) descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e (iii) descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação de dados pessoais e para mitigar os possíveis efeitos adversos.

12.9 Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

12.10 A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, os honorários advocatícios, multas, e penalidades, ou custos investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas contra a CONTRATANTE por conta de violação de proteção a dados pessoais ocorrido durante a vigência do presente contrato em razão do não-cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas na legislação aplicável à proteção de dados, quais sejam: todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CORRUPÇÃO**

13.1 As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados na alínea anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do presente contrato;
- d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

14.2 Será considerada como data de assinatura deste Contrato, a data (dia/mês/ano) da última assinatura digital dos signatários<sup>1</sup>.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento de contrato, parte integrante do processo SIE 16104/2024.

**CONTRATANTE**

**JERRY EDSON COMPER**  
Secretário de Estado da Infraestrutura e  
Mobilidade

**CONTRATADA**

**KLEYBER JORGE DA SILVEIRA**  
Representante Legal

---

<sup>1</sup>Dispensada a assinatura do ato por testemunhas com fundamento na racionalidade previstas no art. 784, § 3º, do CPC: Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais:

§ 4º Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura. ([Incluído pela Lei nº 14.620, de 2023](#))